

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS (ICH/SDAS)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

DISSERTAÇÃO

**Do latifúndio ao agronegócio:
os adversários do MST no Jornal Sem Terra**

Diógenes Luiz da Silva

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICH/SDAS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE – CPDA**

DISSERTAÇÃO

**DO LATIFUNDIO AO AGRONEGÓCIO:
OS ADVERSÁRIOS DO MST NO JORNAL SEM TERRA**

DIÓGENES LUIZ DA SILVA

Sob a Orientação da Professora
Leonilde Servolo de Medeiros

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre em
Ciências**, no Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Agosto de 2013

Ficha Catalográfica

338.10981 Silva, Diógenes Luiz da.
S586d Do latifúndio ao agronegócio: os adversários do MST no
T Jornal Sem Terra / Diógenes Luiz da Silva, 2013.
171 f.
Orientador: Leonilde Servolo de Medeiros.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
Bibliografia: f. 153-157.
1. Agronegócio - Teses. 2. Latifúndio – Teses. 3. Movimento
dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – Teses. 4. Jornal
Sem Terra – Teses. I. Medeiros, Leonilde Servolo de. II.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de
Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS/DDAS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E AGRICULTURA – CPDA**

DIÓGENES LUIZ DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em**
Ciências no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 21 / 08 / 2013

Prof. Dra. Leonilde Servolo de Medeiros (Orientadora – CPDA/UFRRJ)

Prof. Dra. Débora Franco Lerrer (CPDA/UFRRJ)

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano (DGEQ – FFP/UERJ)

A Deus e à minha família, em especial, ao meu pai Antônio Luiz e avô Francisco Bertoldo (in memorian), pelos ensinamentos deixados para este filho e neto que tanto os admirava.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é o mínimo que podemos fazer a todos aqueles que, ao longo da caminhada, contribuíram de diferentes maneiras para que a luta jamais cessasse. Mesmo quando o caminho se mostrava estreito, eis que um atalho era apontado e assim era possível respirar e continuar perseverando no sonho. Impossível citar todos os nomes, mas quem esteve verdadeiramente ao meu lado nestes últimos quatro anos sabe o quanto sou grato por compartilhar a trajetória que hoje alcança mais uma etapa.

Primeiramente, agradeço às duas pessoas mais importantes de minha vida: à minha mãe, Veralúcia Bertoldo, por ser uma eterna guerreira e semear diariamente o amor materno em minhas veias, vencendo barreiras e superando a distância com que meus sonhos têm sido realizados. Sua torcida por este momento foi vivida angustiosamente, ao ver o tempo dedicado à tarefa diante de tantas outras por fazer. Ela é a minha maior fonte inspiradora, razão pela qual tenho orgulho de vê-la cursando o ensino superior depois de tanto esforço. E ao meu irmão, Douglas Magno, que sempre depositou em mim uma confiança de que tudo daria certo, além de me presentear com o primeiro sobrinho: Gustavo, vascaíno como o tio.

A todos os demais familiares estendo este agradecimento, pois sempre admiraram e respeitaram o meu desejo de seguir os estudos acadêmicos, mesmo que para isso fossem obrigados a conviver com a minha ausência. Em especial, à minha avó Severina, às minhas tias Fátima, Maria do Socorro e Maria da Luz e ao meu primo João Victor, que por vezes foram levados a ler e comentar parte do trabalho diante de minhas súbitas felicidades ao terminar cada capítulo. Aos queridos afilhados: Gustavo, Pierre, Leonardo e Vinicius. Agradeço também ao amigo e padrinho Luiz Prado e seu filho, Luiz Jr., pela preciosa ajuda na impressão do trabalho.

À professora e orientadora Leonilde Servolo de Medeiros, pelos seus ensinamentos diários e por ser uma profissional aplicada sem perder a sensibilidade para com o próximo. O incentivo dela emanado a cada dificuldade por mim encontrada me fez perceber o quanto foi primordial estar sob os cuidados de uma pessoa tão especial e competente. Sem o seu apoio e confiança no meu trabalho, esta conquista certamente não ocorreria. Muito Obrigado!

Aos meus amigos Henrique, Vânia, Simone, Samuel, Sheila, Elaine, Gisele e Tatyana, pela força e apoio que me concederam ao longo desses anos, entendendo a minha ausência como uma forma de buscar mais esta vitória. Dois outros amigos, do tempo de faculdade, tornaram-se irmãos mais velhos e sei que estarão ao meu lado em qualquer situação: Michel Mariz, eterno conselheiro e exemplo de determinação; e Thiago Lucas, de um caráter e lealdade que jamais encontrei igual.

Exemplos de comprometimento com o saber científico me incentivaram a alçar voos mais longos. Agradeço ao amigo e professor Paulo Alentejano (UERJ-FFP), pela sua disponibilidade e auxílio desde o início da ideia em prestar concurso para o mestrado, mas sobretudo pelos ensinamentos compartilhados desde o princípio de nosso convívio.

A dedicação no campo profissional foi uma das dificuldades que tive de enfrentar para terminar o curso, mas foi onde ganhei respeito, admiração e prazer no que faço, que é lecionar uma geografia voltada para uma transformação social. Neste sentido, agradeço aos alunos com quem tive a oportunidade de trabalhar e, juntos, construir uma geografia calcada em valores sociais e, principalmente, a todos os amigos professores que conquistei no município de Miguel Pereira. Em especial, agradeço aqueles que diariamente recarregavam a minha esperança neste sonho tão almejado: Taís Costa, Ana Cristina, Maria Beatriz, Tiago Madruga,

Milene Ahouagi, Alcira Pereira, Marisa Moreira, Geise Batista, Geane Aranha (in memorian) e Zuca.

Além disso, agradeço de modo particular a uma família pela qual cultivo profundo respeito e admiração, e que muito me ajudou a entender o significado de uma verdadeira amizade, baseada em olhares intensos e sorrisos inesquecíveis junto aos sonhos realizados, solidificando assim um elo de eterno carinho. À família MayBheLoCh e suas ilustres integrantes que amo: Mayra, Bheigna, Lorrana e Carmem Helena.

Agradeço também aos amigos do GeoAgrária/FFP e do LEMTO\UFF, onde o sonho do mestrado foi sendo pouco a pouco construído, diante das preciosas contribuições daqueles que se dedicam além do comum para pensar um Brasil menos desigual, sobretudo através de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Agradecimentos estendidos aos amigos tutores do PVS-Cederj de Xerém/Duque de Caxias, onde por três anos fizemos do sábado o dia para transformar em realidade o sonho de jovens vestibulandos em nossa Baixada Fluminense.

Aos professores, funcionários e colegas de curso no CPDA/UFRRJ, que mesmo à distância acompanharam esta batalha. Neste caminho conquistei amizades que me ensinaram a pensar além da academia, e que me mostraram o quanto esta luta era digna. Os meus sinceros agradecimentos a Dione Melo, uma pessoa especial com quem compartilhei momentos de muita alegria e aos demais colegas do CPDA, em especial: Alex Mengel, Marco Antonio, Wagner Miquéias e Daniela Egger.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

SILVA, Diógenes Luiz da. **Do latifúndio ao agronegócio: os adversários do MST no Jornal Sem Terra**, 2013. 208p. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agrícola e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2013.

Este trabalho aborda o processo de construção dos opositores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) através dos registros encontrados no Jornal Sem Terra (JST), um veículo de informação e formação dos trabalhadores rurais sem terra. A partir do JST procuramos compreender como o latifúndio foi sendo apropriado enquanto figura política e transformado em adversário do Movimento na luta pela reforma agrária no país. Os registros do jornal se configuram numa fonte de pesquisa relevante dos movimentos sociais do campo, uma vez apontado o seu papel aglutinador de lutas por terra que ocorriam já no fim dos anos 1970. Diante da intensa repressão imposta aos movimentos sociais pelo governo militar, o JST passou a representar a voz do conjunto de trabalhadores que lutavam por terras. Essa luta enfrentou as transformações decorrentes da modernização da agricultura e sua crescente industrialização, modificando intensamente as relações de trabalho no campo. A pesquisa se debruça sobre o contexto de mudanças político-econômicas vividas pelo Brasil entre as décadas de 1950 e 1970, quando se estruturou no país a chamada modernização da agricultura, que culminaria no modelo agrícola atualmente conhecido como agronegócio. Tal modelo é identificado nos anos 2000 como o novo adversário político do MST, sendo-lhes atribuídas as características que antes definia o latifúndio, ganhando posteriormente contornos próprios. Desta forma, o agronegócio é apontado como opositor à medida em que o Movimento atribui a ele marcas de exploração dos trabalhadores rurais, ao promover a concentração de terras e a expulsão das pessoas do campo. Atributos que por tempos caracterizaram o próprio latifúndio, adversário mais conhecido do Movimento e que carrega consigo, junto ao imaginário social, uma carga negativa quanto ao seu significado histórico. E é neste sentido que ele continua a ser mencionado como adversário, agora dividindo espaço com o agronegócio.

Palavras-chave: Latifúndio; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Jornal Sem Terra (JST); Agronegócio.

ABSTRACT

SILVA, Diógenes Luiz da. From great landed estate to agribusiness: MST opponents in Jornal Sem Terra, 2013. 208p. Dissertation of Masters Degree in Development, Agriculture and Society. Human and Social Sciences Institute, Program of Post Graduation of Social Sciences in Development, Agriculture and Society, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2013.

This study approaches the process of forming opponents for Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (Landless Rural Workers Movement) using the registers found in Jornal Sem Terra – JST (Landless Newspaper), a vehicle of information and formation of landless rural workers. From JST, it was the intention to comprehend the way the great landed estate was appropriated as a political figure and became an opponent of the movement in the struggle for agrarian reform in Brazil. The registers made in the newspaper articles are a relevant source of research about country social movements, once its role was pointed as something to agglutinate the struggles for land which occurred since the end of 1970's. Because of the intense constraint made over the social movements by the military government, JST has started to represent the speech of a group of workers which have struggled for land. That struggle has faced the chances resulting from the agriculture modernization and its rising industrialization, which deeply modified the work relations in countryside. The research approaches that context of economical and political changes which happened in Brazil between 1950 and 1970, when the basis of agriculture modernization were structured in Brazil, which resulted in the agricultural model known, nowadays, as agribusiness. Such model was identified in the 2000's as a MST new political opponent, with characteristics which previously were given to great land estate, but with its own features afterwards. This way, agribusiness is pointed as an opponent as the movement gives to it features of rural workers exploration while promoting land concentration and people banishment from countryside, characteristics which were seen for ages in the great landed estate, the most known opponent of the movement and which carries a negative feature about its historical meaning in the social images. And, that way, it is still mentioned as an opponent, now sharing space with agribusiness.

Key words: great landed estate; MST (Landless Rural Workers Movement); JST (Landless Newspaper); Agribusiness.

LISTA DE SIGLAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ADM – Archer Daniels Midland Company
ALRS – Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
CLOC – Coordenação Latino Americana das Organizações Camponesas
CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária
CNPA – Comissão Nacional da Política Agrária
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CONCRAB – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRB – Confederação Rural Brasileira
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEM – Democratas Partido Político
EMATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ET – Estatuto da Terra
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETAG Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GEBAM – Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas
GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
GeoAgráriaFFP – Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Geografia Agrária da Faculdade de Formação de Professores da UERJ
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária
JST – Jornal do Sem Terra
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MJDH – Movimento de Justiça e Direitos Humanos
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MMC – Movimento das Mulheres Camponesas
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PP – Partido Progressista
PRRA – Planos Regionais de Reforma Agrária
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SRB – Sociedade Rural Brasileira
UDR – União Democrática Ruralista
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 OS CONFLITOS SOCIAIS DO CAMPO BRASILEIRO E A TRANSFORMAÇÃO DO LATIFUNDIÓ EM ADVERSÁRIO	26
1.1 Os Caminhos Das Lutas No Campo Nos Anos 1950 E A Caracterização Do Latifúndio Enquanto Categoria Política	27
1.2 As Reações De Camponeses E Latifundiários Em Confronto No Campo Político Brasileiro Dos Anos 1950/1960	32
1.3 A Reforma Agrária E Sua Inserção No Debate Político Brasileiro Nos Anos 1950-60: Alianças E Novas Composições Políticas Como Forma De Manutenção Do Poder	39
1.4 Conjunturas Política Brasileira No Pré-Golpe E As Alianças Que Unificaram Interesses Distintos Na Construção De Um Caminho Para O Desenvolvimento Nacional	42
2 A LUTA PELA TERRA NOS ANOS 1960-1980: O GOLPE MILITAR DE 1964 E SEUS DESDOBRAMENTOS NOS PROJETOS PARA O MEIO RURAL BRASILEIRO	47
2.1 O Golpe Militar A Criação Do Estatuto Da Terra	47
2.2 As Transformações Dos Anos 1960/1970 Com A Modernização Técnica Da Agricultura Brasileira E Consequências Para O Meio Rural	55
3 ORIGEM DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E A LUTA POR TERRA A PARTIR DOS ANOS 1980	67
3.1 O Despertar De Um Movimento Em Movimento: As Raízes Históricas Do MST	67
3.2 Jornal Sem Terra: Um Veículo De Formação Interna Dos Trabalhadores Rurais E De Divulgação Externa Dos Conflitos E Das Mobilizações Nos Anos 1980	74
3.2.1 O surgimento do <i>Boletim Informativo</i> e sua transformação em <i>Jornal Sem Terra</i>	75
3.2.2 O <i>Jornal Sem Terra</i> como o porta voz do MST	78
3.3 As Funções Do <i>Jornal Sem Terra</i>	85
3.4 A Modernização No Formato Do JST E A Sua Manutenção Enquanto Elemento Aglutinador Para A Unidade Dos Sem Terra	89
4 A CONSTRUÇÃO DO LATIFUNDIÓ COMO OPOSITOR DO MST PELO JORNAL SEM TERRA	91
4.1 As Marcas Da Extensão Territorial E Personificação Do Latifúndio Nos Primeiros Registros Do Boletim Informativo	91
4.2 As Ocupações Dos Sem Terra E A Violência Do Latifúndio	95
4.3 O Opositor E Suas Alianças: A Força Do Latifúndio Nas Articulações Políticas	108

4.4 As Mutações Do Latifúndio Enquanto Adversário Do MST E Os Traços Do Novo Opositor	118
5 OS ANOS 2000 E O AGRONEGÓCIO COMO ADVERSÁRIO	122
5.1 O Agronegócio No JST: Definições Acerca De Seu Novo Adversário	122
5.1.2 Expectativas, frustrações e a legislação agrária no governo Lula	126
5.2 As Associações Do JST Entre O Latifúndio E O Agronegócio	133
5.3 A Identificação Dos Atributos Do Novo Adversário	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
BIBLIOGRAFIA	153
ANEXOS	158

INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado aborda um dos movimentos sociais rurais surgidos nos anos 1980 e com relevante destaque na sociedade brasileira nas últimas décadas: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nosso objetivo é investigar como o MST desenvolveu, ao longo do tempo, os mecanismos de identificação e construção dos seus opositores, procurando compreender como o “latifúndio” e o “agronegócio” passaram a ser considerados os seus principais adversários na disputa por políticas a serem implementadas na agricultura brasileira.

A pesquisa teve como fonte primária básica o *Jornal Sem Terra* (JST), periódico informativo do MST, publicado com regularidade mensal, e que se constituiu num importante meio de difusão de suas principais ideias. Identificamos na leitura do *Jornal Sem Terra* a possibilidade de empreender uma análise da construção desse debate por dentro do próprio movimento social, buscando apontar as ações do Movimento quanto à caracterização e definição dos seus opositores, ao mesmo tempo em que forjava e consolidava uma identidade enquanto movimento social. Neste caminho, percebe-se a relevância e o papel a ser cumprido pelo jornal enquanto instrumento de informação e formação, de um novo conjunto de ideias portadoras de um sentido: organizar e estruturar este ator político em construção.

O interesse em pesquisar a temática advém do contato com pesquisas e estudos no campo da Geografia Agrária, ao longo da graduação e por meio da participação em projetos de pesquisa e extensão, que possibilitaram uma relação mais estreita com alguns movimentos sociais (como o MST) e também junto a entidades que atuam em prol dos trabalhadores rurais, como a CPT – Comissão Pastoral da Terra. Esta aproximação terminou por provocar diversos questionamentos e gerar todo um processo de reflexão sobre o papel e a importância dos movimentos sociais na sociedade contemporânea.

A preocupação em explorar este campo de estudo teve origem principalmente no período em que tivemos a oportunidade de integrar uma equipe de trabalho, ligada a um projeto voltado para a educação do campo no Estado do Rio de Janeiro¹. Este projeto envolvia a academia e representantes dos movimentos sociais. A temática nos mobilizou a participar de eventos e debates regionais, nacionais e internacionais e terminou por se transformar em objeto de pesquisa ao longo de nossa trajetória acadêmica².

¹ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA 2006/2007 no convênio UERJ-MST-INCRA, voltado para a escolarização de jovens e adultos em acampamentos e assentamentos no Estado do Rio de Janeiro. A minha participação era, enquanto membro da equipe de trabalho, de acompanhar e orientar os educadores das áreas sobre as quais eu era responsável a desenvolver os temas de suas aulas de acordo com a realidade cotidiana das famílias e, a partir de então, construir o conhecimento junto a estas pessoas. A partir dessa experiência de campo que durou mais de dois anos e diante do contato com a literatura sobre as questões agrárias no Rio de Janeiro e Brasil, desenvolvemos o trabalho de conclusão de curso abordando os conflitos por terra no Rio de Janeiro na segunda metade do século XX (SILVA 2008).

² Participamos de pesquisas que estudam as transformações que o chamado agronegócio implementou na prática agrícola. Como exemplo, citamos o artigo de conclusão do Curso de Especialização em Educação Básica no Ensino da Geografia (FFP/UERJ) – *A inserção do agronegócio nos conteúdos do ensino da Geografia* (SILVA

A leitura das intensas transformações em curso na agricultura é percebida sob diferentes ângulos pelos agentes sociais nela envolvidos. Ao focar na abordagem dos movimentos sociais rurais, observa-se o processo de se eleger no tempo e no espaço quais são os seus principais opositores.

A palavra “agronegócio” se transformou em objeto de intensas disputas políticas entre os diversos atores presentes no meio rural brasileiro no final do século XX, e o conjunto de mudanças ocorridas no setor agropecuário é o reflexo direto deste fato. Tais transformações não ficaram restritas somente às questões econômicas, mas teve forte viés político e sobretudo elevado impacto social.

O próprio processo de transição da grafia de língua inglesa (*agribusiness*) para a língua portuguesa (agronegócio) é fruto de disputas, principalmente pelo fato de que a concepção de agronegócio difundida por seus representantes teve como intuito transformar a imagem anteriormente concebida das grandes propriedades do campo, disseminando uma ideia positiva a seu respeito nos principais meios de comunicação do país, e assim conformando um olhar sobre o mesmo e as transformações que ele carrega consigo (LERRER 2009).

O termo também se apresenta em constante disputa conceitual entre o campo político e o campo acadêmico, ora incorporando elementos de um, ora de outro, de acordo com quem o enuncia. Esse fato nos alerta para a enorme complexidade do tema devido às diversas influências que ele sofre ao ser apresentado por qualquer representante destes campos de análise, que se encontram cada vez mais imbricados e representados por diferentes posições e interesses.

Os estudos que versam sobre a temática do agronegócio encontram as bases de sua conceituação no clássico trabalho desenvolvido nos Estados Unidos pelos economistas John H. Davis e Ray A. Goldberg (1957), no qual foram lançadas as primeiras ideias quanto à natureza do chamado *agribusiness*, devido às preocupações destes precursores em analisar as mudanças técnicas e estruturais presentes na agricultura norte-americana naquele momento.

Este trabalho foi o grande inspirador de outras obras sobre o tema, entre elas, o livro “Complexo Agroindustrial: o “*agribusiness* brasileiro”, de Ney Bittencourt de Araújo, Ivan Wedekin e Luiz Antônio Pinazza (1990), que tinha como objetivo “oferecer ao leitor uma visão abrangente e sistêmica do Complexo Agroindustrial no Brasil” (ARAÚJO et al 1990: IX). Estes autores retomam a noção de *agribusiness* de Davis & Goldberg, definida como sendo “a soma total de todas as operações envolvendo a produção e a distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e dos itens produzidos por eles” (Apud ARAÚJO et al 1990: 03).

Através da noção descrita acima torna-se perceptível a proximidade desta definição com as transformações no setor agrícola, que possibilitaram a formação dos chamados complexos agroindustriais (CAI). Em Araujo et al (1990) temos o CAI já inserido numa concepção que extrapola os limites das cadeias produtivas e o processo de sua formação, incorporando à noção de CAI as características presentes no chamado *agribusiness* (como, por exemplo, a articulação entre as atividades executadas e integradas antes, durante e depois

2009), onde procuramos relacionar como este novo modelo agrícola foi sendo classificado e apresentado nos livros didáticos da disciplina de Geografia. Este trabalho teve como objetivo perceber a importância desses registros e como eles estavam conceituando o chamado agronegócio enquanto este é objeto de intensas disputas no meio político envolvendo suas definições e o grau de sua relevância para o país. Além disso, participamos de uma pesquisa do CPDA/UFRRJ (*Sociedade e Economia do Agronegócio: um estudo exploratório*) que tem como foco de pesquisa conhecer o conjunto das relações sociais as quais o agronegócio brasileiro está vinculado. Ver mais em <http://campo hoje.net.br/equipe>.

da fazenda, envolvendo assim os agentes ou atores que participam deste processo), procurando fazer deste último o novo conceito a ser empreendido para analisar a estrutura de organização e de produção da agricultura brasileira.

Dessa forma, o ‘*agribusiness*’ engloba os fornecedores de bens e serviços à agricultura, os produtores agrícolas, os processadores, transformadores e distribuidores envolvidos na geração e no fluxo dos produtos agrícolas até o consumidor final. Participam também nesse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, tais como o governo, os mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços (ARAUJO et al 1990: 03).

Grynszpan (2009) explora como o termo agronegócio, tradução literal de *agribusiness*, foi importado dos Estados Unidos para o Brasil, sobretudo a partir das relações interpessoais entre os principais atores envolvidos na construção e afirmação deste setor no Brasil. Apontando o agronegócio como ator social real, de dimensão política e econômica complexa, o referido autor reúne um conjunto de dados e fatos que se imbricam desde os anos 1950 para mostrar a teia de relações, sejam elas institucionais ou interpessoais, que fez com que houvesse a construção do termo no Brasil, na busca por novas representações do rural e de seus principais agentes.

Grynszpan destaca os pesquisadores norte-americanos que cunharam pela primeira vez o conceito de *agribusiness* (Davis e Goldberg) em meados dos anos 1950, quando eles procuravam compreender a nova dinâmica da economia dos Estados Unidos e as relações estabelecidas entre os setores industrial e agrícola, indicando um caráter de interdependência entre estes setores que os retirava, definitivamente, da análise isolada que os setores sofriam diante de suas produções.

Duas figuras nacionais, de distintos meios, foram apontadas por Grynszpan como fundamentais no processo de importação e divulgação das ideias sobre o agronegócio no Brasil. São elas: Ney Bittencourt de Araújo e Roberto Rodrigues³. A partir de um conjunto de ações envolvendo ambas as figuras é que houve, inicialmente, o desenvolvimento da conceituação do agronegócio no Brasil, seja na proximidade com os meios acadêmicos e empresários realizados por Ney Bittencourt ou nas relações políticas e/ou institucionais estabelecidas através de Roberto Rodrigues. A articulação destas forças influenciou a elaboração do conceito no país, a sua estruturação enquanto setor, a promoção de políticas públicas voltadas aos seus interesses e o papel de representação dos atores resultantes deste processo, induzindo o fortalecimento de entidades patronais (como por exemplo: OCB, SRB e CNA) que buscavam uma nova imagem para suas atividades.

Ao adquirirem projeção nacional e internacional em suas áreas de atuação, Bittencourt e Rodrigues tornaram-se, segundo Grynszpan, ícones das ideias sobre agronegócio no Brasil e o promoveram nacionalmente como caminho para o alavancamento do setor agrícola do país, procurando resgatar o setor de um baixo reconhecimento social pela imagem que se tinha dos fazendeiros e de entidades ligadas ao setor agrícola, que travavam batalhas discursivas com movimentos sociais do campo a fim de ter seus interesses majoritariamente atendidos junto ao governo, obtendo desta forma garantias para seus investimentos.

³ O agrônomo Ney Bittencourt foi o fundador e presidente da empresa Agroceres, de 1978 a 1996, inicialmente uma produtora de sementes de milho que se transformou em um centro de desenvolvimento de genética vegetal e animal. João Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo, professor e pesquisador na área de agronegócios, tendo se destacado na política nacional por ter ocupado o cargo de ministro da agricultura no primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2006. Ambos tiveram fundamental importância para o desenvolvimento e a expansão do conceito de agronegócio no Brasil.

Neste sentido, o termo agronegócio se apresenta, atualmente, como o conjunto de atividades que se desenvolvem antes, durante e após a produção agropecuária, sendo estas atividades também associadas ao beneficiamento destes produtos, o que revela seu caráter mais complexo quanto à articulação de atores e instituições que o envolve e, de certa forma, lhe confere maior visibilidade e representatividade.

E será a partir desta caracterização geral do conceito de *agribusiness* que irão surgir as mais variadas definições para o chamado agronegócio, ora com ênfase na sua dimensão econômica e produtiva e sua importância junto à balança comercial brasileira, ora sendo vinculado a uma complexa estrutura que articula práticas modernas com a manutenção de arcaicas ou atrasadas formas de produção no campo brasileiro. Através destes distintos olhares torna-se possível identificar o complexo debate político que se encontra enraizado na formação da história brasileira.

O tema do agronegócio encontra-se tão em voga atualmente, seja no campo acadêmico, nas manifestações públicas promovidas pelos movimentos sociais ou mesmo nos principais meios de comunicação, que, às vezes, não se consegue parar para refletir como ganhou tamanha repercussão. Ultimamente, vem sendo cada vez mais explorado no âmbito político e veiculado junto às grandes mídias. Não são poucos os meios de comunicação de massa que, diariamente, disponibilizam aos seus consumidores informações sobre o agronegócio e o conjunto de cadeias produtivas que desenvolvem as etapas de todo o sistema produtivo, o que de certa forma expõe a importância que o tema adquiriu para o país, sobretudo por esta cobertura tratar, geralmente, dos dados econômicos. Em sua maioria exploram e divulgam uma série de dados referentes aos resultados de produção e de modernização da agricultura brasileira, atribuídos à expansão do agronegócio no território nacional.

Porém, esta expansão ocorre numa relação conflituosa junto aos demais atores sociais presentes no campo brasileiro (em especial, os movimentos sociais, como o MST) que procuram, de diferentes maneiras (seja através de atos públicos, palestras, cursos de formação de seus integrantes, etc.), divulgar e promover ações que mostram o embate.

No entanto, ao considerarmos relevante pensar na dinâmica da agricultura brasileira a partir de uma análise que priorize o seu processo histórico de transição de complexos rurais para complexos agroindustriais, podemos perceber diferentes concepções que caracterizam os processos de modernização e de industrialização da agricultura, assim como dos complexos agroindustriais (CAIs).

Diante do debate político sobre o tema, não é qualquer gênero agrícola que tem sua produção vista como vinculada ou atrelada ao agronegócio. Como exemplo disto, basta analisarmos que somente alguns produtos (como soja, milho, laranja, cana de açúcar, plantações florestais) são comumente associados ao agronegócio por serem comercializados como *commodities* para o mercado internacional, enquanto outros alimentos de distribuição no mercado interno (como por exemplo, a produção de vinho e leite), apesar de apresentarem produção, estrutura e beneficiamento semelhantes ao que normalmente se caracteriza como agronegócio não sugerem esta vinculação.

Para os representantes do agronegócio, organizados em torno de associações patronais do setor agropecuário brasileiro, como é o caso da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a economia e seus respectivos números dão o tom para a forma como utilizam o termo, como podemos perceber na definição apresentada pela Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG):

a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e comercialização dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. Agronegócio envolve desde a pesquisa científica até a comercialização de alimentos, fibras e energia. No Brasil, o agronegócio é responsável por 1/4 do PIB, 36% da pauta de exportações e 37% dos postos de trabalho (ABAG, disponível em <http://www.abgrp.org.br/programa_Agronegocio.php>, Acesso em 13 de julho de 2009).

Esta definição não difere das demais aqui apresentadas quanto ao conjunto de atividades atreladas ao agronegócio, porém nos auxilia a compreender como uma das entidades do setor apresenta o termo e quais os argumentos utilizados para ressaltar a importância do agronegócio junto à economia brasileira. Nela há o intuito de demonstrar a importância do setor agropecuário quanto à sua produtividade e relevância no meio político.

A esta dita transformação da imagem do campo brasileiro está relacionada uma série de ações (envolvendo os meios de comunicação de massa e procurando abarcar, principalmente, a população urbana) lideradas pelos grandes proprietários rurais que procuram reverter, a todo custo, a imagem de possuírem terras ociosas e que não cumprem sua função social (umas das principais acusações sofridas pelos chamados latifundiários), além de carregar consigo um aspecto ultrapassado com relação ao trato junto à produção agrícola.

Esta marca negativa vinculada ao latifúndio aos poucos foi utilizado pelos movimentos sociais para caracterizar o agronegócio na tentativa de contrapor a imagem positiva construída para ele por meio de seus integrantes e apoiadores. Neste sentido, o volume de sucesso atribuído ao agronegócio se deve em parte pelos seus resultados recordes na agricultura e capacidade de incorporação técnica. Ou seja, é esta a nova imagem que se quer transmitir a todos, se desvencilhando cada vez mais das marcas deixadas na sociedade quanto à categoria latifúndio e tudo que o cerca. Destacando-se agora os números elevados de produtividade e também o de empregados neste setor, usando para isso suas inserções nos principais meios de comunicação de massa do país, que ajudam a configurar o “novo retrato” do campo brasileiro através de declarações de pessoas públicas do ramo político, dos esportes e outros, associando os produtos à sua cadeia produtiva com o intuito de ratificar a dependência do setor agrícola brasileiro ao que se convencionou chamar de agronegócio⁴.

É possível identificar algumas relações entre as características atribuídas anteriormente ao latifúndio e que agora são atreladas como parte do chamado agronegócio, tanto no que diz respeito à politização deste último termo – algo que também aconteceu com o primeiro – como na associação a grande extensão (e concentração) de terra ou na produção geralmente voltada para exportação. Quando esta face do modelo do agronegócio é denunciada e exposta à sociedade pelos movimentos sociais rurais em suas manifestações e atos públicos, torna-se visível a disputa em torno do conceito entre os atores sociais que atuam no cenário rural do país, revelando profundas divergências e uma intensa disputa em torno dos projetos para a agricultura brasileira, expressos e divulgados de diferentes maneiras por cada um dos atores.

Mas esta ligação entre latifúndio e agronegócio também apresenta grandes descolamentos, como na questão do uso da tecnologia ou com relação à preocupação em elevar o nível de produtividade (atualmente gerada pela elevada pressão quanto aos avanços

⁴ Para exemplos desta estratégia de divulgação do agronegócio ver Romão (2006).

da legislação e também da fiscalização do governo quanto às formas de trabalho estabelecidas nestas áreas), o que, de certa forma, cria uma dificuldade de se estabelecer uma relação tão direta entre estas duas categorias sem analisar os traços que os aproximam mas também aqueles os afastam.

Uma análise sobre os novos arranjos políticos advindos com a inserção cada vez mais crescente do agronegócio na pauta da economia nacional se faz presente em Delgado (2005), onde o autor destaca como o setor agrícola gerou elevados rendimentos à economia brasileira nos momentos de crise (sejam estas internas ou externas). No início desses primeiros anos do século XXI, há uma participação direta dos grupos dominantes que procuram alargar sua inserção junto ao setor agropecuário brasileiro. Este conjunto de situações recoloca o tema em debate e o autor destaca como temas de meados dos anos 1960 (como reforma agrária e modernização técnica) voltam à cena sob novo contexto:

A antinomia “reforma agrária” versus “modernização técnica” proposta pelos conservadores em 1964 é reposta na atualidade, sob novo arranjo político. Esse novo arranjo se articula nos últimos anos do segundo governo Fernando Henrique Cardoso e também no período do atual governo, quando se constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos. Essa estratégia, que estivera abandonada pela política macroeconômica do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, é adotada por pressão do constrangimento externo do balanço de pagamentos. Ela implica relançamento de uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isto reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras. Este arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento pela Via Campesina (DELGADO 2005: 51).

Outro aspecto relevante é a capacidade do agronegócio se enraizar em nosso país pela força e estratégia de seu discurso, que procura enaltecer exaustivamente os seus feitos utilizando-se da parceria que detêm junto aos principais meios de comunicação de massa do país, e assim naturalizando o discurso do agronegócio como sendo o único caminho para a agricultura brasileira.

Romão (2006) procura analisar como o discurso do agronegócio ganha visibilidade e importância na região de Ribeirão Preto (São Paulo), destacando o uso e principalmente o sentido conferido às palavras dos discursos que são veiculados em comerciais que sugerem um vínculo mais que estreito entre os produtos originados das atividades ligadas ao agronegócio (que partem, em sua maioria, para o mercado externo) e o cidadão comum. Desta forma, a autora expressa a existência de ligações realizadas pelo setor em tela para aproximar suas realizações ao cotidiano das pessoas, como no slogan de chamada dos comerciais: “Agronegócio, sua vida depende dele” (ROMÃO 2006: 02). Ao se debruçar sobre os discursos presentes no referido slogan, Romão completa:

Assim, o agronegócio passa a nomear-se como (oni)potência, visto que conhece as necessidades do espectador, sabe o que é importante para ele e produz exatamente aquilo que garante o preenchimento dessas necessidades. Há, no discurso desse slogan, a combinação de uma imagem de saber e de poder, fazendo falar o agronegócio como a representação de um sentido absoluto de força, óbvio e natural. Além do slogan, chamam atenção a

música atraente e as sequências velozes de imagens bem produzidas com closes de terras produtivas, campos coloridos por plantações, maquinários em ação, grãos escorrendo para estocagem dentre outros. Esse painel de recursos não-verbais significa muito, visto que estabelece um diálogo com o slogan, reforçando os efeitos de dependência do espectador diante da poderosa produção do agronegócio. (ROMÃO 2006: 02).

Ao se propor a construir uma abordagem sobre como o agronegócio é apresentado na mídia (em seus diversos meios de divulgação, como jornais, revistas, sítios eletrônicos e canais de televisão), Romão (2006) apresenta diferentes estratégias de disseminação da imagem que o agronegócio realiza em conjunto com uma de suas principais aliadas: a propaganda por meio de sistema televisivo com a presença de pessoas públicas dos ramos os mais diversos. A autora nos coloca em contato com algumas situações passadas na cidade de Ribeirão Preto (São Paulo), conhecida como a Califórnia brasileira, onde personalidades públicas do esporte e da música brasileira emprestam sua imagem para afirmar a presença do agronegócio na região. Representantes do setor buscam relacionar ou associar as histórias de sucesso pessoal ao sucesso do agronegócio e suas atividades locais. Uma estratégia que visa promover não somente a atividade em si mas também propagar a sua imagem pela difusão de resultados positivos e com personalidades públicas apontadas como idôneas, revelando tacitamente neste caso o caráter político presente no simples ato (porém bastante significativo) de emprestar uma imagem para a divulgação de produtos oriundos do agronegócio.

Romão e Pacífico (2008) apontam a existência de um programa institucional desenvolvido pela ABAG de Ribeirão Preto (São Paulo) chamado “Agronegócio na Escola”, implantado em 2001 em parceria com a Rede Estadual de Ensino, para promover junto à escola pública e seus respectivos alunos diversas atividades que têm por objetivo destacar a importância do agronegócio para a região e também para todo o país.

Ao consultarmos o sítio eletrônico da ABAG/Ribeirão Preto temos a dimensão do que este projeto representa, visto que o mesmo possui uma abrangência que impressiona pela sua capacidade de articulação e de produção de materiais como cartilha e vídeos com o intuito de valorizar a imagem do agronegócio através de sua inserção no campo da educação, conforme podemos ver abaixo:

Um dos instrumentos mais eficazes para promover a valorização da imagem do Agronegócio é a educação, por isto a ABAG/RP criou o “Agronegócio na Escola”. Realizado em parceria com a Secretaria Estadual da Educação e implantado em 10 Diretorias de Ensino da macrorregião de Ribeirão Preto, o Programa Educacional “Agronegócio na Escola” é destinado aos estudantes da primeira série do ensino médio, e tem por objetivo levar os conceitos fundamentais do agronegócio para as salas de aula, de forma multidisciplinar. (...). O “Agronegócio na Escola” vem sendo desenvolvido desde 2001. Por ele já passaram mais de 90 mil alunos. Em 2007, 24.500 estudantes e 1.800 professores, de 141 escolas, de 83 cidades da região, participaram de cerca de 500 atividades (ABAG, disponível em <http://www.abagrp.org.br/programa_Agronegocio.php>. Acesso em 13 de julho de 2009).

Um trabalho mais recente que aborda esta questão é um relatório elaborado para a pesquisa “Sociedade e Economia do agronegócio: um estudo exploratório”⁵, onde Lerrer (2009) faz uma análise concisa e bastante delimitada a respeito do processo de representação política sobre o agronegócio, procurando identificar os marcos políticos e históricos nos quais o termo agronegócio começa a ser utilizado no Brasil para representar a cadeia produtiva voltada para o setor agropecuário.

O foco central da autora neste trabalho está pautado na busca por uma “descrição da história social de consagração do termo agronegócio e do grupo de interesse que é o responsável pela divulgação deste conceito” (LERRER 2009: 02), tendo como base de pesquisa de dados uma revista de difusão de informações (*Revista Agroanalysis*) vinculada a uma instituição respeitada (Fundação Getúlio Vargas) e que apresenta estudos importantes sobre o meio rural brasileiro e também o *Jornal Sem Terra*.

Em cada um desses periódicos, a autora trata das concepções que deram forma ao longo do tempo à visão geral que temos atualmente sobre o que é o agronegócio, e de que maneira esta concepção termina por receber diferentes significados para cada um destes grupos estudados, além de apontar alguns dos distintos usos que o termo em destaque acaba por gerar ao ser veiculado por estes diferentes atores e seus diversos canais de divulgação e de representação.

Lerrer apresenta uma recomposição do contexto em que se desenvolveu a liderança política de Roberto Rodrigues e a difusão do conceito do agronegócio, através de uma incessante divulgação de pesquisas e de artigos formulados por acadêmicos e técnicos para dar maior credibilidade científica a esta nova abordagem.

Cabe ressaltar que a participação de Roberto Rodrigues como o grande articulador político entre as entidades patronais ganha destaque nas páginas do trabalho de Lerrer, seja no resgate de sua trajetória de vida, como também junto à representação de produtores rurais. A influência política de Rodrigues fez com que ele se tornasse o promotor mais visível da nova imagem do meio rural (o chamado agronegócio) que se deseja tornar acessível e clara a todos, principalmente no momento em que as questões relacionadas à luta por terras começavam a ficar conflituosas e tensas na sociedade brasileira, pela grande repercussão das ações dos movimentos sociais rurais (principalmente o MST) de meados ao final da década de 1990.

Pelos movimentos sociais⁶, percebe-se a participação de diversos intelectuais e pesquisadores que procuram dar certa contribuição teórica as análises dos movimentos sociais, apontando uma nova imagem dos chamados “inimigos públicos” destes movimentos sociais que lutam pela realização de uma reforma agrária.

Como forma de crítica ao modelo historicamente presente no meio rural, estes movimentos procuram traçar uma associação entre o latifúndio e o agronegócio (assim como as estruturas que os sustentam), devido ao amplo privilégio destinado ao setor do agronegócio com relação aos volumes de recursos para financiar suas exportações em contraposição à crescente importância dos pequenos e médios agricultores. Neste sentido, Lerrer (2009)

⁵ Trata-se da pesquisa “Sociedade e economia do ‘agronegócio’ no Brasil: um estudo exploratório”, coordenada pelos professores Beatriz Herédia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira e Sérgio Pereira Leite. De acordo com o site da pesquisa, “O objetivo do projeto é realizar um mapeamento das relações sociais que configuram o chamado “agronegócio” no Brasil atual, procurando estabelecer seus vínculos com as políticas estatais e com as estratégias de grandes empresas a que está associado. [...] De seu quadro fazem parte professores e alunos desses centros de pesquisa, bem como de outras universidades” (Fonte: <http://campohojenet.br/>, acesso em 18 de julho de 2013).

⁶ Lerrer (2009) realizou consultas eletrônicas junto ao Jornal Sem Terra na procura da citação do termo agronegócio, o que acabou restringindo a pesquisa, conforme relata a autora.

contrapõe os discursos dos representantes destes setores e alerta uma provável insustentabilidade do modelo em vigor, levando em consideração não somente os seus sucessos (recorde de produção e excelentes resultados na balança comercial brasileira através dos altos índices de exportação), mas também o seu fracasso, ao promover uma acentuada destruição do meio ambiente e ao submeter o ser humano a condições extremamente precárias e subumanas de trabalho.

Ao analisar a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro a partir da oposição entre agricultura familiar e agronegócio, Sérgio Sauer (2008) afirma que não é meramente uma disputa conceitual mas também uma disputa política, por espaço e pela defesa desse em âmbito de financiamento e política pública, além de envolver processos políticos de luta e resistência, no contexto de um amplo processo de modernização do setor agrícola.

Diante da busca pela apropriação das palavras e o poder gerado pela sua classificação, Sauer (2008: 15), inspirado em Pierre Bourdieu, registra que os processos sociais dão poder de nomeação e classificação e influenciam na construção de identidades sociais. Segundo este autor, “os processos sociais e embates políticos no campo brasileiro transformaram as noções de agricultura familiar e agronegócio em conceitos-síntese” (Sauer, 2008: 67), ou seja, noções que se transformam em valores expressos pela identidade social construída, revelando projetos políticos opostos.

Este processo de nomeação alimentou o embate de distintos modelos voltados para a agricultura e que se faz presente na relação de oposição que observamos ao investigar o processo de construção da identidade dos termos latifúndio e o agronegócio no Brasil através da lente do JST.

A ideia de trabalhar com o JST representa um olhar diferenciado sobre o tema, utilizando as lentes dos registros do MST, onde suas proposições se materializam, tomam forma e corpo com as ações do próprio Movimento, sendo este reflexo do processo de construção e reconstrução de suas ideias.

Neste sentido, o *Jornal Sem Terra* registrou o processo de construção das propostas e leituras conjunturais do MST frente às transformações passadas pela agricultura, dando publicidade ao seu pensamento e conferindo às suas ações um caráter de oposição ao modelo de agricultura pautado pelo agronegócio.

Em contraposição aos efeitos do agronegócio propalados na grande mídia, o MST vem tecendo críticas cada vez mais contundentes e alarmantes em relação à expansão e consolidação do agronegócio no meio rural brasileiro. Apresentam assim outra imagem do agronegócio, sendo este vinculado à degradação do meio rural, ao utilizar em seus domínios a exploração de mão de obra similar ao trabalho escravo, ter sua produção atrelada à monocultura de produtos primordialmente voltados para o abastecimento do mercado externo (em detrimento da alimentação básica que abastece o mercado interno) ou mesmo da devastação de grande parte dos ecossistemas nacionais causada pela expansão de seus domínios e, consequentemente, do uso que faz do mesmo.

Na elaboração da pesquisa, elencamos algumas questões como eixo direcional da construção da análise que nos propomos realizar. Dentre os questionamentos levantados, destacamos:

1. Como o MST vem construindo e reconstruindo ao longo do tempo os seus opositores?
2. Quais fatores levaram o MST a realizar uma resignificação do seu principal opositor, antes calcada na crítica contra o latifúndio e suas estruturas historicamente presentes no campo brasileiro (grandes extensões de terra, mão de obra escrava, com produção baseada na monocultura e geralmente voltada para a exportação), e que, desde o início dos anos 2000, passou a ser dirigida ao agronegócio (apontado pelo movimento como a nova imagem do latifúndio, pois mantêm algumas de suas práticas mas possui uma dimensão mais ampla,

organizada em uma cadeia produtiva que envolve outros setores da economia)? Em que contexto esta mudança de olhar ocorre?

3. Compreender as características das concepções construídas a partir das ações dos diferentes sujeitos sociais que se encontram em disputa neste processo de definição acerca do termo agronegócio.

Nossa pesquisa junto ao *Jornal Sem Terra* foi feita da seguinte maneira: primeiramente, as edições, em formato eletrônico, foram obtidas por meio de *download* do site Armazém Memória (arquivo que dispõe para consulta as edições do período correspondente de 1981 a 2008), sendo armazenadas e organizadas tendo por base o mês, ano e número de cada edição disponível no respectivo site. As edições de 2009 a 2011, quando o JST completou 30 anos, foram obtidas no site do MST, numa versão eletrônica diferente das anteriores, que permite a leitura do jornal no formato *online*, como se estivesse folheando o jornal impresso.

A consulta a estas edições esteve voltada para os dados (matérias jornalísticas, entrevistas, notas, manchetes, etc.) que abordavam os principais temas ligados aos adversários políticos do MST. Neste caso, foram extraídas as informações relacionadas ao latifúndio, agronegócio, formas de luta e resistência praticadas pelos agricultores de todo o Brasil e situações de violência.

Também foram realizadas entrevistas⁷ com alguns editores do JST, além de utilizarmos materiais de entrevistas concedidas por outros editores e que foram disponibilizados em meio eletrônico. Essas entrevistas tiveram como eixo principal a observação dessas pessoas quanto ao papel exercido pelo JST junto ao movimento social, assim como compreender a dinâmica da organização do jornal perante a construção dos diferentes adversários que o MST elencou ao fazer do jornal a sua voz e representação como órgão de registro dos fatos pelo próprio Movimento.

A leitura de cada uma das edições permitiu acompanhamos não somente as transformações e mutações da forma como o MST definia seu adversário político e ao mesmo tempo construía a sua identidade enquanto movimento social, mas também a própria direção tomada pelo JST diante de tantas mudanças que o influenciavam diretamente.

É perceptível o crescimento do jornal frente à equipe de profissionais que iniciou no boletim informativo e que, posteriormente, adquiriu *status* de jornal ao incorporar profissionais ligados ao meio jornalístico, dando ainda mais publicidade à luta dos trabalhadores rurais sem-terra em todo o país.

O fato é que se tornou público o processo de disputa em torno do chamado “agronegócio”, que vem sendo realizada de diferentes formas por meio de diversos canais, seja pelos movimentos sociais através de textos em tom de denúncia⁸ ao expor os impactos sociais e ambientais presentes nas atividades relacionadas ao agronegócio, ou mesmo as constantes estatísticas exploradas pelos seus defensores como o setor que ativa a balança comercial brasileira, pelo fato de ser considerado um dos maiores exportadores de grãos do mundo, principalmente com relação à produção da soja.

⁷ As entrevistas seguiram um roteiro de perguntas, sendo uma delas feita pessoalmente, em 17 de dezembro de 2012, e outra realizada por telefone, em 10 de janeiro de 2013. Os nomes dos entrevistados, entretanto, foram substituídos por nomes fictícios para se manter em sigilo a identidade das pessoas. Agradeço, em particular, a Clara Evangelista, pela cessão de outra entrevista com um terceiro editor do jornal.

⁸ Textos embasados em estatísticas e dados disponibilizados por instituições governamentais e principalmente pela CPT, divulgados anualmente e disponíveis para consulta em seu endereço na rede mundial de computadores. Ver, dentre outros, ALENTEJANO et al (2007) e PORTO-GONÇALVES (2004 e 2005).

Para melhor apresentar esta leitura e suas principais características dividimos o trabalho em cinco capítulos. O primeiro aborda os conflitos sociais no meio rural brasileiro e a progressiva transformação do latifúndio como adversário político comum às diversas categorias de trabalhadores do campo, já que estes percebiam a terra não como mero instrumento de trabalho, mas também como local onde viviam e construíam suas relações sociais. Neste capítulo procuramos trabalhar as principais transformações sofridas pela agricultura brasileira desde os anos 1950 até o início dos anos 1960, quando o debate ganhou força política, devido à grande pressão que se fazia perante a necessidade de se realizar diversas reformas sociais no país.

No capítulo dois tratamos do contexto envolvendo o golpe militar de 1964 e nos debruçamos sobre o debate teórico em torno das mudanças estruturais que ocorreram na base de sustentação do setor agrícola brasileiro, abordando os atores em disputa e suas resignificações ao longo do processo. As implicações políticas do golpe para o meio rural brasileiro se desdobraram no desenvolvimento de uma legislação específica para o campo, como o Estatuto da Terra. Este período ficou marcado não somente pela repressão dos militares aos diversos atores sociais que atuavam em defesa de direitos, mas também pela atuação de entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e posteriormente de setores e lideranças da igreja Católica. Entidades e organizações sociais que procuravam, mesmo com interesses e pensamentos distintos, organizar os trabalhadores rurais e suas lutas.

Destaca-se também o fato de que foi justamente no referido período que as transformações da agricultura iniciadas nos anos 1950 alcançaram sua plenitude, impondo ao meio rural brasileiro, nos anos 1970, novas formas de se organizar e sustentar como força na economia nacional. E foi exatamente da experiência de diversas lutas surgidas neste crítico período histórico nacional, com o aparecimento de importantes movimentos de resistência, que deu origem ao informativo diário sobre lutas camponesas no sul do país.

O terceiro capítulo aborda o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), procurando resgatar ao longo de sua trajetória as características e/ou estratégias utilizadas pelo Movimento para identificar os seus opositores, e assim compreender como os seus adversários foram sendo construídos a partir do contexto político/histórico que dificultam a realização/concretização de suas ideias e ações. Como expressão das ideias e sendo a voz do movimento, abordamos o surgimento do *Jornal Sem Terra* e as principais transformações que o antigo boletim passou até se consolidar na estrutura do atual jornal. Esta trajetória histórica do JST nos permitiu compreender como ele foi um importante instrumento de luta e mobilização dos trabalhadores rurais nos embates e na construção dos seus opositores.

O quarto capítulo explora, através da leitura do JST nos anos 1980 até o fim dos anos 1990, como o MST travou sua disputa com o principal opositor eleito pelo movimento nos anos 1980 – o latifúndio (que permaneceria como foco central de suas manifestações nos anos 1990 e até mesmo no início do século XXI).

E, finalmente, o quinto capítulo está centrado na relação do MST com o chamado agronegócio ao apontá-lo como o sucessor do latifúndio, atribuindo a este várias das características presentes no termo que o antecederá, mas ao mesmo tempo procurando desenhar como esta nova versão de opositor se articula junto às dimensões políticas e econômicas presentes no meio rural brasileiro. Esta percepção das mudanças quanto ao seu adversário ou mais novo opositor está registrada nas páginas do JST, de onde procuramos resgatar as características atribuídas pelo MST ao agronegócio, eleito como o grande adversário do movimento nos anos 2000. Ainda assim, o jornal expressa a convivência da

utilização de ambos os termos para construir, apontar, e principalmente, definir a imagem do opositor e propagá-la nos diversos setores da sociedade.

Nas Considerações Finais, realizamos apontamentos sobre o processo de formação dos adversários do MST, procurando destacar as principais estratégias identificadas neste caminho, em especial, nas páginas do jornal. Em seguida, apresentamos nos Anexos uma sequência de capas históricas do JST, destacando nelas as abordagens de suas principais manchetes relacionadas ao tema do trabalho.

A proposta de estudar esta conflituosa disputa travada entre o MST e os porta-vozes do chamado agronegócio procura contribuir um pouco mais para as análises empreendidas sobre as transformações ocorridas no campo brasileiro.

CAPÍTULO I – OS CONFLITOS SOCIAIS DO CAMPO BRASILEIRO E A TRANSFORMAÇÃO DO LATIFUNDIO EM ADVERSÁRIO

Neste capítulo procuramos resgatar parte do contexto em que o Brasil se encontrava nos anos 1950/1960, destacando o debate em torno da categoria “latifúndio”, emblemático para se compreender a estrutura de distribuição de terras no país e as lutas dos trabalhadores contra as diversas formas de exploração do trabalho pelos grandes proprietários de terra. Esse embate suscitou disputas sociais e políticas para se definir o papel que a agricultura teria no processo de desenvolvimento econômico do país, principalmente diante da emergência política dos movimentos campesinos.

No contexto internacional, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até meados dos anos 1960, estava em curso um conflito político e econômico capaz de dividir o mundo em dois diante da emergência de duas superpotências. De um lado, a força dos países capitalistas, aglutinadas em torno dos Estados Unidos. Do outro lado, o bloco socialista, representado pela união de países que formaram a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Este novo rearranjo geopolítico mundial foi então chamado de “Guerra Fria”, que perduraria até o fim dos anos 1980, com a queda da URSS.

O Brasil, assim como a América Latina, também estava inserido nesta disputa. Os Estados Unidos pressionavam o governo brasileiro para implantar uma reforma agrária, com o intuito de amenizar a influência da revolução cubana na América Latina. Desta maneira, procurava – a partir do projeto Aliança para o Progresso⁹ – minar a aproximação dos

⁹ Sobre o contexto político e os interesses dos Estados Unidos para a América Latina através da Aliança para o Progresso, Medeiros (2006) aponta as divergências dos projetos em curso no Brasil para a implementação das medidas incentivadas pelo governo norte-americano. O conjunto de ações, com elevado aporte financeiro, para diminuir a desigualdade social entre as nações da América Latina tinha um interesse maior pelos Estados Unidos: afastar uma possível influência comunista na região, visto que havia um forte receio quanto a uma aproximação das ideias comunistas junto aos governos latinos. Em artigo publicado na internet pela Carta Maior em maio de 2006 (disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/templates/coluna>>), Medeiros (2006) destaca: “Nos anos 50, a lógica das reformas agrárias que eram anunciadas nos países latino-americanos estava relacionada à “guerra fria”. As lutas campesinas que ocorriam em todo o continente passavam a ser interpretadas dentro desse quadro de referência: apontavam para uma disputa entre integrar os campesinos ou correr o risco de que eles fossem atraídos para as propostas dos partidos comunistas que se fortaleciam. Assim os significados e possibilidades das lutas por terra eram objeto de disputa e, em alguma medida, demarcados por outras lutas e programas políticos. É nesse quadro que emerge a Aliança para o Progresso e a Carta de Punta Del Este, na qual os governos da América Latina se comprometiam com transformações fundiárias em seus países, visando eliminar desigualdades e afastar o perigo das revoluções comunistas, das quais Cuba aparecia como o exemplo emblemático. Essas reformas também eram propaladas num contexto em que se discutia a necessidade de aumentar a produção de alimentos, para dar conta das novas necessidades que estavam sendo trazidas pela industrialização e a urbanização que se aceleravam. A reforma agrária de então tinha também o papel de superar o que era chamado o “atraso” do campo: baixa produtividade, pouca incorporação de tecnologia, ausência de reconhecimento de direitos dos que trabalhavam nas grandes fazendas, etc., enfim, o “latifúndio”. Tomando o caso do Brasil como exemplo, não por acaso, havia vários projetos em disputa, todos eles nomeados como sendo “reforma agrária”. Nos anos 60 e 70, no Brasil, mas também em outros países da América Latina, acabou por triunfar, sob o comando de governos militares, a modernização da agricultura, sem transformações fundiárias”.

comunistas com os países do continente latino americano e ganhar o apoio para uma possível base militar estratégica.

1.1 – Os Caminhos Das Lutas No Campo Nos Anos 1950 E A Caracterização Do Latifúndio Enquanto Categoria Política

Nos debates dos anos 1950, havia uma preocupação, não apenas no Brasil mas em toda a América Latina¹⁰, quanto às delimitações do que se convencionou chamar de “latifúndio”¹¹. São diferentes abordagens de intelectuais ou estudiosos que o caracterizam para explicar o lugar que a grande propriedade ocupava no processo de desenvolvimento do país.

Desta forma, ora surgia a defesa do fim do latifúndio (ao indicá-lo como um entrave ao desenvolvimento nacional e um potencial gerador da pobreza do campo), ora era lançada a ideia de não se alterar a estrutura de propriedade da terra que permitia a sua concentração, e justificando por meio de um melhor aproveitamento produtivo de sua área, principalmente através do implemento de modernas técnicas que o transformassem em empresa produtiva.

No meio rural brasileiro houve um choque de trabalhadores rurais com o latifúndio, e que teve como resultado a contestação do importante instrumento de poder baseado no domínio de terras. As características atribuídas ao latifúndio ao longo do tempo denotam o modo pelo qual as categorias dos trabalhadores rurais o elegeram como o inimigo comum a ser combatido, ao mesmo tempo em que demonstram como as associações patronais também buscaram meios (políticos, legais e ideológicos) para conferir uma outra imagem às grandes unidades produtivas.

No início dos anos 1980, em trabalho apresentado em um seminário que realizava uma revisão crítica da produção sociológica voltada para a agricultura, o antropólogo Moacir Palmeira apresenta importante contribuição sobre o tema (PALMEIRA 1984). Segundo o autor, este debate apresentava uma série de dificuldades teóricas e também metodológicas revelando fortes conotações políticas. O conceito de latifúndio implicava o monopólio da terra, emprego de pouca tecnologia, improdutividade da terra se comparada à sua extensão e produção voltada para o mercado externo.

Ao analisar o desenvolvimento das formas de produção e as noções de latifúndio formuladas até os anos 1960, Palmeira (1984) procurava compreender a natureza do debate

¹⁰ Inserida como colônia desde o século XVI no chamado sistema-mundo criado pela Europa Ocidental a partir das grandes navegações ibéricas, a América Latina construiu um pensamento social acerca de sua inserção no sistema mundial devido às lutas pela independência travadas em seu território. O principal centro de formulação teórica sobre as condições de ingresso da região na economia-mundo desenvolveu-se a partir da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e seus autores de maior prestígio foram Raúl Prebisch e Celso Furtado. Como reflexão sobre o processo de expropriação dos recursos naturais e sobretudo humanos da América Latina destaca-se a leitura de *As Veias Abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano, que nos anos 1970 publicou esta obra que desnuda em grande parte o saque feito pelos países colonizadores nesta região desde o seu descobrimento, enfatizando os seus mais de quinhentos anos de exploração e da miséria desses países e seus povos.

¹¹ Nas palavras de Lígia Osório Silva, latifúndio representa o “Vasto domínio rural nas mãos de um proprietário, no qual se pratica um tipo de agricultura ou de criação que não se exige grandes investimentos. Na agricultura, o latifúndio está associado à monocultura, e nenhum autor que tenha estudado as relações entre o homem e a terra deixou de salientar a influência negativa da propriedade latifundiária sobre ambos. A concentração de terras que o latifúndio representa constituiu um entrave à proliferação da pequena propriedade, como o comprovam as dificuldades enfrentadas pelas experiências de colonização do século XIX.[...] Apesar de atacado em diversos contextos históricos como uma forma retrógrada e anti-social de exploração, o latifúndio resistiu ao tempo” In Motta (org) 2005.

sobre a exploração agrícola no campo brasileiro até então, caracterizando-o de modo dual entre unidade de produção de subsistência e unidade de produção para o mercado. Para ele, essas noções marcam a densidade ideológica do debate na época, com os autores procurando defender em seus estudos a tese feudal ou capitalista para definir as relações de produção existentes na agricultura brasileira. Esta defesa era feita através da teoria da referência em que cada autor se baseava na busca das respostas a questões do presente nos traços que marcavam o passado. Importante destacar que os autores em questão (como Caio Prado Junior, Alberto Passos Guimarães e outros) pesavam no debate político e as suas posições representavam possíveis caminhos diferentes a serem seguidos naquele momento.

As diferentes correntes teóricas buscavam sustentar seus distintos argumentos tendo como base os mesmos dados estatísticos com relação à produção agrícola (PALMEIRA, 1984), diferenciando-se, no entanto, pelas implicações políticas.

A inserção de palavras como “camponês” e “latifundiário” configurava a dimensão política, diante do grande impacto causado pelas lutas camponesas, que marcaram diversos períodos ao longo da história brasileira. Sobre os usos desses termos, destaca Martins:

[...] Um trabalhador, que na Europa e em outros países da América Latina é classificado como camponês, tinha aqui [Brasil] denominações próprias, específicas até em cada região. Famoso tornou-se o *caipira* [...], usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, de Goiás, do Paraná, do Mato Grosso do Sul. No litoral paulista, esse mesmo trabalhador é denominado de *caíçara*. No Nordeste do país, chamam-no de *tabaréu*. Noutras partes é conhecido como *caboclo*. [...] são palavras que desde os tempos remotos têm duplo sentido. Referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis. [...] No conjunto, são palavras depreciativas, ofensivas. Isso talvez explique por que essas palavras foram desaparecendo do vocabulário cotidiano. [...] É significativo que a progressiva inutilidade dessas palavras tenha correspondido aproximadamente ao crescimento das lutas camponesas e à entrada da situação do campesinato no debate político nacional. Também os proprietários de terra tinham designações distintas conforme a região e a atividade: *estancieiros* no Sul; *fazendeiros* em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná; *senhores de engenho* no Nordeste; *seringalistas* no Norte. [...] passaram a ser designados como *latifundiários* (MARTINS 1986: 21-22).

Portanto, há de se destacar o peso que estas palavras assumiram no interior da luta política entre tais categorias e a forma na qual foram utilizadas para designar tanto a si mesmo, enquanto fator de identidade, como para delimitar o seu opositor. Neste sentido, Martins salienta a importância deste processo para a luta dos camponeses e conclui que:

Essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe, e sobretudo, que procuram dar unidade às lutas do camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção de História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo

nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (MARTINS 1986: 22-23).

Destacando as principais lutas camponesas no Brasil, Martins (1986: 41) aponta importantes fatos históricos que conferiram um novo estatuto a essa categoria. Destaca a Lei de Terras (ainda em 1850) como forma de impedir o acesso à terra pelos camponeses, estabelecendo o acesso a esta somente por meio da compra e chamando as demais de devolutas¹².

A Lei de Terras teve como principal resultado a instituição da moderna propriedade jurídica da terra, limitando sua obtenção unicamente pelo mecanismo de compra, segundo as regras do mercado. De acordo com Medeiros (1983:14), “A Lei de Terras transformou a terra em domínio público, patrimônio da nação. O acesso a ela deveria teria que se dar através da compra, o que significava uma aparente igualdade no mercado encobrindo a restrição e o monopólio da propriedade”.

O monopólio fundiário resultava não só em controle econômico mas também político e ideológico do proprietário sobre os seus subordinados que, sem acesso a nenhum instrumento capaz de garantir seus direitos, encontravam-se numa condição de extrema dependência diante dos proprietários de terra. Este amplo domínio dos grandes proprietários, canalizado pela elevada concentração de poder, gerou as então chamadas oligarquias agrárias, que figuraram no meio rural brasileiro desde antes do período imperial e ainda se faziam presentes no interior de algumas regiões brasileiras durante os anos 1980 (MEDEIROS 1983: 16). O impacto desse controle gerou conflitos e resistência, como ressalta Martins (1986), ao apontar que o surgimento no Brasil de movimentos de contestação (como o messianismo e o cangaço) indica uma situação de desordem nos vínculos ou laços tradicionais de dependência no sertão. Diante do surgimento das Ligas Camponesas nos anos 1950 e também da formação de sindicatos no meio rural, Martins aponta que:

Se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50 a liga camponesa e o sindicato serão as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do messianismo e do banditismo e com outras formas de luta e de resistência (MARTINS 1986: 67).

O autor salienta que esses movimentos eram absolutamente distintos entre si, não estabelecendo uma relação direta entre si. Porém, eles se conectavam em torno da luta pela posse da terra e sua forma de apropriação.

¹² De acordo com Marcia Motta, “Originalmente, o termo devoluto referia-se a terras devolvidas para indicar as terras dadas por sesmarias que não foram cultivadas e, portanto, devolvidas à Coroa. Aos poucos, o termo foi sendo empregado para referir-se às terras livres, em tese não ocupadas, que, uma vez discriminadas, torna-seiam parte do patrimônio do poder público. Com a Lei de Terras de 1850, a definição de terras devolutas passou a estar expressa pelo art. 3º da lei. Segundo ele: “São terras devolutas: 1) as que não se acharem aplicadas a algum uso público; 2) as que não se acharem em domínio particular; 3) as que não se acharem dadas por sesmarias; e 4) as que não se acharem ocupadas por posse que, apesar de não se fundarem em título legal, foram legitimadas por esta lei”. Até os dias de hoje, a definição de terras devolutas apoia-se nos princípios originalmente definidos pela Lei de Terras de 1850. A rigor, a legislação caracteriza terras devolutas a partir da noção de exclusão de particulares. [...] Em suma, as chamadas terras devolutas são pertencentes ao Estado (federal ou estadual) e uma vez discriminadas passam a denominarem-se terras públicas” (MOTTA, Márcia (org.) 2005: 469).

Em cada região, dependendo de características locais, o movimento assumiu determinadas peculiaridades. Alguns foram duradouros, como a experiência de Trombas e Formoso, as Ligas Camponesas, os Sindicatos. Outros foram de gestação demorada e resultados curtos, como a Revolta do sudoeste do Paraná, a Revolta de Porecatu [...]. Embora tais movimentos não apresentem unidade na forma de sua expressão, de sua organização, de seus objetivos, eles apresentam uma certa unidade quanto à causa. De fato, o que em todos eles estava em jogo não era propriamente a propriedade da terra e sim a renda capitalista [...]. As diferentes formas de lutas e os diferentes movimentos expressavam uma só coisa: a luta dos camponeses contra a renda da terra [...]. Eles encontraram pela frente uma classe de proprietários de terra que eram ao mesmo tempo capitalistas, numa situação histórica em que o arrendatário capitalista e o proprietário não se personificaram em classes sociais diferentes. (MARTINS 1986: 79-80).

A crescente resistência expressa pelos camponeses despertou a atenção de seus principais interlocutores nos anos 1950: o Partido Comunista e a Igreja Católica. E uma das marcas dos anos 1950 e 1960 foi a disputa pela representação do campesinato, quando este desponta com relevante peso político. Um exemplo na busca por esta representação pode ser expressa pelas diferentes concepções que o termo reforma agrária radical tinha para cada um destes atores que disputavam o apoio dos camponeses.

[...] as Ligas de certo modo evoluíram no sentido de definir a reforma agrária radical em termos opostos àqueles propostos tanto pelo PCB como pela Igreja. Já em 1960, para o Partido a reforma agrária radical seria alcançada por etapas, através de reformas parciais. Para as Ligas, ao contrário, a reforma somente seria radical se alcançasse no seu conjunto o direito de propriedade da terra, se acabasse como monopólio de classe sobre a terra e desse lugar à propriedade camponesa, inclusive à estatização da propriedade. Isso significava a recusa da política da frente única preconizada pelo Partido Comunista e que também era adotada pelo governo de Goulart. Para as Ligas não havia contradição essencial entre o latifúndio e a burguesia, como entendia o PCB (MARTINS 1986: 89).

Ao tratar da origem das Ligas Camponesas¹³ (em especial, no estado da Paraíba), Novaes (1997) aponta algumas características do processo de formação dos camponeses e sua relação de oposição ao latifúndio. A finalidade inicial das Ligas era a assistência social e a defesa de direitos dos associados segundo a legislação nacional (NOVAES 1997: 38-39). O aparato funcional que envolvia a assistência prestada pelas Ligas (como serviços de saúde, atestado de óbito, auxílio funeral, dentre outros serviços) resultou na disputa entre as ligas e os usineiros pelo controle dessas ações junto aos camponeses. O resultado direto foi o

¹³ O termo Ligas Camponesas, segundo Novaes, foi dado pela imprensa às associações de lavradores como forma de estigmatizar a sua imagem perante a opinião pública devido a vinculação que ela e outros atores políticos fizeram da Liga com o comunismo. Fato que acabou alimentando a construção interna do que se tratava ser verdadeiramente um camponês. Para a autora, “[...] a designação ‘Ligas Camponesas’ não era assumida pelas associações de lavradores que, no Nordeste, se organizaram na segunda metade da década de 1950 e início da década de 60. Foi usada pela imprensa, e por antagonistas políticos, com o objetivo de estigmatizar tais associações, relacionando-as com o Partido Comunista ilegal, já que a alusão ao comunismo tanto assustava à sociedade. Porém, no decorrer do tempo, a categoria ‘camponês’ passou de denominação externa à termo designativo de uma identidade social positiva construída através de um conjunto de eventos, de confrontos e de redefinição de espaços, de experiências coletivas vivenciadas por diferentes categorias de trabalhadores do campo” (NOVAES 1997: 36).

questionamento da dominação tradicional com características partenálistas/clientelistas vinculadas aos grandes proprietários de terra, ou mesmo como forma de não reconhecimento dos direitos garantidos por lei mas que dificilmente eram cumpridos no meio rural, em especial, na zona canavieira da Paraíba (NOVAES 1997).

As Ligas Campesinas identificavam a categoria latifúndio para além de sua mera extensão territorial, o que implicava em transformá-lo em seu adversário político por este representar um conjunto de normas quanto às relações sociais até aquele momento estabelecidas no campo, sendo ditadas pelos grandes proprietários rurais ao explorarem a força de trabalho dos camponeses, contando com o respaldo do poder local para a expansão e manutenção do seu poder. Para Novaes, a força opositora a que os camponeses se opunham ao ingressar nas Ligas era o latifúndio, caracterizado como

[...] um conjunto de normas, atitudes e comportamentos atualizados pelo conjunto de proprietários rurais [...]. Naquela conjuntura, em que diferentes forças sociais se dispunham a construir uma Nação, o caminho mais eficaz para combater o latifúndio (sinônimo de poder privado) [...] era o apelo à Justiça e às “autoridades competentes” (NOVAES 1997: 51).

Neste processo, estava um embate entre distintas regras que vigoravam não no campo jurídico, mas no cotidiano. A chamada “lei da chibata” ou “lei do patrão” (reunindo diversas formas de exploração dos trabalhadores empreendidas pelos patrões) se confrontava com a “lei da nação” (NOVAES 1997: 48), que, ao ser reivindicada nos atos de mobilização e greve organizados pelos camponeses através dos integrantes das Ligas, promoveu uma quebra nas relações tradicionais envolvendo proprietários e camponeses, com esses últimos se rebelando contra a força dos primeiros, perdendo assim o medo de questionar as normas vigentes.

Através do depoimento de trabalhadores que participaram deste processo de enfrentamento e questionamento da ordem estabelecida, Novaes (1997: 49) aponta que algumas expressões, como “carteira de camponês” ou “carteira das Ligas”, compunham os elementos que conformariam uma identidade política aos camponeses e assim ajudavam a construir sua oposição frente ao latifúndio no final dos anos 1950 e início dos anos 1960.

Além disso, as Ligas promoveram a reunião de uma diversidade de categorias de trabalhadores que, a partir daquele momento, além de estarem empenhados na luta por bandeiras comuns, como no caso do fim do cambão¹⁴ e pela reforma agrária, participavam também da construção de uma identidade comum: a de camponeses.

Desta maneira, naquele momento, a ideia de *luta contra o cambão* tornou-se veículo de unificação do movimento, [...] mas passa a representar a luta de um conjunto de trabalhadores contra o *latifúndio*. Em outras palavras, contra as diferentes formas de exploração da força de trabalho que se davam na região canavieira. Enfim, o *cambão*, naquelas circunstâncias, compreendido como síntese de diversas formas de super-exploração da força de trabalho, deixou de ser sinônimo exato de trabalho não pago, tornou-se uma bandeira do movimento, suscitando “campanhas” pelas vias públicas e também pelas propriedades para onde se dirigem grandes grupos de trabalhadores (NOVAES 1997: 44, grifos da autora).

¹⁴ O termo cambão é apresentado por Novaes (1997: 43-44) como o “dia não pago ao trabalhador pelos serviços que prestava ao patrão diante dos favores que poderiam receber deste em troca durante sua estada na propriedade, como auxílio médico e demais despesas para a sua manutenção e de sua família”.

Neste sentido, para Novaes, a luta contra o latifúndio mobilizava, naquele momento, diversas categorias de trabalhadores (como os colonos, posseiros, foreiros, rendeiros e moradores de condição) que estavam sofrendo as mais diversas formas de exploração de trabalho – tendo a autora explorado a região canavieira da Paraíba como um destes cenários – passando a lutar em busca de sua permanência na terra, independente de sua atribuição enquanto trabalhador. Este processo de se fazer camponês, complementa Novaes,

não se fez a partir de cursos, treinamentos ou reuniões motivadoras e sim durante o encaminhamento de conflitos nos quais estavam diretamente envolvidos e, ao mesmo tempo, nas ‘campanhas’ em que se dispunham a participar, incorporando a nova linguagem para justificar concepções e práticas (NOVAES 1997: 44-47).

Segundo Novaes (1997: 49), neste período de construção de identidade política do camponês, o latifúndio, enquanto adversário, estava vinculado a um corpo de definições políticas e produtivas as mais variadas. Para a autora,

A ideia de latifúndio englobava unidades de produção bastante diferenciadas entre si: as usinas, os engenhos, os plantios de agave, as fazendas de gado, propriedades inexploradas ou semi-exploradas por seus proprietários, terras do Estado (NOVAES 1997: 49).

A disputa pela representação do campesinato, como bem destaca Martins (1986), mobilizou distintos setores da sociedade, como a Igreja Católica, os partidos políticos e outros movimentos. Neste sentido, ao apontar uma profunda relação entre a religião e a luta pela terra no Brasil, Novaes (1997) destaca um conjunto de símbolos e apropriações religiosas que foram inseridas no interior dos movimentos que surgiram no meio rural brasileiro como expressão maior desta ligação existente entre ambos.

Desde os anos 1940 percebe-se uma preocupação da Igreja com os rumos da situação dos conflitos por terra no Brasil, tendo sua participação nestes cada vez mais aumentado em concorrência com outros movimentos que já atuavam no campo, como as Ligas Camponesas e o Partido Comunista, incluindo-se também as associações de lavradores e posteriormente os sindicatos, que, no decorrer do tempo, fomentaram o protagonismo do campesinato como novo ator social no meio político brasileiro.

A relação de oposição entre camponês e latifúndio traz à tona o que se entendia por este último em meados do século XX no Brasil, diante do cenário político e social vivido pelo país naquele período, a ser destacado ainda neste capítulo. A própria definição dos respectivos atores políticos somente pode ser compreendida na sua relação, já que o camponês se define na relação/oposição ao latifúndio.

1.2 – As Reações De Camponeses E Latifundiários Em Confronto No Campo Político Brasileiro Dos Anos 1950/1960

No intuito de contextualizar o andamento destas lutas no processo de transformação da agricultura brasileira a partir dos anos 1960, Medeiros (1989) comenta as propostas em curso naquele momento histórico, visto que o debate entre diferentes ideias em torno de uma reforma agrária estava a pleno vapor no período anterior ao golpe militar de 1964. O debate reunia distintas representações dos trabalhadores rurais, que começariam a visualizar uma pauta em comum.

Medeiros (1989) aponta que no final dos anos 1950 era crescente a organização dos trabalhadores por meio de ligas, sindicatos e associações, e que esta mobilização contava quase sempre com a participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), um dos principais atores políticos em cena, e que articulava um projeto de transformação social. A importância do Partido Comunista na luta dos trabalhadores rurais é destacada por Medeiros:

Criado em 1922, o PCB se consolidou nos anos 20 e início dos anos 30 como a principal força que se propunha a falar pelos trabalhadores no país. Mas, apesar de apontar para a questão agrária, desde sua criação, como um dos nossos mais sérios problemas e de ter a reforma agrária como uma de suas bandeiras, não desenvolvera nenhum trabalho sistemático no meio rural. A repressão à sua ação que se seguiu ao levante de 35, levou seus principais dirigentes à prisão. A reorganização só se iniciou em 1943 e com ela ganhou forças a proposta de transformação do PCB em um partido de massa, o que implicava em maior aproximação com os trabalhadores tanto urbanos quanto rurais, ou “massas camponesas”. [...] É a partir de então que o termo camponês passa a se constituir no Brasil em uma categoria política específica (MEDEIROS 1989: 26-27).

O referencial dado por Medeiros e Martins para a introdução da categoria camponês no cenário político brasileiro está ligado à forma com que o PCB estava percebendo as transformações sociais e suas prováveis implicações políticas. Neste sentido, o PCB apontava, já nos anos 1930, a existência de traços feudais que acreditava ainda estar em curso no país e de que maneira tais estruturas se materializavam nas relações de trabalho e produção existentes no campo brasileiro. Associava-se a permanência do latifúndio às marcas feudais, diante das suas características de exploração da terra e tipo de trabalho empreendido em seus domínios.

Desta forma, já nos anos 1950, as teses do PCB apontavam que, se a extinção do latifúndio seria importante para os camponeses, o mesmo se poderia dizer também para a burguesia industrial (o que não era cogitado pelo Partido nos anos anteriores), que teria um mercado consumidor ainda mais propício ao seu desenvolvimento.

A introdução dessa categoria [camponês] para designar as “massas exploradas do campo” e que envolvia parceiros, meeiros, rendeiros, posseiros, pequenos proprietários, colonos, moradores, etc., estava intimamente ligada à concepção que o PCB elaborava sobre a sociedade brasileira e às propostas políticas que daí derivavam. De acordo com este partido, o Brasil era fortemente marcado por sobrevivências feudais, cuja expressão mais evidente era o latifúndio. Este era um arcaísmo, um entrave, impedindo que milhões de camponeses se constituíssem em mercado interno para a indústria que se implantava. Sob essa ótica, a extinção do latifúndio e dos latifundiários, enquanto classe, era uma necessidade do desenvolvimento do capitalismo e, portanto, contaria com o apoio de diversas classes sociais. Além do interesse mais imediato dos camponeses, que assim se veriam libertos da miséria e da opressão, e do proletariado, também a burguesia industrial nacional só teria a ganhar com o fim do latifúndio, visto que se libertariam as forças produtivas no campo e ampliar-se-iam os mercados. Esta seria a base de uma revolução de perfil democrático-burguês, onde a reforma agrária teria papel central (MEDEIROS 1989: 27).

Ao estudar as formas de organização e resistência dos trabalhadores rurais, Medeiros (1989) apresenta o processo de constituição das lutas no campo durante os anos 1950 e os seus desdobramentos na década seguinte. Estas organizações envolviam uma diversidade de categorias de trabalhadores rurais (como posseiros, arrendatários, meeiros e outros) que, devido à influência e atuação de mediadores políticos, elegeram como bandeira comum a luta pela reforma agrária, de forte sentido histórico e que passaria a unir essas categorias no embate de forças contra o seu opositor.

A força expressa pelos latifundiários era visível no grau de violência utilizada no combate aos processos de resistência para permanecer na terra, mas também na tentativa de se manter as relações de dominação tradicional para com os que trabalhavam em suas propriedades, e que se lançavam a contestar regras até então intocáveis, como pleitear melhores preços pela diária, o que soava como uma provocação aos patrões (NOVAES 1997:52).

Ações de contestação contra a ordem estabelecida deram maior visibilidade política ao camponês por este ser caracterizado como aquele que reclama seus direitos, principalmente para “dissipar o medo, enfrentar os conflitos, transpor o espaço do poder privado do latifúndio e ocupar espaços públicos: o Fórum, a pista (rodovias), a praça, as ruas da capital” (NOVAES, 1997: 53). Essa perda do medo no enfrentamento ao latifúndio alimentava a identidade camponesa como uma forma de resistência, uma identidade política, que se somava a experiências de cada uma das categorias de trabalhadores que, a partir de então, estavam constituindo o que era ser um camponês, os seus símbolos e representações.

Mecanismos de pressão e intimidação contra os camponeses foram utilizados sempre que os grandes proprietários de terra percebiam a ameaça de sua dominação tradicional se esvair diante da crescente organização e mobilização camponesa. Desta maneira, as expulsões de trabalhadores de engenhos e usinas passaram a representar mais um momento para reavivar a sujeição que deveriam ter em relação a seus patrões.

Neste cenário de constante tensão desenvolveu-se o processo de construção da identidade política camponesa, que “não foi buscada apenas nas semelhanças de relações de trabalho ou de situações em relação a terra [...], a identidade se construiu em um processo, se construiu a partir de relações entre categorias sociais” (NOVAES 1997: 54-55).

Para definir esta relação de oposição entre as identidades de camponês e latifúndio, Novaes apontou que as mesmas são construídas pelo seu contraste e que somente podem ser compreendidas na sua relação, ou seja, no enfrentamento e na diferenciação que ocorre entre ambas categorias no campo político em busca de um direcionamento público das questões sobre o meio rural. Sobre esta relação, Novaes concluiu indicando as principais formas de construção da identidade camponesa:

A alteridade definida em relação aos patrões é o que fundamenta o aparecimento do *camponês*. A resistência, a mobilização e a forma específica de organizar esta experiência – dando conteúdos próprios a palavras exógenas (*camponês, latifúndio, reforma agrária*) ou ressemantizando categorias endógenas (*cambão, cabresto, chocalho*) – são elementos fundamentais para a emergência desta identidade. Em outras palavras, é o enfrentamento de espaços que estão na base do processo de construção da identidade *camponês*. Ser camponês, neste contexto, é se diferenciar a um só tempo do próprio passado, e de outros trabalhadores ‘encabrestados’, no presente, para se opor ao *latifúndio*, isto é, às normas e regras que regulamentavam sua vida no interior das grandes propriedades (NOVAES 1997: 55).

Ao se defrontar com a crescente organização dos trabalhadores que promovia o avanço da luta pela terra, os proprietários desenvolveram outras ações, pautadas em alianças políticas, que garantiriam a manutenção do poder e o fortalecimento do elo existente entre os proprietários e a ampliação de suas alianças no meio político, conforme demonstrado por Medeiros:

À emergência dos conflitos no campo e a constituição, no plano mesmo das lutas, da categoria “camponês”, correspondeu também à construção social de uma determinada imagem do “latifúndio”, invocando as ideias de atraso, de opressão, identificadas, na linguagem de esquerda, com a sobrevivência feudal. A constituição dessa imagem não foi passiva. A reação dos proprietários de terra à organização dos trabalhadores se fez em diversos planos. No interior das propriedades pela tentativa de impor a sua lei [...]. No plano do poder local, o controle que detinham das instâncias de decisão e da justiça sempre criava situações desfavoráveis ao trabalhador. Além desse âmbito, os interesses dos proprietários eram fortemente representados no Congresso Nacional. Pela pressão parlamentar, conseguiam impedir o avanço de qualquer medida que pudesse atender às novas demandas que vinham do campo. Firmemente entrincheirados no PSD e na UDN, só permitiram a passagem da legislação trabalhista quando a pressão popular já se tornara demasiado forte e, como mal menor, para aliviar as tensões crescentes (MEDEIROS 1989: 64).

Outro fator que demonstra o poder de reação dos proprietários foi o surgimento de entidades patronais, como, por exemplo, a Confederação Rural Brasileira, criada em 1954, tendo como objetivo maior a defesa do direito de propriedade e ações de intervenção nos conflitos por terra.

Essa defesa da propriedade elevava o enfrentamento político com a organização dos trabalhadores, principalmente no tocante à demanda pública de investimentos através de empréstimos ou financiamento estatal requerido pelos proprietários de terra. A busca pelo fortalecimento da representação patronal significava também reconstruir uma imagem há tempos deteriorada pelas questões sociais que envolviam o latifúndio, apontado como adversário comum dos trabalhadores e sendo assim por eles considerado o responsável pelas mazelas que os assolavam, como, por exemplo, a forma de exploração de sua força de trabalho e a sua consequente saída rumo à cidade devido às condições de trabalho no campo.

Na tentativa de mudar esta imagem, as entidades patronais, representando os grandes proprietários, afirmavam não receber nenhum investimento público para manter suas atividades e, ainda assim, tinham relevância no combate ao êxodo rural e poderiam ser uma das soluções para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, caso tivessem o apoio estatal para modernização de suas técnicas visando aumentar a produtividade de suas áreas e, consequentemente, seus rendimentos.

O principal argumento dos grandes proprietários ligados à cafeicultura, à época uma das principais forças políticas e econômicas do Brasil, era que o chamado confisco cambial, constituído em mecanismos de transferência de excedentes do setor agroexportador para a expansão industrial, não permitia maior rentabilidade sobre a produção agrícola, ao mesmo tempo em que esta última sustentava a industrialização do país. Com isso, esses grandes proprietários projetavam-se como de suma importância para o crescimento econômico, pleiteando forte apoio estatal. Segundo Medeiros:

A principal reivindicação do setor era o câmbio livre, na medida em que, para ele, “o regime cambial brasileiro constitui a principal causa do atrofiamento e estagnação de nossa agricultura”. O confisco era ligado, pelas associações, aos interesses do setor industrial, reduzindo-se a agricultura à situação de vítima: “criou-se aparentemente o terror da liberdade. E a cambial é uma delas. Sacrificou-se o princípio da igualdade de todos perante a lei, escravizando-se os fazendeiros de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Rio de Janeiro e o Brasil inteiro, aos interesses de uma plutocracia adventícia e irresponsável [...].” Essa “plutocracia adventícia” surgiu de medidas geradoras de um artificialismo econômico, que, em última instância, contrariavam a vocação agrária do país e acabaram por submeter uma classe à outra. [...] “Ao invés de, em primeiro lugar, fortalecer e organizar a sua agricultura deixando-lhe possibilidade para a aquisição em condições favoráveis de mercadorias e utilidades de importação, impos-se-lhe, e ao povo em geral, excessiva privação, que indiretamente confiscava parte dos interesses daquele, agravando a vida desta” (MEDEIROS 1983: 65).

Além disso, Medeiros (1983: 64) aponta como principal fator do processo de mobilização e organização das diferentes frações da burguesia agrária essa problemática em torno da política cambial, caracterizada como:

a causa do atrofiamento e estagnação da agricultura, na medida em que provocava a drenagem de recursos das atividades agrícolas para as indústrias. As culturas afetadas eram as destinadas à exportação, principalmente o café (MEDEIROS 1983: 64).

Por essa razão, as associações patronais, principalmente na figura da Confederação Rural Brasileira (CRB), pleiteavam junto ao governo uma política voltada para a mecanização da agricultura, a fim de estabelecer “melhoria nas condições de vida do homem rural, dos métodos de trabalho na terra e da comercialização dos produtos, de forma a assegurar justa remuneração às atividades rurais” (MEDEIROS 1983: 64).

Diante disso, a CRB se colocou criticamente em relação a uma proposta de reforma agrária distributivista, vista por muitos como radical, apontando que o problema da terra não era de acesso, mas sim de ordem técnica (métodos e instrumentos arcaicos) e econômica (falta de apoio e subsídio governamental), o que conferiria à agricultura a possibilidade de se reerguer enquanto atividade econômica no mercado.

Como balanço das experiências de mobilização e crescente organização dos trabalhadores rurais no período pré-golpe militar de 1964, Medeiros (1989) aponta como fundamentais algumas questões que permearam a ação dos trabalhadores e a repercussão destas ações nos conflitos.

Destacam-se a diversidade de trabalhadores que se mobilizavam, a dimensão geográfica que as suas lutas alcançaram (antes localizadas e pouco articuladas entre si, posteriormente apresentando sinais de amplitude devido às diferentes representações políticas que procuravam ser a voz da luta dos trabalhadores, impulsionando cada vez mais a organização dos mesmos) e, principalmente, pela configuração da figura do latifúndio como adversário a ser combatido no plano nacional, assim entendido pelos diferentes veículos de esquerda que o percebiam enquanto um entrave ao desenvolvimento nacional.

Diante das questões apontadas por Martins (1986), Medeiros (1989) e Novaes (1997), tornam-se plausíveis as razões pelas quais o latifúndio foi eleito o adversário a ser combatido pelos camponeses: não somente pelo seu caráter monopólico no campo econômico e atraso

tecnológico, mas também por representar, enquanto propriedade territorial, um instrumento inestimável de poder político (a partir do controle exercido sobre a população diante de sua força junto à esfera pública) e econômico, capaz de mobilizar uma infinidade de alianças para a sua manutenção e consequente perpetuação deste poder: “Mais do que uma grande propriedade, tecnicamente atrasada, pouco produtiva, ela passou a simbolizar uma determinada forma de exercício de poder” (MEDEIROS 1989: 80).

Medeiros (1989: 81) ressalta ainda que este foi um período que representou um processo de ampla organização dos trabalhadores que teve como resultado direto diversas conquistas importantes, como a aprovação, em 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural. Ele tinha como objetivo estender aos trabalhadores do campo as mesmas garantias do operariado urbano, politizando parte da população rural e fazendo desta uma massa a ser inserida nos direitos sociais já reconhecidos e que os levariam a outro patamar de cidadania. Porém, se de um lado houve essa maior organização dos trabalhadores, também ocorreu uma articulação das associações patronais, que reivindicavam junto ao governo melhores condições de produção através de incentivos de infraestrutura para desenvolverem a sua atividade agrícola.

Se houve um fortalecimento das organizações dos trabalhadores, o período também assistiu a uma revitalização das entidades representativas dos interesses dos proprietários de terra. Multiplicaram-se as associações no nível municipal, as federações estaduais e já no início dos anos 50 surgiu a Confederação Rural Brasileira. Essas agremiações, longe de ter um papel decorativo, constituíram-se, pelo menos em alguns estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, em polos de debate e de geração de propostas para a agricultura, procurando contestar a imagem de atraso que era atribuída a seus associados. No bojo dessas associações, procurava-se criar a imagem do proprietário que produzia sem receber estímulos do governo, que sustentava a industrialização com as divisas que seus produtos geravam, que enriquecera a custo do trabalho duro, que dava toda proteção e apoio aos bons trabalhadores e que se via agora ameaçado pela agitação introduzida em suas terras de fora para dentro. Rebatendo a imagem do atraso, reivindicavam do governo apoio à entidade agrícola, com políticas especiais de crédito, construção de silos, armazéns, estradas, educação, introdução de medidas de apoio à produção etc., de forma a elevar o nível de renda do setor (MEDEIROS 1989: 65).

A repercussão em âmbito nacional que o ETR ganhou, ampliou ainda mais a pressão sobre o Estado para que encaminhasse com maior agilidade a solução para os conflitos no meio rural brasileiro. Este processo somente atingiu tal patamar político devido às articulações e alianças construídas pelos trabalhadores, seja em domínios locais, estaduais e federal.

Contudo, o não cumprimento dos instrumentos legais (como o Estatuto do Trabalhador Rural e posteriormente o Estatuto da Terra) evidenciou apenas o que os trabalhadores constatavam no cotidiano das lutas: a força dos grandes proprietários de terra estava justamente no domínio político que a propriedade lhes garantia, mesmo esta força sendo crescentemente objeto de crítica e contestação não só pelos trabalhadores, mas também por órgãos político-econômicos influentes naquele momento – como, por exemplo, a Cepal¹⁵ –

¹⁵ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi fundada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e sua sede situa-se na cidade de Santiago, no Chile. A CEPAL integra uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU) e sua função é de “monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana,

principalmente devido à ineficácia social das propriedades e o questionamento dos seus índices de produtividade.

Analisando o lugar do setor rural na economia brasileira, Delgado (2001) estabelece uma relação entre o pensamento econômico vigente no pós-guerra (que apontava o setor agropecuário como subsidiário do processo de industrialização) e as correntes teóricas de outras áreas das ciências humanas, percebendo assim outros impactos que as crescentes mudanças advindas com a modernização do campo causavam em suas relações sociais, e como isso poderia alterar a relação de forças presente na estrutura fundiária brasileira.

Ao delimitar uma dualidade temática envolvendo “agricultura e desenvolvimento” e a chamada “questão agrária brasileira”, Delgado (2001) caracteriza distintas formas de reflexão sobre as temáticas em debate, resgatando algumas contribuições teóricas que nos possibilitam uma melhor compreensão do debate agrário nos anos do pós guerra, principalmente dos anos 1950 até os 1970.

Como Palmeira (1984) já havia ressaltado, Delgado (2001) afirma que foi nos anos 1960 que a construção teórica da questão agrária no Brasil ganhou corpo, sobretudo com a emergência da reforma agrária no debate político daquele período a partir dos grandes atores que atuaram como importantes centros de reflexão de esquerda (como o PCB, pastorais com leituras mais progressistas da Igreja Católica e a CEPAL).

No terreno religioso, o pensamento católico obteve maior força de intervenção na realidade devido à capacidade mobilizadora das declarações de apoio à reforma agrária por bispos e pastorais espalhadas pelo Brasil. Enquanto que, de maneira inversa, os setores mais conservadores da Igreja Católica procuravam disseminar os ideais que legitimavam o direito à propriedade fundiária e sua função social (DELGADO 2001).

Segundo este mesmo autor, a tese defendida pela CEPAL destacava o “caráter inelástico da oferta de alimentos às pressões da demanda urbana e industrial, como um problema estrutural do setor agrícola brasileiro que justificaria mudança na estrutura fundiária e nas relações sociais no campo” (DELGADO 2001: 160).

Porém, esta tese cepalina foi rebatida por um grupo de economistas da Universidade de São Paulo (USP), que tinha como um dos seus principais teóricos Delfim Netto e rejeitava a leitura da chamada “questão agrária” no Brasil, entendendo que a agricultura estava cumprindo as funções a ela atribuída no plano de desenvolvimento econômico (DELGADO 2001: 161), não sendo assim necessária uma mudança na estrutura fundiária. A agricultura tinha funções específicas no entender deste grupo mencionado, tais como: “liberalização de mão de obra a ser utilizada no setor industrial sem diminuir a quantidade produzida de alimentos; criação de mercado para os produtos da indústria; expansão das exportações e financiamento de parte da capitalização da economia” (DELGADO 2001: 161).

Na leitura desses autores, a expansão e o crescente desenvolvimento do setor agrícola nacional dependeria apenas de fatores técnicos para suprir as novas necessidades em curso referentes às demandas populacionais e econômicas que envolvem o setor e sua posição na economia, propondo as seguintes metas para o crescimento do referido setor: “em primeiro lugar, do nível técnico da mão de obra; em segundo, do nível de mecanização; em terceiro lugar, do nível de utilização de adubos; e, finalmente, de uma estrutura agrária eficiente” (DELGADO 2001: 163).

assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável” (<<http://www.eclac.org/brasil/>>). Acesso em 04 de Janeiro de 2012).

Este conjunto de fatores associados ao tipo de leitura conservadora elaborada por este grupo da USP sobre as mudanças propostas para o campo acabou se tornando a prática política do período pós-golpe de 1964, configurando desta maneira o que se convencionou chamar de “modernização conservadora” ou mesmo modernização sem reforma, indicando a permanência das antigas estruturas que sustentam a crise agrária de nosso país.

1.3 – A Reforma Agrária E Sua Inserção No Debate Político Brasileiro Nos Anos 1950-60: Alianças E Novas Composições Políticas Como Forma De Manutenção Do Poder

As indicações sobre a necessidade de se realizar uma reforma agrária surgem diante das inúmeras transformações no campo que ocorreram nos anos 1950 e 1960, principalmente pela acelerada industrialização em curso no país e os desdobramentos deste fato para a agricultura. Segundo Medeiros (1983:17), estas transformações se orientavam por três dimensões básicas: “a) Suposta incapacidade da agricultura de se adequar às exigências do processo de desenvolvimento econômico; b) transformação das relações de produção do campo; c) quebra do padrão tradicional de dominação”.

Diante da pressão exercida pelo crescimento industrial, a agricultura precisava de novas estratégias para se recompor no centro das atividades vinculadas ao desenvolvimento econômico nacional e sua nova fase, pautada pela industrialização. O papel que era atribuído à agricultura naquele momento, principalmente pelos economistas formuladores da tese cepalina, era o de abastecer, com seus produtos, o potencial consumidor em construção do meio urbano, com suas fábricas e crescente contingente populacional advindo, principalmente, das zonas rurais.

Tamanhas mudanças fizeram com que a chamada burguesia agrária buscasse meios de se manter enquanto força política e econômica, aliando-se à burguesia industrial, com o intuito de propor junto a esta um projeto de desenvolvimento, onde estivesse contemplada sua estrutura de poder¹⁶. Neste caso, leia-se ampla valorização e defesa do direito à propriedade e a solução dos problemas do meio rural a partir da mecanização, através de mecanismos públicos de intervenção capitaneados pelo Estado, como subsídios à produção.

Segundo Linhares e Da Silva (1999)¹⁷, os grandes proprietários de terra apresentavam e entendiam o problema agrário não a partir das dificuldades de acesso à terra, argumento comum entre as diversas categorias de trabalhadores, mas sim em incrementar técnicas na sua

¹⁶ Cabe ressaltar que parte importante dos capitais industriais brasileiros foi obtido através do processo de acumulação na agricultura, principalmente da produção cafeeira. Sobre a relação de desenvolvimento entre a indústria e a produção deste gênero agrícola, Sérgio Silva (1976) apresenta um estudo relevante que aponta como a política de valorização do café esteve alinhada ao processo de desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil, ao promover a aliança entre os capitais estrangeiros e o volume nacional advindo da produção cafeeira.

¹⁷ Ao realizarem um profundo estudo sobre a história da questão agrária no Brasil, Linhares e Da Silva (1999) contribuíram significativamente do ponto de vista metodológico ao estabelecer uma periodização de três grandes fases para caracterizar os aspectos da complexa questão agrária brasileira. Deste modo, a primeira das três fases da questão agrária organizadas pelos autores iria de 1930 a 1945, A segunda fase, onde a mesma foi caracterizada como um obstáculo ao desenvolvimento, compreende de 1945 a 1964/66, Por fim, a terceira fase tomaria a forma de uma modernização autoritária a partir de 1966. Desta maneira, os autores propõem uma periodização da questão agrária no Brasil visando compreender os padrões de reforma agrária propostos em cada momento e situação político-econômica que o país atravessava. Além disso, apontam como se era o jogo de oposição de ideias políticas da esquerda e da direita da época, visando cada uma propor e implementar um projeto de desenvolvimento geral para o país, em especial, analisando o papel que a agricultura assumiria neste projeto, seja uma posição de destaque ou de subordinação frente à pressão exercida sobre esta atividade produtiva pelo ramo industrial.

produção, garantindo a manutenção do monopólio da terra. Este se tornou um forte instrumento de poder, multiplicado em diversas dimensões do campo social, político e econômico, por reunir uma força descomunal de controle sobre terceiros.

Neste sentido, as críticas dos grandes proprietários recaíam sob os aspectos técnicos arcaicos que não permitiriam maior produtividade e consequente rentabilidade da atividade agrícola, procurando desta maneira extrair do centro das atenções o fator apontado como o gerador dos conflitos no campo: a extrema concentração de terras.

Assim, considerava-se que a mudança na estrutura fundiária não era fundamental ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil e consequentemente a reforma agrária tornava-se supérflua; mais do que distribuição ampla de terras, era necessário aumentar a produtividade agrícola pela modernização tecnológica e reorganização da produção em grandes cooperativas capitalistas ou simplesmente em grandes empresas, os complexos agroindustriais, constituindo a hegemonia do chamado agrobusiness sobre o campo (LINHARES & DA SILVA 1999: 143).

As perspectivas apresentadas nos possibilitam dimensionar o que estava em jogo no cenário nacional nos anos 1950/1960, segundo a importância dada à reforma agrária no interior do projeto de desenvolvimento do Brasil. A tensão existente por melhorias da situação do campo e sua combinação com as demandas da cidade configurou um quadro crítico que necessitava de uma direção para todo o país. É neste contexto que as propostas de reformas de base (como, por exemplo, a reforma agrária) ganharam peso, na tentativa de solucionar os gargalos que impediam o acelerar da economia nacional.

O campo brasileiro tornava-se, assim, o centro das questões referentes ao desenvolvimento do país. Não só por uma questão de justiça social se exigia a reforma agrária. Num debate profundamente impregnado por análises econômicas, por vezes precárias, a reforma agrária era vista como indispensável para superar o estrangulamento da industrialização do país. Produzir mais alimentos e matérias-primas e, assim, baratear salários e produtos era a resposta para o desenvolvimento brasileiro. O desenvolvimento, por sua vez, era a única garantia da soberania nacional (LINHARES & DA SILVA 1999: 160).

O principal foco de atuação das associações patronais neste período estava voltado para a busca de condições que pudessem assegurar os padrões mínimos de rentabilidade da produção. Para isso, foram organizados encontros com o intuito de pressionar o governo, solicitando a este que efetuasse políticas que garantissem a manutenção do setor agrícola frente ao avanço da indústria e de suas consequências diretas para o meio rural (MEDEIROS, 1983: 67). Como exemplo disso, apontavam ser o êxodo rural um dos fatores resultantes do abandono da agricultura pelo governo, forçando a população rural a migrar devido às péssimas condições em que viviam e trabalhavam no campo.

Além disso, apontavam a indústria como a grande vilã da desordem nacional, sendo esta geradora de enorme inflação e que transformava a terra um objeto de grande especulação, “desviando-a de sua verdadeira função social” (MEDEIROS 1983: 68).

Neste sentido, após a realização de sua III Conferência Nacional, em 1955, a CRB elaborou um Plano de Ação e o entregou ao então prefeito da cidade de São Paulo, Jânio Quadros. Constavam neste plano os objetivos que atenderiam os interesses do empresariado

rural e divulgado pelas associações de classes, onde foram traçadas metas quanto ao papel protagonista da agricultura no processo de desenvolvimento do país.

Segundo aponta Medeiros (1983: 68), a CRB colocava como a razão para o caos do setor agrícola a falta de planejamento governamental para o setor, e este plano viria a configurar as reais necessidades do setor diante de sua crescente queda frente ao poder da indústria. Dentre as metas do referido Plano destacamos os itens que reforçam o caráter proposto pelos ruralistas quanto ao financiamento estatal para o desenvolvimento do setor:

- a) dinamização do Ministério da Agricultura; b) reformulação do crédito agrícola, com a instituição de um Banco Rural, numa estrutura decorrente da criação de um Banco Central e de um Conselho Monetário Nacional; criação de um Banco de Desenvolvimento Rural, para realizar grandes empreendimentos, como obras de irrigação, por exemplo: maiores recursos e agilização da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil; c) estudo de soluções para os problemas das migrações internas, do uso do cooperativismo como instrumento de fixação do home à terra [...]; d) medidas de estímulo ao desenvolvimento da estrutura de armazenagem, ensilagem e transporte; e) estímulo ao cooperativismo, como caminho para agilizar a comercialização e industrialização dos produtos agrícolas; f) regime de garantia de preços mínimos, de forma a garantir a manutenção do nível de renda real do produtor (MEDEIROS 1983: 68-69).

No tocante à questão da reforma agrária, a posição da CRB se diferenciava da proposta oficial pautada pela Comissão Nacional da Política Agrária (CNPA) como representante do governo. Esta entidade, criada em 1952 pelo governo federal, tinha como objetivo “propor, através de um colegiado, possíveis modificações na estrutura agrária a serem encaminhadas ao Congresso Nacional” (CAMARGO 1986: 149).

Segundo Medeiros, esta entidade governamental apontava o acesso à propriedade como a melhor maneira de frear a acelerada proletarização das massas rurais, assegurando-lhe condições mínimas de permanecer no campo. Mas, tanto para a CRB como para a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a redistribuição de terras não solucionaria o problema no campo e poderia até mesmo agravá-lo, pois em suas concepções somente deveria ter acesso à terra quem reunia condições de produzir e conhecimento para manuseá-la (MEDEIROS 1983: 70).

Toda esta argumentação dos grandes proprietários de terra organizados em suas associações de classe tinha um objetivo: contrapor-se às ideias dos diferentes setores de esquerda que pautavam a reforma agrária como medida de enfrentamento do atraso do meio rural, entre eles o próprio movimento camponês que se organizava com o apoio de diferentes organizações, procurando elaborar caminhos que viabilizassem o rompimento da estrutura agrária brasileira, concentrada na mão de poucos e geradora de intensos conflitos ao longo de sua história.

A relação entre os grandes proprietários e a chamada burguesia industrial não representou uma ameaça às grandes propriedades, pelo contrário, a aliança costurada entre as principais forças políticas e econômicas permitiu a manutenção da extrema concentração de terras no país. Para Medeiros (1983), os fatores¹⁸ que levaram estas forças à união de interesses estão alinhados em três elementos fundamentais, que denotariam a subordinação

¹⁸ Dentre esses fatores, poderíamos destacar a criação de um Banco Rural, que teria a função de financiar a modernização da agricultura brasileira a fim de que esta elevasse sua produtividade, resolvendo desta forma parte dos problemas apontados por ambos os setores como impeditivos da manutenção da agricultura – como os seus altos custos de produção e a necessidade de se fortalecer e ampliar o mercado interno frente à queda de rendimentos, devido a crise de exportação desde o início dos anos 1930.

dos interesses da classe agrária frente ao amplo crescimento da burguesia industrial desde os anos 1930 e latente nos anos 1950-60:

1) em nenhum momento a estrutura agrária concentrada apresentou-se como um obstáculo à acumulação. Ela forneceu um contingente abundante de braços para a indústria e só tardiamente colocou-se a questão do mercado interno para os produtos industriais; 2) a crise da agricultura de exportação nos anos 30 só parcialmente enfraqueceu o poder da grande propriedade. Frente a isso, ela não foi alijada do poder, mas os setores emergentes tiveram que compor com ela; 3) não havia nenhuma força camponesa organizada o suficiente para, de um lado, questionar a concentração de propriedade da terra e, de outro, impor-se à burguesia industrial como aliado necessário (MEDEIROS 1983:78).

O investimento a ser realizado no mercado interno, para a burguesia industrial, representava não somente a possibilidade de expansão do ramo dos bens de consumo, mas também dos bens de produção (MEDEIROS 1983). Prova disso é a pressão e o consequente surgimento de uma indústria nacional de tratores e de insumos ou implementos agrícolas, fazendo do campo não apenas um produtor de alimentos e bens para exportação, mas também um consumidor de máquinas e insumos, alimentando o ramo industrial de diferentes formas.

Os diferentes interesses em jogo tanto para a burguesia industrial como para a agrária terminaram por se entrelaçar na articulação de um projeto para o desenvolvimento do país, aliando os pontos que manteriam ou ampliariam o poder de ambas as classes no início dos anos 1960.

1.4 – Conjuntura Política Brasileira No Pré-Golpe E As Alianças Que Unificaram Interesses Distintos Na Construção De Um Caminho Para O Desenvolvimento Nacional

Como ressaltado pelos autores citados nos tópicos acima, o surgimento do movimento camponês e a urgência pela implantação de reformas de base no país somava-se ao instável quadro político nacional nos anos anteriores ao golpe militar. Este quadro passava por novas composições e alianças em suas diversas esferas, devido às mudanças estruturais impostas pela crescente urbanização/industrialização do país e a permanência de suas raízes agrárias.

Estas raízes foram expostas não somente pelos movimentos sociais que emergiram neste período, mas também por partidos políticos e seus representantes, que disputavam junto a outros mediadores (como a Igreja, por exemplo) a força do campesinato como o mais novo ator político no cenário nacional, procurando se inserir no debate quanto ao papel da agricultura no projeto de desenvolvimento do Brasil.

Sobre as transformações políticas vividas pelo país neste período, Aspásia Camargo (1986: 129) aponta os caminhos que levaram à exclusão do campesinato no processo de modernização do Estado brasileiro, buscando para isso compreender “as iniciativas no sentido de quebrar o pacto agrário, através das propostas de reformulação da estrutura agrária, advindas de setores de elites dissidentes ou do próprio Estado”.

Para Camargo (1986: 126), a chamada oligarquia obteve a manutenção de parte do seu poder político e social por dois fatores: o monopólio da terra e o controle das populações rurais a partir do instrumento do voto, mesmo que para isso tenha perdido forças diante do alavancamento do setor urbano-industrial que despontava como principal vetor de expansão a partir dos anos 1930. Conforme a autora, as representações políticas presentes no Congresso Nacional fizeram sempre valer o seu poder de voto quanto às propostas de mudanças na estrutura agrária do país, mesmo quando algumas dessas propostas foram aprovadas, sofrendo

para isso alterações que permitiram o domínio sob a propriedade e ampliaram o controle político e social que possuem sobre as populações rurais.

Ainda assim, o movimento camponês nos anos 1960 resultou em um forte impacto nas relações tradicionais no campo, criando tensões e novas formas de relacionamento entre as classes em razão das demandas por melhores condições de vida e de trabalho.

A partir do elo formado entre as elites agrárias e o poder central, Camargo aponta que, dos anos 1930 até o golpe militar de 1964, as diferentes situações de arranjos políticos que moldaram o caminho escolhido pelo Estado Nacional quanto ao encaminhamento da questão agrária no Brasil. Neste sentido, as distintas coalizões de poder que marcaram este período permitem uma leitura do contexto político/econômico no qual o Brasil se encontrava por meio das ações e, principalmente, das repercussões que os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart tiveram diante das forças de coalizões de poder com que governaram. Sobre a atuação de cada um destes governantes, Camargo (1986) destaca que os estilos individuais de populismo o diferenciaram da seguinte maneira:

Vargas, apesar da intenção de estender o trabalhismo ao campo, está mais voltado para a bandeira nacionalista e para o sindicalismo urbano, anunciando uma política agrária desprovida de instrumentos políticos necessários para implementá-la. Juscelino Kubitschek impõe a política de conciliação que esvazia o desequilíbrio de classes no âmbito mais amplo e difuso das desigualdades regionais. Jânio Quadros, empolgado em redefinir a política agrária, identifica-se com sua autoridade pessoal e carismática e insere-a no confronto, fatal, de poder com o Congresso. Goulart, retomando a bandeira trabalhista de Vargas, cria o impasse político que o deixa sem respaldo diante de seus adversários tradicionais – a ele hostis desde o 2º Governo Vargas – fortalecidos pelo apoio militar norte-americano e das classes produtoras, entre elas a grande propriedade rural (CAMARGO 1986: 224).

No governo Vargas, a principal preocupação girou em torno da possibilidade de se estender ao campo a legislação trabalhista. A proposta da Lei Agrária no 2º governo Vargas (1951-1954) identificava o latifúndio como a terra improdutiva, sem aproveitamento e que aguardava apenas a sua valorização. Esta terra deveria ser desapropriada pelo Estado para uso econômico, caso não cumprisse sua finalidade social, conforme previa a Constituição de 1946. A ressaltar, o proprietário de terra que não estivesse conseguindo produzir em suas terras poderia obter recursos financeiros junto ao Estado, o que dificultava ainda mais o processo de desapropriação implementado (CAMARGO 1986: 147).

Neste caso, torna-se perceptível a extrema habilidade política de Getúlio Vargas ao agregar diferentes interesses em torno de sua proposta agrária, seja atendendo à classe patronal e seus anseios, assim como diminuindo parte da pressão social exercida pela população rural estendendo ao campo os direitos trabalhistas em gozo no meio urbano.

A proposta de lei acima exposta posteriormente sofreu diversas críticas e pressões das associações patronais por meio de seus representantes, além do apoio a estes pela bancada conservadora integrante do Congresso. Assim, sua aplicação quanto à desapropriação por interesse social permanecia dificultada, ao contrário das facilidades ampliadas disponíveis aos grandes proprietários, diante da possibilidade de obter financiamento para melhorar a produtividade em suas áreas, a menos que a requerida indenização prévia e justa em dinheiro fosse quitada para a liberação da área. Além disso, tornava-se necessário uma mudança constitucional para que o processo de desapropriação, com pagamento da terra em títulos, fosse possível.

Estas e outras medidas que viriam a ser implementadas visavam buscar uma limitação/definição das regras que instituiria o que era um latifúndio, sendo permitida neste tipo de propriedade a desapropriação por interesse social. Segundo Camargo (1986:150), entendia-se por interesse social no projeto da Lei Agrária o “[...] aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com as necessidades de habitação, trabalho e consumo dos centros de população a que dava ou possa suprir por seu destino econômico”.

Os projetos de limitação ou controle sobre a propriedade da terra esbarrava não somente nos representantes políticos, mas também nas entidades ligadas aos grandes proprietários de terra associados na Confederação Rural Brasileira (CRB) e também na Sociedade Rural Brasileira (SRB), que se colocaram contrários às propostas de reformulação agrária que cada vez mais se avolumavam junto ao Congresso Nacional no governo Vargas.

No governo Juscelino Kubitschek, que teve como principal lema o programa de industrialização brasileiro através do chamado Plano de Metas, não se conseguiu encaminhar um quadro reformista para a estrutura agrária do país. Diante das dificuldades políticas encontradas que marcaram o início de seu governo, “a política do possível parece ter sido a de conseguir da facção ruralista uma posição de neutralidade diante do Programa de Metas, em troca da conservação das relações sociais no campo” (CAMARGO 1986: 155).

Segundo Camargo, Kubitschek apontava como resultante da pobreza camponesa a desigual distribuição de terras consequente da arcaica estrutura agrária vigente no país. Como forma de solucionar este quadro, o então candidato proferia em seus discursos a vontade de realizar uma política de reforma agrária que pudesse “[...] propiciar aos trabalhadores agrários o acesso à propriedade de modo que se evite a proletarização das massas rurais” (CAMARGO, 1986: 154-155). Porém, já como presidente, JK teve imensas dificuldades políticas de implementar os projetos que visavam redistribuir as terras no país, tornando o caminho da reforma agrária mais compatível aos interesses daqueles que compunham seu governo¹⁹.

Destaca-se, neste processo de colocar a reforma agrária como base dos projetos de reformas necessárias, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), principalmente quanto à proposta de se estender os direitos trabalhistas ao campo (apesar de sua discussão datar desde os meados dos anos 1950 o mesmo só foi aprovado em 1963 com o estabelecimento do chamado Estatuto do Trabalhador Rural). Esta lentidão para se aprovar um projeto desta envergadura demonstra a força e/ou resistência das elites agrárias representadas pelas associações dos grandes proprietários rurais (CRB e SRB), além de contar com o apoio de importantes veículos de comunicação impresso (como no caso do jornal *O Estado de São*

¹⁹ O desenvolvimento de uma indústria nacional de tratores neste período está diretamente ligada a implementação do chamado Plano de Metas no governo Juscelino Kubitschek. Este Plano foi o grande marco do planejamento econômico brasileiro na segunda metade dos anos 1950, sendo este inspirado no sucesso do plano quinquenal implementado na União Soviética. O Plano de Metas foi elaborado em 1956, pelo Conselho de Desenvolvimento, órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, e começou a ser implantado no início de 1957. As metas foram divididas em cinco áreas estratégicas, como energia (1 a 5), transporte (6 a 12), alimentação (13 a 18), indústria de base (19 a 29) e educação (30). No total, o plano continha 31 metas, sendo a mais complexa delas a construção da futura capital do país, Brasília. O BNDE (atual BNDES), criado em 1952, integrou parte dessa estrutura de planejamento econômico, já que era por meio deste que os empréstimos necessários para a execução das metas eram obtidos, sejam eles nacionais ou internacionais. Na meta específica para o setor de alimentação (envolvendo agricultura e seus produtos), a de número 17 pretendia ampliar a mecanização da agricultura, prevendo o aumento do número de tratores agrícolas em uso de 45 mil para 72 mil unidades em 1960. A meta 18, dos fertilizantes, previa um aumento da capacidade de produção de fertilizantes em mais 120 mil toneladas anuais (O BNDES e o Plano de Metas, 1996).

Paulo), que se colocava extremamente contrário à execução de uma reforma agrária ampla (CAMARGO 1986: 157).

Segundo a SRB, o Estatuto do Trabalhador Rural deveria respeitar as diversidades regionais, no momento em que estiverem sendo formulados, se possível deixando a cargo local a implementação de medidas deste tipo, o que certamente encontraria resistência (CAMARGO 1986: 158).

Ainda no governo de JK, o que se percebe é uma crescente politização da questão agrária e, além disso, inicia-se uma série de políticas regionais, principalmente para atender a região Nordeste, visando amenizar a gritante situação da seca com a qual esta região convive ao longo de sua existência²⁰, mas que naquele momento virou o centro das atenções políticas e tirou do foco o debate em torno da extensão dos direitos trabalhistas para o meio rural (CAMARGO 1986: 161).

No governo de Jânio Quadros e João Goulart, o quadro do debate político em torno da questão agrária envereda pelos caminhos da pressão popular que demanda por reformas de base, assim como a oposição ruralista (seja dos partidos políticos ou de associações de classe, como a CRB) repele quaisquer mudanças de âmbito constitucional que porventura ouse ameaçar o direito a propriedade. Pressão esta bastante clara quanto à percepção de Camargo (1986), ao apontar a dificuldade de Quadros em realizar bruscas mudanças no sistema político brasileiro devido aos fortes elos dos antigos pactos estabelecidos, assim como Goulart refletiu ser impossível a plena execução de uma reforma agrária efetiva caso não se alterasse o dispositivo constitucional que previa a indenização prévia e em dinheiro aos proprietários.

Assim, torna-se perceptível a força do processo de institucionalização do movimento camponês (através dos sindicatos), diante da legalidade de suas ações e as consequências do enfrentamento feito junto ao governo e proprietários por meio de greves e os demais conflitos lançados como forma de requerer seus direitos.

Portanto, diante da emergência do campesinato enquanto ator no cenário político brasileiro, o latifúndio e seus representantes, temidos por sua força até então intransponível, impositor das regras nas relações de produção meio rural, passou a ser questionado e enfrentado com mais intensidade pelos que sofriam a consequência direta de sua existência.

Ao serem expulsos de suas terras, tendo sua força de trabalho explorada de diferentes modos e tendo em troca com pequenas vantagens de apadrinhamento, os trabalhadores de diversas categorias presentes no meio rural brasileiro, que recebiam distintos nomes pelas regiões em que habitavam, com o apoio de partidos políticos (PCB) ou de outras organizações sociais (como as Ligas Camponesas e os sindicatos), intensificaram os conflitos nos locais de trabalho, organizando greves, forçando acordos com os proprietários para regulamentar as diárias dos dias trabalhados. E foi desta forma que entraram em contato com o mundo das leis, que lhes atribuía direitos desconhecidos até então, e que mudou não só a trajetória mas a condição de vida de milhares de trabalhadores que viviam do trato diário com a terra e dela retiravam o próprio sustento.

No momento em que esse confronto ganha força no meio político, e passa exercer pressão em torno de mudanças na estrutura fundiária brasileira, marcadamente concentrada desde a sua formação colonial, o tema se amplia, conquista outros setores da sociedade e

²⁰ A chamada “Operação Nordeste” indicava parte do reflexo das desigualdades regionais latentes no país que, naquele momento, já relegava aos estados do Nordeste um péssimo desempenho nos índices socioeconômicos. O deslocamento de recursos financeiros e de políticas nacionais voltadas para um melhor desenvolvimento desta região (arrasada não somente pela seca mas também pela presença dos latifúndios que em muito contribuíam para o estado de miséria daquela população) tornou-se o centro das atenções naquele período, diminuindo a chama do debate sobre as garantias trabalhistas e sua extensão para os trabalhadores do meio rural. Ver mais detalhes em Camargo (1986).

expõe os problemas causados pela existência do latifúndio, já sendo apontado como atrasado e violento, aumentando a necessidade de reformas sociais no início dos anos 1960.

Portanto, este é o quadro em que o tema aporta no período do golpe militar em 1964, ganhando contornos decisivos para a sua compreensão atual, pois teve início o desenvolvimento de uma complexa modernização agrícola que o setor agrícola ingressaria a partir com a participação direta do Estado.

Intensificaram-se as reivindicações sociais por mudanças e o golpe de 1964 inicia um período civil-militar autoritário, onde o movimento popular do campo sofreu um elevado grau de repressão com a aprovação do Estatuto da Terra, no fim do mesmo ano. O desdobramento político da aprovação desta lei e os contornos sociais advindos dela é um dos focos do próximo capítulo.

CAPÍTULO II – A LUTA PELA TERRA NOS ANOS DA DITADURA: O GOLPE MILITAR DE 1964 E SEUS DESDOBRAMENTOS NOS PROJETOS PARA O MEIO RURAL BRASILEIRO

O período da história brasileira que vai do golpe militar de 1964 até a metade dos anos 1980 foi resultado da intensa turbulência política nacional no período antecedente. Como destacamos no capítulo anterior, havia gritantes divergências quanto às concepções de rumos para o desenvolvimento do país, em especial no que se refere à pertinência e ao modelo de reforma agrária a ser implementado. Com o crescimento da força política do campesinato, era cada vez mais intenso o questionamento das formas de uso da terra por aqueles que se viam expulsos e/ou à margem do acesso a esse importante meio de produção e de vida. Diante desse impasse, uma diversidade de categorias sociais, do campo e da cidade, levantou a bandeira da reforma agrária como necessidade para o desenvolvimento.

Com os desdobramentos do regime militar no campo político, econômico e social e sua influência no modo de tratar a questão agrária, buscaremos compreender o peso político dela. O impacto da aprovação do Estatuto da Terra ainda no ano de 1964 e os mecanismos instituídos para que o Estado atendesse aos apelos pela modernização técnica da agricultura marcaram significativamente este período. São elementos cruciais para compreendermos a opção do Estado em não implementar as ideias dos atores políticos que defendiam uma reforma agrária.

Neste capítulo, abordaremos algumas características que marcaram o debate sobre a questão agrária durante o regime militar, as mudanças em termos de legislação que emergiram daquele contexto e as suas consequências para a agricultura brasileira. Assim, tivemos uma política modernizadora para a agricultura, edificada pelas mãos do Estado (privilegiando o capital privado nacional e estrangeiro), que alimentou os conflitos por terra e tornou ainda mais visível a concentração de terras no Brasil. Nesse contexto, surgiram novas mediações e atores políticos, fruto do histórico processo de expropriação dos trabalhadores da terra em que viviam.

2.1 – O Golpe Militar A Criação Do Estatuto Da Terra

Ao analisar a questão agrária no Brasil durante os anos do regime militar, José de Souza Martins (1984) aponta que, ao lutar pela terra, os trabalhadores rurais sem-terra questionam não somente o regime de propriedade e suas relações, mas o sistema que sustenta as bases dessa estrutura fundiária, construída por meio do pacto político que envolve a classe industrial urbana e os grandes proprietários de terras.

Desta composição de interesses fez-se a base de sustentação do Estado brasileiro que, em benefício dos grandes proprietários e empresas multinacionais, reprimiu e praticamente condenou ao isolamento político aqueles que buscavam deslegitimar o direito à propriedade,

já que esta luta colocava em risco os acordos que edificam há anos a desigual distribuição de terras no país.

Martins (1984) demonstra que o ingresso dos militares no poder através do golpe envolvendo civis e militares em 1964 e de suas estratégias quanto aos conflitos no campo brasileiro teve como foco a implementação de políticas voltadas, segundo esse mesmo autor, para a federalização da política de terras, pela militarização da questão agrária (principalmente através da criação de órgãos públicos que estavam subordinados à ordem militar e assim resolviam, ao seu modo, os conflitos que eclodiam em diferentes regiões brasileiras).

Para intervir nos conflitos rurais, segundo Martins, os militares se utilizaram tanto de mecanismos legais (através do Estatuto da Terra) como de práticas ilícitas, como a intimidação, ameaças, desmobilização e desmoralização de lideranças e de segmentos que as apoiavam (como a Igreja e demais entidades civis) na luta por terra.

Na leitura da historiadora Sônia Mendonça (2006), o período imediatamente após o golpe apresentava um agravante que aumentou ainda mais a pressão política naquele momento: a profunda crise econômica que o país atravessava. Diante disso, algumas questões primordiais estavam em jogo quanto ao desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. Segundo Mendonça (2006), essas questões estavam circunscritas em três premissas básicas: a exigência de um forte controle da inflação; alteração da política externa e a modernização tecnológica da agricultura.

À primeira delas, o governo militar respondeu com uma política de “recessão calculada” que, em sua pauta de combate à inflação, incluía a superexploração seletiva da força de trabalho e o arrocho salarial coletivo, sem mencionar a proibição de greves e a própria repressão. Quanto à política externa, reforçou-se definitivamente a tendência até então já esboçada de alinhamento aos Estados Unidos. Já quanto à “modernização”, colocava-se, à época, como inevitável, a reforma agrária (MENDONÇA 2006: 35).

Dessa forma, pretendia-se garantir os acordos estabelecidos como forma de sustentação do projeto de modernização do campo pelo incentivo às empresas rurais (aproveitando-se do instrumento legal do Estatuto da Terra para isso), alimentando assim os conflitos no campo pela crescente expulsão e marginalidade a que os trabalhadores rurais sem terra eram submetidos. Ainda de acordo com Martins, o golpe de 1964 tinha como um de seus principais objetivos:

[...] impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, que estavam maciçamente presentes no cenário político nacional no pré-golpe de 1964. Uma força não muito bem vista pelas forças que não gostariam de presenciar mudanças no regime de propriedade de terra pela reforma agrária proposta pelos trabalhadores rurais (MARTINS 1984: 21).

As transformações na agricultura surgidas nesse período estiveram, em grande medida, pautadas pelas regras estabelecidas através do Estatuto da Terra (lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), instrumento jurídico que regulamentava os procedimentos quanto à política fundiária e reforma agrária no país. Esse instrumento, fruto das discussões acaloradas dos anos 1950 quanto às propostas de reforma agrária, efetuou a definição legal de categorias presentes no vocabulário político, como, por exemplo, latifúndio e reforma agrária.

Nos termos da lei, em seu artigo primeiro, a reforma agrária era definida como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (Art. 1º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra). Neste sentido, a lei já aponta que tipo de reforma agrária deveria ser desenvolvida como estratégia de minimizar os problemas do campo, de cunho não somente técnico mas também visando maior equidade social e também maior produtividade.

Segundo Mendonça, o Estatuto guardava um evidente cunho reformista, mesmo diante dos aspectos antipopulares e autoritários em que ele se encontrava. Um exemplo disso estava presente na descrição da própria reforma agrária, que

[...] se inseria num conjunto de medidas vinculadas a uma estratégia geral cuja racionalidade prendia-se ao Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), mormente no que dizia respeito tanto à análise do papel da agricultura no desenvolvimento do capitalismo, quanto da própria reorganização fundiária. Tratava-se de fazer frente à crise econômica brasileira buscando, através da reforma fundiária, ampliar o mercado interno e configurar uma classe média consumidora de produtos industriais, mas também neutralizadora dos conflitos e tensões no campo (MENDONÇA 2006: 37-38).

Da mesma forma, estava também explícita a vertente de modernização do campo, pautada pela definição de uma chamada política agrícola, que conferia ao setor agrícola as modificações capazes de tornar mais racional e produtivo o uso da terra. Sendo assim, o Estatuto definiu como política agrícola

o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país (Estatuto da Terra – Art. 1º, § 2º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).

Mendonça (2006: 38) aponta como a reforma agrária tomou corpo no conjunto de reformas²¹ propostas ainda no governo de João Goulart no pré-golpe, mas que pouco se materializaram no regime militar, iniciado com Castelo Branco ocupando a presidência. Para a autora, este conjunto de reformas, entre as quais se encontrava a própria reforma agrária, sofreu uma nova pressão diante do cenário político que se configurou após o golpe. Sendo resultado também da pressão dos movimentos sociais no momento pré-golpe, essas medidas tiveram que conviver com a repressão que se abateu sobre os principais movimentos de contestação do novo regime que foram sendo destruídos enquanto canais de mediação entre a sociedade civil e o Estado.

Com isso, as reformas desenraizaram-se de suas origens sociais, tornando-se uma “concessão” do regime militar, o que significava afirmar o fim de qualquer possibilidade de uma reforma da estrutura fundiária proposta estivesse esvaziada de qualquer cunho “mudancista”. A rigor, a reforma agrária castelista, tida como “democrática e cristã”, voltava-se para o

²¹ As chamadas reformas de base propostas por João Goulart foram medidas econômicas e sociais que previam uma maior intervenção do Estado na economia e que promoveria reformas nas áreas agrária, fiscal, bancária, urbana, educacional, dentre outras.

aumento da produção e da produtividade, bem como para a consolidação da propriedade privada no campo, ainda que sob a égide dos princípios da técnica e da ideologia do planejamento e da racionalidade. Logo, o que se percebe é que o primeiro governo militar, ao se apropriar da bandeira da reforma agrária e das demais reformas de base do período do pré-golpe, deslocou-as para o âmbito da técnica e da eficácia, deixando de lado o movimento social mais amplo que lhes dera sustentação em passado recente (MENDONÇA 2006: 38).

O segundo artigo da lei especificava que a todos estava assegurada a oportunidade de ter acesso à propriedade de terra, desde que esta cumprisse com sua função social. Segundo a lei, cumpria a função social a propriedade que, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (Estatuto da Terra – Art. 2º, § 1º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).

No que tange ao ato de desapropriação das terras em caso de descumprimento das normas, a lei estabelece:

A desapropriação por interesse social tem por fim: a) condicionar o uso da terra à sua função social; b) promover a justa e adequada distribuição da propriedade; c) obrigar a exploração racional da terra; d) permitir a recuperação social e econômica de regiões; e) estimular pesquisas pioneiras, experimentação, demonstração e assistência técnica; f) efetuar obras de renovação, melhoria e valorização dos recursos naturais; g) incrementar a eletrificação e a industrialização no meio rural; h) facultar a criação de áreas de proteção à fauna, à flora ou a outros recursos naturais, a fim de preservá-los de atividades predatórias (Estatuto da Terra – Art. 18 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).

Para que esses processos de desapropriação ocorressem, os seguintes critérios eram estabelecidos no seu artigo dezenove, parágrafo segundo:

Para efeito de desapropriação observar-se-ão os seguintes princípios: a) para a fixação da justa indenização, na forma do artigo 147, § 1º, da Constituição Federal, levar-se-ão em conta o valor declarado do imóvel para efeito do Imposto Territorial Rural, o valor constante do cadastro acrescido das benfeitorias com a correção monetária porventura cabível, apurada na forma da legislação específica, e o valor venal do mesmo; b) o poder expropriante não será obrigado a consignar, para fins de imissão de posse dos bens, quantia superior à que lhes tiver sido atribuída pelo proprietário na sua última declaração, exigida pela Lei do Imposto de Renda, a partir de 1965, se se tratar de pessoa física ou o valor constante do ativo, se se tratar de pessoa jurídica, num e noutro caso com a correção monetária cabível; c) efetuada a imissão de posse, fica assegurado ao expropriado o levantamento de oitenta por cento da quantia depositada para obtenção da medida possessória (Estatuto da Terra – Art. 19, § 2º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).

Através de suas definições quanto aos limites dos imóveis rurais e cumprimento da função social da terra, o Estatuto configurou-se como um importante instrumento de luta. Por outro lado, tornou-se uma das ferramentas do regime militar para definir os caminhos a serem tomados pelo tipo de reforma agrária que seria promovida por ele. Nas palavras de Medeiros,:

O Estatuto da Terra foi definido pela mensagem presidencial que acompanhou seu encaminhamento ao Congresso Nacional como sendo, ‘mais do que uma lei de reforma agrária’, uma lei de ‘desenvolvimento rural’. Compunha-se de duas partes bem distintas: uma referente à reforma e outra, ao desenvolvimento. No texto legal, tipificavam-se os imóveis rurais em minifúndios (propriedade com área inferior a um módulo rural e, portanto, incapazes, por definição, de prover a subsistência do produtor e de sua família); latifúndios por exploração (com área entre um e 600 módulos, caracterizados pela exploração em níveis inferiores à média regional); latifúndios por extensão (com área superior a 600 módulos, independentemente do tipo e características da produção neles desenvolvida), e empresas (imóveis entre um e 600 módulos, caracterizados por um certo nível de aproveitamento do solo, racionalidade na exploração, cumprimento da legislação trabalhista e preservação dos recursos naturais). (MEDEIROS 2002: 24-25)

A divisão dos imóveis rurais conforme nos mostra a citação acima trazia em si, para além da imposição de limites à propriedade e certas normas a serem cumpridas, uma apropriação dos termos políticos utilizados no pré-golpe. Esse fato gerou a expectativa de que a busca pelo cumprimento das novas normas fosse aumentar a possibilidade de uma crescente desapropriação de terras no país.

Através do Estatuto da Terra, alguns dos termos que haviam se politizado no debate dos anos 60 ganharam o status de categorias legais, com critérios relativamente precisos de definição em termos de tamanho de área, formas e grau de utilização da terra, natureza das relações de trabalho etc. Essa categorização cristalizou o estigma que pesava tanto sobre o latifúndio como sobre o minifúndio e estabeleceu como meta sua progressiva extinção, em nome da racionalidade da exploração agrícola considerada como o ideal a ser atingido (a empresa rural). O Estado absorvia assim as reivindicações que afloravam, enquadrava-as e disciplinava-as de forma a trazer a demanda por terra para os parâmetros de uma agricultura modernizada e capaz de atender às exigências do que então se considerava como desenvolvimento (MEDEIROS 2002: 25).

Pela forma como a lei foi redigida, havia estímulo para que o latifúndio de transformasse em empresa rural:

A empresa, que poderia inclusive ser familiar, tornava-se o modelo ideal da propriedade fundiária. O caminho para que o latifúndio se tornasse em empresa seria a desapropriação (somente em casos de existência de tensão social), a tributação progressiva e medidas de apoio técnico e econômico à produção (MEDEIROS 2002: 25).

O caminho citado acima para transformar o latifúndio em empresa através do próprio Estatuto foi uma das maneiras encontradas pelo regime militar para implementar seu projeto

de desenvolvimento para o país, ao estabelecer um maior estreitamento de suas relações com o setor industrial e destes com o setor externo, sob forte apoio financeiro do Estado. Assim, o governo militar, segundo Martins, utilizou o Estatuto da Terra segundo os seus interesses econômicos e, principalmente, políticos.

O Estatuto da Terra surgiu como um projeto militar de conciliar a ocupação/utilização das terras com a preservação da propriedade capitalista e da empresa rural, desta forma, a reforma agrária pensada pelo militares beneficiaria apenas os lavradores com vocação empresarial, sem falar da revogação da obrigação de pagamento em dinheiro aos grandes fazendeiros (MARTINS 1984: 22).

Para Martins, o governo militar foi, aos poucos, conferindo ao Estatuto da Terra um direcionamento para os projetos econômicos que os militares queriam implementar e o papel que a agricultura teria. Dessa forma, distanciava-se das questões sociais e aplicava somente aquilo que lhe interessava, conduzindo a reforma agrária mais como um problema técnico e militar do que social ou mesmo político.

O governo militar separava o problema social e econômico, representado pela concentração fundiária, da questão política, das mediações... entendia que as medidas reformistas eram necessárias, mas que os grupos e as mediações políticas para concretizá-las eram desnecessários e nocivos (MARTINS 1984: 31).

O resultado dessa forma de aplicar o Estatuto foi, para Martins (1984: 32), uma crescente despolitização da questão fundiária e a exclusão política do campesinato das decisões sobre os seus próprios interesses.

Dessa maneira, segundo Martins, a própria ideia de se realizar a reforma agrária por esse instrumento “já nasceu subordinada ao processo de reprodução ampliada do capital da grande empresa – não só subordinada a uma política econômica que é essencialmente de expropriação, como de uma política que é essencialmente de concentração de capital”. Como conclusão sobre o sentido conferido ao Estatuto da Terra, Martins aponta que:

O Estatuto revela assim a sua verdadeira função: é um instrumento de controle das tensões sociais e dos conflitos gerados por esse processo de expropriação e concentração de propriedade e do capital. É um instrumento de cerco e desativação dos conflitos, de modo a garantir o desenvolvimento econômico baseado nos incentivos à progressiva e ampla penetração do grande capital na agropecuária. É uma válvula de escape que opera quando as tensões sociais chegam ao ponto em que podem transformar-se em tensões políticas. O Estatuto está no centro da estratégia do governo para o campo e se combina com outras medidas de cerco e desativação dos conflitos, das reivindicações e das lutas sociais (MARTINS 1984: 35).

Dessa forma, podemos inferir que o Estatuto da Terra foi de fundamental importância para os militares, pois estes intervinham à sua maneira nos conflitos e na forma de realizar a modernização da estrutura fundiária nacional. Mas, ao mesmo tempo, também contribuiu para que os trabalhadores rurais enfrentassem, amparados em leis, o seu principal opositor.

A busca pela centralização do poder fez com que houvesse um progressivo envolvimento militar na questão fundiária nacional, com a crescente subordinação dos órgãos públicos às ordens dos militares. Fato este que foi se agravando, posteriormente, com o

surgimento de grupos específicos de atuação regional (como o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, o GETAT, já no final dos anos 1970). Como análise geral desse período, Martins aponta que:

O processo político-militar dessa fase foi um processo de centralização política, de fortalecimento do poder Executivo em detrimento do Legislativo, de fortalecimento da União em detrimento da Federação, de fortalecimento do poder nacional em detrimento do poder regional e local, do fortalecimento do caráter administrativo do governo em detrimento do seu caráter político, de fortalecimento da burocracia pública em detrimento da ação partidária. É nesse quadro que a política do governo em relação à questão fundiária adquire sentido. Não entenderemos corretamente as medidas governamentais do regime se adotamos como perspectiva da política fundiária a necessidade de terra dos camponeses, a sua luta pela terra, porque não é a partir dessa perspectiva que o governo atua e decide (MARTINS 1984: 49).

Para Mendonça, o Estatuto se apresentava com dois conjuntos de estratégias opositoras e distintas: “uma, claramente ‘distributivista’, voltada à democratização da propriedade da terra; e outra, ‘produtivista’, concentradora, já sinalizando a opção que prevaleceria nos anos 1970, a assim chamada modernização conservadora” (MENDONÇA 2006: 39).

A autora aponta que essa tensão de estratégias deve ser analisada como um campo de forças em que o próprio Estatuto se materializava, desde a elaboração do projeto até o momento da aprovação da lei. Este campo registrava, segundo Mendonça, o choque de duas vertentes opositoras quanto ao caminho a ser trilhado pelo Estatuto e por suas leis reguladoras, que privilegiaram a transformação do latifúndio em empresa por intermédio das classes patronais que exerceram forte pressão na redação do texto final da lei:

Na verdade, o Estatuto da Terra deve ser apreendido [...] como um campo de forças, o qual [...] registrou a medição de forças entre o governo e seus técnicos [...] e as distintas frações da classe dominante agrária, em luta pela sua não implantação. Afinal, regulamentado com um considerável número de vetos e alterações, principalmente no que tange à distribuição de terra e ao apoio ao trabalhador rural, o estatuto emergiu como instrumento de atuação do Estado em dois planos: a reforma agrária e o desenvolvimento agrícola. [...] Não se tratava de uma legislação ameaçadora do latifúndio. Muito ao contrário, ela fora concebida como um instrumento para forçar a sua modernização, particularmente por prever sua interpenetração ao conceito de empresa, a qual, no Estatuto, era isenta de desapropriação. Ademais, a lei de reforma agrária era, simultaneamente, uma lei de desenvolvimento agrícola, o que além de “abrandar” sua intencionalidade política, tornava-a um texto de ambiguidades flagrantes, fruto, por seu turno, da enorme resistência e pressão política movida pelas entidades de classe patronais da agricultura brasileira (MENDONÇA 2006: 41-42).

O latifúndio ganhava naquele momento uma dimensão própria, específica, definida por lei. O Estatuto da Terra definiu o latifúndio, no seu artigo 4º, inciso V, como o imóvel rural que:

a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b desta Lei [seiscentas vezes o módulo médio da propriedade rural nem a seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais, na respectiva zona], tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine; b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural (Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).

Um dos novos contornos da lei mencionados na citação acima pode ser expresso pela definição do latifúndio no Estatuto, que se pautou principalmente pelo grau de aproveitamento da terra e de suas dimensões sem observar também os seus malefícios:

Como fundamento para a definição de latifúndio diagnosticou-se uma rigidez na estrutura latifundiária, e isso foi fator impeditivo ao desenvolvimento de uma cultura empresarial, além de contribuir para o maior distanciamento entre elite e povo. Os males do latifúndio não se restringiam ao rural, e seriam responsáveis pela não qualificação da mão de obra, a favelização, o empreguismo e o peleguismo (BRUNO 1995: 22).

Para compreender a transformação da palavra política latifúndio em uma definição legal, Regina Bruno (1995) aponta a existência de importantes elementos de continuidade entre o período anterior à formulação e a aprovação do Estatuto da Terra, pelo governo militar.

Mas, para além das heranças existentes, há no Estatuto descontinuidades e rupturas que são produtos da nova conjuntura social, econômica e política que se abre com o golpe de 1964. O principal elemento que conforma a ruptura é a *institucionalização* de uma determinada vertente do pensamento reformista, que, no período anterior, apresentava-se muito mais como um programa de enfrentamento ao projeto nacional populista do governo João Goulart do que como uma proposta efetiva reformas. Convinha agora pôr em prática os princípios e preceitos até então formalmente defendidos. Para tanto, era necessário elevar à categoria de lei os fundamentos da proposta reformista do governo “revolucionário” – transformá-la em instituído, em adquirido. A partir daí, operacionalizar uma nova ideia de relações sociais no campo. Essa especificidade de continuidades e descontinuidades na conjuntura pós-golpe impôs à sociedade um novo reordenamento de forças, elegeu novas prioridades e outros compromissos sociais, diferentes daqueles existentes no momento anterior e, de certa forma, imprimiu novos contornos à lei e ao debate sobre a reforma agrária no momento de sua elaboração e aprovação (BRUNO 1995: 10-11).

Reconhecendo os avanços trazidos pelo Estatuto, mas ao mesmo tempo realizando uma crítica contundente sobre sua utilização enquanto mudança na estrutura fundiária brasileira, Bruno (1995) considera:

É inquestionável a importância do Estatuto da Terra. Sabemos que o fato de existir uma legislação agrária marcou todo o *ethos* do sindicalismo rural. [...] Na verdade é o Estatuto, que vai fazer a relação entre o Estado e o sindicalismo na luta por terra. É ele que abre o diálogo - tenso, difícil e com lutas - entre os trabalhadores rurais e o Estado. Mas é também importante

não esquecermos que, através do Estatuto, o Estado não só conferiu identidade jurídica às categorias sociais antes existentes, como as redefiniu politicamente. Ao torná-las legais, filtrou uma determinada concepção de reforma agrária e conceitualizou o que seria latifúndio, propriedade familiar, empresa rural, função social, desapropriação, tributação, etc., que desde suas origens já se encontravam permeados por uma dupla lógica. Uma, distributivista, pela democratização da propriedade fundiária, incentivo à empresa familiar como modelo ideal de propriedade e penalização do latifúndio; e outra, produtivista, pela concentração de terra, capital e trabalho, e consolidação da grande empresa capitalista (BRUNO 1995: 28-29).

Já com relação ao latifúndio, Bruno (1995) destaca que o Estatuto não promoveu a condenação esperada desse tipo de exploração da terra que iria para além de sua pouca ou nenhuma produtividade, pois ele também era gerador de outras mazelas sociais que não apenas a sua improdutividade. E que, após a implementação da nova lei, teria como saída a sua transformação em empresa rural para se livrar do sentido negativo que carregava politicamente, tornando-se o empreendimento a ser seguido por aqueles que têm vocação para o setor, os empresários rurais.

O Estatuto, por exemplo, definiu latifúndio com base na improdutividade e na dimensão, é certo, mas desencarnou do conceito os atributos outorgados pelo movimento camponês: o latifúndio como expressão da violência e da sujeição. A lei estabeleceu a propriedade familiar como base da reforma agrária [...] Os ideólogos do anteprojeto lutaram acirradamente e garantiram que a reforma agrária fosse vinculada à problemática fundiária, porém caracterizaram latifúndio e empresa rural como noções que atendem a regras comuns e se interpenetram continuamente (BRUNO 1995: 29).

A combinação entre esse conturbado período político do regime militar e as suas consequentes ações no campo econômico mudaram os rumos da agricultura e a colocaram em um profundo processo de modernização, conforme veremos a seguir.

Porém, o caminho escolhido abandonava a ideia de realização da reforma agrária como política social e de desenvolvimento, tornando-a apenas uma política fundiária pontual, a ser usada em tensos conflitos que eclodiam em regiões distintas do país. É justamente nesse momento que o Estado e seus principais interlocutores políticos participam ativamente como eixo norteador do processo de modernização da agricultura desde o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970.

2.2 As Transformações Dos Anos 1960/1970: Modernização Técnica Da Agricultura Brasileira E Consequências Para O Meio Rural

Para desenvolver este tópico, utilizaremos alguns autores (DELGADO 1985; GOODMAN, SORJ & WILKINSON 1990; GUIMARÃES 1979; GRAZIANO DA SILVA 1991; KAGEYAMA *et al.* 1987 e MULLER 1982) que analisaram as transformações, de caráter fortemente técnico mas com enorme impacto social, sofridas pela agricultura brasileira e suas implicações políticas e econômicas. Este caminho remontará o contexto em que estas mudanças ocorreram, resgatando um debate que tem origem nos anos 1950 e que perpassará as análises dos anos 1960, 1970 e 1980. Desta forma, estaremos apreciando as intensas

transformações causadas pelo desenvolvimento dos complexos agroindustriais, delineando as mudanças que se desenvolveram nas esferas econômicas, mas também políticas e sociais.

Alberto Passos Guimarães²² colocou no centro da discussão as transformações oriundas do crescimento agrícola que, segundo ele, teria resultado “dos antagonismos entre a economia rural e a economia urbana, os quais são a expressão histórica das relações desiguais e contraditórias entre a agricultura e a indústria” (GUIMARÃES 1979: 14). Ao propor o estudo da questão que provocou estas bruscas mudanças na agricultura, o autor dedicou um dos capítulos de sua obra para analisar a formação do chamado complexo agroindustrial, principalmente destacando a subordinação do setor agrícola dos países subdesenvolvidos às indústrias (no tocante à questão dos insumos e equipamentos destinados à produção e também à distribuição desta produção, o que revela o caráter monopolizador presente nesta desigual relação).

Guimarães tece observações relevantes sobre a relação de dependência da agricultura para com a indústria, condição esta que levou o setor agrícola a se integrar ao complexo das demais atividades produtivas e se tornar parte da estrutura que se sustenta a partir do ritmo de produção industrial.

O mais recente e mais rápido crescimento da industrialização da agricultura, ocorrido nas décadas posteriores a 1950, o qual por sua vez é uma consequência da expansão industrial verificada em todo o mundo, contribuiu para produzir mudanças importantes, não só nas condições internas do processo evolutivo agrícola como também nas relações entre a agricultura e os demais setores da economia. Uma parte crescente dos produtos agrícolas não mais é entregue diretamente, em sua forma natural, ao consumo: é adquirida e processada pela indústria. Uma parte crescente das necessidades de consumo da agricultura não é mais obtida dentro das explorações agrícolas: é suprida pela indústria. [...] Portanto, a agricultura deixou de ser, por força da industrialização, um setor isolado da economia de qualquer país e se tornou parte integrante de um conjunto maior de atividades inter-relacionadas: tornou-se parte de um conjunto complexo agroindustrial (GUIMARÃES 1979: 113-114).

O processo descrito pelo autor retrata parte do processo de subordinação da atividade agrícola ao ritmo industrial. Isto se dava pela própria forma pela qual a agricultura estava sendo organizada. Mas este caminho também lhe reservava dificuldades para o futuro, visto que esta elevada produção pressionaria seus custos e aumentava o grau de dependência para com as indústrias fornecedoras e transformadoras de seus produtos.

Através da organização de quadros matriciais, obteve-se a comprovação empírica da justa medida em que a agricultura se estava tornando, em consequência do processo de substituição dos métodos tradicionais pelos métodos industriais de produção, um elemento cada vez mais vinculado a

²² Alberto Passos Guimarães (1908-1993) teve uma participação de destaque no debate dos anos 1950 e 1960 sobre a questão agrária brasileira e outras temáticas relacionadas a esta devido à sua passagem expressiva como militante e um dos grandes intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB) naquela época. Na década de 1950 e no começo dos anos de 1960, uma série de situações, como a crise do stalinismo e o fomento do nacionalismo no Brasil, acentuaram divergências em torno da análise que o partido realizava sobre o país e as medidas que defendia para sua transformação social. Alberto Passos Guimarães, bem como Caio Prado Junior, participaram desse período de discussões, se posicionando no debate político e, desse modo, expondo as cisões que ocorriam no PCB” (Fonte:<http://www.iteral.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias_18/12/2008>, acesso em 18 de julho de 2010).

um conjunto produtivo, em relação ao qual aumentava a sua dependência. À medida em que se industrializava, a agricultura passava de um nível inferior a um nível superior de desempenho, mas isso também significava uma perda progressiva de sua autonomia e de sua capacidade de decisão. [...] Ao aumentar sua dependência, de um lado em relação ao forte grupo de indústrias fornecedoras de insumos básicos; e, de outro lado, em relação às grandes indústrias transformadoras e compradoras da maior parte dos produtos agrícolas, a agricultura iria aumentar sua produtividade, mas irá também aumentar seus custos, sem poder compensá-los com uma equivalente lucratividade (GUIMARÃES 1979: 114).

Segundo Delgado (1985), as inovações introduzidas pelo processo de modernização agropecuária tiveram início na década de 1950, através da importação de meios de produção como insumos e novos equipamentos, alterando o padrão tecnológico vigente até aquele momento. Posteriormente, já no fim dos anos 1950, este processo ganha ainda mais força com a presença cada vez maior e intensa das políticas do Estado, e também pelo aumento do número de indústrias de tratores, estimuladas pelo governo Juscelino Kubitschek.

O momento chave para a constituição do complexo agroindustrial para Delgado (1985: 34) é o final dos anos 1960, quando já se encontra em andamento um conjunto de medidas do sistema financeiro (como a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR – e o II Plano Nacional de Desenvolvimento), sendo ainda mais articulado pela integração dos capitais intersetoriais agricultura-indústria, um processo de fusão que, segundo o autor, vai além da simples relação técnica entre os dois setores citados, promovendo assim diferentes formas de integração sob o comando do capital industrial:

O final dos anos 60 é considerado como marco de constituição do chamado Complexo Agroindustrial brasileiro (CAI), denominado ainda por alguns autores de arranada do processo de *industrialização do campo*. Esse processo caracteriza-se, fundamentalmente, pela implantação, no Brasil, de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura. Paralelamente, desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e em parte a exportação. A constituição de um ramo industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e a modernização do ramo industrial a jusante (processamento de produtos agrícolas) passa, necessariamente, pela modernização de uma parcela significativa da agricultura brasileira. Essa agricultura que se moderniza, sob o influxo dos incentivos do Estado e induzida tecnologicamente pela indústria, transforma profundamente sua *base técnica* de meios de produção (DELGADO 1985: 34-35).

Na leitura de Delgado, a cristalização do complexo agroindustrial revela muito mais do que a integração de setores ligados às atividades produtivas, compreendendo também um “novo bloco de interesses rurais” com vinculações estreitas entre o Estado e algumas parcelas do setor rural ligadas aos grandes capitais. O autor conclui que a expressão máxima da valorização do capital no setor agrícola se estabeleceria a partir do controle da propriedade fundiária.

O surgimento e consolidação do Complexo Agroindustrial articula novos interesses sociais comprometidos com o processo de modernização.

Conforma-se um novo bloco de interesses rurais em que se sobressaem a participação do grande capital industrial, do Estado e dos grandes e médios proprietários rurais. A soldagem deste pacto modernizador é feita pela política econômica, com primazia dos aparatos financeiros do Estado. [...] Esse novo bloco de interesses rurais, submetido à crise financeira aguda a partir do final dos anos 70, evolui para novas e ainda mal definidas alianças, em que novamente o grande capital industrial, o Estado e a propriedade territorial estarão presentes, numa articulação de interesses que marcaria uma nova forma mais avançada de capitais a nível intersetorial (DELGADO 1985: 41-42).

Este processo de modernização se mostrava, desde seu início, concentrador e, ao mesmo tempo, promotor de grandes desigualdades entre as regiões brasileiras, gerando o alavancamento econômico de algumas e o empobrecimento de outras:

Todo esse processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira. Ao contrário, deve-se ressaltar a concentração espacial do processo modernizante, abrangendo basicamente os Estados do Centro-Sul brasileiro (MG, GO, RJ, SP, PR, SC E RS). [...] As demais regiões do país e os milhões de estabelecimentos não incorporados ao processo de modernização cumprem, nessa estratégia de organização da produção, papéis periféricos na agricultura brasileira. [...] Neste sentido, as mudanças no mercado de trabalho induzidas pela industrialização do campo fazem crescer uma massa de marginais sociais, cuja absorção, restrita aos assalariados temporários na esfera produtiva, ocorrerá de forma ainda mais precária ao nível de circulação da renda social, no âmbito do que se convencionou chamar de mercado de trabalho informal (DELGADO 1985: 42).

Graziano da Silva (1991) aprofunda a discussão em torno dos diferentes usos e sentidos dados ao conceito de complexo agroindustrial, sendo este apontado pelo autor como uma “orquestração consciente de interesses”. O autor realiza uma leitura crítica acerca da dimensão política das transformações pelas quais passava a agricultura brasileira desde meados dos anos 1970. Este viés político de análise, segundo Graziano da Silva (1991: 05), pretende apontar que os chamados complexos são “o resultado histórico de um duplo movimento: externo, pela ação do Estado e suas políticas públicas; e interno, pela atuação das instituições e organizações de interesses dos seus membros”.

Com relação às mudanças na agricultura que, ao mesmo tempo, se industrializava e assim se subordinava aos moldes dos ditames da indústria, Geraldo Muller (1982) destacou o papel do Estado (como patrocinador desta radical mudança do setor agropecuário brasileiro ao financiar grande parcela das profundas alterações na base tecno-econômica do setor) e também mudanças com relação às estruturas sociais, algo pouco falado quando se destaca esse processo.

O autor caracteriza o processo de formação do chamado complexo agroindustrial como o conjunto de mudanças técnicas e econômicas (mas também político e social) junto à produção agrícola, destacando também que, até o final dos anos 1960, agricultura e indústria eram setores interdependentes:

[...] no início dos anos setenta o Brasil dispunha de um conjunto de setores industriais e agrícolas interdependentes entre si que poderia, em face das inúmeras definições disponíveis, ser designado como complexo agroindustrial (CAI). Por conseguinte, definido como o conjunto dos processos tecno-econômicos sócio-políticos que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros e comerciais correspondentes, o complexo agroindustrial brasileiro inexistia até por volta de 1970 no país, fundamentalmente porque os setores industriais que produziam para a agricultura não estavam constituídos enquanto indústrias localizadas no país (MULLER 1982: 48).

Em outra passagem, Muller destaca não só a interdependência dos setores como também começa a descrever as mudanças que esse movimento provocava junto àqueles que, de alguma forma, estavam ligados ao trabalho agrícola, tendo cada vez mais seu instrumento de trabalho (terra) transformado em mercadoria e em objeto de controle e poder econômico:

Estes graus de interdependência setorial caracterizam a agricultura de que se fala e têm implicações cruciais na determinação de sua estrutura e dinâmica, porquanto interesses sociais nucleados no capital comercial e assentados na propriedade territorial e generosidade da natureza foram deslocados pelos interesses nucleados no capital industrial e financeiro em geral e, em particular, aquele que opera na agricultura. [...] Neste sentido, o trabalho agrícola subsume-se no capital num contexto marcado pela industrialização crescente da agricultura, processo no qual a terra-matéria perde suas forças determinadoras das condições de produção em favor da terra-capital (MULLER 1982: 49).

Muller apontava que estas transformações conformavam um novo desenho das categorias sociais presentes no campo, com um aumento significativo de trabalhadores assalariados:

A profunda mudança por que passa o campo no Brasil não se reduz às transformações tecno-econômicas, mas abarca também a estrutura social. O crescimento da agricultura industrializada, que materializa os interesses sociais modernos, evidencia que este processo particular tende a converter-se em processo geral, a despeito dele se mostrar acentuadamente concentrado do ângulo do número de estabelecimentos que incorporaram progresso técnico. Com efeito, pode-se sustentar que houve uma significativa expansão da burguesia e da pequena burguesia industrializadas no meio rural do país, juntamente com um diminuto crescimento da burguesia tradicional, e uma diminuição da pequena burguesia tradicional; pode-se sustentar, ademais, que simultaneamente à diminuição dos trabalhadores “autônomos” (pequenos arrendatários e parceiros), ocorreu um aumento do número de trabalhadores assalariados, notadamente, dos sem-terra, e um aumento ainda maior dos “trabalhadores a domicílio”, isto é, daquela enorme massa de gente que, conquanto proprietária territorial, não passa de trabalhadores agrícolas para a indústria e o comércio. Em suma, no movimento de mudança de forma da agricultura brasileira nenhuma camada social acha-se imune à sua influência, até mesmo aquelas que não se enquadram nas atividades agrícolas em industrialização (MULLER 1982: 49).

Outra contribuição do texto de Muller é mostrar que os setores industriais ligados à agricultura possuem elevado caráter de dependência para com as políticas de crédito voltadas para o setor agrícola, o que os transforma em importantes grupos de pressão junto aos órgãos estatais que conduzem este processo, com uma atuação que tende a beneficiar estes grupos através da implementação de políticas que vão ao encontro de seus interesses enquanto representantes de um setor:

No que concerne aos setores industriais dirigidos para a agricultura, cabe dizer que sua recenteidade, enquanto indústria, é notória; os segmentos mais tradicionais de mecânica, química e rações passaram por transformações tão profundas que igualmente podem ser tomados como recentes. Estes setores apresentam-se fortemente organizados em sindicatos patronais que atuam em mercados acentuadamente oligopolizados. São setores que dependem diretamente de políticas creditícias dirigidas à agricultura, o que os leva a operar como grupos de pressão favoráveis à modernização do agro nacional, impelindo-os a influenciar a formulação de políticas monetárias, fiscais, cambiais e as relativas ao comércio interno e externo. [...] Para reprodução destes setores a expansão da industrialização do campo é de importância vital, fato que pode contrapor seus interesses aos dos produtores agrícolas ou pode somar-se a estes para pressionar os órgãos estatais (MULLER 1982: 50).

Esta configuração de um novo padrão agrícola brasileiro foi objeto de profundo estudo por Kageyama *et al* (1987), que periodiza a passagem dos complexos rurais (baseados numa dinâmica que era determinada pelas flutuações do produto agrícola no mercado externo) para os complexos agroindustriais (que rearticulam os setores então separados da agricultura e indústria, além de integrar no interior destes complexos diferentes tipos de capitais).

Ao longo deste processo, Kageyama *et al* (1987) procuraram dar ênfase a uma série de atores (sendo o principal deles o Estado) e o conjunto de medidas que viabilizaram estas mudanças, como a política de crédito rural, a internalização da indústria de fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas de um lado, e, de outro, o financiamento da agroindústria processadora, sem falar na criação de instituições públicas para fomentar a pesquisa agropecuária. Outro ator relevante são os grandes produtores rurais e os *lobbies* provenientes destes grupos junto ao Estado, para demandar subsídios e implementação das políticas de modernização e ações que fomentaram o surgimento e a crescente expansão do novo padrão agrícola brasileiro, baseado na industrialização da agricultura.

Neste sentido, expressa-se uma importante distinção entre três processos que geralmente são tidos como sinônimos (modernização da agricultura, industrialização da agricultura e complexos agroindustriais). Segundo os autores:

Por modernização da agricultura se entende basicamente a mudança na base técnica da produção agrícola [...], que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos etc.), mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. É uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir. A modernização da agricultura no Brasil é, pois, um processo “antigo”. Nesta transformação da forma de produzir houve substituição de determinadas culturas por outras e, dentro da mesma cultura, por outras variedades modernas (KAGEYAMA *et al.* 1987: 01).

Já o processo de industrialização da agricultura é mais recente, datado de meados dos anos 1960, sendo caracterizado pela interdependência entre indústria e agricultura, sendo esta última subordinada às determinações do ramo industrial, dependendo deste para receber os diversos insumos que agora integram parte de sua produção. Importante destacar a característica irreversível da modernização associada diretamente a este segundo processo e assim apresentado pelos autores:

A “industrialização da agricultura” envolve a ideia de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, como uma “fábrica” que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção. O camponês produzia em “interação com a natureza” como se esta fosse o “laboratório natural”. Trabalhava a terra com os insumos e ferramentas que tinha a seu alcance, quase sempre produzidos em sua própria propriedade. [...] A industrialização da agricultura brasileira é um processo recente, pós 65. O processo de industrialização da agricultura é qualitativamente diferente porque torna o processo de modernização irreversível. A partir do momento em que a agricultura se industrializa, a base técnica não pode regredir mais: se regredir a base técnica, também regredir a produção agrícola. O longo processo de transformação da base técnica – chamado de modernização – culmina na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa a subordinação da natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. (KAGEYAMA *et al.* 1987: 01).

De acordo com Kageyama *et al* (1987: 02), três características terminam por diferenciar os processos de modernização da agricultura do processo de industrialização:

Primeiro, não se trata apenas de usar crescentemente insumos modernos, mas também – principalmente – de mudar as relações de trabalho. Mesmo com a modernização havia espaço para pequena produção independente onde o proprietário (ou parceiro ou arrendatário), utilizando insumos modernos, seguia produzindo de maneira artesanal. [...] Na agricultura industrializada, a relação de trabalho é basicamente uma relação de trabalho coletivo (cooperativo); não há mais o trabalhador individual, há um conjunto de trabalhadores assalariados que trabalham coletivamente ou cooperativamente numa determinada atividade. O trabalhador não mais cuida do plantar ao colher: ele se especializa. [...] A segunda mudança qualitativa é a mecanização. A modernização da agricultura brasileira no pós-guerra é basicamente pelo trator, que passa de substituto da força animal para substituto da mão do homem, da força de trabalho. [...] Este salto qualitativo no processo de modernização da agricultura brasileira ocorre nos anos 60, quando se introduz a mecanização de todo o processo produtivo, do plantio à colheita. [...] A terceira transformação que muda qualitativamente o processo de modernização brasileira nos anos 60 é a internacionalização [...] dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura [...]. É a partir dessas três transformações que ocorrem nos anos 60 que o processo de modernização da agricultura brasileira se torna irreversível, iniciando-se assim a industrialização da agricultura (KAGEYAMA *et al.* 1987: 02).

Finalmente, a partir dos anos 1970, teve início o desenvolvimento de diferentes complexos industriais, tendo como elemento unificador as políticas estatais e o seu papel enquanto financiador da transição de uma situação a outra.

No período pós-75 temos a constituição do que se vem chamando de complexos agroindustriais. São vários complexos que se constituem, ao mesmo tempo em que a atividade agrícola se especializa continuamente. Na verdade, pode-se dizer que hoje não existe mais apenas uma agricultura: existem vários complexos agroindustriais. E a dinâmica desses segmentos da agricultura é a dos complexos. Em todos eles existe um elemento aglutinador “administrando-os”, que são as políticas do Estado. O Estado assume o papel do capital em geral, do capital financeiro, o que coloca uma questão importante num regime democrático, que é o controle desse Estado. Esta é a questão política de fundo [...] (KAGEYAMA *et al.* 1987: 03).

O papel do Estado enquanto financiador do processo de modernização e industrialização da agricultura brasileira é o cerne da investigação de Delgado (1985), que também aborda em seu trabalho as conexões entre a mudança na base técnica de meios de produção da agricultura brasileira e o movimento de consolidação dos complexos agroindustriais nos anos 1970. Além disso, o autor aponta com propriedade como o Estado brasileiro teve uma participação fundamental na criação de novas bases industriais e no fomento de pesquisas via instituições públicas, visando o desenvolvimento de assistência técnica e especializada para o novo modelo de produção que despontava pelos seus elevados recursos financeiros investidos nesta transformação do setor agrícola brasileiro.

A participação decisiva do Estado é notável, segundo o autor, pela mediação que se estabelecem nas relações econômicas e sociais presentes na constituição deste processo, principalmente por intermédio da conjunção de quatro esferas (normativa, financeira-fiscal, produtiva e previdenciária) de atuação do Estado que coordenavam de maneira geral todo este aparato regulatório.

Essa dominação crescente da regulação capitalista pelo Estado, processando-se de maneira não necessariamente funcional, manifesta-se por diversos meios ou níveis de decisão burocrática, que de forma geral poderiam ser sintetizadas nas instâncias *normativa, financeira-fiscal, produtiva e previdenciária*. De todas essas instâncias ou meios de regulação econômica, o estilo de regulação financeira sobressai como eixo de articulação fundamental da intervenção estatal na economia [...] (DELGADO 1985: 43).

Na esfera normativa, predomina a função legislativa, onde eram estabelecidas as regras dos contratos das diversas relações sociais existentes no campo. De acordo com Delgado, originaram-se, nesse processo, dois importantes instrumentos normativos: o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4214, de 02/03/1963 – que estendia os direitos trabalhistas urbanos ao campo) e o Estatuto da Terra (Lei nº 4502, de 1964, onde se encontrava uma legislação agrária propriamente dita).

Importante destacar o caráter político de ambos os estatutos, sendo o primeiro antes e o segundo depois do golpe militar de 1964, o que segundo Delgado, termina por explicar o rumo tomado pelo último instrumento citado e pela sua característica um tanto quanto conservadora e voltada para atender aos interesses daqueles que propunham o fortalecimento dos empreendimentos capitalistas na agricultura brasileira. Conforme aponta o autor:

A conjugação dos dois Estatutos e, principalmente, do exacerbado protecionismo ao chamado empreendimento capitalista, acabam por inverter, também, as normas que regulam a função social da propriedade territorial rural, transformando-a em fonte autônoma de valorização patrimonial. Isso tudo modifica, na prática as relações de trabalho e as relações de propriedade, convergindo no sentido de apoiar novas alianças do grande capital e do Estado em direção à valorização especulativa da propriedade territorial, conformando um peculiar mercado de terras [...] (DELGADO 1985: 44).

Sobre a esfera financeira e fiscal (considerada a mais importante pelo autor), Delgado volta seus esforços para compreender os efeitos dos “mecanismos monetário-financeiros” que fazem circular os capitais privados na atividade agrícola, destacando-se a concessão de crédito como política de Estado para maior desenvolvimento deste processo de modernização e industrialização do campo:

Nessa esfera financeira e estatal, desempenha papel de destaque a estrutura bancária do Estado e, em particular, a política de crédito rural por ela executada (majoritariamente). Essa política [...] contém uma proposta explícita de modernização agropecuária em interação com a constituição integrada do Complexo Agroindustrial. Nessa esfera *financeira* e estatal desempenham papel relevante às diversas instituições encarregadas da concessão de subsídios financeiros e facilidades creditícias que se sucedem desde a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). [...] O novo sistema é montado para agropecuária em seu conjunto. Seu sentido modernizador é claramente estipulado. Seus mecanismos indutores de organização da produção são refletidos nas condições favorecidas de financiamento, em termos de taxas de juros, prazos e carência de pagamento. Sua clientela preferencial é o produtor modernizado ou modernizável, inserido na malha das transações interindustriais do CAI (DELGADO 1985: 45-46).

Delgado ressalta ainda que este aparato financeiro foi bancado pelo Banco do Brasil e outros bancos oficiais, com uma pequena participação dos bancos privados. A partir de 1978, todo este mecanismo financeiro foi sendo paulatinamente transferido da esfera pública para a esfera privada, destacando-se neste caso outros tipos de incentivos que o Estado praticava naquele momento:

Além da política financeira, o Estado também administra, a nível federal e algumas vezes com a participação dos governos estaduais, a concessão de uma gama de incentivos fiscais que estabelecem de forma diferenciada as margens de lucro dos capitais envolvidos na agricultura. [...] Essa bateria de incentivos, conjugada à ação direta do Estado no gasto público em infraestrutura geral (estradas, eletrificação e comunicações) potencia a obtenção de vantagens especiais aos capitais que logram integrar-se no tipo de empreendimento que está sendo patrocinado pela política fiscal e financeira (DELGADO 1985: 45-46).

Quanto à esfera produtiva, o autor destaca o papel das empresas estatais e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que “patrocinam todo o esforço de geração, adaptação

e difusão da tecnologia moderna, cuja produção em escala comercial passa, em última instância, pelo Complexo Agroindustrial" (DELGADO, 1985, p. 47).

Por fim, Delgado aponta a esfera previdenciária como a mais fraca dentre as quatro já citadas, pressionada pela grande massa de trabalhadores excluídos deste processo de modernização, e as diversas consequências disso (seja na saúde ou na questão do desemprego):

A instituição estatal encarregada dos serviços de previdência social e assistência médica rural – o FUNRURAL – somente se constituiu em 1971 e em 1983 integrou-se ao sistema INPS-INAMPS, percebendo ainda benefícios parciais ao sistema. Desde sua constituição até o presente a máquina estatal tem sido crescentemente pressionada por uma massa em elevação de subempregados e desempregados rurais e rurais-urbanos, cuja tendência é crescer ainda mais [...]. Esse crescimento da marginalização de pequenos produtores e trabalhadores rurais está associado a dois movimentos profundos no desenvolvimento recente da economia brasileira. Por um lado, uma intensa penetração do capitalismo no campo, com o caudal de destruição de ocupações dos pequenos produtores e trabalhadores rurais [...]. por outro lado, a desaceleração do crescimento do emprego não agrícola a partir de 1974, e a queda absoluta na absorção da mão de obra industrial a partir de 1981, colocam problemas muito graves para o estado-previdência (DELGADO 1985: 47).

Ao tecer comentários sobre o processo em curso e as principais esferas de atuação do poder público brasileiro, o autor realiza importante reflexão evidenciando as contradições e os conflitos de interesses presentes na participação do Estado como regulador das atividades econômicas.

Goodman, Sorj & Wilkinson (1990) nos auxiliam a compreender, por um outro caminho, o processo de adaptação da agricultura aos ditames do modo de produção capitalista, por se transformar num ramo cada vez mais articulado a tais práticas, algo que somente encontra barreiras ao se defrontar com as aptidões naturais que limitam (ou dificultam) a velocidade desta adaptação. Com o intuito de explicar como este processo se desenvolveu, indicam como os elementos naturais foram sendo, pouco a pouco, eliminados da produção agrícola e implementados pela atividade industrial. Para analisar as dimensões destas mudanças, os autores lançam mão de dois conceitos que se complementam no sentido de identificar o caminho seguido pela industrialização da agricultura: *apropiacionismo* e *substituição*:

Assim, diferentes aspectos da produção agrícola foram transformados em setores específicos da atividade industrial. Este processo descontínuo porém persistente de eliminação de elementos discretos da produção agrícola, sua transformação em atividades agrícolas e suas reincorporação na agricultura sob a forma de insumos designamos *apropiacionismo*. Os produtos da agricultura igualmente apresentaram problemas singulares para a produção industrial. O destino deles como alimento impedia sua simples substituição por produtos industriais. Entretanto, o surgimento da indústria alimentícia, argumentamos, representa um processo igualmente descontínuo, mas permanente, de alcançar a produção industrial de alimentos, que denominamos de *substituição*. Neste processo, a atividade industrial não apenas representa uma proporção crescente de valor agregado, mas o produto agrícola, depois de ser primeiramente reduzido a um insumo

industrial, sofre cada vez mais a substituição por componentes não-agrícolas (GOODMAN, SORJ & WILKINSON 1990: 01-02).

Em outro momento, os autores se estendem na tentativa de melhor delimitar os processos envolvidos em cada um destes conceitos (apropriacionismo e substitucionismo), destacando a forma na qual eles se desenvolveram, passando a integrar o setor agrícola à lógica industrial, seja procurando diminuir a dependência deste setor aos fatores naturais, seja transformando os produtos agrícolas em meros insumos industriais e, assim, comprometendo a existência do setor agrícola e de sua principal característica que se encontra no ritmo de produção da natureza e não do homem ou da indústria:

Em seu sentido mais pleno, o apropiacionismo constitui-se pela ação empreendida pelos capitais industriais a fim de reduzir a importância da natureza na produção rural, especificamente como uma força fora de sua direção e controle. Isto foi alcançado inicialmente pela redução dos limites impostos pela terra enquanto espaço por meio da mecanização e, subsequentemente, pelo esforço contínuo de transformar os segredos da produção biológica em conhecimento científico e propriedade industrial. [...] Deste modo, o apropiacionismo descreve a reestruturação constante do processo de produção rural à medida em que estes capitais exploram novas oportunidades de acumulação. Esta reestruturação não chega a constituir-se numa transformação unificada mas está conduzindo a um processo de produção industrial. [...] A lógica do substitucionismo igualmente conduziu à criação de setores de acumulação nas fases descendentes da fabricação de alimentos e fibras (GOODMAN, SORJ & WILKINSON 1990: 02-03).

Ressalvando algumas diferenças quanto à periodização dos processos ou mesmo dos atores centrais destes, a leitura dos autores aponta aspectos comuns no que se refere à formação do CAI brasileiro, seja destacando a presença do Estado com maior força por promover a financeirização no setor agropecuário e ampliando a política de créditos (DELGADO, 1985), ou distinguindo os processos que levaram a um profundo movimento de industrialização da agricultura (KAGEYAMA *et al.* 1987) ou ainda atribuindo ao setor industrial a tentativa de substituir os procedimentos naturais que são inerentes ao desenvolvimento da agricultura (como a relação com o tempo da natureza), assinalada por Goodman, Sorj & Wilkinson (1990). Destaca-se também a dependência que o setor industrial impôs à agricultura no bojo destas transformações, fazendo desta uma engrenagem a caminhar de acordo com suas regras e seus ritmos.

Diante da leitura apresentada sobre as transformações que ocorriam no meio rural, podemos identificar melhor o conjunto de mudanças promovidas na agricultura brasileira principalmente a partir dos anos 1970, desde o seu processo de subordinação à indústria, passando também pela constante modernização (uso de máquinas e pela introdução de insumos químicos). Tudo isto atrelada à forte presença e atuação do Estado enquanto agente promotor destes processos (através de políticas públicas implementadas para financiar esta transição do modelo produtivo e também fomentar pesquisas para dar suporte e legitimidade às mesmas), o que culminou na formação dos chamados complexos agroindustriais, um reflexo das transformações citadas que marcaram a chamada “modernização conservadora” da agricultura brasileira²³.

²³ Sobre este tema, encontra-se na obra de Graziano da Silva (1982) uma análise sobre o processo de modernização da agricultura brasileira baseada numa chamada modernização dolorosa, que segundo o autor, estaria relacionado ao modo com que foi realizado este processo de modernização, privilegiando alguns espaços

Como fruto das mudanças que tornava a agricultura moderna nos anos 1970, houve também novas políticas de ocupação do espaço nacional, assim como conflitos que denotam a resistência dos trabalhadores (foreiros, moradores, posseiros) frente ao processo de expulsão de suas terras. Estes conflitos tiveram a marca da luta por direitos, já que sindicatos e trabalhadores buscavam respaldo no Estatuto da Terra. Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraná e Minas Gerais vivenciaram momentos de tensão no campo e na cidade por diferentes situações envolvendo a expulsão dos trabalhadores e sua luta por reivindicações por melhores condições de trabalho e cumprimento das leis trabalhistas (MEDEIROS, 1989: 103-110). Outra característica deste período, fruto desta tensão instaurada por bruscas mudanças, foi a violência empregada nesses conflitos, seja por meio da repressão ou da reação de fazendeiros e trabalhadores nas situações envolvendo a ocupação e expulsão das terras.

Desta forma, intensificaram-se os conflitos diante da resistência dos trabalhadores, que foram incentivados pelo governo a ocuparem outras regiões do país, como o deslocamento para a região amazônica e Centro-Oeste, através dos projetos de colonização governamental. E os conflitos não envolveram apenas a classe trabalhadora, mas também a população indígena dessas novas regiões a serem ocupadas, visto que havia interesses econômicos de grandes empresas quanto à expulsão dos povos indígenas, já que elas também se transferiam para essas regiões no período, até com incentivos fiscais para a sua permanência (MARTINS 1986:96-97).

Modificaram-se também as características do então chamado latifúndio. Se antes dos anos 1960 sua caracterização estava mais voltada à dimensão das propriedades e o tipo de trabalho nela presentes, assim como as relações sociais estabelecidas no interior dessas áreas, o que define o latifúndio após o golpe militar de 1964, principalmente com as mudanças advindas da implementação do Estatuto da Terra, é a imagem da busca da modernização ao projetar a sua mudança para a forma de empresa rural, marcada pela transformação dos meios e da maneira de se produzir, cada vez mais associado ao setor industrial e de serviços. .

Antes apontado como o atraso, o latifúndio foi sendo transformado para manter presente a marca colonial da estrutura agrária brasileira: a extrema concentração de terra. Ela se prolongou e se fortaleceu com as políticas governamentais, com base em grandes unidades produtivas.

A desigualdade no acesso à terra permaneceu e os intensos conflitos fundiários denotam a gravidade do impacto social que a manutenção deste modelo de estrutura agrária acarreta para o Brasil. O agravamento da fome nas zonas rurais, a crescente expulsão dos trabalhadores rumo aos grandes centros urbanos nacionais, o subemprego deste contingente que migra para as cidades e nelas tenta sobreviver mesmo nas péssimas condições de saúde, educação e moradia em que se encontra.

Nesse processo, que gerou uma grande saída de trabalhadores rurais do campo para a cidade e diversas formas de resistência, ganhou destaque o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

de produção (onde o capital se fazia mais presente) e excluindo outros, promovendo desta maneira a manutenção da estrutura fundiária altamente concentradora do campo brasileiro.

CAPÍTULO III – O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA E MUDANÇAS NA FORMA DE LUTA POR TERRA A PARTIR DOS ANOS 1980

Nesse capítulo, procuramos resgatar o contexto de surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o processo de identificação de seu adversário, ao mesmo tempo em que formava sua própria identidade. Nesse processo, é possível perceber a criação de diferentes meios para o enfrentamento do adversário e dentre aqueles que mais se destacaram – por conferir voz e divulgar a organização e as ocupações de terras em todo o país – temos o Jornal dos Sem Terra (JST).

O panorama econômico mundial do início dos anos 1970 estava mais que turbulento. A crise econômica que assolou o mundo neste período teve seus primeiros sinais já no final dos anos 1960, com a fragilidade das políticas de pleno emprego, cidadania e proteção social ruindo nos principais países da Europa e nos Estados Unidos, mas com forte agravamento diante da política de alta dos preços do petróleo por países do Oriente Médio, em 1973/1974²⁴.

O Brasil acabou se inserindo neste ciclo de crise econômica e terminou contraindo uma série de empréstimos internacionais para amenizar os estragos de sua já deficitária balança comercial. A herança dos anos 1970 com o forte endividamento público asfixiou a economia do país, agravando a dependência da exportação dos produtos agrícolas.

O contexto político e econômico deste período potencializou a emergência dos movimentos sociais, diante de algumas dificuldades com que o regime militar ainda se mantinha no país, apesar da repressão sobre os movimentos de contestação. É com este cenário que lançamos luzes para a emergência do MST enquanto produto das transformações que o país sofria.

3.1 – O despertar de um movimento: as raízes históricas do MST

Conhecer a origem das famílias que deram origem aos sem terra é de fundamental importância para compreendermos os efeitos e as consequências das transformações implementadas na agricultura brasileira desde meados dos anos 1960. Ao longo do regime civil-militar, revisitado no capítulo anterior, a repressão aos movimentos sociais se intensificou de modo a sufocar as lutas que, mesmo diante desta forte pressão, não sucumbiram e permaneceram ativas através da ação da Contag²⁵ e da CPT²⁶.

²⁴ Para se compreender as profundas mudanças provocadas por esse processo de transição do sistema fordista de produção (em vigor desde os anos 1920 e caracterizado como um rígido sistema de produção e consumo em massa) para a chamada acumulação flexível do capital é necessário recorrer teóricos deste período, como o historiador Eric Hobsbawm (1994) em *A Era dos Extremos*, quando o autor discorre sobre as transformações históricas desde o início da Primeira Guerra Mundial (1914) até a queda da União Soviética, no ano de 1991.

²⁵ Sobre a atuação da Contag neste período, Medeiros (2009: 02-03) afirma que ela realizou diversas denúncias de conflitos de terra assim como abordou o tema da reforma agrária como central em seu III Congresso, em 1979, apontando o tema como uma das demandas a serem defendidas pelo sindicalismo rural.

²⁶ O trabalho desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) é de fundamental importância para a luta pela terra no Brasil, destacando-se a atuação de diversos de seus membros e a coleta de dados sobre os conflitos de terra e as reflexões advindas deste material. Segundo o contexto histórico de formação apresentado pela própria CPT, ela foi fundada, em 1975, portanto, já no regime militar, “como resposta à grave situação dos trabalhadores

As formas de resistência e de luta por terras adquiridas pela prática de outros movimentos, como as Ligas Camponeras, associações e o Master²⁷, foram fundamentais para o processo de formação dos sem terra. Uma luta em especial formou um conjunto de famílias que originaram o processo de formação dos sem-terra. É a luta dos colonos de Nonoai, no Rio Grande do Sul, em maio de 1978, quando os índios Kaingang, da Reserva Indígena de Nonoai, tomaram a iniciativa de recuperar o seu território ocupado por colonos que ali haviam se estabelecido desde os anos 1940 (FERNANDES 2000: 50-51). Essas famílias eram compostas por “pequenos proprietários e os camponeses sem terra – filhos de colonos, posseiros, pequenos arrendatários, meeiros, parceiros, peões, diaristas”, crescentemente expropriados “em favor da manutenção e expansão dos grandes proprietários” (LERRER 2008: 96-97). Ao serem expulsos, os colonos sem-terra passaram a lutar pela sua permanência no Rio Grande do Sul, porém, sem nenhuma organização formal que estruturasse a luta, o que favoreceu a dispersão da maior parte das famílias e a ocorrência de outras ocupações no estado. Foi assim que a região de Ronda Alta, no mesmo estado, ficou marcada pela ocupação das Glebas Macali e Brilhante, assim como parte da fazenda Sarandi, em Rondinha, configurando o conjunto de ocupações apontadas como a gênese dos sem terra.

Era junho de 1978, alguns grupos de famílias isolados e sem uma forma de organização definida entraram nas Glebas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, e na Reserva Florestal da fazenda Sarandi, em Rondinha. As glebas eram terras públicas que estavam arrendadas para empresas. As ocupações começaram com 30 famílias e chegaram a quase 300. Essa ação tem um importante significado histórico, porque a luta recomeçava exatamente onde havia sido interrompida em 1963. Frente ao fato, o Governo do Estado enviou o secretário da agricultura para cadastrar estas famílias, prometendo assentá-las “quando fosse feita a reforma agrária”. Com esse ato, os colonos foram convencidos a retornarem para as casas de amigos e familiares, onde estavam abrigados. Desse modo, se por um lado o governo tentou se livrar do problema, por outro lado, surgiram muitas outras famílias querendo se cadastrar, com a esperança de serem assentados no Rio Grande do Sul (FERNANDES 2000: 51).

rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve um importante papel. Ajudou a defender as pessoas da crueldade deste sistema de governo, que só fazia o jogo dos interesses capitalistas nacionais e transnacionais, e abriu caminhos para que ele fosse superado. Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e também, porque a igreja possuía uma certa influência política e cultural. Na verdade, a instituição eclesiástica não havia sido molestada. No período da ditadura, o reconhecimento do vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e se manter. Mas já nos primeiros anos, a entidade adquiriu um caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, destacadamente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB. Os posseiros da Amazônia foram os primeiros a receber atenção da CPT. Rapidamente, porém, a entidade estendeu sua ação para todo o Brasil, pois os lavradores, onde quer que estivessem, enfrentavam sérios problemas. Assim, a CPT se envolveu com os atingidos pelos grandes projetos de barragens e, mais tarde, com os sem-terra” (Fonte: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico>>, acesso em 12 de setembro de 2013).

²⁷ O Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), segundo a historiadora Ana Maria dos Santos, é definido como uma “Organização de agricultores despojados de suas terras e trabalhadores rurais, constituída no Rio Grande do Sul em 1960, em uma conjuntura de crise econômica, social e política no país e de movimentos sociais no campo. Começou a levantar questões e apresentar reivindicações que se definiram mais tarde em torno da reforma agrária e iniciou, como outros do período populista, algumas das formas de luta que caracterizaram os movimentos sociais no campo no sul do Brasil”. Ver mais detalhes em In Motta (org.) 2005.

A experiência de luta adquirida por estas famílias, através de um conjunto de ações realizadas para permanecer na terra envolvendo estratégias de âmbito mais coletivo (como reuniões, assembleias, ocupações, acampamentos), acabou sendo observada e copiada por outros trabalhadores em conflitos pela terra, originando na sequência da luta de Nonoai um dos principais acampamentos inspirados nestes moldes: Encruzilhada Natalino. Suas características internas de mobilização e luta conferiram ao acampamento uma visibilidade nacional que alimentou o processo de surgimento do próprio MST.

Ao destacar o tipo de luta empreendida no acampamento Encruzilhada Natalino, Fernandes aponta como principal fator de sua existência o acúmulo de lutas e estratégias dos acampamentos e mobilizações anteriores. Para tanto, foi de fundamental importância a atuação da CPT, ao fazer daquelas famílias de colonos sem-terra a base do movimento social, que se desenvolveria a partir deste conjunto de experiências.

Começou quando um colono, expulso da Reserva Indígena de Nonoai, montou seu barraco próximo ao encontro das estradas que levam a Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo. Esse fato aconteceu no dia 8 de dezembro de 1980. O lugar se chama Encruzilhada Natalino, porque havia uma casa comercial, cujo proprietário chamava-se Natálio. O primeiro colono que acampou também se chamava Natálio. Foi seguido de outras famílias de Nonoai e de famílias remanescentes da ocupação da Gleba Brilhante. Da mesma forma, vieram outros camponeses sem-terra de toda a região. Eram rendeiros, parceiros, agregados, peões, assalariados e filhos de pequenos proprietários. [...] O acampamento localizava-se num lugar estratégico, porque ficava próximo da Anoni, bem como da Macali e da Brilhante. [...] Os barracos estendiam-se por quase dois quilômetros da estrada. Com base nas experiências anteriores, as famílias começaram a se organizar em grupos, setores e comissões (FERNANDES 2000: 54-55).

Ao analisar o processo de formação dos sem-terra, Caldart (2004: 94-96) considera como essencial a combinação de duas dimensões: a primeira delas é que deve ser levado em consideração o caminho percorrido pelos trabalhadores rurais sem-terra que estavam envolvidos na retomada das ocupações na região sul do país no final dos anos 1970 (mais precisamente na já citada ocupação de Encruzilhada Natalino). A segunda é a participação dos sem-terra enquanto experiência humana junto a um movimento social, que apresenta ao longo de sua trajetória diversos processos socioculturais capazes de conformar uma identidade própria ao movimento e seus integrantes (como é o caso da participação em ocupações de terra através da construção de acampamento e, posteriormente, a organização necessária para a luta e implementação dos assentamentos rurais). Para Caldart, este processo forma o chamado Sem Terra²⁸. Neste sentido, a autora destaca que o modo de ser Sem Terra em cada um dos momentos da história do MST tem um sentido diferente, pelo fato dos trabalhadores encararem a decisão de reagir contra sua própria condição social de sem terra através da ocupação de terra improdutiva, conferindo a eles uma identidade própria a partir de suas experiências de luta (CALDART 2004: 96).

Essas experiências fizeram com que o MST construísse ações que foram se aperfeiçoando com outras lutas por terra no país. Carter (2010) faz uso do conceito de

²⁸ Segundo Caldart (2001: 223), “Sem Terra, com letras maiúsculas e sem hífen, é o nome próprio que identifica os sem-terra do MST. A expressão “sem-terra” indica a categoria social de trabalhadores e trabalhadoras do campo que não têm terra e que passam a requerê-la como direito. Trata-se de um vocábulo recente nos dicionários de língua portuguesa, uma das conquistas culturais da luta pela terra no Brasil. Mas em seu nome, os Sem Terra, mantêm a grafia original de seu nascimento como sujeitos que criaram o MST”.

ativismo público para compreender as ações do MST: o autor delimita este conceito pela capacidade de se engajar em uma forma particular de conflito social, utilizando diferentes estratégias cotidianas de resistência, com o intuito de fortalecer as ações que visam projetar a existência do conflito social (CARTER 2010: 203). Carter procura caracterizar o ativismo público como instrumento menos oneroso e mais eficaz para promover os interesses e valores do MST, apontando que o uso deste mecanismo tem ocupado um papel central no desenvolvimento de oportunidades políticas entre os sem-terra, devido à racionalidade e fortalecimento dos recursos internos que o ativismo público proporciona ao MST (CARTER 2010: 230).

Baseado nos estudos de outros autores²⁹, Carter (2010: 202-203) aponta que “o ativismo público do MST envolve uma forma organizada, politizada, visível, autônoma, periódica e não violenta de conflito social”. Carter argumenta visando compreender que

as ideias, táticas, e ações contenciosas do MST devem ser examinadas à luz das oportunidades políticas existentes, dos recursos disponíveis para a sua mobilização e das percepções estratégicas do Movimento em cada conjuntura histórica (CARTER 2010: 202-203).

Essas oportunidades políticas que Carter aponta seriam as configurações de poder expressas em cada momento, possibilitando ou não a participação popular em instâncias decisórias, enquanto que os recursos mobilizadores configurariam uma rede formal e informal envolvendo diferentes tipos de recursos (humanos, materiais, e ideias) que procuram impulsionar os veículos coletivos utilizados para a mobilização (CARTER 2010: 203-204). A combinação desses dois fatores inerentes ao ativismo público, juntamente com o apoio de outras forças, farão do conflito social um espaço repleto de disputa por poderes.

Destacando as diversas modalidades de ativismo público envolvendo as combinações possíveis entre as oportunidades políticas e os recursos mobilizadores, Carter chamou a atenção para o caráter de ativismo público do MST em cada uma das fases apontadas pelo autor como constituintes do movimento (e que apresenta mais semelhanças do que diferenças com a cronologia indicada por Caldart), apontando as mudanças de comportamento das ações do Movimento de acordo com cada momento de sua história:

Em termos gerais, cada uma das três fases históricas do Movimento caracterizou-se por uma modalidade diferente de ativismo público. Durante o primeiro período (1979-1984), as demandas dos sem-terra eram normalmente expressas por meio de “*pedidos suplicantes*” que visavam a ganhar a simpatia do público geral e incentivar atos de caridade por parte da Igreja e das autoridades do Estado. Durante a segunda fase (1985-1994), o MST começou a manifestar suas reivindicações por meio de transgressões desafiadoras da ordem estabelecida e outras manifestações de “*luta agressiva*”. Novas táticas, de caráter mais incisivo, foram forjadas para superar obstáculos à distribuição de terra, num processo que estimulou e afinou a identidade de classe do Movimento. Durante o terceiro período (1995-2006), o movimento sem-terra revelou elementos de uma forma de interação mais amadurecida e estável com órgãos públicos e forças relevantes da sociedade civil, definido aqui por um padrão de “*engajamento crítico sustentado*” (CARTER 2010: 205).

²⁹ Dentre eles, podemos destacar McAdam ; Tarrow e Tilly (2009).

A limitação do ativismo público do MST, segundo Carter, foi visível durante o regime militar no Brasil. Neste sentido, Carter atribuiu a este momento o caráter de “pedidos suplicantes” do Movimento, visando enfrentar o período complexo da ditadura angariando apoio externo e se articulando internamente no intuito de solicitar que sua pauta de reivindicações pudesse ser analisada pelo governo (CARTER 2010: 208).

Ainda segundo Carter, a luta de Encruzilhada Natalino evidenciava uma forma de organização característica deste grupo social em ascensão, transformando-se em um marco de mobilização/acampamento, ganhando as manchetes e pressionando o governo a agir para resolver este fato político e social que virou notícia e gerou profundos impactos todo o país. Este acampamento é apontado por Carter como fator decisivo da gênese do MST e do surgimento e aplicação de diversas táticas de mobilização.

Ao analisar o processo de formação do MST no Brasil e apontar os caminhos de sua expansão no territorial, Bernardo M. Fernandes (2010:165) destaca que as primeiras ocupações de terra organizadas no sul do país a partir de 1979 contaram com o processo de resistência de diversas categorias de trabalhadores do campo. No Rio Grande do Sul, colonos expulsos das terras indígenas e que posteriormente deram origem à ocupação das fazendas Macali e Brilhante. Em São Paulo, tivemos os posseiros resistindo à expansão da pecuária, assim como os arrendatários do Mato Grosso do Sul. No estado de Santa Catarina, diversas famílias camponesas promoveram a ocupação da fazenda Burro Branco (em maio de 1980), enquanto que no Paraná a construção da hidrelétrica de Itaipu deixava famílias camponesas desamparadas.

O período de consolidação desse processo, que resultara em diversas ocupações e manifestações no âmbito nacional, culminou na organização do MST nas cinco regiões do Brasil, contando para isso com o apoio de entidades que foram sendo aglutinadas em torno da luta pela terra, como a CPT, o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), sindicatos de trabalhadores rurais que integravam as chamadas “oposições sindicais”, igrejas Católica e Luterana, entidades estudantis e grupos de defesa dos direitos humanos (FERNANDES In: CARTER 2010: 169).

Ao mesmo tempo em que esta rede de apoio contribuía para a resistência do Movimento e ampliava a luta pela terra, havia o risco de dependência do próprio MST frente a ela. Neste sentido, Fernandes (In: CARTER 2010: 170) destaca um conjunto de ações que marcou este período de consolidação do MST, como a formação de lideranças iniciada no final dos anos 1980 (e que tem destaque em diversas edições do JST abordadas no próximo capítulo, apresentando a experiência e desafios da luta pela terra em todo o país), o fortalecimento da organicidade do Movimento e consequentemente a maior autonomia política frente aos grupos de apoio, como a Igreja, por exemplo.

Caldart (2004) divide o processo de formação do MST em três grandes períodos: articulação e organização da luta pela terra através de um movimento de massa em âmbito nacional (do final dos anos 1970 até meados dos anos 1980); constituição do MST como uma organização social no interior de um movimento de massa a partir de 1986/87 (pensando a relação entre o quantitativo de famílias envolvidas nas ocupações e a ampliação da agenda política do movimento para outras temáticas além da reforma agrária, articulando junto a esta bandeira diversas outras formas de luta que direta ou indiretamente impactam na sua realização). Por fim, a inserção do MST na construção de um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil, quando ele assume com maior força a busca por uma autonomia política frente às entidades de apoio, repercutindo diretamente nas mudanças

presentes em suas ações (como a campanha contra a privatização da Vale do Rio Doce/1996 e Marcha a Brasília/1997), que viriam a conformar o Movimento a partir de 1995³⁰.

As razões que levaram os trabalhadores a se organizarem já estavam postas desde a retomada das ocupações no sul do país no final dos anos 1970, envolvendo uma série de elementos, como a situação socioeconômica e política vivida, além da grande repercussão nos meios de comunicação e na sociedade em geral alcançada pelo acampamento Encruzilhada Natalino. A pressão diante da intensa modernização agrícola que expulsava do campo centenas de pessoas pela crescente mecanização das lavouras gerava excessivo contingente populacional para as cidades, sem muitas alternativas que viabilizassem uma melhoria nas suas condições de vida. Aliado a este fator, segundo Caldart (2004: 104), o aumento da concentração da terra e dos próprios trabalhadores rurais sem terra marcou este período de gestação do MST.

O trabalho da Igreja através da CPT³¹ também recebe destaque por Caldart quanto à importância da organização junto aos movimentos sociais nos anos 1970, principalmente diante de seu tom crítico quanto ao regime militar e a consequente repressão sobre os movimentos que atuavam no campo ou na cidade. As pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, posteriormente, a CPT tiveram uma grande influência quanto à articulação nacional das lutas pela terra que se desencadeavam naquele momento.

O MST inicia um processo de autonomização frente aos seus principais apoiadores (principalmente com a Igreja) no sentido de construir um caminho próprio, independente e sem interferências no modo de executar as ocupações. Caldart (2004: 125-126) destaca como parte deste processo a insistência de fazer da ocupação de terra improdutiva a marca do MST³² e de pensar o movimento de caráter nacional, o que dificultava a estratégia de repressão empreendida pelo governo militar e fortalecia a organização do Movimento no país.

Dentro deste processo, o MST começava a analisar em conjunto os problemas nacionais, incorporando-os em sua agenda política, buscando assim o apoio de toda a sociedade e da opinião pública sobre as suas ações não somente voltadas para o campo, mas de maneira a mostrar que o problema da terra está relacionado aos temas que repercutem em todo o país. Neste sentido, promove-se uma visão de mundo mais ampla no Movimento e também para fora dele, recuperando até mesmo símbolos nacionais (como o hino e a bandeira do Brasil) que ainda sofriam resistência interna ao uso pelo fato de lembrar a opressão sofrida no regime militar (CALDART 2004: 155-156).

No momento de constituição do MST como uma organização social dentro de um movimento de massas, Caldart (2004: 130) indica que a mudança exigiu maior organização do Movimento e de suas estruturas, algo que ocorreu desde os anos 1986/1987 e ainda

³⁰ Esses três momentos de constituição do MST, para Caldart, foram cumulativos e precisam ser compreendidos articuladamente, para que assim dimensionem o complexo processo de formação do Movimento junto ao de seus componentes.

³¹ A atuação da CPT iniciou-se nas regiões norte e centro-oeste do país, e o seu processo de expansão teve a participação de diferentes correntes religiosas, como os católicos e os luteranos na CPT do sul do país (CALDART 2004: 105-106).

³² Cabe ressaltar que o MST não foi o primeiro movimento a se utilizar da ocupação como meio de ação, mas ela foi adotada como opção de luta ao encarar o problema do latifúndio improdutivo ao qual se criticava naquele momento no sul do país. Estas ocupações geravam acampamentos que necessitavam de todo um trabalho de base desenvolvido a partir de diversos instrumentos (por exemplo, a leitura do Estatuto da Terra ou de fontes religiosas como a Bíblia) que viabilizassem a concentração das famílias visando a ocupação da área e sua permanência nela (CALDART 2004: 122-123).

acontece atualmente, devido ao elevado grau de complexidade de organização que o Movimento adquire frente às diferentes conjunturas da questão agrária desde aquele momento. A autora destaca o surgimento de uma tensão entre duas lógicas distintas que o MST passou a enfrentar quanto à sua organização. De um lado, a opção de avançar a luta pela terra (enquanto mobilização de um movimento de massa); por outro, a oportunidade de avançar na organização da produção nos seus assentamentos (segundo uma lógica de empresa social, organizando e planejando melhor a produção dos assentados). Para a mesma autora, a combinação entre as duas lógicas sem que uma delas fosse suprimida agrega ainda mais importância na compreensão da identidade do MST.

No tocante à resistência aos despejos, o MST promoveu mais uma grande ocupação em março de 1989, agora na fazenda chamada Santa Elmira (RS), e obteve como resposta de seus proprietários um avião despejando agrotóxicos no acampamento.

Fernandes (2010: 170) aponta ter sido entre 1989 a 1992 o período de maior repressão sobre o MST após a sua fundação, tendo como destaque o investimento que o Movimento realizou no intuito de promover maior organização interna como forma de resistir à repressão iniciada pelo governo Collor através de sua política de criminalização dos sem-terra, que teve como efeito direto a diminuição das ocupações de terra.

Outro momento que projetou o MST foi o início de sua inserção na luta por um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil já no início dos anos 1990, principalmente através do alcance de sua agenda quanto às questões sociais e políticas latentes no país, assumindo desta maneira uma relevante representação da classe trabalhadora brasileira (CALDART 2004: 141-143). Esta postura se insere na trajetória de construção da autonomia política do MST, afastando-se cada vez mais de uma posição subordinada quanto aos seus apoios políticos e sociais (como os partidos políticos, as igrejas, os movimentos sociais que atuavam em conjunto e também os representantes políticos que apoiavam o Movimento).

Mobilizações marcantes do MST neste período dos anos 1990 foram o seu engajamento na campanha contra a privatização da mineradora estatal Vale do Rio Doce em dezembro de 1996³³ e a Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça no mês de abril de 1997. Esta Marcha rumo à capital do país reuniu pessoas que caminharam de seus estados em verdadeiras colunas até chegar à Brasília em 17 de abril daquele ano, data que seria escolhida como o Dia Internacional da Luta Camponesa em homenagem aos trabalhadores rurais sem-terra assassinados no Massacre de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, em 1996 (CALDART 2004: 145-148).

Duas condições fundamentais favoreceram esta mudança e a consequente ampliação da agenda do MST, quando sua linha política sofreu forte modificação e incorporou questões para além dos conflitos de terra: a primeira delas foi o acirramento das contradições econômicas e sociais da política econômica neoliberal em curso (com o seu programa de privatizações de estatais para que o país saldasse suas dívidas) desde o início dos anos 1990 sendo aplicada no país; a segunda condição foi o grande refluxo das organizações de esquerda em mobilizar a sociedade para mudar este quadro social degradante ao qual a mesma estava sendo exposta (CALDART 2004: 152), com a escalada dos juros e a crescente inflação que reduzia em muito o já baixo poder de compra da maior parcela da população, sem que se criasse alternativas e perspectivas de melhoria nas condições de vida de milhares pessoas.

³³ A participação do MST nesta campanha teve como resultado um forte impacto de sua imagem junto à opinião pública e no meio político, tanto nos partidos de esquerda como também nos de direita, seja para apoiar o Movimento quanto a indicação de que não querem somente terra e sim o direito a cidadania plena, seja para criticar o MST por estar abordando temas que não seriam compatíveis com suas bandeiras.

Fernandes (2010:173) aponta o avanço e consolidação do MST no Brasil durante a década de 1990, fazendo-se presente em 23 estados do país, além de obter o reconhecimento nacional e internacional como um dos principais interlocutores no tocante às políticas de reforma agrária. Segundo este mesmo autor, “a luta pela terra é territorial, pois a conquista de um latifúndio e sua transformação em assentamento rural promove mudanças na estrutura agrária” (FERNANDES 2010:173-174). Acrescentamos que esta mudança de âmbito local, como a conquista de uma área anteriormente ocupada por um latifúndio, alimenta a luta e a amplia no sentido de representar a construção do processo maior de alterações na rígida estrutura agrária brasileira.

Neste período, Fernandes também destaca o chamado processo de mundialização do Movimento a partir de sua integração à Via Campesina, representando uma ampliação internacional da luta camponesa, pois esta organização, segundo o mesmo autor, representa uma articulação de camponeses criada em 1992 e que reúne cerca de 168 organizações camponesas de diversos continentes (Ásia, África, América e Europa), sendo constituída no Brasil pelos movimentos ligados à luta pela terra (MST/ MPA/ MAB/ MMC/ CPT).

A Via Campesina defende a soberania alimentar como direito dos povos e seus países, além de pensar o desenvolvimento rural com base da unidade familiar e na promoção de práticas agroecológicas, a fim de garantir a biodiversidade e a proteção dos recursos genéticos. Portanto, a sua aproximação representou para o MST uma grande mudança na linha de atuação do Movimento nos anos 1990, fomentando as ideias que permeariam suas lutas a partir de então (FERNANDES 2010:186-187).

Portanto, o MST promoveu uma mudança gradual de sua agenda pela incorporação de novos temas à sua análise sobre a realidade brasileira. Um conjunto de temas que em temporalidades e conjunturas distintas se transformaram em objeto de discussão (como a defesa da igualdade de gênero, promoção de direitos humanos, agroecologia, soberania alimentar, fortalecimento dos grupos jovens, atuação da democratização dos meios de comunicação), e facilitou, segundo Carter (2010: 221-222), a elaboração de uma elevada crítica ao modelo de desenvolvimento brasileiro e às forças globais que o sustentam.

Essa trajetória de organização do MST teve um registro pelo próprio movimento. Será sobre um destes instrumentos de propaganda, o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST), que nos debruçaremos para compreender o processo de construção do latifúndio e do agronegócio como adversários políticos do MST, observando os exemplares deste importante meio de comunicação do movimento, que ao longo dos anos divulgou dados, entrevistas e análises de conjuntura, mas que traduz, tanto interna como externamente, a leitura que o movimento fazia de suas ações e práticas.

3.2 – Jornal Sem Terra: Um Veículo De Formação Interna Dos Trabalhadores Rurais E De Divulgação Externa Dos Conflitos E Das Mobilizações Nos Anos 1980

O *Jornal Sem Terra* (JST) surge a partir do *Sem Terra* – Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra que estavam acampados em Ronda Alta (Fazenda Sarandi – Rio Grande do Sul).

Este instrumento de divulgação das lutas no campo brasileiro sofreu inúmeras mutações ao longo do tempo, ganhando espaço não somente entre os trabalhadores mas também contribuindo na conquista de apoios de instituições públicas e/ou religiosas para disseminar as suas ideias e as razões de sua luta. Estas transformações levaram o Boletim a se transformar no JST e assim assumir o papel de porta-voz do MST durante anos.

3.2.1- O surgimento do *Boletim Informativo* e sua transformação em *Jornal Sem Terra*

O Boletim surgiu em 1981. Suas primeiras edições eram datilografadas e mimeografadas para divulgação e veiculavam as condições de vida das famílias que estavam acampadas. O tom utilizado neste boletim, ao abordar a situação das famílias e os motivos que as levaram a acampar, teve como intuito despertar o apoio da opinião pública, já que os principais meios de comunicação do país pouco comentavam sobre o evento. Através do Boletim, o acampamento tornou-se nacionalmente conhecido, fazendo com que o apoio às famílias aumentasse, assim como conseguiu causar relevante impacto na sociedade ao divulgar suas formas de luta e resistência frente às dificuldades que se assemelhavam com a realidade de todo o país.

No ano seguinte, em 1982, foi adquirindo um perfil mais jornalístico, diagramado em quatro páginas e com informações sobre quem apoiava a manifestação e de que modo ela estava se organizando, porém sem apresentar nenhum tipo de expediente enquanto jornal. Com o tempo foi adquirindo uma estrutura própria de jornal, com editorial e assinatura dos responsáveis pela publicação, aumentando também o número de suas páginas que traziam notícias de conflitos de diversas partes do país, indo além da sua esfera local. Posteriormente uma mudança foi marcante: ele deixava de ser um informativo local e passaria a se chamar Jornal Sem Terra a partir de julho de 1984, atribuindo-se o caráter de representação dos trabalhadores rurais sem terra, conforme aponta Lerrer (2008):

Se, em setembro de 1983, ele ainda era uma publicação do “Comitê de Apoio aos Agricultores Sem Terra”, no mês seguinte, já se autodenominava como “Informativo dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul”. [...] É só a partir de julho de 1984 que ele se torna oficialmente “Jornal dos Trabalhadores Sem Terra”, apresentando-se como uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul, mas contando com reportagens de jornalistas de várias partes do país. Após o Congresso Nacional do MST, o jornal muda-se para São Paulo, acompanhando a estruturação da chamada Secretaria Nacional do MST. [...] O “Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, ou simplesmente JST, foi por muitos anos um dos principais instrumentos escritos de propaganda das lutas e bandeiras do MST. Embora já não tenha mais esse papel, continua um precioso material de pesquisa e documentação das lutas deste movimento social. Não por acaso, a trajetória desta publicação explicita também a história de estruturação nacional e política deste movimento social (LERRER 2008: 14).

O caminho para a transformação do boletim em jornal é importante para compreendermos como este meio de comunicação se tornou a principal voz dos trabalhadores que lutavam pela reforma agrária naquele momento. A primeira edição do boletim³⁴, datada de 15 de Maio de 1981, teve como título a “Carta dos Colonos acampados em Ronda Alta”, onde se proclamava o apoio aos colonos que lutavam nesta região pela conquista da terra. Neste caso, é interessante atentarmos para a tentativa de unificação deste movimento através da figura do *colono*³⁵, sejam aqueles trabalhadores descendentes ou não dos migrantes

³⁴ Ver ANEXO A na página 158.

³⁵ O termo colono aqui refere-se ao trabalhador agrícola, localizado no sul do país, geralmente imigrante ou descendente deste, que utiliza em sua pequena propriedade rural prioritariamente a mão de obra familiar no cultivo voltado a sua própria subsistência. Segundo o Dicionário da Terra, o verbete colono, elaborada pelo historiador Valdir Gregory, apresenta distinção quanto aos colonizadores, a saber: “A colonização europeia no

europeus que povoaram a região sul do país. A presença de não *colonos*, ou seja, dos caboclos acampados, pouco recebe destaque pelo informativo, apesar do mesmo indicar a presença de diversos tipos de trabalhadores no acampamento.

Na referida Carta foi apresentada grande união de todas as categorias sociais que trabalhavam no meio rural nesta localidade (tais como pequenos arrendatários, posseiros, meeiros, parceiros etc.), além de se pleitear a terra como forma de trabalho para os colonos e sua manutenção enquanto tal, como forma de resistir às constantes tentativas de expulsão dos proprietários. Tais categorias se unem e decidem acampar na estrada com o objetivo de resolver esta questão (SEM TERRA, Maio de 1981, nº 1, p.1). No final da carta encontram-se destacados dois lemas importantes que representavam o sentimento destes agricultores naquele momento: “Preço da paz é terra e justiça para todos” e “Terra para quem nela trabalha” (lema que já era utilizado desde os anos 1950 e apresentava-se como subtítulo do jornal *Terra Livre*, editado pelo PCB à época).

Ao longo desta carta encontram-se as primeiras atribuições que justificavam o surgimento do Boletim e a importância de sua manutenção para a superação daquele momento, que eram as de manter constantemente informados todos os colaboradores da campanha de solidariedade aos agricultores sem terra de Ronda Alta, através de suas entidades representativas (sindicatos e federações dos trabalhadores rurais e urbanos, comunidades de bases e demais entidades a nível nacional) e a opinião pública, além de ampliar cada vez mais a campanha para todo o país.

Neste sentido, “O boletim circulará periodicamente, na intenção de manter ‘acesso o fogo que clareia’ as reivindicações dos trabalhadores rurais e, também, veicular todas as manifestações de apoio e solidariedade que têm recebido” (SEM TERRA, Maio de 1981, nº 1, p.1). Na segunda parte do documento está localizada a sessão “História de um povo oprimido” (Idem, p.2), onde era relatada a situação em que se encontravam os agricultores desta região com relação ao acampamento, alimentação, assistência médica, demandas dos colonos, propostas em discussão com o governo, INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) etc. No fim desta parte, apresentam-se manifestações de todo o país em prol dos colonos e de sua luta, apoio este de entidades sindicais, religiosas (setores das Igrejas Católica e Luterana), bancários, dentre outros.

Esta primeira edição do *Sem Terra* (ainda sob a forma de boletim) teve como principais responsáveis o Movimento de Justiça e Direitos Humanos³⁶ e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Rio Grande do Sul. O latifúndio já aparece nesta edição sendo taxado de

Sul do Brasil, [...], significa, então, o estabelecimento de europeus, os colonos, em pequenos lotes de terra, que foram cultivados e explorados, normalmente, sem o auxílio de qualquer mão de obra estranha. Colonizadores são empreendedores privados ou funcionários da atividade pública, que se dedicam aos negócios da colonização, e colonos são os camponeses que adquirirem lotes de terra agrícola para cultivá-la” (In Motta (org.) 2005: 102).

³⁶ O Movimento de Justiça e Direitos Humanos – MJDH foi criado na região Sul do Brasil, inicialmente em meio a clandestinidade, por um grupo de militantes dos direitos humanos durante a ditadura militar no país. Porém, somente em 1979 assume status jurídico, devido à grande repressão exercida sobre os principais movimentos políticos (sindicatos, partidos, movimentos populares) contrários ao regime militar. O MJDH contribuiu para a retirada de milhares de presos e perseguidos políticos junto aos países do Cone Sul durante o vigor de suas ditaduras militares, viabilizando asilo e até mesmo exílio dessas pessoas para o continente europeu. Devido ao início da abertura política do Brasil, em 1979, o MJDH começou a se engajar em diversas campanhas pela redemocratização e ações contra a ditadura, como o Movimento pela Anistia; a libertação dos presos políticos brasileiros; a campanha das Diretas Já em 1984; a luta pela Constituinte e a Reforma Agrária; e a revogação das leis de exceção (Lei de Segurança Nacional, Estatuto dos Estrangeiros, Lei de Greve e Lei de Imprensa). E foi justamente neste período que sua atuação contribuiu para a propagação das reivindicações de agricultores sem terra. (Fonte: <<http://ong.portoweb.com.br/direitoshumanos/>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2012).

improdutivo pelos *colonos*, que protestavam diante da negação por parte do governo da existência de terras disponíveis na região para se assentar as famílias. Em contrapartida, os *colonos* apresentaram dados de extensos latifúndios no próprio Rio Grande do Sul, de proprietários estrangeiros, para contestar a versão governista de ausência de terras disponíveis na região para o assentamento das famílias.

Destacando como manchete que o governo tinha a intenção de desunir os agricultores, a edição número 5 do Boletim – que ganhava a partir daquele momento o apoio junto à Pastoral Universitária – abordava a grande repercussão do acampamento de Encruzilhada Natalino na mídia impressa nacional (SEM TERRA, Junho de 1981, nº 5, p.3), tendo em vista as crescentes visitas no acampamento de políticos locais e representantes de entidades que apoiam a luta e gestos de solidariedade oriundos de todo o país. Atos que contribuem para o movimento obter junto ao governo local maior importância e notoriedade diante das negociações.

A região chamada de Nova Ronda Alta, com cerca de 108 hectares, foi adquirida pela CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) através de donativos recebidos pela entidade a fim de garantir melhor estrutura para os acampados enquanto o impasse junto ao governo não era solucionado. Esse apoio da CNBB ao então projeto dos colonos de se adquirir uma área para onde se deslocariam as famílias acampadas é destacado pelo boletim como de suma importância naquele momento, representando um gesto de solidariedade para com os acampados de Ronda Alta. O recurso obtido para a compra do terreno seria devolvido à Igreja por meio de diversas campanhas de arrecadação de donativos realizadas por meios das representações que apoiavam os agricultores, nas diferentes regiões do país.

A influência religiosa também é sentida na representação dos acampados durante a realização da V Romaria da Terra, numa encenação que abordava as cinco estações sobre os problemas da terra em Ronda Alta/RS, abordando temas como o êxodo rural e as condições de vida dos operários na cidade, os preços dos produtos agrícolas, os problemas gerados pela construção de barragens (SEM TERRA, Abril de 1982, nº 19, p.5).

A partir da edição de janeiro de 1982, a publicação do boletim, antes atribuída ao MJDH, CPT do Rio Grande do Sul e posteriormente tendo o ingresso da Pastoral Universitária, passou a ser de responsabilidade do chamado Comitê de Apoio aos Agricultores Sem Terra, organização que provavelmente reunia estas mesmas representações, já que no boletim não houve o registro explícito de quem formava este comitê.

Como as notícias de enfrentamento de colonos e agricultores frente aos latifúndios na região não paravam de crescer, o Boletim também acompanhava estas constantes transformações e passou a circular de modo regional a partir da edição de Julho de 1982, procurando destacar em seu editorial as principais notícias das lutas por terra que ocorriam simultaneamente em todo o país (SEM TERRA, Julho de 1982, nº 25). Exercia assim um papel articulador entre as lutas, mobilizando um número crescente de pessoas que percebiam sua condição de sem terra a se integrarem nesta busca por melhores condições de vida no meio rural. Os responsáveis agora pela publicação do Boletim são a Regional Sul de Agricultores³⁷ e o Comitê, já formado anteriormente.

A partir da edição de fevereiro de 1983, a capa passa a ter como título apenas o nome *Sem Terra*, apesar de ainda manter na última página a denominação de *Boletim Sem Terra*. A edição de novembro também registra o ingresso de Fladimir Araújo³⁸ como jornalista

³⁷ Esta Regional Sul de Agricultores sem terra atuava como órgão de divulgação de suas lutas nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

³⁸ Jornalista gaúcho que se envolveu diretamente na construção e na consolidação do JST enquanto instrumento de divulgação das lutas dos sem terra no Brasil, desde o período de ocupação da Fazenda Macali e Brilhante, quando o mesmo estava a serviço da Assembleia Legislativa de Porto Alegre procurando dar assistência às

responsável pela publicação, assumindo o nome de *Informativo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional Sul* (SEM TERRA, Novembro de 1983, nº 33, p.8-9).

3.2.2 – O Jornal Sem Terra como o porta voz do MST

Essas e outras constantes mudanças no informativo, devido à importância que ele foi adquirindo na luta pela terra, o levou ao formato de jornal, carregando, a partir da edição de julho 1984, o título atual: *Jornal Sem Terra*³⁹.

O jornal apresentava uma equipe de reportagem, editores e de planejamento, conferindo a este veículo de informação um caráter mais organizativo, com novo formato e diagramação, nova forma de circulação e com objetivos ainda mais desafiadores para a divulgação da luta pela terra diante da própria fundação do MST enquanto organização social (JORNAL SEM TERRA, Julho de 1984, nº 36, p.2).

Destaca-se, desde a edição de agosto de 1984, a participação de estudiosos oriundos de diferentes ramos acadêmicos ou religiosos⁴⁰ fazendo análises sobre a situação dos conflitos no campo brasileiro e suas principais causas e possíveis caminhos para a superação da desigualdade que se expressava por meio destes conflitos. Reflexões que demonstram, ao longo do tempo, uma mudança de público buscada pela presença dessas pessoas no jornal, angariando o apoio destes representantes de distintos setores da sociedade e assim mostrando-se cada vez mais articulado para pleitear suas bandeiras de luta.

Na sequência de mutações pelas quais o jornal passava, a transferência da sede do JST do Rio Grande do Sul para a capital paulista representa a crescente amplitude alcançada pelo jornal e divulgada na edição conjunta de março/maio de 1985, que passaria de um informativo regional ao principal meio de comunicação nacional dos sem terra, dando voz aos trabalhadores rurais e suas lutas locais. Além disso, tinha a missão de formar a base do Movimento através das discussões e temas relativos à política e a situação dos conflitos no campo brasileiro, sobretudo porque é também neste momento que o MST começa a pensar de modo mais claro a sua presença em âmbito nacional.

famílias, através do apoio às entidades representativas que estavam atuando junto aos colonos, como a Comissão de Direitos Humanos do RS, Câmara dos Vereadores e a própria Assembleia Legislativa, utilizada para reuniões por diversas vezes enquanto se aguardava as soluções para os conflitos na região de Ronda Alta. Numa edição especial em Agosto de 2001, o JST apresenta fragmentos de uma entrevista concedida por Fladimir Araújo a Miguel Stédile, onde o jornalista fala de seu engajamento inicial e do processo de construção e evolução do boletim informativo e sua transformação em jornal. Ver: JORNAL SEM TERRA, Agosto de 2001, nº 213, Encarte Especial.

³⁹ Ver ANEXO D na página 161.

⁴⁰ De 1984 a 1998, nas edições do JST, dentre as diversas pessoas que foram citadas por concederem entrevistas ou assinarem artigos destacamos as seguintes autoridades religiosas: padre Ricardo Rezende, frei Leonardo Boff, Dom Pedro Casaldáliga (bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, no Pará), Frei Sérgio Gorgen. Já entre os políticos aparecem os nomes do deputado Paulo César Fontelles de Lima (PMDB/Pará), militante político Vladimir Pomar, Luiz Vila Nova (representante do PT no Maranhão), José Dirceu (representante do PT de São Paulo), Luís Inácio Lula da Silva, deputado Pedro Tonelli (PT/PR) e governador do Estado do Paraná em 1993, Roberto Requião. No meio acadêmico, eis as pessoas que mais contribuíram nas análises apresentadas no JST: Claus Germer, José Graziano da Silva, José Gomes da Silva – ex-presidente do INCRA, Fábio Konder, José de Souza Martins, Francisco de Oliveira, José Luís Fiori e Emir Sader, Horácio Martins de Carvalho, Jair Borin (jornalista e professor de jornalismo na Universidade de São Paulo).

De acordo com os depoimentos recolhidos nas entrevistas⁴¹, esse processo de mudança conferiu contornos importantes ao JST. Neste sentido, Antônio, jornalista do JST entre 1984 a 1986, contextualiza as alterações indicadas acima:

Com a vinda para São Paulo aumentou o número de estados e a área de abrangência do jornal, que tinha poucos colaboradores no país naquele momento, houve uma mudança no visual do jornal, um outro padrão gráfico, amplitude da cobertura, começando a se nacionalizar, foi uma mudança substancial (Entrevista concedida em 10 de janeiro de 2013).

A equipe de reportagem do jornal começava a ganhar corpo e já dispunha de oito integrantes, cada um fornecendo informações de um estado (RS, SC, PR, SP, MT, RJ, MG e PA). Os editores do JST passaram a ser Fladimir Araújo e Sérgio C. Canova⁴². Naquele momento, a tiragem do JST era de 20 mil exemplares.

Na edição de Setembro de 1985, a sigla MST aparece pela primeira vez para representar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JORNAL SEM TERRA, Setembro de 1985, nº 47, p.8-9), referindo-se às diversas manifestações feitas em conjunto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em diversos estados brasileiros.

O ano de 1986 chegou com novidades para o JST e o jornal passou por profundas mudanças que impossibilitaram sua circulação durante dois meses, devido às alterações que estavam em curso. Algumas dessas mudanças foram: o aumento do número de páginas que pulou de 16 para 20 com a finalidade de ampliar as informações sobre as lutas em todo o país; nova apresentação visual para facilitar a leitura; inclusão de novas seções (cartas, notícias, etc.); mas os pontos principais nesta reformulação estavam centrados na parte editorial e na circulação e distribuição do JST, apontados pelo próprio jornal como falhos e que precisavam urgentemente de melhorias em seu funcionamento e organização.

Na edição de setembro de 1986, o jornal começou a ter maior interferência da direção política⁴³ do MST. O editorial desta edição assim explica as mudanças em curso:

A direção Política do Movimento dos Sem Terra deverá assumir com maior rigor o jornal do Movimento. [...] Foram constatados três problemas básicos que afetam a vida do jornal no momento: a) a estrutura de comando, que está bastante deslocada da Direção Política do Movimento; b) a necessidade de uma ampla discussão nas bases sobre o papel do jornal e se este está cumprindo com seus objetivos; c) o problema da distribuição, pois

⁴¹ Durante os meses de dezembro de 2012 e janeiro de 2013 realizamos três entrevistas com pessoas que ocuparam o cargo de editor do Jornal Sem Terra ao longo do tempo. Com o intuito de preservar a identidade dos entrevistados, adotaremos ao longo do trabalho os nomes fictícios de Veralúcia e Antônio (em homenagem aos meus pais), sendo que as entrevistas ocorreram, respectivamente, em 17 de dezembro de 2012 e 10 de janeiro de 2013; a primeira entrevista realizou-se de corpo presente a segunda ocorreu por meio telefônico.

⁴² Sérgio C. Canova iniciou sua trajetória jornalística na edição do caderno de esportes do Diário do Comércio, em Porto Alegre. Depois ingressou teve passagem pela rede de televisão Guaíba, também na capital porto-alegrense, no começo dos anos 1980. Posteriormente, em 1982, foi eleito delegado sindical pelo Correio do Povo, e participou de greves gerais que marcaram seu trabalho. Em 1985 ingressou no Jornal Sem Terra como editor, onde permaneceu até o final de 1986.

⁴³ Naquele momento, a chamada Direção Política do MST era composta pela Coordenação Nacional, que reúne representantes dos trabalhadores dos estados em que o MST está presente, em conjunto com a Executiva Nacional, a qual se integrava a maior parcela dos membros da referida Coordenação.

constatou-se que o jornal está chegando muito atrasado na maioria dos Estados (JORNAL SEM TERRA, Setembro de 1986, nº 56, p.2).

As mudanças propostas foram reflexos de reuniões entre a direção do Movimento e a equipe produtora do jornal, procurando realizar os levantamentos dos problemas apresentados. A partir daí se estabeleceu que a direção realizaria uma avaliação permanente do conteúdo veiculado no jornal para corrigir e apontar possíveis erros. E também promoveria nas bases e com a equipe do jornal discussões mais profundas, encaminhando tais discussões às secretarias estaduais, assim viabilizando uma distribuição mais rápida dos exemplares do jornal, indicando pessoas responsáveis nos acampamentos, assentamentos e municípios para serem os responsáveis pela melhor distribuição do jornal em suas regiões, elaborando também uma espécie de guia para orientar os passos dessas pessoas e como elas deveriam prosseguir para obter bons resultados em sua tarefa (JORNAL SEM TERRA, Setembro de 1986, nº 56, p.2).

O olhar de quem observou esta transformação por dentro e interpretou este fato a partir do processo de estruturação do Movimento é encontrado no depoimento de Veralúcia, jornalista do JST entre 1992 e 1997:

Todos que fizeram o Jornal, de boletim até o JST, eram de fora porque até meados da década de 1980, quando o MST começa a construir e formar suas próprias lideranças, passando por cursos de formação, de conteúdo mas também de socialização entre as pessoas, de diversas partes do Brasil e se expandindo pelo país, formava-se uma nova geração dentro do MST, que foi estruturando o Movimento (Entrevista concedida em 17 de dezembro de 2012).

Uma das alterações implementadas pela nova direção do jornal diz respeito à campanha promovida pela formação de “zeladores do jornal”, apontadas pelo JST como as pessoas que ficariam responsáveis por distribuir regularmente o jornal na comunidade, organizar discussões e promover sua leitura em conjunto, procurando difundir as ideias gerais do panorama da luta pela terra no Brasil presente no JST (JORNAL SEM TERRA, Outubro de 1986, nº 57, p.18).

Ao zelador é conferida a responsabilidade de fazer chegar aos sem terra o que o MST deseja através do próprio jornal, como forma de enfrentar o adversário que, segundo o JST, estaria impedindo a circulação do periódico e, assim, dificultando a comunicação entre a direção do movimento e a sua base:

O jornal deve funcionar como porta-voz da direção do Movimento com a base. Por isso devemos ficar atentos para sentir se o jornal está conseguindo transmitir o que o Movimento pensa e o que os companheiros na base precisam saber. Além do mais, como o jornal é dos sem-terra, tem muita gente que tem raiva dele. E essa gente faz de tudo para impedir que o jornal chegue nas mãos dos trabalhadores. Por isso, às vezes ele pode demorar para chegar. Atrasa. Às vezes se perde. Os nossos inimigos lutam sempre para impedir que o trabalhador sem terra fique sabendo das coisas. Por isso precisamos nos organizar para melhor garantir que o jornal chegue sempre, na hora certa, em todos os lugares (JORNAL SEM TERRA, Outubro de 1986, nº 57, p.18).

A edição de abril de 1987 apresenta em seu editorial um novo quadro de profissionais na equipe. João Caetano do Nascimento assume o cargo de editor responsável,

enquanto aumenta o número de repórteres que representam 14 estados (RS, SC, PR, MS, RJ, PA, BA, RO, ES, SE, MA, GO, PB e PI). A redação do JST começou a contar com três profissionais: Gilberto Nascimento, João Caetano e Denise Fon. As constantes mudanças no cargo de editor procuravam adequar a diretriz do jornal, que provêm das palavras de seu editorial, à linha política do Movimento, passando o jornal a representar cada vez mais o próprio MST ao ser transformado em seu principal meio de divulgação de suas ideias e bandeiras.

Fernandes (2000) afirma que o MST, no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, procurou obter maior autonomia frente aos chamados mediadores políticos que também guiavam a luta pela terra junto ao MST. A partir desse momento, iniciou uma busca interna para desenvolver, a partir de suas práticas, uma organização própria de suas ações:

Na luta pela democratização do acesso à terra, os sem-terra também viveram diferentes experiências de relações com as instituições que contribuíram com o processo de formação do MST. Nesse período [1985 a 1990] houve esforços, por meio de debates e embates entre os trabalhadores e as instituições, para a construção da autonomia do Movimento na manutenção da articulação das forças políticas atuantes nas lutas pela terra e pela reforma agrária. [...] Durante o processo de construção da forma de organização do Movimento, os sem-terra foram desenvolvendo procedimentos indispensáveis para a qualificação da luta. Entre esses procedimentos, pode-se destacar o dimensionamento e a interação das atividades: formação política, educação, produção, administração, comunicação (FERNANDES 2000: 171-172).

Com o crescimento deste processo, um conjunto de pensadores e suas linhas teóricas foram ganhando força junto ao MST e embasando a sua leitura quanto às transformações em que a sociedade brasileira e mundial estavam inseridas. Fernandes indica os principais autores que influenciaram essa transformação do Movimento:

Nesse processo praticado para o aprendizado e compreensão das questões relativas às atividades que desenvolvem, ou seja: os setores em formação tomaram como referências os trabalhos de diversas matrizes teóricas e práticas políticas. Há dois de conjuntos de pensadores, cujos trabalhos tiveram influência nesse processo: os universais e os nacionais. No primeiro, constam, entre outros: Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Ilitch Lenin e Rosa Luxemburgo. No segundo, constam entre outros: Caio Prado Júnior, Josué de Castro, Celso Furtado, Manuel Correia de Andrade, Paulo Freire, Florestan Fernandes, José de Souza Martins, Leonardo Boff e Frei Betto (FERNANDES 2000: 172).

O resultado foi um crescente afastamento entre o MST e as instituições que fomentaram o seu surgimento, como a Igreja Católica, devido ao choque crescente de ideias e de efetivação das ações como a forma mais eficaz de alcançar os objetivos no tocante à luta pela terra. Fernandes novamente destaca a importância das ocupações para o Movimento, principalmente aquelas que ocorriam em prédios públicos como forma de cobrar agilidade por parte do governo. Temas debatidos, segundo Fernandes (2000), no 2º Encontro Nacional do MST, em 1985, na cidade de Mogi das Cruzes (SP).

Por esse processo acontecia o crescimento do Movimento, que enfrentava diversos desafios como, por exemplo: alcançar a autonomia, cumprindo

assim com um dos princípios do MST. Existiam relações de dependência, porque algumas instituições que compunham as articulações de apoio e as assessoriais procuravam determinar a direção política ao Movimento. Esses problemas eram críticos, principalmente onde o Movimento era emergente. Nos estados em que estava se consolidando, os embates estavam sendo superados (FERNANDES 2000: 186).

O tema se aprofundou também no 3º Encontro Nacional, em 1987, quando a proposta de autonomia do Movimento se intensificou com a busca de articulações políticas que o fortalecessem no sentido de aumentar seu grau de influência em outros setores da sociedade. Este movimento é fruto da busca pela autonomia frente aos mediadores, como a CPT e outras entidades de apoio, que tinham forte influência junto ao MST naquele momento:

A respeito da implantação da autonomia do MST, continuavam enfrentando problemas. Era preciso superar as relações de dependências e construir alianças, formando articulações políticas verdadeiras. Nesse sentido, propunham intensificar as relações, inclusive como forma de contribuir no fortalecimento de toda a articulação: os sindicatos combativos, o Partido dos Trabalhadores, as pastorais e o Movimento. Definiram também, articular-se com os pequenos proprietários e assalariados rurais, com as organizações dos trabalhadores urbanos e apoiar greves por categorias e gerais, fortalecendo a Central Única dos Trabalhadores, implementando a aliança operário-campesina. Para tanto, definiram priorizar e aprofundar os trabalhos de formação política abrangendo os acampados e os assentados (FERNANDES 2000: 187).

Notadamente, é um período de crescente centralização do Movimento e o JST, com as mudanças internas do próprio MST, também refletiu esse movimento de autonomia com a maior presença em seu expediente da direção do MST, ganhando a partir daquele momento uma diretriz voltada a atender essa demanda interna do Movimento.

O JST então passa a ser não somente um instrumento de informação sobre a luta pela terra no país, mas também para a formação e mobilização dos trabalhadores rurais presentes em diversas regiões do país. A exposição que o jornal faz das ocupações e manifestações terminam incentivando outras pessoas a fazerem o mesmo, por se reconhecer naqueles que em algum lugar estão também lutando pela sua permanência ou ingresso na terra.

Desta forma se incentiva o hábito da leitura entre as pessoas⁴⁴, que procuram se organizar em grupos de trabalho e discutir os temas da conjuntura política, econômica e social que influenciam no dia a dia das ações voltadas para o campo e também para a realização das mudanças tão necessárias e clamadas pelos agricultores, como é o caso da reforma agrária.

Na edição de março de 1988 há uma apresentação do novo formato do jornal e de sua organização, procurando instruir os leitores do JST a conhecer a melhor maneira de ler o informativo guiando-se pelas principais colunas, seções e os fatos que as mesmas abordam. Essa orientação de leitura termina por imprimir ao JST um grau de importância elevada para o MST, visto que o jornal é tido como uma de suas principais formas de divulgação dos conflitos por terra no Brasil:

⁴⁴ Exemplo disso são as colunas do jornal, como a Mutirão do Saber – de abril a dezembro/1987 e depois com o mesmo perfil a coluna Formação, de fevereiro a outubro/1988, que posteriormente foi extinta e voltou a figurar novamente em algumas edições de 1989.

O jornal é uma das mais antigas ferramentas para divulgação das lutas dos trabalhadores. Quanto mais informadas forem as lideranças, os militantes, o próprio povo, mais condições se terá para tomar decisões mais acertadas.[...] Por outro lado, o jornal também é um órgão para divulgar a proposta do Movimento. O jornal é a voz do Movimento (JORNAL SEM TERRA, Março de 1988, nº 71, p.16).

Seguindo esta linha de pensamento, onde o jornal se torna o porta voz do Movimento e ganha nova estrutura pelo conjunto de mudanças tanto do JST como do MST, as palavras de Veralúcia destacam a forma de confecção das edições e a importância do JST enquanto um instrumento de registro dos fatos pelo olhar de um movimento social:

Na verdade, como o jornal já tinha uma periodicidade, já se tinha a prática do pessoal dos estados mandar as notícias, o João Pedro Stédile e outras pessoas da Secretaria avisavam do que era importante, começava o jornal com uma reunião de pauta, uma organização prévia do material, as matérias já estavam encaminhadas pela pauta, pela conjuntura, a jornada de lutas e o calendário do Movimento, sendo periódico é mais fácil pois já existe uma dinâmica estabelecida. [...] O JST independente de ser lido ou não, ele já é funcional porque ele registra o que aconteceu do ponto de vista de quem está fazendo o movimento social. Nesse sentido, ele tem um papel essencial e insubstituível (Entrevista concedida em 17 de dezembro de 2012).

Nas palavras do entrevistado Antônio, o Jornal Sem Terra tinha como funções básicas a divulgação das lutas, a mobilização em diversas áreas do país e a formação de pessoas para o Movimento. Além disso, era relevante o seu papel enquanto força de expansão do MST:

O jornal tinha uma tripla função: divulgação, mobilização e formação de quadros. Divulgar as lutas contra a concentração fundiária em todo o país, mobilizar o povo de que ele tem direito a terra e depois de organizado, ele tinha que resistir nos acampamentos. [...] O jornal do MST teve um papel fundamental na luta pela reforma agrária, isso era primordial, e a direção do MST [...] apoiava de modo integral o trabalho dos editores, pois sabiam que não dava para contar com a cobertura da imprensa, que achava que era um movimento incipiente, que morreria logo na praia, ainda bem que não foi isso que ocorreu (Entrevista concedida em 10 de janeiro de 2013).

Em outubro de 1988, a edição do jornal trouxe mudanças em sua composição gráfica a fim de tornar ainda mais agradável a sua leitura, porém sem descaracterizá-lo quanto à sua forma original. Seguindo a linha de transformações internas do jornal segundo as diretrizes da direção do MST, o jornal continuou apresentando a saída e a entrada de profissionais no setor de expediente. Assim, assumiu a editoria responsável do Jornal o jornalista Sérgio Canova (que deixaria este cargo na próxima edição do JST para Juan Pezzutto) no lugar de João Caetano⁴⁵, que permaneceu nesta função desde que o JST elaborou seu primeiro quadro de jornalistas (JORNAL SEM TERRA, Outubro de 1988, n 77, p.2).

⁴⁵ O jornalista João Caetano foi editor do JST no período de 1987 a 1988 e, atualmente, trabalha para o Sindicato Nacional dos Papeleiros (Sinap), para a Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ-CUT) e também para vários Sindicatos Papeleiros do Estado de São Paulo. Em homenagem de 2009 feita pelo MST por seus serviços prestados à luta pela reforma agrária, o jornalista relembrou com emoção do tempo em que foi editor do Jornal Sem Terra e agradeceu a homenagem prestada pelo MST na Escola Nacional Florestan Fernandes, em

Procurando diversificar a forma de apresentar os temas relacionados ao meio rural brasileiro e a luta dos trabalhadores de modo geral, o JST disponibiliza, a partir desta edição, no formato de História em Quadrinhos (HQ) temas como organização de movimentos, o surgimento da mercadoria e a própria história da agricultura. Essas HQ apresentam continuidades entre uma edição e outra do jornal, trabalhando de modo didático o conteúdo apresentado e assim tornando-o mais acessível ao grande público do JST, composto principalmente pela base do MST.

Dentro do quadro de alterações no editorial e no formato do próprio jornal, o JST começou a registrar diferentes colunas e seções voltadas a atender distintas necessidades do Movimento, tais como a formação de novos integrantes da base, o debate de temas agrários se utilizando de entrevistas com intelectuais e ou membros da direção nacional do Movimento.

Como exemplo disso, destacamos, na edição de junho de 1989, a seção do JST chamada de “Formação” registrando a seguinte passagem sobre a importância dos símbolos utilizados na luta pela terra: “Através dos símbolos expressamos o que somos e o que queremos. Encorajam na luta. São instrumentos de formação” (JORNAL SEM TERRA, Junho de 1989, nº 84, p.4). Destaque nesta matéria para uma curta porém densa análise sobre a formação do MST, abordando temas como a construção do hino do Movimento que, no seu início, era a letra de uma música⁴⁶ que retratava as condições de vida no campo e posteriormente ganhou outros contornos ao ser escolhida durante um encontro do Movimento. Adiante, a própria música foi substituída devido a criação do hino do MST.

Em junho de 1990, no bojo das transformações que vinham ocorrendo no jornal, foi anunciada a criação do Conselho Editorial do JST, que passaria a contar a partir daquele momento com a presença do jornalista Juan Pezzutto, que já estava no JST e com dirigentes de diversas esferas do MST, como Uelton Fernandes, Ademar Bogo, Egídio Brunetto e Neuri Rosetto.

Com a chegada do ano de 1991, o JST promove novas alterações em sua estrutura. Destaque para a criação de um conselho de direção do Jornal no lugar do conselho editorial, sob comando da própria Direção Nacional do MST (JORNAL SEM TERRA, Janeiro/Fevereiro de 1991, nº 100, p.16).

Outra dimensão relevante expressa pelo JST é sua amplitude de cobertura jornalística para eventos internacionais de mobilização para além da América Latina, denunciando, segundo o seu entendimento, diversas ações imperialistas dos Estados Unidos da América (EUA) e também trazendo informações que contradizem os avanços no mundo capitalista em contraposição às experiências socialistas presentes no mundo (JORNAL SEM TERRA, Janeiro/Fevereiro de 1991, nº 100, p.15).

Em 1991 completavam-se 10 anos da existência do JST e esta marca recebeu do Jornal uma análise das mudanças que sofreu durante este período, com sugestões de novas abordagens. Na edição de abril, houve mudanças no formato do JST apresentar as notícias por

Guararema-SP. Ver mais detalhes na matéria jornalística publicada no site do Sinap em 20 de março de 2009, através do endereço eletrônico <<http://www.sinap.org.br>>, acesso em 14 de abril de 2013.

⁴⁶ A música se chamava Grande Esperança, com álbum do mesmo ano, sendo autoria de Zilo e Zalo, lançado em 1989. A primeira e terceira estrofes da música retratavam a situação vivida no campo: “A classe roceira e a classe operária ansiosas esperam a reforma agrária/ Sabendo que ela dará solução para situação que está precária/Saindo projeto no chão brasileiro que cada roceiro plante sua área/E nesta miséria ninguém viveria pois a produção já aumentaria/Quinhentos por cento até na pecuária./ Nossa lavrador que vive do chão só tem a metade de sua produção/Por que a semente que ele semeia tem que ser a meia com o seu patrão/O nosso roceiro vive num dilema pois o problema não tem solução/Porque o ricaço que vive folgado acha que o projeto se for assinado/Estará ferindo a Constituição (Zilo e Zalo, A grande esperança,1989).

estados, concentrando-as em um número menor de folhas e aumentando assim as colunas de formação de suas lideranças.

3.3 – As Funções Do Jornal Sem Terra

Em agosto de 1991, o JST retoma as reportagens sobre os seus 10 anos de circulação⁴⁷ frente à luta dos sem terra. Na coluna “Núcleos”, o JST aborda para seus leitores a importância de se valorizar o papel desempenhado pelo Jornal e lista quais seriam os Deveres Básicos a serem empreendidos pelo Jornal: “1. Informar os trabalhadores; 2. Formar e orientar; 3. Organizar o Movimento; 4. Denunciar; 5. Alimentar a esperança” (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 1991, nº 106, p.3).

Nesta série de comemoração dos seus 10 anos o JST publicou o informativo “O papel revolucionário de um jornal da classe trabalhadora” com as funções atribuídas ao jornal:

a) Ser um instrumento de formação: o jornal deve ser um veículo formador da classe trabalhadora. Onde se veiculam as ideias, as propostas de luta, onde as bases, os militantes possam realmente aprender, discutir, debater e avançar politicamente; b) Ser um instrumento de agitação: o jornal deve veicular as notícias, os fatos, as informações que ajudem as bases, a massa, a classe trabalhadora, a compreender o caráter explorador, repressivo e ditador da classe dominante, e ajudar a denunciar e a criar um sentimento anti-capitalista, anti-governo, um sentimento agitador. Deve ser um instrumento que motive, estimule, anime, induza as classes trabalhadoras a se revoltarem; c) Ser um instrumento organizador e coletivo: o jornal deve ser uma forma de ajudar e organizar as bases. [...] Em primeiro lugar, divulgar as ideias corretas de como se organizar. Em segundo lugar, sendo um estímulo para as reuniões dos núcleos, das comissões, de todos os níveis. Sua chegada deve ser motivo para que os trabalhadores possam se reunir e discutir. [...] E terceiro lugar, ele pode despertar novos trabalhadores a se organizarem na organização já existente. Em quarto lugar, ele pode chegar a novas localidades, novos municípios, onde não existe nenhuma organização e estimular a que os trabalhadores tomem a iniciativa (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 1991, nº 106, p.11-12).

Este conjunto de funções e deveres atribuídos ao jornal pelo MST pode representar uma aproximação do próprio Movimento com a leitura de Lênin⁴⁸, onde se identificou o papel revolucionário que a elaboração de um jornal possui junto a um movimento social. Na obra intitulada “Que Fazer?”, Lênin expõe uma análise sobre um programa de construção de partido e outras formas organizativas segundo as condições históricas de cada momento, ao mesmo tempo em que também desenvolve uma série de princípios gerais quanto à concepção de um partido revolucionário na Rússia⁴⁹.

⁴⁷ Ver ANEXO E na página 162.

⁴⁸ Vladimir Ilitch Lenin foi chefe de Estado russo, líder do Partido Comunista e em grande parte responsável pela execução da Revolução Russa de 1917. O texto ora citado foi originalmente escrito em 1902, sendo aqui utilizada uma versão portuguesa de 1978.

⁴⁹ O texto foi escrito em meio a uma acirrada luta político-ideológica, principalmente contra os economicistas, entre os anos de 1901 e 1902. Essa breve contextualização da obra do autor teve a contribuição da leitura do artigo de Loreta Valadares: professora de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA; professora da escola do PCdoB em cursos nacionais; Graduada em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA (1966). Análise de Loreta Valadares encontrada no

Em “Que Fazer?”, Lênin destaca a importância de um jornal para o partido político a ser construído e nos remete a forma com que o JST foi sendo utilizado pelo MST no instante em que este Movimento intensificou a leitura deste pensador. Guardando as devidas proporções do escrito para com a sua aplicação, temos diversos pontos em comum com a passagem acima em que o JST registrou o papel revolucionário de um jornal da classe trabalhadora. Nas palavras de Lênin:

Não se pode começar o trabalho político vivo senão através de uma agitação política viva, o que é impossível sem um jornal para toda a Rússia, que apareça frequentemente e seja difundido de forma regular... A elaboração de um jornal político para toda a Rússia deve ser o fio condutor: seguindo-o poderemos desenvolver ininterruptamente essa organização, aprofundá-la e alargá-la. [...] O jornal não é apenas um propagandista coletivo e um agitador coletivo: é também um organizador coletivo. [...] É preciso que encorajemos todos aqueles que nos comuniquem os fatos, mesmo os mais corriqueiros, na esperança de que isso aumente o número de nossos colaboradores nesse campo, e que nos ensine a todos, a escolher, afinal, os fatos verdadeiramente relevantes. [...] Se queremos nos unir não apenas em palavras, é preciso que cada círculo local imediatamente reserve, digamos, um quarto de suas forças para a participação ativa na obra comum. E o jornal mostrará prontamente os contornos gerais, as proporções e o caráter dessa obra. [...] O plano de um jornal político para toda a Rússia [...] é o plano mais prático para que possamos nos preparar para a insurreição, imediatamente e de todos os lados, sem que o trabalho normal e cotidiano seja esquecido por um instante (LENIN 1978).

Na edição especial de agosto de 2011, um dos editores do jornal nos anos 1980, Flademir Araújo, concedeu entrevista para o JST e relatou algumas de suas experiências na condição de jornalista responsável logo no surgimento do jornal. Sobre a transformação do Boletim em jornal, Flademir detalha o momento desta importante transição:

A partir de 1982, ele deixa de ser mimeografado, passa a ter um mínimo de edição. Antes a gente reproduzia as coisas, escrevia pouco. Eram reproduções de cartas, manifestações de apoio, reprodução de artigos da própria imprensa. E a partir daí ele passa a ter diagramação e melhora visualmente. E começa a ser um informativo de lutas, de sem terra, de problemas dos pequenos agricultores, de barragens. Ele é um boletim duplo ofício, mas já é melhor trabalhado, aumenta o número de páginas. Isto vai até 1984, quando houve o I Encontro Nacional, [...], e é formalizado o MST. E neste encontro se define fazer um jornal maior, que tivesse uma repercussão maior. Muda o formato, muda a amplitude, a amplitude editorial, os objetivos (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 2001, nº 213, Encarte Especial, p.4).

A presença da direção do MST tornava-se ainda mais notável nas páginas do JST, que representava para o Movimento o principal meio de divulgação dos conflitos do campo e de socialização de algumas concepções em construção. As mudanças no setor editorial do JST já mencionadas ganharam marca especial na edição de janeiro de 1992 ao indicar, pela primeira vez, que o conselho editorial estava sob o controle direto da Direção Nacional do MST,

indicando como editor e diagramador Juan Pezzuto e como jornalista responsável Sérgio Canova.

Em setembro de 1992, a seção “Núcleos” do JST voltou a enfatizar a importância crucial que o Jornal possui para a organização do Movimento e destacou de que maneira o uso deste meio informativo poderia melhorar a comunicação no interior dos assentamentos. Para isso, foram listadas as funções a serem executadas pelo JST: “a) informar; b) formar; c) organizar; d) troca de experiência; e) unidade política” (JORNAL SEM TERRA, Setembro de 1992, n 119, p.3).

Para Lerrer, o papel do JST estava centrado na busca de uma unidade nacional para a luta dos Sem Terra:

O papel do JST sempre fora tentar imprimir uma unidade e um caráter nacional para a luta do MST, divulgando suas ações e seus pontos de vista, para estimular outros sem-terra a entrar nas ocupações. Assim, como o “Terra Livre”, do PCB, nos anos 50, ele ajudava a quebrar o isolamento físico e simbólico da luta destes camponeses. Funcionava, portanto, como um material de mobilização, cujas informações demonstravam aos sem-terra que eles não estavam sozinhos, isolados no meio de um acampamento embrenhado no interior de alguma região do país. Foi mais ou menos esse o papel cumprido involuntariamente pela mídia brasileira nessa época. Mesmo abordando conflitos, dando versões muitas vezes negativas para as ações do MST, “aparecer na TV” conferia importância a esses pobres do campo que empunhavam uma bandeira vermelha, estimulando outros, que se viam nas mesmas condições, a integrar suas fileiras (LERRER 2008: 82).

Com o intuito de apresentar aos seus leitores uma leitura mais crítica, o JST passa a publicar com mais frequência estudos e entrevistas de personalidades do meio político, acadêmico e por vezes do meio religioso, que são utilizados para alimentar não somente a expectativa das propostas de reforma agrária em curso mas também mostrando de que maneira pesquisadores, políticos e lideranças religiosas se posicionavam quanto ao tema.

É perceptível na leitura do jornal um foco mais abrangente para o MST⁵⁰, destacando em cada edição textos voltados para a formação de lideranças ou depoimentos dessas como forma de propagar suas experiências e histórias de luta das mais variadas regiões brasileiras, juntamente com a divulgação de ocupações ocorridas e atos que estejam ligados aos conflitos no campo brasileiro.

Diante dos avanços que os meios de comunicação tiveram devido ao desenvolvimento da informática, o JST destacou que o MST também havia criado uma página na rede mundial de computadores desde setembro daquele ano, visando ampliar a divulgação da luta pela terra no país e assim mobilizar cada vez mais as pessoas em torno desta causa, utilizando o meio virtual como ferramenta de divulgação e mobilização das ações dos sem terra (JORNAL SEM TERRA, Outubro/Novembro de 1996, nº 163, p.15).

Segundo Veralúcia, com a participação de intelectuais e de lideranças internas do Movimento, buscava-se não somente a mobilização interna mas também um reconhecimento da luta pela terra em outras esferas da sociedade brasileira. Para isso, tornava-se necessária a leitura deste instrumento de comunicação, que também ajudou no processo de constituição da identidade sem terra:

⁵⁰ Ver ANEXO G, na página 164, quanto ao destaque na capa do JST sobre o MST e os 15 anos do jornal.

Quem lia o nosso jornal era a base do MST, os militantes do MST, e os setores próximos do MST, já serve isso, porque pelos menos esse grupo está informado, pois a grande massa da população dificilmente tinha acesso ao jornal, logo, como iria se difundir. E essa leitura por eles cria uma identidade, a fortalece enquanto grupo, registra a história, divulgam-se os pontos de vista, não chega a ser uma grande mídia, é uma mídia segmentada, e atende aquele público que já é previamente interessado naquele assunto, enquanto registro e memória é fundamental que existam eles (Entrevista concedida em 17 de dezembro de 2012).

Uma mudança ocorrida nesta época sobre a organização do jornal foi a substituição do setor “editorial” pela “conjuntura”, algo que não alterou o tom desta seção do JST, que sempre pautou o tema principal das edições do formato jornal ao expor as ideias defendidas pelo MST, soando apenas como uma influência da direção nacional do Movimento no comando do JST. Nesta primeira seção da Conjuntura, destaque para mais uma crítica com relação às ações do governo voltadas para a reforma agrária, consideradas apenas como propaganda, segundo a conjuntura do JST cujo título reproduz essa ideia: “Reforma Agrária, só propaganda” (JORNAL SEM TERRA, Julho de 1997, n 170, p. 2).

Mais uma reformulação no expediente do JST é apresentada na edição de setembro de 1997, em que o colaborador e membro da direção nacional do Movimento – João Pedro Stédile – assume a posição de editor responsável do jornal, além da assinatura do JST ser vinculada a própria Direção Nacional do MST no setor de expediente do jornal, externalizando um controle mais rígido do JST pela direção do MST.

Porém, na edição de outubro de 1997, houve o retorno do editorial no lugar da sessão de conjuntura e a publicação do JST no mencionado mês ocorreu sem ter um jornalista responsável no setor de expediente do jornal, indicando mudanças que envolviam o quadro de colaboradores e profissionais que trabalhavam no processo de edição do JST (JORNAL SEM TERRA, Outubro de 1997, nº 173, p.2).

A edição conjunta do final de 1997 e início de 1998 indicava outra alteração no Expediente do JST. A partir daquele momento, a entidade responsável pela publicação mensal do jornal era a chamada ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola⁵¹, e a direção do JST estava a cargo da Direção Nacional do MST, apenas uma constatação da ampla influência percebida nos últimos meses de 1997 no quadro de pessoal e de direção do jornal, revelando o quadro de constantes mudanças que o jornal estava atravessando diante das transformações em sua estrutura (JORNAL SEM TERRA, Dezembro de 1997/Janeiro de 1998). Outra seção do JST tinha destaque nas edições do final dos anos 1990, era a página dedicada aos chamados Lutadores, destacando o feito e o legado de diversos intelectuais e/ou estudiosos brasileiros para a compreensão de nossa realidade e possíveis caminhos para a superação de nossos históricos desafios.

⁵¹ A Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) foi criada em 1985 como uma Organização Não Governamental (ONG) para atender demandas para os trabalhadores do campo. A ANCA é uma entidade civil sem fins lucrativos e atua nas cinco regiões do país. Ver mais detalhes em <www.senado.gov.br/atividade/materia/getTexto>, acesso em 04 de janeiro de 2013.

3.4 – A Modernização No Formato Do JST E A Sua Manutenção Enquanto Elemento Aglutinador Para A Unidade Dos Sem Terra

Em agosto de 2001, foram comemorados 20 anos da circulação do Jornal Sem Terra, com um encarte especial⁵². Nele, um artigo assinado pela Direção Nacional do MST relata a importância que o JST carrega como veículo de informação e símbolo da resistência na luta pela terra.

Desde aquele remoto agosto de 1981, quando Curió cercou o acampamento da Encruzilhada Natalino e um grupo de militantes sociais resolveu iniciar com um modesto boletim mimeografado nas horas de folga, nas dependências do Movimento de Direitos Humanos de Porto Alegre, ninguém imaginava que sua caminhada seria tão longa. Na história da organização da classe trabalhadora brasileira, seja da cidade ou do campo, nenhum outro jornal conseguiu atingir tantos anos de edição ininterrupta. Qual o segredo de tanta persistência? Seu caráter militante! O Jornal Sem Terra nasceu militante. Recusou-se a ser apenas um jornal feito por jornalistas. Ele sempre quis ser uma voz militante da organização dos trabalhadores e foi evoluindo com o crescimento do Movimento. Por isso, ele é a cara do MST e de sua própria história. Sempre foi feito de forma militante por todos os que se envolveram com ele (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 2001, nº 213, Encarte Especial, p.1).

Destaque para o trecho onde se procura demarcar uma ruptura com o formato de um jornal tradicional, indicando o “caráter militante” que o JST demonstrou, segundo a Direção do Movimento, desde o seu despontar enquanto boletim Sem Terra. No processo de relembrar o surgimento do JST, este encarte especial trouxe também uma informação importante relacionada à data de criação do JST. Segundo a reportagem,

Apesar do primeiro Boletim ter sido editado em maio de 1981, agosto foi o mês adotado para comemorar o aniversário do JST. Motivo: foi em agosto que os sem terra derrotaram o tenente-coronel Sebastião de Moura, o coronel Curió, designado pelo governo militar para desarticular o acampamento. Ele chegou em julho no acampamento e deixou o local em agosto, com os sem terra cada vez mais organizados e dispostos a continuar lutando. Foi a partir dessa vitória que o boletim se firmou (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 2001, nº 213, Encarte Especial, p.2-3).

Além disso, recorda-se também uma edição histórica do JST, quando ele deixou de ser apenas um boletim regional do sul do país para então se tornar o Jornal Sem Terra, em julho de 1984. De acordo com a reportagem, esta decisão quanto à amplitude do JST foi tomada em janeiro de 1984, no encontro de Cascavel, no Paraná, que daria origem ao MST (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 2001, nº 213, Encarte Especial, p.2-3). O objetivo do boletim, segundo a própria matéria do encarte especial, era de

[...] informar todas as famílias acampadas sobre as negociações que se desenvolviam, a atuação dos governos estadual e federal e a solidariedade recebida. Com isso, o boletim passou a ser um elemento aglutinador do acampamento. Ao mesmo tempo, servia como instrumento para informar os

⁵² Ver ANEXO H na página 165.

grupos de apoio fora do acampamento e do Estado (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 2001, nº 213, Encarte Especial, p.2-3).

Uma série de mudanças no padrão gráfico do JST o tornou um jornal moderno, com fotografias de alta qualidade e um *layout* mais atraente para o leitor a partir da edição de julho de 2007, o que foi conferindo ao jornal um formato mais interativo e a procura de mostrar a sociedade os ideais e os lemas que sustentam as ações do MST. Neste sentido, temos como leitores do jornal tanto o público interno como o externo, uma característica existente desde o princípio do jornal, ora privilegiando o segmento externo como foi no início do boletim informativo (para divulgar o acampamento na Encruzilhada Natalino) ou o público interno como espaço de formação e informação para os trabalhadores sem terra.

Ao completar 30 anos de circulação, ininterrupta, em agosto de 2011, o Jornal Sem Terra expressa o quanto é elevado o seu grau de importância para o MST como instrumento de propaganda e na divulgação da luta pela terra no Brasil, explicitando os desafios provenientes do enfrentamento com os seus principais adversários na busca por um caminho para a promoção da justiça social no campo brasileiro. As edições de 2011 do JST que se encontram no site eletrônico do MST foram disponibilizadas em um formato gráfico bastante moderno e de alta qualidade, com possibilidade de leitura eletrônica semelhante aos jornais diários de maior circulação no país, como se o leitor estivesse folheando o jornal em suas próprias mãos.

A manutenção deste importante meio de divulgar as lutas pela terra e, a partir disso, mobilização de mais pessoas dispostas a participar delas foi o papel cumprido pelo JST neste período, sem deixar de apontar também o quanto o jornal contribuiu para a formação de quadros para o Movimento. Diversas seções foram sendo desenvolvidas ao longo das edições com o intuito de mostrar como um determinado grupo estava se organizando perante os desafios locais enfrentados, para servir de exemplo e ser seguido em outras regiões do país.

O elo entre este conjunto de transformações, seja do MST enquanto movimento social que busca sua autonomia com o desenvolvimento de suas práticas, seja do próprio JST, registrando este processo e também sendo parte dele ao ser reflexo desta mutação, nos permite compreender as nuances da caracterização feita ao adversário a ser combatido naquele momento.

CAPÍTULO IV – A CONSTRUÇÃO DO LATIFUNDIO COMO OPOSITOR DO MST PELO JORNAL SEM TERRA

Neste capítulo, abordaremos de que modo o latifúndio foi sendo caracterizado nas páginas do JST ao longo de suas edições, visto que ele foi apontado pelo MST como o seu principal opositor desde as primeiras ocupações de terra realizadas na região Sul do país no início dos anos 1980. De início, verificamos que o próprio termo latifúndio aparece carregado de significados dos anos 1950/60 e que, pouco a pouco, o JST confere ao seu opositor uma definição própria a partir das ideias advindas principalmente da direção do MST.

4.1 – As Marcas Da Extensão Territorial E Personificação Do Latifúndio Nos Primeiros Registros Do Boletim Informativo

A segunda edição do Boletim Sem Terra, em maio de 1981, traz como um de seus destaques a matéria “Um levantamento dos latifúndios improdutivos na região de Ronda Alta” e aponta que agricultores sem terras do Alto Uruguai resistiam havia mais de três meses no acampamento realizado às margens da estrada BR 324, na chamada Encruzilhada Natalino. Neste momento, o Boletim faz um levantamento de dados sobre as terras que estariam à venda na região e indica que os sem terras lutavam pela reversão da imagem de vagabundos que lhes fora atribuída por setores do governo e latifundiários. Procura destacar com maior clareza a situação fundiária da região, com base em dados do INCRA e classifica os imóveis como latifúndio, sendo estes separados por nome e extensão territorial – num total de seis regiões envolvendo 18 proprietários com cerca de 41.000 hectares (SEM TERRA, Maio de 1981, nº 2, p.2-3).

Na mesma edição, temos os primeiros posicionamentos dos editores do jornal quanto ao uso da terra por parte desses proprietários, afirmando que as enormes extensões de terra improdutivas na região têm um aproveitamento irracional, anti-econômico e anti-social. Como forma de sustentar a permanência dos acampados no local, as lideranças começaram a fazer a leitura do Estatuto da Terra no acampamento com o intuito de promover debates internos. Esta ação gerou maior conhecimento sobre a lei para fazer dela instrumento de pressão e assim agirem na legalidade, causando maior impacto na opinião pública, angariando apoio para promover e defender sua causa junto à sociedade e ao governo local (SEM TERRA, Maio de 1981, nº 2, p.6).

Em sua terceira edição, o boletim relata como principal notícia que os colonos apontam a existência de um latifúndio, na área chamada de Fazenda Irmãos Guerra, de cerca de 9 mil hectares⁵³. Além disso, contabilizaram que no acampamento, em condições precárias de estrutura, havia cerca de 500 famílias, cerca de 2.500 pessoas, à espera de uma solução

⁵³ Segundo o JST, havia cerca de 28. 390 hectares, de acordo com dados do INCRA á época, divididos entre 14 proprietários diferentes no município de Palmeira das Missões/RS (Sem Terra, Junho de 1981, n 1, p.3-4).

rápida por parte do governo, pois a pressão popular e o apoio aos colonos crescia com manifestações de todo o Brasil.

É neste clima de tensão e desespero pelas condições locais que a quarta edição do boletim expressou a exigência, pelos trabalhadores, de desapropriação dos grandes latifúndios da região através das leis em vigor. Tratava-se de uma busca por dentro da lei para a resolução do conflito. Os agricultores apontam o governo como responsável pela política agrícola voltada para o interesse de grandes grupos econômicos, nacionais e internacionais, resultante da extrema concentração de terras na região que provocava a exclusão de centenas de famílias do campo (SEM TERRA, Junho de 1981, nº 4, p.5-6).

Mais um levantamento da situação dos latifúndios em Ronda Alta é apresentado na sexta edição do boletim (que trouxe neste número a seguinte manchete: “Os tubarões têm mais de 380 mil hectares no Alto Uruguai”). Diante da subutilização destas terras, os colonos questionam o governo sobre onde está a função social da propriedade da terra, fixada pela Constituição Federal de 1967 e pelo Estatuto da Terra de 1964 (SEM TERRA, Junho de 1981, nº 6, p.5).

Através de um documento apresentado à opinião pública intitulado “Explicação ao povo e ao governo” (SEM TERRA, Julho de 1981, n 7, p.2), os sem terra tinham como objetivo pressionar o governo gaúcho a resolver o problema ao descrever a situação em que se encontrava o acampamento e a real disponibilidade de terras na região, conforme abordava a sétima edição do boletim. Destaca-se também o sucesso de um evento promovido pela Campanha de Solidariedade aos Sem Terra, na Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul⁵⁴.

Como resposta às constantes pressões dos colonos, o governo federal, por intermédio do INCRA, realizou uma proposta de assentamento aos agricultores fora do Rio Grande do Sul, alegando não ter terras disponíveis no estado. Parte dos agricultores rejeitou a proposta e pressionou por terras no estado (enquanto outros desistiram do acampamento e migraram para Mato Grosso), visto que a partir de um levantamento publicado no Boletim (“As Terras no Estado”) comprovava-se a existência de terras não aproveitadas mas que estavam sob poder de grandes proprietários e latifundiários. Sem apresentar maior distinção entre estas duas nomeações (a não ser a indicação de empresas rurais e latifundiários), o Boletim aponta a existência de dezenas de latifúndios em São Gabriel/RS:

O governo do Estado e o INCRA continuam insistindo que não há espaço no Rio Grande do Sul para assentamento de agricultores sem terra. O objetivo dessa insistência é claro. Manter a atual estrutura fundiária, não mexendo nos latifúndios e grandes propriedades, pois este é um governo representante dos grandes, dos ricos e não dos pobres. E usar os agricultores sem terra nas chamadas frentes pioneiras no Mato Grosso, na Amazônia etc., locais onde não há infraestrutura nenhuma. [...] Publicamos agora mais uma relação, desta vez, de São Gabriel. Os dados são do próprio INCRA, entre latifundiários e empresas rurais, reproduzimos apenas os dados referentes às consideradas latifúndio pelo próprio órgão governamental e acima dos 1000 hectares (SEM TERRA, Julho de 1981, nº 8, p.4-5).

O Boletim de novembro de 1981 aborda em sua manchete a luta pela terra espalhando-se por todo o país, mostrando as lutas como exemplo para que os sem terra apostassem no

⁵⁴ Cerca de mil pessoas, de acordo com o JST, compareceram a este evento de apoio à luta dos colonos, com o intuito de arrecadar fundos que ajudassem na compra de alimentos e manutenção da estrutura do acampamento.

acampamento como o meio principal de reivindicação pela terra. A divulgação das lutas pelo Brasil era um dos objetivos claros do Boletim, desde o seu surgimento. O exemplo de resistência em Ronda Alta (RS) gera impulso para luta e o Boletim registra ocupações em estados (Mato Grosso, Paraná, Maranhão e Pará) de diferentes regiões do Brasil (SEM TERRA, Novembro de 1981, n 14).

Em dezembro de 1981 temos registrado no Boletim a proposta dos colonos de se obter um crédito fundiário como uma das formas do governo solucionar o problema desses agricultores, permanecendo assim no estado e parcelando o pagamento das terras ao longo dos anos (SEM TERRA, Dezembro de 1981, n 16, p.5). De acordo com o JST, os colonos apresentaram um conjunto de razões para que o Projeto de Crédito Fundiário fosse aceito pelo governo para viabilizar a permanência deles em terras disponíveis no estado. Eis as razões:

- a) o crédito fundiário está regulamentado pelo Banco Central, através da resolução nº580 de 29/11/79 e é normalmente utilizado nas demais regiões do país; b) Aqui mesmo no Estado, há uma recente utilização do crédito fundiário. O próprio Governo o empregou, em 1979, com amplo sucesso, no assentamento na Colônia Nova Esperança, em Bagé, da parte dos colonos expulsos da reserva indígena de Nonoai; c) Por último, a aplicação do crédito fundiário, além de se constituir na solução imediata do grande problema social de Natalino, é viável econômica e financeiramente, conforme bem demonstra projeto técnico elaborado recentemente (SEM TERRA, Dezembro de 1981, nº 16, p.6).

Uma das justificativas dos colonos era que os recursos do empréstimo veiculado ao projeto poderiam ser pagos já a partir do terceiro ano, dos doze em que seria parcelado, segundo as regras da época do Banco do Brasil. Uma alternativa plenamente viável e proposta pelos colonos como forma de pressionar o governo, fazendo-o admitir a existência de terras no Rio Grande do Sul.

O projeto consiste simplesmente em ver se com a atual tecnologia usada pelos agricultores do Rio Grande do Sul nas lavouras de milho, soja e feijão e segundo as produtividades médias das pequenas lavouras nesses produtos, dava para um colono tomar empréstimo para comprar 15 hectares de terra e conseguir pagar as prestações. O resultado é que, de acordo com as taxas de juros e prazos estipulados pelo Banco Central (juros de 45% ao ano, prazo de 12 anos), o crédito fundiário pode tranquilamente ser liberado para os colonos de Natalino, porque já a partir do 3º ano eles terão plenas condições de pagar o empréstimo. Ora, como o Banco Central dá 2 anos de carência, ficou muito clara a viabilidade financeira do projeto (SEM TERRA, Dezembro de 1981, nº 16, p.6).

O caminhar das negociações com o governo, o apoio de setores da sociedade, os estudos e levantamentos sobre a situação fundiária da região elaborados pelos próprios colonos expressam o clima de tensão e luta daquele momento. Tensionamento este presente nas linhas do Boletim ao publicar, quinzenalmente, os acontecimentos mais relevantes que envolviam diretamente a luta pela terra local, e de que procurava lançar mão como força propulsora para outras áreas em conflito no país, ao mesmo tempo em que estimulava a permanência daqueles que já estavam engajados na luta.

A construção do latifúndio como o grande adversário político vai sendo feita de modo gradativo e, aos poucos, lapidada e definida conforme a luta dos colonos se ampliava. Neste momento, o latifúndio é apresentado como um adversário local que, diante de sua relevante

extensão de terras subutilizadas e concentradas nas mãos de poucos porém grandes proprietários, impedia os colonos de permanecerem na região e fazerem dela seu local de trabalho e de moradia. Sobre este processo de formulação do JST para elencar o latifúndio enquanto adversário, Veralúcia aponta como isto ocorria na edição do próprio jornal:

Era sempre evidente para nós que grandes proprietários rurais e o latifúndio eram o inimigo. Se havia maior ou menor ênfase, depende muito do que tinha acontecido especificamente, mas era muito claro. Toda a história ela faz a reforma agrária acontecer, quando há a desapropriação de terra. [...] E o governo aos poucos virou mais o alvo, por ter que agir mais. E o latifúndio estava enfraquecido política e economicamente e com isso o foco estava na crítica ao governo (Entrevista concedida em 17 de dezembro de 2012).

Importante registrar que, ao apontar o latifúndio como um adversário local, o Boletim retrata o quanto a luta pela terra ainda estava desvinculada e pouco articulada no plano nacional. Podemos inferir que esta conexão foi sendo construída ao longo do tempo mediante as características de cada uma das lutas que eclodiam em diversos pontos do território brasileiro.

Na edição número 9, o Boletim tem como manchete uma grande chamativa para o Dia do Colono⁵⁵ comemorado em 25 de Julho pela FETAG, e que em 1981 também foi aclamado como um dia de protesto pelos sem terra sobre os temas terra, saúde e preços. A partir disso, procuram apresentar o latifúndio cada vez mais ligado às grandes extensões de terra, com o intuito de mostrar que havia imóveis rurais suficientes para assentar os colonos no Rio Grande do Sul.

Diante desta preparação para o protesto dos colonos, a polícia chega ao acampamento e implanta um clima de medo e apreensão nos acampados, ainda mais devido à infiltração de alguns policiais disfarçados de novos colonos em busca de terra, para ter acesso às decisões dos agricultores com relação às ações a serem realizadas no local.

Este clima de medo entre os colonos aumenta em agosto de 1981, quando o Exército ocupa Encruzilhada Natalino sob o comando do Tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, ou “Curió”, como ficou conhecido este membro do Conselho de Segurança Nacional e integrante das forças do exército que combateram na Guerrilha do Araguaia na Amazônia entre 1972 e 1974. O Boletim *Sem Terra* relata as bruscas e arbitrárias mudanças implantadas por Curió desde o momento de sua chegada ao acampamento (como o aumento do efetivo policial e seu posicionamento nos acessos do acampamento exigindo a identificação de todos, a instalação de um sistema de alto-falante para dirigir mensagens aos colonos ou convocá-los para uma reunião em sua barraca e a oferta de melhorias de vida para quem aceitasse sair do acampamento). Tudo isso era desenvolvido, segundo o Boletim, para desmobilizar as pessoas que ingressavam ou tentavam permanecer no acampamento (SEM TERRA, Agosto de 1981, nº 10, p. 4).

⁵⁵ Segundo a Fetag/RS: “As festas alusivas ao Dia do Colono marcam o calendário do mês de julho. Duas datas distintas, 25 de Julho, Dia do Colono e 28 de Julho, Dia do Agricultor, homenageiam, na verdade, as mesmas pessoas, aquelas responsáveis, segundo censo divulgado pelo IBGE em 2010 pela produção de 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros./ Sobre as datas, o Dia do Colono foi instituído em 5 de setembro de 1968, através da Lei Federal nº 5.496./ Já o Dia do Agricultor surgiu em 1960, no centenário da criação do Ministério da Agricultura, num decreto assinado pelo então presidente Juscelino Kubitschek, por considerar que o trabalho do agricultor era responsável pelo crescimento econômico do Brasil” (Fonte: <<http://www.fetagrs.org.br>>, Informativo da FETAG nº 860, de 22/07/2011, acesso em 06 de janeiro de 2013).

Frente às comemorações do Dia do Colono, o Boletim tornou público mais um documento que comprovava a existência de latifúndios na região: estes chegariam a ocupar cerca de 763 mil hectares de terra⁵⁶.

Segundo relatos na edição especial do JST para o evento, cerca de 10 mil manifestantes foram a Ronda Alta participar da manifestação comemorativa ao Dia do Colono, numa caminhada em ritmo de procissão, sendo entoados cânticos e hinos durante o protesto com os temas (preço, saúde e terra) que representavam as propostas dos colonos para o governo (SEM TERRA, Edição Especial, Agosto de 1981, n 10, p. 2-3).

Desta manifestação vem o primeiro registro do boletim que aponta a conquista da terra relacionada ao início de uma reforma agrária no país: “E daqui de Ronda Alta, vamos começar a tirar do papel, essa tal de reforma agrária” (SEM TERRA, Edição Especial, Agosto de 1981, nº 10, p. 13). Uma demonstração de força da manifestação foi a presença de representantes de 100 entidades⁵⁷ apoioando a causa dos colonos.

A simbologia e os sentidos dados a eventos como estes nos mostram que uma simples manifestação de rua carrega consigo um conjunto de elementos capazes de alimentar cada vez mais os participantes de tal manifestação. Estes elementos podem ser traduzidos em símbolos e significados, como o número de manifestantes no evento, as faixas com suas palavras de ordem e reivindicações ou mesmo a forma como será produzida a imagem da manifestação e de seus idealizadores.

São elementos como esses que Patrick Champagne (1996) estuda para tratar do aparecimento de uma opinião pública através da grande mídia, atribuindo a esta um papel importante por não só ingressar, mas também por revolucionar as regras do jogo político, dando a este último uma nova dinâmica.

Transformações na forma de apresentar as manifestações tiveram destaque na edição de agosto de 1981 do Boletim, através de matéria publicada à época pelo jornal Zero Hora, destacando que “a tragédia não aconteceu; manifestantes voltam para o acampamento sem quebrar uma vidraça; sem derrubar uma cadeira” (SEM TERRA, Agosto de 1981, nº 10, p. 13). Este olhar diferenciado sobre as manifestações pode ser apontado como um reflexo das mudanças analisadas por Champagne, no sentido de como estes eventos ganham notoriedade pública dependendo da forma como são divulgados pelos meios de comunicação.

4.2 – As Ocupações Dos Sem Terra E A Violência Do Latifúndio

Diante da crescente mobilização dos acampados, a repressão policial aumentava e as denúncias de violência contra os colonos começaram a ser constantes. O apoio de autoridades religiosas da Igreja Católica torna-se ainda mais estreita a partir da aquisição pela Igreja de um novo local para os agricultores ficarem enquanto se davam as negociações com o governo.

Em outubro de 1982, as principais informações veiculadas dizem respeito à crescente violência no campo brasileiro (não somente na região de Ronda Alta, mas também nas áreas de colonização situadas no estado do Mato Grosso). Os agricultores apontavam o governo como o maior culpado, principalmente diante da lentidão e ineficácia em resolver os

⁵⁶ Ver ANEXO B na página 159.

⁵⁷ Dentre as entidades presentes no evento e registradas pelo JST, destacamos: Comissão Pastoral da Terra de Goiás e de Santa Catarina, Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil, Faculdade de Teologia da Igreja Evangélica da Confissão Luterana no Brasil de São Leopoldo, Frente Agrária Gaúcha (FAG), Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Caxias do Sul, Presidente do Partido dos Trabalhadores (Geci Prates), Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, dentre outros.

problemas dos acampados em diversos estados do país (SEM TERRA, Outubro de 1982, nº 28). A manchete do boletim destacava a condenação de um jornalista que se posicionou a favor da luta dos agricultores, expondo para a sociedade umas das dificuldades enfrentadas pelos que procuravam informar a opinião pública a versão dos fatos através do ponto de vista dos agricultores. Trata-se de Juvencio Mazzarollo, na época jornalista colaborador da CPT do Paraná. Segundo o Boletim, ele foi condenado a um ano de prisão a partir de setembro de 1982, com base na Lei de Segurança Nacional pelo Conselho Permanente de Justiça da 5ª Circunscrição Militar de Curitiba. O motivo da prisão decorreu de um artigo publicado em um periódico da CPT, *Nosso Tempo*, em que o jornalista criticou autoridades militares ao mencionar as violências cometidas contra os desapropriados da construção da hidrelétrica de Itaipu (SEM TERRA, Outubro de 1982, nº 28, p. 1).

Em 23 de Setembro de 1983 o então governador do Rio Grande do Sul, Jair Soares, decidiu pela compra de quatro áreas na região de Ronda Alta⁵⁸ (num total de 1870 hectares a serem pagas em 15 anos pelos colonos ao governo) para o assentamento dos sem terra. Segundo o Boletim:

Ao final do terceiro ano de luta uma importante batalha é vencida. As 200 famílias que resistiram conquistaram um pedaço de terra para plantar. Já se pode dizer que a porteira do latifúndio gaúcho foi aberta e quem resistiu organizado está entrando firme na terra prometida (SEM TERRA, Novembro de 1983, nº 33, p.8-9).

Importante destacar que até este momento as soluções apresentadas para sanar a crescente insatisfação dos colonos foram a política de crédito fundiário e de compra de terras, mas não a desapropriação das grandes propriedades. É neste sentido que a edição de abril de 1984 avança com inúmeros dados, trazendo à tona a realidade agrária do Mato Grosso do Sul, em que cerca de 83% das terras eram apontados como latifúndio. Além disso, tem início a Campanha Reforma Agrária Já, onde os latifúndios são apresentados como donos de terra ociosa, vinculados à concentração de renda e geradores da expulsão dos trabalhadores do campo (SEM TERRA, Fevereiro de 1984, nº 34, p.9).

Ganharam força no leque de notícias do JST a partir deste momento as ocupações de terra em praticamente todo o Brasil, procurando conferir a estas um sentido de união na luta pela terra como resultado das ocupações, assim como aumenta a repressão policial. Em São Paulo, na região do Pontal do Paranapanema, por exemplo, as terras eram disputadas há mais de cem anos na Justiça, gerando centenas de conflitos através da tentativa de se manter intactos os latifúndios presentes na região (SEM TERRA, Abril de 1984, nº 35, p.6-7). As ocupações eram consideradas pelos agricultores como o passo fundamental na conquista de uma reforma agrária e o principal alvo desta luta é o latifúndio improdutivo (SEM TERRA, Abril de 1984, nº 35, p.13).

Esta é a temática do editorial da edição do *Jornal Sem Terra* (JST) de agosto de 1984, que, desde o mês anterior, adotara a versão jornal frente ao formato de boletim, assumindo aos poucos o caráter de um jornal popular. Destaca-se a participação de estudiosos oriundos de diferentes ramos acadêmicos ou religiosos emitindo suas análises quanto à situação dos conflitos no campo brasileiro e suas principais causas e consequências. Nesse sentido, gradativamente, conforme registramos no capítulo anterior, as análises de cunho acadêmico ganham espaço no jornal, direcionando a sua leitura também para outros setores da sociedade além da base do movimento.

⁵⁸ Esta notícia ganhou toda a capa do JST (Ver ANEXO C na página 160).

Segundo a entrevista concedida por Antônio, esta aproximação dos intelectuais, desde o início, foi natural e acrescentou ainda mais força à luta e à bandeira do MST:

A concentração de terras ainda é, até hoje, injusta e brutal, e os intelectuais sempre lutaram para uma maior distribuição de terras no Brasil mas no período da ditadura todo mundo ficou meio quieto. Ao verem o MST surgir eles começaram a ver uma luz no fim do túnel. Foi uma aproximação natural, pelo momento da conjuntura, pois, finalmente, após a ditadura, surgiu algo novo como o MST que lutava pela reforma agrária e os intelectuais sentiam que isso também era necessário logo as atrações foram naturais, mútuas, tipo aquele namoro de um piscar de um lado e o outro e assim se juntavam (Entrevista concedida em 10 de janeiro de 2013).

Como testemunho destas participações, as palavras de uma liderança religiosa como a do padre Ricardo Rezende, ao se referir à crescente disputa por terras no estado do Pará, retratam a dimensão dos conflitos e indicam que a quase certeza da impunidade por parte dos mandantes dos crimes é um dos motivos para que estes índices estejam crescendo: “Os latifundiários acham que a lei foi feita para eles. Quando um latifundiário foi preso, julgado e condenado? Por que os pistoleiros estão na rua, à luz do sol, rindo das viúvas e dos órfãos?” (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 1984, nº 37, p.8-9).

O I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra esteve no centro das notícias na edição conjunta de dezembro/1984 e janeiro/1985 do JST, onde o latifúndio volta a ser criticado, agora por um representante da classe política brasileira, ao caracterizá-lo como improdutivo e sendo o grande empecilho da reforma agrária. Para este representante, o deputado Paulo César Fontelles de Lima (PMDB/Pará), era necessário “derrotar o poder (político) dos latifundiários”, e como forma de evitar os conflitos por terra “a solução é a Reforma Agrária e não a colonização⁵⁹”, porque no Sul do Brasil existem terras férteis; das mais ricas, nas mãos improdutivas dos latifundiários” (JORNAL SEM TERRA, Dezembro de 1984/Janeiro de 1985, nº 41, p.10).

Na edição de setembro de 1985, a sigla MST aparece pela primeira vez para representar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, num contexto de diversas manifestações feitas em conjunto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em diferentes estados brasileiros. No Rio Grande do Sul, alguns manifestantes carregavam uma faixa que procurava diferenciar os objetivos dos trabalhadores diante da reação dos representantes do latifúndio: “Os latifundiários querem guerra, nós queremos a terra” (JORNAL SEM TERRA, Setembro de 1985, nº 47, p.8-9).

Tendo como foco a conquista da terra, o MST transforma a ocupação no principal instrumento de força dos sem terra na luta contra o latifúndio, forçando os governos locais a saírem do estado de inércia no tocante aos conflitos por terra e seus desdobramentos. Exemplo disso é a manchete do JST de outubro/novembro de 1985 ao dar publicidade à ocupação de um latifúndio pelo MST no município de Sarandi (Rio Grande do Sul), sob o título de “Assim se faz Reforma Agrária”. Ganha destaque no noticiário do JST a ocupação em massa dos sem terra na Fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul (JORNAL SEM TERRA, Outubro/Novembro de 1985, nº 48, p.8-9) e também a ocupação de terras públicas e improdutivas em São Paulo (*Idem*, p.6).

⁵⁹ Os agricultores já haviam apontado como um desastre os resultados dos projetos de colonização, visto que problemas devido à fome, baixa qualidade das terras e doenças afastavam os agricultores do trabalho e aceleravam seu retorno às regiões de origem (SEM TERRA, Setembro de 1983, nº 32, p.4).

Ao realizar um balanço das lutas e também da violência sofrida pelos sem terra diante de suas reivindicações, o JST apontou que a pressão dos lavradores aumentava na cobrança de soluções junto ao governo. Exemplo marcante deste fato é a indicação dos focos de ocupação a serem desencadeadas e assim chamar a atenção para os conflitos e alertar a opinião pública com essas ações de maior visibilidade.

Acampar nas capitais. Ocupar órgãos públicos. Conversar com autoridades estaduais e federais. Realizar manifestações numerosas nas grandes cidades. Estas estão sendo as atividades dos lavradores sem terra acampados em 11 estados. E vão continuar até que as autoridades resolvam a principal exigência: terra para trabalhar (JORNAL SEM TERRA, Dezembro de 1985, nº 49, p.3).

O ano de 1985 é especial no tocante à legislação sobre a reforma agrária no Brasil, e o JST registrou o que de mais importante ocorreu neste período da chamada redemocratização brasileira, já que o país estava encerrando o ciclo da ditadura militar para então dar início a um ciclo de debates e transformações de cunho político e econômico que culminaria na elaboração de uma nova constituição. Neste sentido, a reforma agrária teve destaque na formulação do chamado I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA)⁶⁰.

A elaboração desta lei foi um dos compromissos assumidos pela Aliança Democrática na Nova República. Apoiada principalmente nas definições estabelecidas pelo Estatuto da Terra em 1964, as proposições do I PNRA são fruto tanto deste novo contexto político nacional (de redemocratização e de contínua pressão por uma redistribuição de terras diante das ocupações em massa que ocorriam no país), como também reflete parte dos anseios existentes desde a criação do Estatuto da Terra, através de ações que minimizassem, por diferentes meios, a extrema concentração de terras do país. Porém, a versão final do I PNRA desfigurou o caráter de reforma que a proposta original concebia⁶¹.

Diante da pressão popular oriunda deste novo momento de abertura política e de crescente mobilização de organizações de apoio às lutas (como por exemplo: CPT, ABRA e CNBB) tem início a discussão sobre a proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) colocada em debate na edição de junho de 1985 do JST, procurando apresentar o que a aprovação deste plano poderia assegurar aos trabalhadores com relação aos caminhos legais a fim de garantir a reforma agrária.

⁶⁰ A primeira proposta do I PNRA foi apresentada no 4º Congresso da Contag, em maio de 1985. Este documento representou os anseios pós-ditadura militar com relação aos rumos que a reforma agrária deveria tomar a partir desta fase e sua elaboração contou com a participação de diversos setores da sociedade. Sendo oficialmente lançado pelo então presidente da república, José Sarney, em outubro de 1985, o I PNRA teve como uma de suas contribuições fundamentais a análise do professor acadêmico, formado em agronomia, José Graziano da Silva. Em sua obra *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*, de 1985, o autor expõe as suas principais ideias sobre o contexto de surgimento do plano e as suas principais dificuldades a fim de superar as barreiras técnicas, burocráticas e política que engessam a plena realização de uma reforma agrária no país. Ver mais em GRAZIANO DA SILVA (1985).

⁶¹ Sobre essa proposta do I PNRA, destacamos as palavras de José Gomes da Silva na obra em que analisa a conjuntura de pressão e de interesses envolvidos entre a proposta elaborada pelos grupos de trabalho do qual ele fazia parte e o texto final do I PNRA assinado por Sarney: “O PNRA pouco ou nada tem a ver com a ‘Proposta’. Quando muito, pode ser considerado a ‘Proposta’ conspurcada. Resultou [...] de concessões a terratenentes, às suas entidades de todos os níveis, aos *lobbies* conservadores, aos grupos de pressão instalados na grande imprensa, na mídia televisada, na intimidade do Planalto e em posições decisivas dos três poderes. O decreto 91.766 que o aprovou foi redigido numa sala do Conselho de Segurança Nacional, por um advogado de terratenentes, a pedido do Presidente da República” (SILVA 1987: 49).

A reação dos latifundiários começa a se tornar pública com a contratação de jagunços armados para vigiar os limites de suas propriedades, com o intuito de evitar que elas fossem ocupadas pelos sem terra. Um exemplo desta reação dos latifundiários foi exposta pelo JST, sobre o crescente armamento apresentado pelos fazendeiros no Paraná, se reunindo em torno de uma “Pastoral da Propriedade”, configurando assim “uma espécie de guarda armada para proteger e assegurar o direito à propriedade privada” (JORNAL SEM TERRA, Junho de 1985, nº 44, p.7). Esta Pastoral, segundo o JST, reunia desde fazendeiros a industriais e pecuaristas do Sudoeste do Paraná que, ao se sentirem ameaçados com as ocupações de terra, resolveram estabelecer esta união de interesses com o intuito de resguardar suas propriedades. Um de seus representantes era o presidente do Conselho da Sociedade Rural do Sudoeste, o médico e latifundiário Kit Abdalla.

Com o descontentamento em relação ao rumo tomado pelo PNRA, o JST apresenta a conclusão da análise do texto final do documento apontando como alternativa para os trabalhadores – diante do não acatamento das definições em torno das áreas prioritárias à reforma agrária – a intensificação das ocupações: “O governo da Aliança Democrática não está interessado em fazer mudanças no campo e na política fundiária. Se depender dele, tudo continua como está. Os trabalhadores, para mudar isso têm que fazer como tem acontecido nas últimas semanas: ocupações maciças” (JORNAL SEM TERRA, Outubro/Novembro de 1985, Suplemento Especial, nº 48, p.2-3). Podemos notar um forte estímulo às ocupações realizado em diversas edições do jornal, como uma forma dos sem terra demonstrar ao governo o seu descontentamento com o texto final do PNRA.

Ressaltemos também outra leitura que o JST apresenta quanto ao processo de ocupação de terras, sendo estas realizadas em “terras públicas e improdutivas”. A incorporação deste tipo de leitura começa a fortalecer o próprio ato da ocupação, afastando assim as tentativas dos grandes proprietários de amedrontar os pequenos, fazendo com que estes temessem a ocupação de suas terras. Diante do fracasso e do retrocesso expresso nas linhas oficiais do PNRA, o presidente do INCRA à época no governo de José Sarney, José Gomes da Silva, pediu demissão e revelou sua insatisfação com os rumos dados à reforma agrária no documento:

A minha proposta era diferente e usava outros instrumentos. Reforma Agrária ‘possível’ e consensual não existe. O 1 PNRA é a repetição do que sempre foi feito no País. Os proprietários de terra e o governo negociam as piores fatias do latifúndio para o trabalhador rural, que permanece sem condições de cultivar a sua terra e produzir. Esta experiência revelou ser um fracasso (JORNAL SEM TERRA, Outubro/Novembro de 1985, Suplemento Especial, nº 48, p.1).

Em outra página deste suplemento é destacada a decepção por parte dos sem terra quanto aos números propostos como metas do PNRA, acusando o mesmo de ser um golpe contra os trabalhadores (como sátira, o jornal indica uma possível oposição entre o PNRA e sua versão aprovada como se fosse um PNPL – Plano Nacional de Proteção ao Latifúndio), visto que a inclusão de artigos que favoreciam a manutenção do latifúndio e a sua não desapropriação para fins de reforma agrária era bastante visível no documento (JORNAL SEM TERRA, Outubro/Novembro de 1985, Suplemento Especial, nº 48, p.2).

Esta discussão em torno do PNRA que, segundo o JST, foi alterado doze vezes após seu anúncio, teve como ênfase apontar que as mudanças realizadas favoreciam a manutenção das extensas propriedades de terra ao não modificar a estrutura agrária.

Do plano original, foram subtraídos capítulos importantes, como aquele que permitia a desapropriação por interesse social. Se saiu esse, em detrimento das reivindicações dos trabalhadores, entraram outros favoráveis às reivindicações dos empresários. Por exemplo: a afirmação de que os assentamentos deverão ser realizados nas áreas públicas. Após a assinatura do PNRA, representantes do governo insistiram em afirmar que não existia recuo, mas sim um aperfeiçoamento da proposta. [...] Entre a esperança e a desilusão transcorreram seis meses. Sem ter o que esperar de um governo que não foi capaz de sustentar suas propostas e reafirmar suas metas, aos trabalhadores só resta fazer a Reforma Agrária com as próprias mãos (JORNAL SEM TERRA, Outubro/Novembro de 1985, Suplemento Especial, nº 48, p.1).

As entidades que apoiavam os sem terra também demonstraram suas insatisfações com o grau de limitação imposto pelo PNRA para a implementação de uma reforma agrária no país. A CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, ligada à Igreja Católica) apontou que o PNRA defendia o latifúndio produtivo sem o definir (JORNAL SEM TERRA, Outubro/Novembro de 1985, Suplemento Especial, nº 48, p.4). Já o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann Baeta, afirmou que a violência estava no latifúndio, visto que cresciam as evidências da criação de milícias privadas e legalizadas para a defesa dos latifundiários e a extrema violência aos que se opunham aos seus interesses, fatos comumente observados nas cidades de Imperatriz (Maranhão), Marabá (Pará) e Araguaia, em Goiás (*Idem*, p.6).

O JST explorou a dimensão da concentração de terra em um desses estados, e apontou o latifúndio como grande explorador dos trabalhadores, afirmando que o Maranhão é um dos estados do nordeste brasileiro que retrata esta desigualdade de exclusão do acesso à terra: “Maranhão – Terra de latifúndios: estado teria 80% de sua área como latifúndio” (JORNAL SEM TERRA, Julho de 1985, nº 45, p.5). Se antes as notícias dos conflitos estavam concentradas principalmente na região Sul do país, agora passou a ser crescente a divulgação pelo JST de outros pontos de conflitos nas demais regiões/estados do país.

O JST também aborda alguns retrocessos na legislação que legalizaria o processo de reforma agrária pela pressão dos latifundiários junto às esferas governamentais, sejam elas de âmbito municipal, estadual ou federal. No suplemento especial desta edição, José Graziano da Silva comenta:

Ao contrário de uma Reforma Agrária ampla e massiva, o governo Sarney oferece uma reforma restrita, limitada e sob o controle dos latifundiários – essa é a principal constatação que podemos fazer pela leitura dos Planos Regionais de Reforma Agrária assinados (JORNAL SEM TERRA, Maio de 1986, Suplemento Especial, nº 52, p.1).

Como desdobramento da passagem acima, os Planos Regionais de Reforma Agrária⁶² (PRRA), segundo o JST, não delimitavam quais seriam as áreas de ação para a realização da

⁶² Os Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA) foram instituídos através do Estatuto da Terra, em 1964. Em seu Artigo 35, Capítulo IV (Da Execução e da Administração da Reforma Agrária), Seção I (Dos Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária), o Estatuto regulamentou que os PRRA antecederão, sempre, qualquer desapropriação por interesse social, e serão elaborados pelas Delegacias Regionais do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA.), obedecidos os seguintes requisitos mínimos: I - delimitação da área de ação; II - determinação dos objetivos específicos da Reforma Agrária na região respectiva; III - fixação das prioridades regionais; IV - extensão e localização das áreas desapropriáveis; V - previsão das obras de melhoria;

reforma, tornando qualquer área rural prioritária e ao mesmo tempo descaracterizava as áreas que deveriam ser prioridade.

Como consequência da falta de indicação de áreas específicas, os principais impactos diretos que esta escolha poderia trazer ficariam prejudicados, tais como a queda do preço da terra na região escolhida e nos municípios à sua volta, a concentração de esforços e de instituições voltadas para a área a ser reformada e o não isolamento das famílias pela proximidade dos assentamentos. Além disso, a constituição de Comissões Agrárias com representantes do Governo, latifundiários, federações e trabalhadores rurais representaria um processo de enfraquecimento destes últimos quanto às escolhas das áreas a serem selecionadas, tornando o processo mais lento e favorável aos latifundiários (JORNAL SEM TERRA, Maio de 1986, nº 52, p.2).

Neste sentido, o JST também destaca a necessidade de uma articulação maior pela reforma agrária, buscando ampliar o apoio junto à opinião pública e a população em geral e da grande imprensa, com o objetivo de não se isolar politicamente (JORNAL SEM TERRA, Maio de 1986, Suplemento Especial, nº 52, p.2-3).

Se o jornal destacava que os sem terra deveriam se articular melhor, de certa forma, reflete que o adversário já tinha esta estratégia em curso. E o crescimento da organização da União Democrática Ruralista (UDR), entidade porta-voz dos grandes proprietários de terra do país contrários à realização da reforma agrária defendida pelos movimentos sociais, acabou se tornando uma preocupação para os sem terra, na medida em que o uso da violência pelos representantes da UDR foi a sua maior marca.

Ao arrecadar dinheiro através de leilões de bois e articular seus capitais políticos, a UDR cresceu ao conseguir influenciar a direção da questão agrária na Constituinte⁶³. Segundo o JST, a tática da UDR objetivava isolar e desmoralizar a Igreja e as lideranças dos trabalhadores rurais, obtendo assim prestígio e força representativa junto ao governo.

“Quem morre no campo não é trabalhador rural, é invasor”, dizem [representantes da UDR]. Invasor são eles, agora travestidos de respeitáveis produtores rurais, como gostam de ser chamados. Grileiros, muitos deles invadiram a terra de posseiros a partir do final da década de 60 até há alguns anos atrás (JORNAL SEM TERRA, Junho de 1986, nº 53, p.3).

VI - estimativa das inversões necessárias e dos custos (Lei Nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964). No entanto, ao serem revistos para a elaboração do I PNRA, os PRRAs também pouco efetivaram seus requisitos, como já havia ocorrido durante o regime militar, uma vez que as áreas prioritárias para a reforma agrária não estavam delimitadas, algo que fomentou pressões e intervenções locais mais favoráveis à manutenção das propriedades do que as suas respectivas desapropriações.

⁶³ O debate em torno da questão agrária no contexto da Constituinte pós-regime militar ganhou força, principalmente pela retomada do tema promovida pelos movimentos sociais e entidades de apoio, que perceberam a oportunidade de incluir a reforma agrária como um dos eixos para as novas eleições. Porém, a pressão dos latifundiários também se fez presente e, nesta correlação de forças entre os grupos dominantes e os dominados, foram enfraquecidas as principais medidas que visavam alterar a estrutura agrária brasileira. Segundo Medeiros (1989: 202), “Analisadas sob a ótica da questão agrária, as eleições para a Constituinte já se deram num clima de polarização. De um lado, já era evidente em meados de 1986, o descompromisso do governo com a reforma agrária. De outro, a UDR mostrava um grande vigor, elaborava uma crítica à política econômica do governo e se propunha a investir na Constituinte, de forma a garantir na nova Carta o direito de propriedade e não deixar espaço legal para transformações fundiárias. Para tanto, os leilões de gado se sucediam, com a perspectiva não só de angariar fundos para financiar as campanhas de candidatos comprometidos com a defesa de suas teses, mas principalmente para mobilizar os ‘produtores’ e difundir entre eles uma determinada direção política. Do ponto de vista dos trabalhadores rurais, colocava-se o desafio de assegurar um espaço na Constituinte para, no mínimo, garantir o patamar legal existente, expresso no Estatuto da Terra, e se possível ampliá-lo, em direção às reivindicações do IV Congresso Nacional Dos Trabalhadores Rurais”.

As denúncias contra o latifúndio, segundo o JST, começaram a encontrar eco até mesmo no interior do governo, como foi o caso do MIRAD⁶⁴ (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) ao tornar público seu conhecimento sobre a violência no campo e apontar que os meios de violência e coerção mantidos pelo latifúndio estavam sofrendo profundas transformações, e que a concentração desta violência era maior nos locais onde predomina o latifúndio improdutivo e as terras ociosas (JORNAL SEM TERRA, Abril de 1986, nº 51, p.12). Novamente torna-se explícito o foco quanto ao tipo de imóvel rural a ser ocupado: as terras improdutivas e/ou ociosas, fortalecendo assim para dentro e também para fora do Movimento quais propriedades seriam objeto de questionamento e possível ocupação.

Outro exemplo divulgado foi a situação dos conflitos no campo em Rondônia, onde, segundo o JST, teria sete municípios com registros de trabalho escravo em latifúndios, fato que já contava com denúncias de diversos órgãos e a cumplicidade das autoridades para com os fazendeiros escravizadores. Foi a primeira vez que este tipo de notícia teve um destaque considerável no JST, ainda mais sendo associado ao próprio latifúndio e tendo sua exposição em uma página, relatando casos de trabalho escravo em sete dos quinze municípios existentes em Rondônia naquele ano.

A manchete de maio de 1986 do JST traz consigo a indignação daqueles que lutam pela reforma agrária diante da impunidade dos criminosos. Diante de mais uma vítima dos conflitos, o JST questiona: “Por que os poderosos podem matar? Por que o governo nunca faz nada? – Assassinato de padre Josimo Moraes em Imperatriz (Maranhão)” (JORNAL SEM TERRA, Maio de 1986, nº 52, p.1).

Como exemplo de uso da violência nos conflitos por terra (e a certeza de impunidade pelos latifundiários para os crimes cometidos), coronéis goianos são identificados pela imprensa local como organizadores de uma agência de pistoleiros (que atenderia pelo nome de “A Solução”, atuando sob disfarce como empresa de vigilância), recrutando pessoas para ingressar na organização que posteriormente estariam participando de ações violentas (como a queima de casas, destruição de roças, assassinatos e despejos) contra os sem terra (JORNAL SEM TERRA, Junho de 1986, nº 53, p.7).

A violência no campo alcança tamanha proporção que algumas regiões do país começam a ficar marcadas pelo seu uso, motivo no qual áreas do norte de Goiás (e depois Tocantins), sul do Pará e Sudoeste do Maranhão tornaram-se nacionalmente conhecidas pela gravidade das ações realizadas contra os sem terra na região delimitada de Bico do Papagaio (desenho formado pelas junções do território de cada estado). Ao abordar como ocorriam naquele momento os conflitos nessa área, o JST destacou uma operação de desarmamento que aconteceria na região por ordem do então ministro da Justiça à época: Paulo Brossard. Segundo o JST:

Quanto à operação desarmamento na região do Bico do Papagaio, anunciada pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, religiosos, sindicalistas e trabalhadores denunciam que o mais provável é que sejam encontrados apenas os instrumentos de trabalho e as velhas espingardas de caça dos lavradores. Isto porque os latifundiários da região do Bico do Papagaio

⁶⁴ Em 1985, o decreto nº 91.214 criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad). Como em quatro anos as suas ações para a implementação das metas do PNRA não obtiveram êxito, este acabou sendo extinto em 15 de janeiro de 1989, através da medida provisória nº 29, sendo posteriormente incorporado pelo Ministério da Agricultura, em 1990, que a partir de então trataria sobre as questões de reforma agrária no país. Dentre as metas do I PNRA estava previsto o assentamento de 1,4 milhão de pessoas até 1989 nos 43 milhões de hectares de terra a serem desapropriados. Porém, esta meta ficou próxima apenas de 82,6 mil pessoas assentadas em modestos 4,5 milhões de hectares (Fonte: <<http://www.incra.gov.br/sr01>>, acesso em 14 de julho de 2013).

(norte de Goiás, Sudoeste do Maranhão e sul do Pará) entenderam bem o recado de Paulo Brossard e estão desarmando suas milícias e escondendo seus sofisticados armamentos. Para os trabalhadores rurais, mais importante que o chamado desarmamento é o combate sistemático e permanente ao crime organizado. Tanto assim é que a Igreja e os lavradores continuam exigindo a punição dos responsáveis por crimes ocorridos em Goiás, cujos mandantes e executores são conhecidos (JORNAL SEM TERRA, Junho de 1986, nº 53, p.7).

Em julho de 1986, o JST apresenta no seu editorial uma crítica ao governo por revelar que o mesmo estaria preparando um pacote agrícola para o campo com o apoio da chamada Frente Ampla e também da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras)⁶⁵, apontadas como entidades representativas dos latifundiários.

Diante dessa estratégia do governo, os sem terra procuram ampliar ainda mais sua base de apoio, partindo cada vez mais para a união dos trabalhadores rurais e urbanos na luta por uma reforma agrária. Nas palavras do frei Leonardo Boff – um dos impulsionadores da corrente Teologia da Liberação dentro da Igreja Católica – “O governo deve ser desmascarado”, afirmando que a “Reforma agrária é democracia no campo” (JORNAL SEM TERRA, Julho de 1986, nº 54, p.5).

A proposta de unificação das pautas dos movimentos sociais do campo e da cidade na reivindicação por seus direitos⁶⁶ têm destaque no 2º Congresso da CUT, que teve como tema a luta por “terra, salário, emprego e liberdade”. Como símbolo desta união, realizou-se uma simulação de julgamento dos crimes cometidos no campo brasileiro através do chamado Tribunal da Terra, que condenou o latifúndio, o Estado e as multinacionais pela crescente violência no campo e também na cidade (JORNAL SEM TERRA, Julho de 1986, nº 54, p.11).

Declarações de setores da sociedade reafirmavam suas posições de defesa dos sem terra, como podemos observar no caso das ocupações de terra, apontadas como legítimas pela OAB, principal representação dos advogados no Brasil, e apontando que “É preciso que o direito de propriedade não se sobreponha ao direito à sobrevivência” (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 1986, nº 55, p.5).

Neste sentido, podemos perceber uma leitura jurídica mais preocupada com as condições de vida de milhares de pessoas, no sentido oposto àquela que procura resguardar o direito material, físico, relacionado à questão de posse e propriedade. E o apoio a este tipo de leitura para se analisar as questões do campo também se fazia presente no interior de setores mais progressistas da Igreja Católica, como as conhecidas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que em muitos lugares eram espaços de organização para ocupações de terra.

⁶⁵ A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foi criada em dezembro de 1969 durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo. A entidade substituiu a antiga Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional de Cooperativas (Unasco). Entre suas atribuições, segundo apresenta em sua página na internet, “a OCB é responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais. É de sua responsabilidade também a preservação e o aprimoramento desse sistema, o incentivo e a orientação das sociedades cooperativas” (Fonte: http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp, acesso em 27 de Janeiro de 2012).

⁶⁶ As comemorações programadas para o dia 25 de Julho de 1987 representaram uma mudança significativa do Movimento. A partir da edição de julho de 1987, o JST não fazia mais referência ao Dia do Colono mas sim como o Dia do Trabalhador Rural, atitude que serve como indicativo do processo de nacionalização do MST e que, portanto, não mais era representado pelo grupo social de seu surgimento mas também por outras categorias que se agregaram neste processo.

Aproveitando as eleições de 1986 o jornal põe em lados opostos os candidatos que se declaram favoráveis à realização da reforma agrária e os que são contrários a ela. O JST apresentava a cada página os candidatos que apoiava e, destacados em um *box*, os seus opositores com o título “Os candidatos do latifúndio”, onde apontava alguns nomes de candidatos ligados a entidades patronais ou que estavam sendo alvo de denúncias, principalmente com relação à possível existência de trabalho escravo em suas propriedades ou mesmo acusações de participarem de associações que praticam assassinatos de trabalhadores rurais (JORNAL SEM TERRA, Outubro de 1986, nº 57, p.5).

O JST destacou não somente os resultados das eleições, mas também afirmava o quanto os latifundiários estavam ligados à classe política, diante da informação de que o fazendeiro Fábio Luchési, apontado como advogado dos latifundiários, escreveu o texto final do PNRA. Ao relacionar esse fato, o jornal ainda destaca mais um retrato que a concentração de terras acarreta ao povo brasileiro por meio da seguinte notícia: “O latifúndio mata: 9% das propriedades rurais detêm 49% das terras agricultáveis do País” (JORNAL SEM TERRA, Novembro/Dezembro de 1986, nº 58, p.12).

Na reportagem intitulada “Brasil, o berço do latifúndio”, o jornal passa a explorar alguns temas de estudo na seção “Mutirão do Saber”, com o intuito de incentivar o aprofundamento das discussões sobre o que há de mais relevante para se compreender as lutas e procurando incentivar o exercício das soluções coletivas para os temas em debate. Nesta reportagem, destaca-se como o processo de concentração de terras alargou-se ainda mais no período da Nova República (JORNAL SEM TERRA, Abril de 1987, nº 61, p.16).

Além disso, o JST abordou as questões relativas à Constituinte e como o processo de sua elaboração estava ocorrendo. Neste sentido, denuncia a retirada do projeto que delimitava a função social da terra, tornando sua definição vaga e imprecisa, sendo assim objeto de múltiplas e variadas interpretações por parte dos juristas, dificultando o processo, já lento e custoso, de desapropriação de terra por esta não cumprir sua função social⁶⁷ (JORNAL SEM TERRA, Julho de 1987, nº 64, p.12).

A luta contra o latifúndio ganhava mais uma batalha, neste caso simbólica, no Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio, realizado em Brasília, que teve como sentença final a condenação do latifúndio, tendo em vista as mazelas sociais oriundas de seu surgimento. Participaram deste tribunal diversos juristas, advogados, deputados estrangeiros, um membro do Tribunal Permanente dos Povos e militantes do MST e da CPT, no momento em que se debatia em Brasília a nova Constituição. As palavras de Hermann Baeta, presidente da OAB à época, deixa claro o posicionamento desses juristas com relação à origem do latifúndio, destacando estes problemas como uma questão emergente desde os princípios da formação do território brasileiro:

⁶⁷ Nota-se que não estava em disputa apenas a delimitação de onde e como se executaria a reforma agrária, mas também quais eram as terras que estavam sujeitas a desapropriação e, principalmente, a própria natureza da propriedade e a sua respectiva função social. Segundo Medeiros (1989: 204-205), “Dada a pressão social existente e o estigma de improdutividade da terra, era impossível a defesa, nos quadros da Constituinte, do direito pleno à propriedade da terra, o que significaria um retrocesso em relação à própria Constituição de 1946. A polarização que foi se delineando então deu-se entre a concepção de que o direito de propriedade deveria estar vinculado a uma função social e a de que somente o seu uso teria esse limite. Nas sutilezas da lei, o que estava em jogo era a amplitude do poder desapropriatório do Estado. Tendeu a desaparecer, também, a concepção de que a desapropriação seria uma punição ao proprietário que não desse uma função social à terra: garantiu-se que em caso de desapropriação, a indenização seria paga em títulos da dívida agrária, resgatáveis em vinte anos, com cláusulas de preservação do valor real. Finalmente, a consagração do princípio de que ‘terras produtivas’ não podem ser desapropriadas jogou por terra a esperança de construção de um aparato legal que permita uma reforma agrária, mesmo que limitada”.

O latifúndio provém do Brasil colonial. A propriedade da terra, a estrutura é de 1582, da época em que o Brasil foi dividido em capitâncias hereditárias. [...] No ano de 1850 foi baixada uma lei de terras que criou obstáculos que tornavam impossível aos pobres adquirirem um pedaço de terra. E surgiu o ‘espírito latifundiário’, que ainda preside a sociedade brasileira. Vamos completar cinco séculos de latifúndio (JORNAL SEM TERRA, Junho de 1987, nº 63, p.12).

O editorial do JST aponta mais um conjunto de ações dos latifundiários, que estariam alcançando elevado grau de organização e se fazendo cada vez mais presentes e influentes junto à opinião pública e ao Poder Judiciário, procurando defender seus interesses na nova Constituição e utilizando métodos violentos para manutenção de seu poder nos conflitos com os sem terra (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 1987, nº 65, p.2).

Um exemplo desta situação é retratado pela matéria “Só pobre vai para a cadeia neste País”, onde o JST destaca a ligação entre a impunidade para os crimes praticados pelos latifundiários e a submissão de autoridades públicas do campo jurídico ao não punirem os mandantes de diversos assassinatos cometidos nos conflitos rurais por terra no país:

No Brasil, o latifúndio comete toda sorte de atrocidades e violências, sem que haja punição. Só os pobres vão para a cadeia. O regime político brasileiro é um dos maiores culpados pela impunidade dos crimes do latifúndio, seja por sua omissão e, conivência em não apurar os assassinatos ou por facilitar a formação de milícias particulares. Só através de uma Reforma Agrária imediata, que limite o tamanho da terra e subordine o direito à propriedade ao direito social é que a violência na área rural desaparecerá!...Por trás dessas prisões está a submissão das autoridades aos latifundiários (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 1987, nº 65, p.8).

O JST aponta a utilização de policiais fazendo a segurança de uma fazenda no interior do estado de Sergipe (Fazenda São Clemente, em Santa Rosa do Ermírio – Poço Redondo/Sergipe), demonstrando não ser um caso isolado esta ligação que acoberta os crimes cometidos pelo latifúndio e transforma os mesmos em péssimos exemplos de impunidade e parcialidade da “Justiça” brasileira para com os setores mais abastados de nossa sociedade (JORNAL SEM TERRA, Setembro de 1987, nº 66, p.5).

Ao vincular a figura de alguns deputados ligados à UDR, o JST procura identificar no quadro político os representantes que defendem o latifúndio e, desta maneira, são considerados seus adversários. Neste sentido, a informação do jornal de que a UDR, através de seu representante mais expressivo, Ronaldo Caiado, estaria disposto a vender 10% de suas áreas para convencer alguns parlamentares a votarem a favor dos projetos que possam favorecer a entidade corroboram com as suposições sobre a ligação de parlamentares e latifundiários (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 1987, nº 65, p.9).

Com o grande volume de denúncias envolvendo o latifúndio, o JST registra a entrega de um documento pelos sem terra ao Ministério da Justiça (JORNAL SEM TERRA, Outubro de 1987, nº 67, p.10), com o intuito de eliminar os sangrentos conflitos e assim dar início à luta pela paz no campo. Este documento foi entregue ao ministro da Reforma Agrária do governo José Sarney naquele momento (Jader Barbalho), onde constava a exigência de uma imediata reforma agrária a ser promovida pelo governo diante das centenas de ocupações por terra e as motivações que levavam os sem terra a imprimir este modo de pressão sob o poder político.

Ao tratar da luta pela terra no Brasil, José Graziano classifica-a como um processo de resistência contra as diversas formas de expropriação, onde o latifúndio tem um papel fundamental ao promover a expulsão dos agricultores do campo. Nas palavras de Graziano, em entrevista ao JST:

A luta pela terra sempre se caracterizou, no Brasil, como uma luta de resistência (inclusive a armada) contra a expropriação efetuada pelo latifúndio e pela manutenção da identidade cultural. Agora, com o desenvolvimento do capital no campo, foi acelerado um processo de diferenciação do camponês, muito maior do que antes. Alguns tornaram-se pequenos burgueses, inclusive com propriedade tecnificada. Outros viraram sem terra diversificados. Destes, alguns foram expulsos para as periferias das cidades, perderam as origens e não são reabsorvidos pelo processo de produção, tornando sem terra, sem casa e sem comida (JORNAL SEM TERRA, Fevereiro de 1988, nº 70, p.4).

As articulações das lutas para o Dia Nacional das Mobilizações dos Rurais (com manifestações dos sem terra em todo o Brasil) foi a temática do JST do mês de abril de 1988, que abordou também temas como a derrota da UDR em julgamentos de crimes cometidos por seus pistoleiros em Goiás e Mato Grosso (JORNAL SEM TERRA, Abril de 1988, nº 72, p.10) O latifúndio é apontado como detentor de um monopólio que concede a ele um amplo domínio naquela região, pelo controle de terras e também da água:

Além do monopólio da terra, o latifúndio, também possui o monopólio da água, traçando assim, todo um cerco, que substitui a velha cerca. É o monopólio dos projetos de irrigação, que estão voltados para fornecer matéria-prima para a agroindústria (JORNAL SEM TERRA, Abril de 1988, nº 72, p.12).

Através de suas principais representações no Brasil, setores da Igreja Católica, que apoiavam a luta dos sem terra, declararam o fim do latifúndio como elemento necessário para a democratização do acesso à terra no meio rural brasileiro. No entender de Dom Pedro Casaldáliga (bispo da prelazia de São Félix do Araguaia, no Pará), “Todo latifúndio deve ser desapropriado, pois é injusto. Latifúndio é acumulação, exploração, de outros que poderiam trabalhar nesse latifúndio, sobreviver e produzir” (JORNAL SEM TERRA, Maio de 1988, nº 73, p.14).

Se até este momento o latifúndio era objeto de acusações envolvendo questões políticas ou de caráter econômico, passava então a ser rotulado como um fato injusto e imoral pelas condições que a sua simples existência colocava os trabalhadores impossibilitados de usufruir a terra como meio dela retirar o seu próprio sustento.

Como forma de pressionar o governo a desapropriar os latifúndios, os sem terra aumentaram as mobilizações e principalmente as marchas. No Rio Grande do Sul, cerca de cinco mil agricultores realizaram ato como forma de protesto e circularam entre os órgãos públicos voltados para a agricultura com o intuito de negociar suas reivindicações (Jornal Sem Terra, Maio de 1988, nº 73, p.7). Em Santa Catarina, realiza-se uma caminhada pela reforma agrária (JORNAL SEM TERRA, Maio de 1988, nº 73, p.4).

Os conflitos no campo que ocorriam em quase todo o território nacional são cada vez mais objeto de denúncia e também de notícias pelo jornal, que procura lhes dar maior ênfase a partir das palavras chaves construídas pelo próprio Movimento, como é o caso da “ocupação”

e também do “latifúndio” – palavras carregadas de significados e que denotam, para o Movimento, ação de resistência e o adversário a ser combatido, respectivamente.

Ao se referir ao estado natal do então presidente do país, eis a manchete de uma notícia que aponta a importância de José Sarney no Maranhão: “Expulsando o latifúndio – força política da palavra na terra do presidente Sarney” (JORNAL SEM TERRA, Julho de 1988, nº 75, p.6). Outro destaque desta edição informa que “O campo está em guerra”, matéria em que se abordam os números da violência do campo brasileiro e indica estado por estado as ocorrências quanto aos diversos tipos de violências sofridos pelos sem terra (JORNAL SEM TERRA, Julho de 1988, nº 75, p.12).

Como manchete do JST de setembro de 1988, as ocupações voltaram a ser o grande foco do jornal, tendo em vista sua ocorrência em todo o país servindo de resposta ao não atendimento das propostas indicadas pelo Movimento na Constituinte. Um exemplo que demonstra o impacto causado por esta grande mobilização em âmbito nacional, o JST destaca naquele momento a maior ocupação de terra já realizada no Brasil: cerca de 12 mil pessoas ocuparam mais de 13 mil e 500 hectares no Paraná (JORNAL SEM TERRA, Setembro de 1988, nº 76, p.5).

Uma das maneiras de derrotar o latifúndio era associá-lo como o grande gerador dos conflitos no campo, principalmente pelo uso da força. Neste caso, um de seus braços utilizados era a UDR, apontada nesta edição do JST como possuidora de várias facetas na tentativa de parecer uma entidade que procura apenas defender os interesses dos grandes fazendeiros, mas omitindo o seu lado escuso ao fazer uso de extrema violência física e por vezes psicológica contra os sem terra que tentam ocupar suas áreas (JORNAL SEM TERRA, Janeiro/Fevereiro de 1989, nº 80, p.10-11).

Outro tema repercutido na edição do mês seguinte foi a cristalização de uma representação latifundiária na Câmara dos Deputados (processo que já era identificado na grande mídia e tornou-se conhecido pelo nome de Bancada Ruralista), fato que já vinha sendo percebido e registrado em edições anteriores do JST e começava a levantar suspeitas mais precisas sobre a atuação de parlamentares na elaboração de leis que viessem a assegurar seus interesses de classe, e sobretudo, constituir uma aliança de interesses públicos e privados (JORNAL SEM TERRA, Abril de 1989, nº 82, p.10-11).

No período de 1989 a meados de 1995, durante os primeiros governos civis⁶⁸ pós ditadura, os conflitos por terra foram marcados, principalmente, pela violência e repressão aos movimentos sociais enquanto resposta dos latifundiários frente ao processo de abertura política no Brasil e a pressão dos movimentos sociais para a inclusão da reforma agrária na pauta das mudanças da nova Constituição. Neste sentido, houve mudanças em termos de legislação (como, por exemplo, a Lei Agrária) e de reorganização dos movimentos sociais para mobilizar a luta pela desapropriação de terras no país, visto que o Brasil buscava se recuperar do caos econômico e social (com inflação, juros altos e um elevado nível de desemprego) ao qual estava inserido naquele momento. Como forma de pressionar o governo, as ocupações de terra voltaram a ser o instrumento maior de luta utilizado pelos trabalhadores, e a reação dos latifundiários foi tão violenta que promoveu uma série de massacres que marcou a segunda metade dos anos 1990.

A violência contra os sem-terra atingiu um patamar lastimável registrado na edição de setembro de 1995. A matéria do JST, cujo título aborda o “Massacre de Sem Terras na Rondônia: Despejo da Polícia Militar deixa mortos e desaparecidos em Corumbiara (na Fazenda Santa Elina)”, explora o primeiro dos massacres contra os sem terra durante o

⁶⁸ Com Fernando Collor (sendo posteriormente substituído por Itamar Franco devido ao processo de impugnação política do presidente) e Fernando Henrique Cardoso, este último por dois mandatos consecutivos.

governo FHC, ocorrido em Rondônia, na região Norte do país (JORNAL SEM TERRA, Setembro de 1995, nº 151, p.8-9). A manchete do JST desta edição (“Ocupações contra morosidade de FHC”) deu publicidade às ocupações como forma de pressionar o referido governo a sair da inércia no tocante à reforma agrária.

O ano de 1996 é um marco na luta pela terra no Brasil devido à grande repercussão do Massacre de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, onde 19 sem terras foram assassinados em 17 de abril daquele ano pelas forças policiais do estado, tendo a ordem do governador para esta ação visando a desobstrução da via que os manifestantes do MST ocupavam. No mês em que ocorreu o massacre (com repercussão em todo o mundo pelo fato de ser o segundo em menos de dois anos no governo de FHC), a manchete do JST indicava as ações que o MST estava promovendo naquele momento em diversos estados brasileiros, através da campanha Brasil na Marcha pela Reforma Agrária (JORNAL SEM TERRA, Abril de 1996, nº 157, p.1).

Além disso, o jornal deu ênfase a um julgamento do Superior Tribunal de Justiça que reconhecia a legitimidade da luta do MST pela Reforma Agrária (JORNAL SEM TERRA, Abril de 1996, nº 157, p.3), algo que foi destacado pelo jornal como um fato inédito diante de tantas ações já julgadas pela justiça e que na maioria esmagadora dos casos a propriedade sempre era defendida, enquanto ações dos sem terra são criminalizadas.

O tema da violência no campo permanece sendo explorado pelo JST, agora destacando em sua manchete que os conflitos aumentaram no governo de FHC, fazendo alusão aos massacres ocorridos em 1995 (Corumbiara, em Rondônia) e 1996 (Eldorado dos Carajás, no Pará)⁶⁹, e pontuando como o processo de criminalização dos movimentos sociais se construindo no meio político e veiculado na grande imprensa. Neste sentido, procurando ratificar como este processo de violência em curso estava atingindo níveis elevados e preocupantes, o JST deu publicidade ao relatório da CPT de 1995, onde se conclui que havia aumentado a violência no campo brasileiro e a questão da impunidade figurava como uma das principais causas da escalada dos conflitos (JORNAL SEM TERRA, Junho de 1996, nº 159, p.13).

A violência contra sem terras volta a fazer parte do noticiário central do JST em junho de 1999, quando o governador do Paraná (Jaime Lerner – PFL) foi acusado de métodos nazistas pela forma na qual a polícia do referido estado praticava assassinatos de trabalhadores rurais. Segundo o JST, existia uma parceria entre Estado e fazendeiros, e acusou que “a mão armada do latifúndio não precisava mais de pistoleiros, tem o Estado como seu capacho e subordinado” (JORNAL SEM TERRA, Junho de 1999, nº 190, p.10).

4.3 – O Opositor E Suas Alianças: A Força Do Latifúndio Nas Articulações Políticas

As denúncias de conflito estão quase sempre ligadas aos grandes latifundiários dos estados, ou representantes de entidades contrárias à realização da reforma agrária, como é o caso da UDR. No jornal, essa entidade é apontada como sendo aliada e parceira de alguns grupos políticos, enfatizando a ligação entre os representantes do poder político nacional e grupos privados. Este fato pode representar um choque de intenções no instante em que estes chamados “representantes do povo” tiverem que tomar posições que interferiram na problemática questão fundiária brasileira.

Neste sentido, o JST denunciou UDR por suas diversas formas de violência contra o trabalhador rural, seja por meio de ameaças, perseguições, atentados, assassinatos ou mesmo despejos, com auxílio das forças policiais locais a mando dos representantes políticos da região. Neste sentido, o jornal aborda como as relações entre parlamentares e seus interesses

⁶⁹ Sobre a repercussão do massacre no JST, ver os ANEXOS F e N, nas páginas 163 e 170, respectivamente.

ligados aos latifundiários prejudicariam a realização de uma reforma agrária que viesse a diminuir a desigualdade instaurada e perpetuada durante séculos no meio rural brasileiro. Vejamos o editorial desta edição, intitulado de “O latifúndio gera violência”

:

Na Assembleia Nacional Constituinte, cincicamente, a UDR afirmava que a ‘paz voltaria ao campo’ com a aprovação da sua lei de reforma agrária. Ao contrário, os trabalhadores e as entidades defensoras da reforma alertavam que uma lei que impede a desapropriação de latifúndios jamais traria tranquilidade ao campo. Afinal, é exatamente a existência do latifúndio a causa geradora dos conflitos, das perseguições, dos assassinatos, da expulsão de milhares de campesinos (JORNAL SEM TERRA, Junho de 1989, nº 84, p.3).

Esta ofensiva diante da grande repressão sofrida pelo Movimento ganha amplitude nas palavras dos representantes ligados a instituições da sociedade que apoiavam os sem terra. Frei Sérgio Gorgen concede uma entrevista ao JST em que analisa a desafiadora ação dos lavradores ao resolverem enfrentar a militarização da questão agrária diante das dificuldades criadas pelo que Gorgen chamou de “aparato pró-latifundiário”. Em “Arriscar a vida, pela vida”, o Frei afirmava:

A concentração de terras é garantia do poder político da oligarquia. O MST é temido porque ele começa a mexer com toda a estrutura política. A terra é poder econômico e é poder político. Basta ver como o peso da oligarquia latifundiária na nova Constituição impôs um recuo na questão agrária [...] O aparato legal é pró-latifúndio. Os trabalhadores não têm outra forma (senão ocupar). O latifúndio é injustificável. A ocupação é um dos jeitos de quebrar a moral dessa falsa legalidade que protege o latifúndio. Conjugada com outras formas de luta, que deem mais respaldo à ocupação e forcem o avanço da reforma agrária (JORNAL SEM TERRA, Junho de 1989, nº 84, p.19).

Outra situação retrata o confronto dos sem terra com o latifúndio no estado do Espírito Santo onde, segundo o JST, a impunidade gerada pelos constantes assassinatos de sem terra contribuía para aumentar os conflitos atribuídos a pessoas ligadas à UDR:

O fazendeiro Machado, líder regional da UDR, era conhecido por anteriores violências contra lavradores. Há muito tempo que no estado, atuam livremente grupos paramilitares, sem preocupar as autoridades. Recentemente, três lavradores sem terra foram assassinados, ninguém foi preso por isso (JORNAL SEM TERRA, Junho de 1989, nº 84, p.13).

O editorial do JST amplia sua crítica à violência dos latifundiários no ato das ocupações e, por consequência, acusa a Justiça de ser “aliada dos latifundiários ao cegar a impunidade” (JORNAL SEM TERRA, Setembro de 1989, nº 87, p.3). Neste sentido, o jornal articula sua edição voltada para este tema apontando existir uma violência organizada contra os trabalhadores e realiza questionamentos sobre a falsa imparcialidade dos julgamentos de crimes cometidos no campo brasileiro, ao publicar a seguinte matéria: “Para quem serve a lei? Quadro com situação de mandantes de assassinato: quase nenhum condenado” (JORNAL SEM TERRA, Setembro de 1989, nº 87, p.21).

As mobilizações dos agricultores para se organizarem e assim enfrentar o poder e a força do latifúndio concentraram-se no âmbito da realização do II Congresso Nacional do MST, tema em destaque na edição conjunta de abril/maio de 1993. Dentre as resoluções deste

II Congresso foram apontadas medidas de emergência, que deveriam ser tomadas pelo Estado brasileiro a fim de garantir a viabilidade da reforma agrária através da desapropriação dos extensos latifúndios em todo o país. Estas áreas destinadas à reforma agrária seriam em terras férteis e com garantias de se preservar os recursos naturais existentes nas respectivas áreas. Tais medidas viabilizariam uma reforma agrária pautada na desapropriação de latifúndios visando para isso a plena execução da função social da terra. As medidas que mencionaram de maneira direta o latifúndio foram descritas em dois tópicos:

7. Fazer desapropriações que priorizem os maiores latifúndios em cada Estado (existem mais de 165 milhões de hectares classificados como latifúndios), e todas as terras das empresas multinacionais;
8. Que as desapropriações sejam feitas em terras férteis, próprias para a agropecuária e que se garanta a preservação dos recursos naturais existentes (normalmente depredados completamente pelo latifundiário desapropriado), e nas regiões onde vivem os trabalhadores sem terra (JORNAL SEM TERRA, Abril/Maio de 1990, nº 93).

O JST da edição conjunta de julho/agosto de 1990 continua abordando as denúncias de vinculação entre setores de governos estaduais e grandes latifundiários. Em São Paulo, segundo o JST, haveria uma operação conjunta de UDR-governos. Esse tom acusatório contra o latifúndio torna-se ainda mais claro na página 7 desta edição, onde o JST publica como tema de uma reportagem um trecho da fala de José Gomes da Silva para diferenciar o ato de invadir do ato de ocupar: “Invadir terras é transferir a cerca, falsificar títulos de propriedade, queimar choças de posseiros, o que os latifundiários fazem” (JORNAL SEM TERRA, Julho/Agosto de 1990, nº 95, p.7).

Após este trecho, a matéria do JST intitulada de “O MST faz a reforma agrária” revelou um importante depoimento de José Gomes da Silva – ex-presidente do INCRA e que naquele momento era o coordenador da equipe de agricultura do governo paralelo (criado após a derrota de Lula nas eleições de 1989) – onde ele afirma que a ocupação tem de ser vista como um ato político e ao mesmo tempo simbólico no tocante a luta pela terra:

Ocupação é um ato político, motivado por um nível extremo de insatisfação, que deriva do não cumprimento da Constituição por parte do governo. Os afetados têm de fazer alguma coisa, um ato simbólico: ocupar a terra (JORNAL SEM TERRA, Julho/Agosto de 1990, nº 95, p.7).

Diversas manifestações ocorreram em todo o Brasil com o intuito de ampliar a luta pela terra, principalmente através das ocupações de terra. Segundo o JST, cerca de três mil famílias foram mobilizadas contra o latifúndio. Um resultado direto da Jornada de Lutas diante das comemorações para o dia 25 de julho, data dedicada ao trabalhador rural. O balanço desta jornada, de acordo com o JST, revelou que “os sem terra ocuparam mais de 30 mil hectares do latifúndio” (JORNAL SEM TERRA, Julho/Agosto de 1990, nº 95, p.12-13).

A partir de um levantamento de dados (obtidos em pesquisa para o extinto MIRAD por uma equipe coordenada pelo economista Marcos Arruda), foi publicado no jornal que o latifúndio empresarial também seria improdutivo (JORNAL SEM TERRA, Outubro de 1990, nº 97, p.13).

É perceptível como o JST acompanha as mudanças do próprio MST, abordando temáticas pautadas pelo Movimento em suas manifestações e encontros, agregando os elementos políticos que são apontados como adversários no processo de luta pela terra.

Neste sentido, em novembro de 1990, o jornal enfatiza a nova dinâmica econômica na qual o Brasil se insere e relaciona este fato com o caminho trilhado pelas empresas nacionais naquele momento: “Neoliberalismo como solução para economia brasileira via governo e a entrega das estatais para multinacionais” (JORNAL SEM TERRA, Novembro de 1990, nº 98, p.2).

A ligação mais próxima entre o jornal e o MST marca a edição de dezembro de 1990 do JST com o início da participação de João Pedro Stédile (membro da Executiva Nacional do MST e reconhecido como interlocutor do Movimento no meio político), principalmente por meio da publicação de suas análises, o que passaria a se repetir por diversas vezes nas edições seguintes do JST. Seu primeiro artigo abordou “A ociosidade dos latifúndios”, onde procura demonstrar como alguns meios de comunicação noticiavam as matérias sobre o tema da reforma agrária e de que maneira o mesmo era tratado pelo governo federal da época:

Com a total incompetência do atual governo em encaminhar qualquer solução aos problemas do campo, parece que a questão da reforma agrária, foi esquecida pela imprensa oficialista, nesses últimos anos. Além de “esquecida”, a revista *Veja* se encarregou de entrevistar técnicos de plantão, caçadores de emprego no governo, para querer provar, em longa entrevista, de que não há necessidade de reforma Agrária no Brasil. E não há necessidade de recorrer a argumentos de estudiosos oposicionistas, para “ver a gravidade da situação do meio rural”. A secretaria nacional do MST recebeu um documento “restrito” elaborado pela secretaria de Desenvolvimento Regional, da Presidência da República, que faz um diagnóstico da situação do campo brasileiro. Nesse diagnóstico, encontra-se uma tabela sobre a ociosidade das terras no país [...]. No entanto, a má vontade política do governo federal, e sua vinculação estreita com os interesses dos latifundiários é tão grande, que desde a posse do Sr. Fernando Collor existem mais de 15 mil famílias acampadas, nas beiras das estradas, passando por todo o tipo de privações e humilhações, e o governo não mexeu uma palha. Quando bastaria a desapropriação de apenas 225 mil hectares, para resolver esse problema (JORNAL SEM TERRA, Dezembro de 1990, nº 99, p.7).

Ao analisar as transformações desenvolvidas no campo brasileiro e indicar o surgimento de novos agentes na busca da defesa da propriedade privada e da concentração de terra, o editorial do JST de março de 1991, sob o título de “Desafio e prioridades”, assim expressou sua leitura diante dos fatos:

Nosso 6º Encontro Nacional [...] comprovou o quanto o Movimento cresceu nesses últimos anos. A complexidade da luta de classe e, especificamente, a luta pela terra impõe novos desafios e uma constante auto-superação. Antes, para conquistarmos a terra, enfrentávamos o fazendeiro e seus pistoleiros. Hoje, do outro lado da cerca, protegido por pistoleiros, policiais e grupos paramilitares, se encontra o latifundiário que ora tem a cara de fazendeiro, ora de comerciante, industrial ou banqueiro. A terra não está mais concentrada nas mãos do antigo “coronel”. E sim nas mãos do grande capital, nacional e estrangeiro (JORNAL SEM TERRA, Março de 1991, nº 101, p.2).

Este fato repercute ainda mais com a aproximação e apoio de políticos nacionais com relação aos movimentos sociais que atuavam no campo naquele momento. Como consequência disto, o JST apresenta na sua edição de setembro de 1991 o depoimento de Lula

em face das comemorações pelos 10 anos do Jornal, dando ênfase a crescente importância do papel que o JST apresentava junto à luta contra o latifúndio, principalmente pela ideia de quebra do monopólio do direito à palavra e à informação:

É necessário travar a luta para reconquistar a terra. É necessária a luta pelo direito à palavra. O Jornal Sem Terra trava essa luta. Garante a palavra aos trabalhadores rurais deste país. Assim como derrubar a cerca do latifúndio para devolver a terra à sua função maior de garantir o pão na mesa do povo, é necessário romper a cerca do monopólio da palavra e da informação neste país (JORNAL SEM TERRA, Setembro de 1991, nº 107, p 9).

Em mais uma demonstração de orientar e divulgar qual a função do Jornal junto às lutas do campo o JST publica, sob o título “A luta pela terra é uma luta política – Quanto custa fazer reforma agrária?”, um artigo de João Pedro Stédile abordando o quanto esta questão política estava na pauta de discussão para tornar a luta pela terra um tema relevante e de extrema importância para o desenvolvimento do país.

Ao se contrapor aos principais argumentos que faziam da reforma agrária uma proposta atrasada para o país, Stédile aponta os motivos desta reforma ter sido tão temida pela classe política do país, algo que representaria não somente a perda de terras mas sim do poder que o domínio destas confere a quem as possuem. Notável em sua fala é o modo no qual edifica a pirâmide das classes sociais dominantes no início dos anos 1990, realinhando a uma classificação utilizada nos anos 1950 com o desenvolvimento da indústria brasileira:

Fica evidente, de que a questão da reforma agrária no Brasil, não é um problema de falta de recursos ou de inviabilidade econômica. É sim, um problema político. As classes sociais que estão no poder, a burguesia industrial e os grandes latifundiários, não querem fazer a reforma agrária para não perder o poder, tanto o econômico como o poder político que a terra representa. E entregar a terra aos trabalhadores rurais, seria perder esse poder e transferi-lo a uma outra classe. Por isso, a luta pela reforma agrária no Brasil, adquire um caráter de luta política. Uma verdadeira reforma agrária somente se efetivará quando houver um governo dos trabalhadores (JORNAL SEM TERRA, Outubro/Novembro de 1991, nº 109, p 14).

A partir de março de 1992, as manchetes de notícias relacionadas aos conflitos no JST não mais usam a palavra latifúndio como forma de chamar a atenção do fato, e preferem destacar a extensão da área ocupada e/ou conquistada pelos agricultores, como no caso ocorrido no estado de Mato Grosso do Sul, onde o jornal relata que “Acampados conquistam mais de 3 mil hectares” (JORNAL SEM TERRA, Março de 1992, nº 113, p 6).

Em outro momento, o JST traz o depoimento do deputado Pedro Tonelli (PT/PR) comentando a aprovação da Lei de Reforma Agrária⁷⁰ e as consequências junto à bancada ruralista e principalmente no tocante à UDR. Importante assinalar o trecho final de sua fala,

⁷⁰ A Lei de Reforma Agrária (Lei nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993) dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Seguida pela chamada Lei do Rito Sumário (Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993), que regulamenta o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. Posteriormente alterada pela Lei Complementar nº 88 de 23 de dezembro de 1996, esta legislação instituiu, dentre outros fatores, a desapropriação de imóveis rurais que não cumpram a sua função social, assim como o prazo para que isso ocorra, dependendo dos limites de módulos rurais estabelecidos para cada região brasileira. Ver mais em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp76.htm>, acesso em 07 de Julho de 2013.

onde o deputado reafirma o poder do latifúndio e suas conexões com o poder público político e com o Poder Judiciário, expondo claramente a teia de relações de interesse que envolve a permanência do latifúndio como forma de exploração dos meios naturais e humanos no país:

Sem Terra: Por que a UDR se sentiu derrotada?

Tonelli – Na Constituinte, a UDR passou com seus bois e seus milhões de dólares por cima da proposta popular de reforma agrária. Efetivamente, os defensores do latifúndio foram os grandes vitoriosos na Constituinte, onde conseguiram inscrever um dispositivo que protegia a “propriedade produtiva” da desapropriação independente do seu tamanho e grau de aproveitamento. A UDR apostava na impossibilidade de regulamentação da reforma agrária, definindo o que seja “propriedade produtiva”. Esta foi a primeira derrota sofrida pela bancada ruralista. A segunda derrota e a mais séria é que pela primeira vez a esquerda conseguiu dividir a direita e os moderados. O acordo que permitiu a aprovação do substitutivo ao projeto do PT deixou a UDR isolada.

Sem Terra: Na sua avaliação, quais as medidas que os latifundiários tomarão?

Tonelli – Eles não vão mudar seus métodos. Derrotar o império do latifúndio que já dura 500 anos, exige muito mais do que uma lei. Os latifundiários vão resistir como sempre fizeram. Eles contam com o poder político e com o judiciário. Contam com a impunidade que continua acobertando seus crimes (JORNAL SEM TERRA, Junho/Julho de 1992, nº 117, p.14).

Em 1993, o governador do estado do Paraná, Roberto Requião, assina um texto no JST com o seguinte título: “A terra e a lei – os juízes e a questão da terra” (JORNAL SEM TERRA, Janeiro de 1993, nº 122, p.6). Neste artigo, o governador e também jornalista aborda como o direito de propriedade não deve impedir que o magistrado olhe também para a pobreza presente no meio rural, forçando os intérpretes da lei a verificar a realidade antes de tomar decisões que possam impactar na vida de tantas pessoas.

As alianças estabelecidas pelos latifundiários com diversos setores da sociedade sempre foram alvo de críticas pelos movimentos sociais e assim aparecem também no JST. No editorial de abril de 1993, sob o título de “O poder incontrolável da Polícia Militar”, um exemplo desta aliança é veementemente apontada como uma das responsáveis pela manutenção da desigual estrutura de terras do país:

Esse tripé, formado por setores da polícia, poder judiciário e imprensa, seguem os interesses dos latifundiários, e é sempre posto em ação para perpetuar a atual estrutura fundiária, já que a terra, segundo o jurista federal Hélio Bicudo, “é um sinal de superioridade de classe, de força, de ideologia e de política” (JORNAL SEM TERRA, Abril de 1993, nº 124, p.2).

Este poder se expressava também pelo monopólio de difusão das informações e extrema concentração dos meios de comunicação nas mãos das grandes empresas nacionais, como nos leva a refletir a matéria de Débora Lerrer no JST de junho de 1993. A proposta de “Democratizar os meios de comunicação: uma luta fundamental para os trabalhadores” apenas conforma a relevância adquirida pelo JST ao transformar-se no meio de comunicação de massa dos trabalhadores rurais para levar às diversas regiões do Brasil suas principais reivindicações. Segundo a reportagem, naquele momento cerca de

[...] 90% dos meios de comunicação de massa encontram-se nas mãos de 6 famílias. [...] Eles projetam e impõe à sociedade a ideologia dos segmentos que representam, o que resulta na opressão e exploração da classe trabalhadora [...] este imenso latifúndio que são os meios de comunicação de massa no Brasil (JORNAL SEM TERRA, Junho de 1993, nº 126, p.12).

O editorial do JST contesta este controle de poder exercido não somente pelos meios de comunicação mas também como a relação entre latifundiários e representantes do poder influencia decisões políticas em três estados brasileiros (Bahia, Goiás e Mato Grosso do Sul), dificultando o andamento das desapropriações de terras:

Nesses três estados a política local é feita pelo poder do latifúndio. Em todos eles existem milhões de hectares completamente improdutivos nas mãos do latifúndio. E existem milhões de famílias acampadas ou em áreas de conflitos. No entanto, em nenhum destes estados foram desapropriadas áreas para assentamento. Os acampados continuam sofrendo todo tipo de sacrifício e perseguição da polícia. O latifúndio é dono das terras, do poder político, dos deputados, do governo estadual, do Incra, de tudo... Mas não consegue ser dono da coragem e da vontade dos trabalhadores rurais para resolver imediatamente as situações de acampamentos e de conflitos existentes (JORNAL SEM TERRA, Outubro de 1993, nº 130, p.2).

Em novembro de 1993, é a vez do advogado Fábio Konder Comparato ter um artigo veiculado no Jornal, discutindo em sua abordagem sobre “A propriedade ou a vida” a forma na qual a Constituição brasileira defende em seu texto que a vida deve ser preservada em primeiro lugar, a vida digna em segundo e a propriedade (atendendo a sua função social) somente após estas duas. Porém esta interpretação da lei é pouco comum no meio jurídico, onde geralmente a propriedade é vista como algo intocável e, sendo ameaçada, deve ser amplamente protegida e restabelecida em caso de uso irregular (JORNAL SEM TERRA, Novembro de 1993, nº 131, p.3).

A primeira edição do JST no ano de 1994 traz uma reportagem especial sobre as propostas para a reforma agrária aprovadas nos encontros estaduais e nacionais dos sem terra, algo que pontua o modo no qual o MST propunha realizar essa reforma. Dentre as principais medidas, destacamos os itens que abordam a forma de desapropriação das terras e o estabelecimento de um limite para as propriedades:

3) Expropriar sumariamente todas as terras griladas que possuem documentação forjada, e que estas terras sejam destinadas aos Sem-Terra da região. 4) Participação dos trabalhadores rurais, através de suas organizações, em todas as instâncias de decisões relacionadas com a Reforma Agrária (RA). 5) Desapropriar, priorizando os maiores latifúndios de cada estado, as terras de multinacionais, de bancos e de grupos industriais. 6) Cobrar todas as dívidas dos grandes proprietários rurais e os projetos agropecuários inadimplentes com os órgãos e bancos oficiais, convertendo-os em terras destinadas à RA. 7) Estabelecer um limite máximo de tamanho da área, tanto para a propriedade particular, quanto de empresas (JORNAL SEM TERRA, Janeiro/Fevereiro de 1994, nº 133 p.10).

Neste sentido, uma das principais defensoras desta supremacia do direito à propriedade sobre outros direitos teve o final esperado pelos sem terra. E a notícia de maior relevância do JST em novembro de 1994 foi o anúncio do fim da chamada União Democrática Ruralista (a UDR), que teve em sua história um embate firme e violento para

com os sem-terra e assim era temida pelo seu poder bélico nos conflitos rurais. Sobre o fim da UDR, o JST analisa que a entidade já havia deixado de existir bem antes do anúncio de sua extinção, pelo fato de ter sido repudiada pela opinião pública de todo o país ao promover a violência contra os sem terra. O JST apontou que:

A derrota política da UDR aconteceu quando passou a promover publicamente a violência contra os sem-terra e recomendar os fazendeiros a se armarem. Culminando com o assassinato de Chico Mendes, no Acre, e Padre Josimo, no Bico do Papagaio, ambos assassinados a mando de fazendeiros vinculados à UDR. E quando quiseram se apresentar com a cara limpa para a sociedade disputando as eleições com candidato próprio, o ex-presidente da UDR Ronaldo Caiado foi humilhado pelas urnas, em 1989 [...]. Portanto, o fechamento legal da UDR já acontece tarde. [...] Esperamos que um dia ainda tenhamos Justiça nesse país para responsabilizar fazendeiros e seus jagunços pelos crimes cometidos (JORNAL SEM TERRA, Novembro de 1994, nº 142, p.11).

Em novembro de 1994, a manchete do JST chamava os seus leitores a conhcerem os deputados favoráveis à reforma agrária e que tinham sido eleitos no pleito eleitoral de outubro. Na sessão de estudos, João Pedro Stédile assinou um artigo em que afirmava, segundo informações do relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação⁷¹, que a chamada grande propriedade de terra é improdutiva e atrasada (JORNAL SEM TERRA, Novembro de 1994, nº 142, p.3).

Na edição de agosto de 1995, o jornal trouxe como principal foco as notícias decorrentes do 3º Congresso do MST, que gerou diversos documentos importantes para o Movimento, ocupando a capital Brasília para apresentar suas reivindicações ao governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC): “1. Desapropriar os maiores latifúndios de cada Estado; 2. Cobrar em terras as dívidas dos latifundiários e usineiros que tem aval do tesouro, destinando-as para Reforma Agrária” (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 1995, nº 150, p.5).

Em outro momento, o JST publica também os princípios aprovados no 3º Congresso Nacional do MST. No programa de reforma agrária apresentado pelo MST, destacam-se os três primeiros itens que abordam, dentre outras propostas, alterar a estrutura da propriedade da terra e, neste caso, visava atingir a força maior que alimenta o latifúndio:

1. Modificar a estrutura da propriedade da terra; 2. Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade; 3. Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 1995, nº 150, p.16).

⁷¹ Segundo as informações coletadas em sua página na internet, a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) foi criada em 16 de outubro de 1945 e sua sede situa-se em Roma (Itália). Seu escritório no Brasil foi criado em 1949 e, em 2012, assumiu como diretor-geral da entidade o brasileiro José Graziano da Silva, reconhecido pela sua atuação e estudos sobre a temática do setor agrícola mundial. Segundo a FAO, ela atua “como um fórum neutro, onde todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, se reúnem em igualdade para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas. Atualmente, a FAO tem 191 países membros, mais a Comunidade Europeia. A rede mundial compreende cinco oficinas regionais e 78 escritórios nacionais. A FAO lidera os esforços internacionais de erradicação da fome e da insegurança alimentar” (Fonte: <<https://www.fao.org.br/quemSomos.asp>>, acesso em 28 de Janeiro de 2012).

No editorial de novembro de 1995, cujo título destacava o quanto “A reforma agrária avança”, o JST caracteriza de uma só vez as principais críticas ao seu principal adversário político, afirmando de maneira contundente para os trabalhadores rurais:

Temos de ter claro que nossos inimigos principais nesses momentos são o latifúndio. A sociedade está consciente de seu caráter antissocial. São os setores conservadores do poder judiciário, que se apegam apenas à letra da lei, e a defesa do ‘status quo’, somados à visão neoliberal para a agricultura, personificada no Ministro da Agricultura, Andrade Vieira (JORNAL SEM TERRA, Novembro de 1995, nº 153, p.2).

A última edição de 1995 do JST destacou em seu editorial o quanto a reforma agrária precisava avançar e comentou a reação que os latifundiários estavam tendo naquele momento e as suas principais articulações:

Os inimigos da reforma agrária não estão quietos. Reagiram de diversas formas em todas as partes do país. Os massacres de Corumbiara (RO) e Santa Isabel do Ivaí (PR), as prisões das nossas lideranças em São Paulo e do Frei Anastácio, da CPT, na Paraíba; a exibição ostensiva, através da Globo, de um arsenal de armas pertencentes aos grileiros do Pontal do Paranapanema (SP), são exemplos da ofensiva promovida pelos latifundiários. Sempre articulados com os setores conservadores do poder judiciário e da polícia militar, não tiveram dificuldades para continuar reprimindo os trabalhadores rurais e suas organizações (JORNAL SEM TERRA, Dezembro de 1995, nº 154, p.2).

A crescente relação entre representantes políticos e os chamados latifundiários ganhou destaque em um artigo do JST publicado na edição de junho de 1996. Sob o título de “Bancada Ruralista: O latifúndio no Congresso”, o JST aponta de que maneira esta composição reflete parte da disputa que está em jogo nos conflitos por terra no campo brasileiro, principalmente ao apontar a força que esta bancada possui no Congresso Nacional:

Reflexo do arcaico sistema eleitoral brasileiro, a chamada “bancada ruralista” é o maior entrave que a luta pela Reforma Agrária enfrenta no Congresso Nacional. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm uma representação numérica maior no Congresso, com muito mais parlamentares por eleitores que nas regiões Sudeste e Sul. E lá prevalece há décadas a vontade dos setores mais atrasados do latifúndio brasileiro, que compõem a maioria de suas bancadas. Esta situação reflete-se em leis que atrasam e dificultam a realização da Reforma Agrária (JORNAL SEM TERRA, Junho de 1996, nº 159, p.5).

Esse tom mais agressivo quanto à reação do latifúndio é expresso diante do processo de criminalização dos movimentos sociais, denunciado pelo MST através de seus advogados na época (Luís Eduardo Greenhalgh e Aton Fon), que assinam o artigo “Luta do MST é qualificada como “bando” pelo poder judiciário” na edição de dezembro de 1995. Segundo esses advogados, a imprensa em geral teria um papel nesse processo de criminalização:

Hoje há por parte da imprensa uma confusão entre informar e noticiar fatos e formar e deformar fatos, onde se instala um outro fórum absolutamente ilegítimo para o juízo de valor social. Esse não é o papel da imprensa, ela

não pode funcionar como partido político. Eu defendo a liberdade de imprensa, mas a tentativa de criminalização do Movimento Sem Terra só será possível se a imprensa contribuir com a deformação da opinião pública, construindo versões mentirosas. O MST tem sido vítima disso. Como a imprensa é propriedade da elite política e econômica, ela usa este poder para formar opinião pública. (JORNAL SEM TERRA, Dezembro de 1995, nº 154, p.8-9).

Em julho de 1996, através do artigo “Reforma Agrária ameaça a base do poder do latifúndio”, do sociólogo José de Souza Martins, são apresentadas por este reconhecido acadêmico brasileiro algumas das principais características que tornavam este tema secular, tendo sua origem desde o processo de formação do território brasileiro e completamente influenciado pelo poder político e econômico formador da elite nacional. Segundo as palavras de Martins ao JST,

Não existe questão da Reforma Agrária, e sim a questão agrária que é essencialmente política. Surge com o desenvolvimento do capitalismo, em consequência do que ele fez com a terra, ao incorporá-la como reserva de valor, como fonte de especulação. Para mim, a questão agrária é a fonte básica dos grandes problemas sociais do Brasil, dessa deterioração moral das condições de vida, não só material. A contrapartida dessa miséria é a criação de uma elite latifundista, que vive fundamentalmente da especulação. Não é produtiva. [...]. Em qualquer lugar do Brasil, para tratar de qualquer assunto, [...] você vai encontrar o poder, a presença e a pata deste pessoal. [...] Se você faz uma reforma agrária distributiva, solapa o latifúndio, a base de existência do poder dessa gente. O golpe de Estado foi dado, porque a Reforma Agrária solapava efetivamente a base de sustentação do aparelho do Estado (JORNAL SEM TERRA, Julho de 1996, nº 160, p.3).

Na edição conjunta de outubro/novembro de 1996 o JST publicava mais uma análise sobre a estrutura fundiária brasileira, onde esta revela o extremo grau de concentração de terra no país e o elevado índice de pobreza e miséria que isto acarreta no plano social, sem contar o atraso econômico gerado por esta concentração e seus impactos no desenvolvimento do país. Esta análise foi desenvolvida por Rolf Hackbart, em que o autor destacou que os dados do “Atlas Fundiário Brasileiro lançado pelo INCRA revela que há 62% de terras improdutivas no Brasil” (JORNAL SEM TERRA, Outubro/Novembro de 1996, nº 163, p.3).

A última edição de 1996 do JST destacava o manifesto realizado pelo MST contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Diante do lema “A Vale não se vende – Contra a privatização e desnacionalização da Companhia Vale do Rio Doce”, o MST ampliava as ligações entre o seu tradicional adversário político, o latifúndio, juntamente com o modelo capitalista de gerenciar sua economia e as medidas adotadas pelo então governo FHC para alavancar as contas nacionais diante da caótica situação financeira em que o país se encontrava naquele momento (JORNAL SEM TERRA, Dezembro de 1996, nº 164, p.3).

Desta forma, o MST iniciava um processo de ampliação da agenda, ao elencar outros temas que, apesar de se integrarem um projeto de desenvolvimento alternativo ao vigente no Brasil, retirava do foco central o seu principal alvo de questionamento das lutas do campo: a questão fundiária. Não que esses novos temas em análise não possuam relação com a questão fundiária, mas aos poucos este alargamento da agenda faz do MST um Movimento para além da questão agrária, construindo outros opositores além do latifúndio.

4.4 – As Mutações Do Latifúndio Enquanto Adversário Do MST E Os Traços Do Novo Opositor

Diante das dificuldades e dos desafios postos à realização da reforma agrária, a opinião do primeiro editorial do JST em 1997 indica que os inimigos a serem enfrentados são: os latifundiários, a política econômica neoliberal e o governo:

Os latifundiários, que ainda tem muita influência no governo, no congresso, e no poder político no interior; a política econômica neoliberal do governo, que marginalizou a agricultura; a falta de prioridade do governo pela Reforma Agrária. Ele é vagaroso, inoperante, e se preocupa mais com propaganda do que com a solução verdadeira dos problemas sociais (JORNAL SEM TERRA, Janeiro de 1997, nº 165, p.2-3).

A Marcha à Brasília tinha início e virou manchete do JST de fevereiro de 1997, aumentando a intensidade das críticas sobre os inimigos que convocava a enfrentar. (JORNAL SEM TERRA, Fevereiro de 1997, nº 166, p.1). A importância e os objetivos da Marcha foram descritos no editorial desta edição, que tornou a pontuar o quanto a luta não estava restrita ao âmbito da questão agrária e indicou no seu último objetivo a intenção de acabar com a impunidade de tantos massacres no meio rural brasileiro, pois estes estariam relacionados aos representantes dos latifúndios:

Com apoio de sindicatos de trabalhadores urbanos, CUT, paróquias, entidades, Prefeituras, personalidades e partidos políticos iniciou-se uma marcha histórica rumo a Brasília, que pretende percorrer mil quilômetros em 60 dias de longa caminhada a pé. Mas porque tanto sacrifício? Por três razões básicas. Primeiro, porque o MST está lutando por uma reforma agrária ampla, que realmente resolva o problema de todos os 4,8 milhões de famílias de sem-terra no país. Que reorganize a produção agropecuária, voltando-a para o mercado interno e ao combate à fome. [...] O segundo motivo da Marcha é nossa luta pelo emprego. Uma luta contra a política econômica do Governo que apenas privilegia as multinacionais e os bancos. Com isso nossa indústria nacional está sendo sucateada e se abandonou a soberania nacional na economia. Como consequência disso, temos hoje 18 milhões de desempregados. E os agricultores estão completamente marginalizados. [...] O terceiro motivo está em nossa luta por justiça. O Governo FHC corre o risco de entrar para a história como o Presidente em que ocorreram mais massacres de trabalhadores rurais que seguem impunes. A Marcha quer denunciar essa situação de impunidade em que o latifúndio e a Polícia Militar assassinaram brutalmente trabalhadores [...] Isto sim é ilegal e injusto [...], e não as ocupações de terra e de prédios públicos (JORNAL SEM TERRA, Fevereiro de 1997, nº 166, p.2).

Quando esta Marcha chegou à capital a manifestação alcançou o seu ápice e a edição especial de abril e maio do JST apresentou com detalhes os momentos marcantes daquele histórico dia 17 de abril de 1997. Com o editorial “Continuamos em marcha contra o neoliberalismo”, o JST apontou as principais vitórias obtidas com a Marcha, destacando o apoio da sociedade e também os impactos junto ao governo:

A caminhada dos Sem Terra já é um marco na história do nosso país. O sacrifício, a saudade de casa e da família, o cansaço e as doenças, foram

superados heróicamente por cada um dos caminhantes. E valeu a pena. Derrotamos a tática do governo de querer nos isolar da sociedade para depois bater. Recebemos a solidariedade e o reconhecimento da população. Abrimos uma oportunidade para a população se manifestar contra o neoliberalismo e exigir mudanças na política desse governo. E recuperamos o sonho e a vontade de lutar por uma sociedade justa, igualitária e democrática (JORNAL SEM TERRA, Abril/Maio de 1997, nº 168, p.2).

Reforçando o clima de pressão social por mudanças, o presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Horácio Martins de Carvalho, afirmava na sessão de estudos do JST que somente através de um novo modelo de desenvolvimento rural seria possível realizar uma reforma agrária no Brasil. Segundo Horácio Carvalho, em entrevista ao JST,

O que caracterizaria uma Reforma Agrária no Brasil seria a mudança total da estrutura fundiária no campo através de uma ampla e massiva distribuição da terra e da renda, eliminando-se o latifúndio e reconcentrando-se os minifúndios (JORNAL SEM TERRA, Maio/Junho de 1998, nº 179, p.4).

A partir de uma pergunta que relacionava as posições dos setores de comunicação com relação a impossibilidade de se realizar a reforma agrária respeitando os limites do meio ambiente, o articulista enfatizou:

O que é incompatível com a preservação do meio ambiente é o modelo de desenvolvimento dependente do capital financeiro nacional e internacional, como o implantado no país, de forma mais intensa, desde 1990, e que possui como premissa [...] a concentração da renda, da riqueza e da terra e a exclusão social da maioria da população do acesso as melhorias nas usas condições de vida e trabalho (JORNAL SEM TERRA, Maio/Junho de 1998, nº 179, p.5).

Com a chegada das eleições presidenciais de 1998, o JST intensifica suas críticas ao governo FHC na tentativa de expressar a insatisfação denunciada durante os últimos anos no jornal e ver a mesma ser refletida no resultado das urnas em todo o país. Na sessão em que procura divulgar estudos e reflexões sobre os principais movimentos sociais do Brasil e do mundo, o JST publicou artigo do sociólogo Francisco de Oliveira, onde este analisa o surgimento dos movimentos sociais no Brasil, sua importância enquanto organização de luta e, no caso do MST, como este têm sido um movimento de oposição frente a política implementada pelo governo FHC. A participação de intelectuais reconhecidos na sociedade volta a ganhar força no JST, assim como já havíamos destacado em meados dos anos 1980. De acordo com o JST, Oliveira aponta que

A dominação neoliberal no Brasil tem se esforçado sistematicamente para negar espaço para os movimentos sociais, reduzindo-lhes seu poder de crítica da política. [...] O MST é um dos poucos que têm resistido a essa formidável pressão anuladora e destrutiva do neoliberalismo, principalmente sob o governo FHC. Sua resistência, que é cumulativa, no sentido de ampliação do espaço do conflito e portanto da política, se dá por variadas razões, entre as quais certamente se coloca seu caráter utópico. Isto é reivindicar a propriedade da terra no capitalismo para os que não tem propriedade é, certamente, uma utopia libertadora que realiza a desmistificação da

promessa burguesa de propriedade para todos (JORNAL SEM TERRA, Outubro de 1998, nº 183, p.13).

Como análise desse período de 1998/1999, podemos inferir que a abordagem do JST estava mais voltada para as questões políticas que envolviam as eleições presidenciais e as críticas às medidas do governo FHC para a agricultura. O uso do JST volta-se agora como uma clara resposta à falta de diálogo com a imprensa nacional devido ao pouco espaço em que a luta do Movimento e suas principais reivindicações são destinadas em seus veículos diários de informação.

Diante desta situação, o JST realiza a ampla defesa do MST e acusa a imprensa e a elite brasileira de realizar campanha favorável ao que, segundo o Movimento, impede a realização da reforma agrária (como o latifúndio, neoliberalismo, aumento da dívida externa, propaganda de FHC sobre a reforma agrária e os números da realidade, globalização, fome, agrotóxicos, etc.). Em contraposição, o JST torna pública a posição do MST de apontar como alternativa para este cenário o investimento na agroecologia e nas sementes naturais como nova forma de cultivo (ao invés de sementes modificadas ou transgênicos), que seria viabilizado através do chamado Projeto Popular para o Brasil, a ser construído em conjunto pelos movimentos sociais e por toda a sociedade civil brasileira.

Em sessão especial do JST, recebe destaque o lançamento das sementes agroecológicas pelo MST, em que este tipo de produção em hortaliças viria a se contrapor às sementes modificadas do modelo econômico vigente no país, produzindo assim sem nenhum uso de agrotóxicos e contribuindo para a preservação de espécies nativas (JORNAL SEM TERRA, Outubro de 1998, nº 183, p.15). O ingresso da agroecologia no MST é parte do processo de ampliação da agenda do Movimento iniciada desde meados dos anos 1990, quando o foco do MST deixou de ser apenas a crítica ao seu principal opositor, o latifúndio, incluindo a partir de então temáticas que extrapolam a questão fundiária.

Outra luta que teve destaque foi a oposição ao plantio dos transgênicos no país, pois devido à crescente mobilização de movimentos sociais e consumidores a empresa multinacional Monsanto anuncia certo recuo nos processos em que reivindicava junto ao governo brasileiro a autorização para cultivar soja transgênica no país (JORNAL SEM TERRA, Abril de 1999, nº 188, p.7). Um indicativo de que já estava em curso uma mudança de adversário, com novas características e diferentes articulações nos setores de produção.

Este quadro do fim dos anos 1990 aponta a amplitude da luta representada pelo JST através das mudanças do MST, que passou a elencar em sua agenda temas voltados para a política e a economia nacional, incorporando bandeiras de luta para além da reforma agrária, até mesmo por entender que essas temáticas se faziam necessárias para a própria possibilidade de implementação de uma reforma agrária.

Apesar da maior abertura da agenda pública do MST a temas cada vez menos agrários, o latifúndio foi alvo das principais campanhas contra a concentração de terra no país e recebeu neste período uma série de atributos registrados pelo JST. Sendo apontado pelo JST como as grandes extensões de terra e tendo a sua produtividade questionada por colonos e posteriormente pela diversidade de categorias de trabalhadores que conformavam o Movimento, o latifúndio, entre os anos 1980 e 1990, foi sendo conceituado através de uma complexa articulação de práticas e poderes.

Desta forma, agregou-se ao termo uma carga extremamente negativa, vinculando-o, por exemplo, ao trabalho escravo nas grandes lavouras; ao crescente avanço da impunidade quanto às práticas de violência contra os trabalhadores rurais em ocupações ou mesmo os assassinatos cometidos a mando dos latifundiários; à proximidade destes grandes proprietários de terra com diversos representantes do poder político, configurando uma teia de relações que

fortalecia esses proprietários ao mesmo tempo em que parte da classe política garantia a extensão de seu poder também no meio rural.

Esta era a imagem do opositor em quase meados dos anos 1990: o latifúndio como grandes extensões de terras, com baixa produtividade, argumento semelhante às teses que circulavam nos anos 1950. Um olhar que levou bastante tempo para perceber as mudanças do opositor e de suas articulações.

Contra esta articulação, que aos poucos também foi sendo construída na leitura do JST, os trabalhadores rurais promoviam ocupações e procuravam apoio na legislação vigente, a fim de diminuir o poder do latifúndio e apontando-o como a causa dos conflitos de terra no Brasil.

Portanto, a imagem construída para apontar o adversário não estava mais conseguindo abranger todo o seu processo de transformação, que anos mais tarde começaria a ser captado através de suas feições mais modernas, mas ainda recebendo por parte do Movimento uma definição bastante assemelhada ao seu antigo formato. Surgia assim o agronegócio como adversário para o MST, capturado pelas páginas do Jornal Sem Terra nos anos 2000, apesar do seu surgimento não ser tão recente como se possa imaginar.

CAPÍTULO V – OS ANOS 2000 E O AGRONEGÓCIO COMO ADVERSÁRIO

O termo agronegócio começa a ser utilizado com mais frequência pelo MST somente a partir dos anos 2000. Essa mudança quanto à maneira de nomear o adversário, a partir dos registros realizados pelo JST, é o foco deste capítulo.

5.1 – O Agronegócio No JST: Definições Acerca De Seu Novo Adversário

Na seção de notícias internacionais, com a matéria “Protestos derrotam Rodada do Milênio”, o JST publicou mais uma ação de movimentos e organizações internacionais contrários ao neoliberalismo. Durante o evento realizado em *Seattle* (nos Estados Unidos) e que reuniu representantes da Organização Mundial do Comércio, a Via Campesina se fez presente e levou questionamentos e reivindicações dos camponeses (JORNAL SEM TERRA, Dezembro/1999 e Janeiro/2000, nº 196, p.15). Nesta matéria aparece pela primeira vez no jornal a palavra “*agribusiness*”, referindo-se à “política dos grandes monopólios, que tem levado a agricultura à falência em todo o mundo”.

Nesse momento, parece que as lideranças percebem os efeitos das grandes transformações econômicas promovidas em todo o mundo e a forma desigual com que o Brasil e outros países da América Latina estão inseridos no processo de mundialização da economia.

Dentro da proposta de elaborar alternativas para enfrentar as consequências dessas mudanças na agricultura brasileira, foram colocados em discussão no JST alguns pontos a serem debatidos, a fim de desenvolver uma plataforma política que pudesse cimentar a luta por um novo modelo de agricultura. Segundo o JST,

O governo FHC está implementando um processo de mudanças na agricultura brasileira que representa a adequação e subordinação da agricultura ao modelo econômico neoliberal. Nesse modelo, o mercado, o comércio, a agroindústria e a tecnologia são controladas por grandes empresas – a maioria multinacionais (JORNAL SEM TERRA, Fevereiro de 2000, nº 197, p.2 e 10-11).

Esta abordagem denota uma mudança por parte do MST quanto à sua crítica e leitura dos processos de transformação no campo que estavam em curso desde os anos 1970. Dentre os pontos principais pontos em análise, destacamos o primeiro item, que propunha a fixação de tamanho máximo para a propriedade de terra, tendo como alvo a desapropriação dos latifúndios:

1. Pela democratização da propriedade da terra. Fixar limite do tamanho máximo de propriedade. Priorizar a desapropriação de todos os latifúndios. Contra o funcionamento do Banco da Terra e destino dos 182 milhões para a alfabetização no meio rural (JORNAL SEM TERRA, Março de 2000, nº 198, p.11).

Em maio de 2000, a manchete do JST anuncia o lema do MST rumo ao seu 4º Congresso Nacional: “Reforma agrária – por um Brasil sem latifúndio”. E assim destacou-se também ao longo do jornal o porquê da escolha deste lema:

Essa palavra de ordem expressa e sintetiza a nossa luta na etapa atual, em que sabemos que a Reforma Agrária depende de um projeto para todo o Brasil. Que é impossível realizar Reforma Agrária sem mudar o modelo econômico, sem distribuir renda, sem reorganizar a economia no sentido de estar voltada para as necessidades de toda a população. [...] Nenhuma sociedade pode ser democrática sem que antes democratize o acesso à terra a seus cidadãos (JORNAL SEM TERRA, Maio de 2000, nº 200, p.16).

Durante a discussão de temas relacionados à realidade agrária brasileira para o 4º Congresso Nacional do MST (realizado em Brasília de 07 a 11 de Agosto de 2000), o JST apontava “A Luta contra o monopólio da terra no Brasil”. Neste item, podemos observar em determinados trechos como se procurava classificar o adversário, bem como elencava setores econômicos que se mostravam próximos a ele, indicando, porém, que sua principal força estava na manutenção do monopólio da terra:

As classes dominantes no Brasil estão entrelaçadas no campo e na cidade e o denominado latifúndio não está mais simplesmente na mão de famílias e/ou de pessoas que exerciam seu poder pessoal através do governo. Hoje o complexo agropecuário-comercial-bancário-industrial, integrados aos grandes grupos econômicos é quem exerce o poder de classe e assim mantém o monopólio da terra no Brasil. Por isso, a Reforma Agrária é uma luta contra o conjunto da classe dominante. Ao contestarmos o poder político, econômico e social, estamos, indiretamente, contestando o poder das classes dominantes (JORNAL SEM TERRA, Julho de 2000, nº 202, p.10-11).

A partir da passagem acima, temos a identificação de alguns setores apontados pelo MST, como os grupos bancários, comerciais e industriais, que, ao se alinharem aos grupos que já controlavam o setor agropecuário, passam a formar um complexo econômico e socialmente poderoso, sendo associados aos latifundiários. Portanto, o que está se concretizando não é um novo adversário, mas sim uma nova percepção do MST sobre o seu opositor. Importante destacar que esta articulação de capitais estava em curso no Brasil desde os anos 1960, conforme nos mostra Delgado (1985).

O mês de agosto de 2000 ficou marcado no JST pela ampla cobertura do 4º Congresso Nacional do MST⁷². A manchete do jornal declarava que os “Sem terra de todo o país

⁷² A partir do seu 4º Congresso Nacional, o MST adere com maior profundidade às propostas da Via Campesina, articulando junto a esta um conjunto de ações no Brasil, e incorporando as temáticas que marcam a atuação da Via Campesina no mundo, como por exemplo, a questão das sementes como patrimônio da humanidade, a luta contra os agrotóxicos e as multinacionais. Neste sentido, há uma unificação das lutas e esses temas começam a figurar com maior ênfase nos temas do MST e nas edições do JST.

acampam em Brasília". No editorial desta edição, foi divulgado o Manifesto do MST ao Povo Brasileiro, em que o Movimento expõe as principais causas da crise que assola grande parte da sociedade brasileira, como por exemplo, o desemprego, a miséria dos trabalhadores rurais e urbanos, a violência, apontadas como reflexo da política do modelo neoliberal do governo FHC.

Além disso, reafirma sua posição contrária à política de "modernização" da agricultura brasileira que expulsa trabalhadores rurais do campo e coloca nas mãos das empresas multinacionais o controle da produção agrícola nacional, além de apontar como caminho para superar estas dificuldades a construção de um projeto popular para o país, que conquiste a sua soberania, dignidade e o bem estar de toda a população (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 2000, nº 203, p.2).

As últimas edições do ano 2000 trouxeram as avaliações e os desafios para os movimentos sociais do campo na luta pela reforma agrária. A edição de fevereiro de 2001 refletia parte destas avaliações, visto que a ocupação de uma fazenda de propriedade da Monsanto, na cidade de Não me Toque (Rio Grande do Sul), resultou na destruição da produção de soja transgênica⁷³, que levou a que o MST fosse execrado pela mídia.

Um tema abordado com mais frequência no JST é o modelo agrícola neoliberal e suas consequências no campo brasileiro. Para uma análise sobre este fato, a seção de estudos do JST entrevistou Gerson Teixeira, engenheiro agrônomo e, naquela época, doutorando em Economia na Unicamp. Ao comentar sobre a política agrícola implementada no país, Teixeira afirmou ao JST:

A política do governo FHC para a agricultura caracteriza, na essência, um estágio sequencial, em pleno século XXI, do que tem sido as políticas para o setor, desde a grande empresa colonial do açúcar. Todo o empenho do atual governo gira em torno da grande exploração agropecuária visando o mercado externo, ou seja, a grande propriedade fundiária se mantém como alvo estratégico das políticas governamentais. Se no empreendimento colonial do açúcar a renda monetária drenava quase integralmente para fora do Brasil, nos dias de hoje, parte substancial do produto da riqueza exportada pelo importante complexo agro-exportador brasileiro, também acaba sendo revertida para o exterior, pela ação de diversos fatores, como: o fato de exportarmos *commodities*, pela desnacionalização do controle da base técnica da agricultura, e pelo comprometimento dos saldos da balança agrícola comercial com os gastos de importações crescentes e com os serviços da dívida externa, entre outros (JORNAL SEM TERRA, Março de 2001, nº 208, p.6).

Esta análise reflete o caráter nada moderno deste modelo agrícola, procurando demonstrar que as transformações estavam beneficiando apenas os grandes proprietários de terra, excluindo deste processo de mudança centenas de trabalhadores rurais que, adiante, engrossariam o percentual de residentes nas cidades, ou buscariam lutar pelo acesso à terra.

Neste momento, o JST apresenta textos que se voltam tanto para a formação de interna (militantes) como também para o público externo (estudiosos, técnicos e pesquisadores),

⁷³Sobre este fato, destacamos que o plantio de soja transgênica era proibido por lei no Brasil desde 1995 (Lei federal nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995), porém esta foi revogada em 2005 e apresentou mudanças quanto à sua utilização em território nacional. O uso dos chamados OGMs (organismos geneticamente modificados) e seus possíveis efeitos danosos à saúde humana são as principais críticas dos defensores da não liberação do seu plantio e comercialização no país.

principalmente através de entrevistas, artigos e reflexões voltadas para uma análise mais conjuntural sobre o meio rural brasileiro e as mudanças políticas e econômicas que influenciam a conjuntura brasileira.

Como parte dos trabalhos visando a construção de um projeto popular para o Brasil, o JST registrou que o MST iniciava uma parceria com comunidades rurais no Oeste de Santa Catarina para resgatar a produção de sementes e, assim, se opor ao mercado de sementes modificadas. Conforme noticiou o JST:

Como a semente é um dos principais condicionadores do padrão tecnológico, quando o agricultor adquire um saco de sementes no mercado, ele está também decidindo quais os outros insumos e procedimentos tecnológicos que serão usados durante o ciclo da cultura (JORNAL SEM TERRA, Junho de 2001, nº 211, p.12).

Importante destacar esta abordagem do MST para a questão da produção natural de sementes como forma de se opor às sementes híbridas, controladas pelas multinacionais. Este será um dos principais argumentos do MST para inserir seus setores de produção nas linhas de concepção e prática da agroecologia, com o intuito de resguardar o meio ambiente dos danos causados pelo plantio e cultivo das chamadas sementes transgênicas.

O JST de novembro de 2002 traz um ar de esperança com relação à luta pela terra e à reforma agrária, devido a chegada de Lula à presidência da República, algo que já havia sido tentado duas outras vezes, sem sucesso. Mas esta vitória nas urnas não significava o mesmo na batalha contra o modelo econômico implementado por FHC, visto que a articulação política⁷⁴ estabelecida pelo candidato vencedor para alcançar seu objetivo maior comprometeu esta esperança que havia brotado.

A vitória de Lula foi comemorada com bastante euforia nas páginas do JST, porém não demonstrava mais aquele ímpeto mostrado nas campanhas anteriores. O que houve, até certo ponto, foi uma confiança de que tinha chegado a hora de enfim ser realizada a reforma agrária. A leitura do JST e das primeiras edições do ano de 2003 e 2004 demonstram essa expectativa.

No sentido de reafirmar suas posições frente ao novo governo, o MST divulgou no JST uma Carta ao Povo Brasileiro e ao Presidente Lula, onde se destacam três itens:

⁷⁴ A vitória do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, nas eleições de 2002 teve como elemento chave um documento de campanha assinado pelo então candidato em junho de 2002: “A Carta ao Povo Brasileiro”. Este documento, oriundo de uma convenção nacional do PT sobre o programa do partido que seria formulado posteriormente, representou para os setores tradicionais da sociedade brasileira e para os investidores internacionais que um futuro governo do PT não romperia drasticamente com a política econômica nacional. Neste sentido, as alianças com setores e políticos tradicionais para formar a base do governo Lula ao longo dos seus oito anos se confrontavam com o histórico de lutas do PT frente à classe trabalhadora como um todo. Sobre esta Carta e um dos seus significados para a política nacional naquele momento: “A Carta foi recebida pela mídia e por grande parte do setor econômico como um “tranquilizante” para o capital financeiro e para o comércio internacional. A linguagem e os temas abordados na Carta, embora se dirigessem ao “povo brasileiro” e buscassem ser acessíveis ao leitor comum, eram centralmente econômicos. Lula se comprometia claramente – em resposta aos temores difundidos – a dar ênfase à questão econômica, a desenvolver uma gestão fiscal “responsável”, a priorizar o “controle da inflação”, a “respeitar os contratos” nacionais e internacionais, a promover a “produção” e incentivar as “exportações” em busca de ampliação do “mercado internacional”. Para muitos atores e analistas a Carta representava, também, um “recado” para as tendências mais à esquerda, dentro e fora do PT, de que o governo Lula não realizaria transformações substanciais no modelo econômico” MESQUITA, R. et al (2007: 16).

4. O latifúndio e o modelo neoliberal são a causa da fome, do desemprego, da pobreza, do analfabetismo e da falta de desenvolvimento no meio rural; 5. Temos a certeza de que é possível derrotar o latifúndio pela organização do povo e pela vontade política do novo governo. Para nós, o inimigo é o latifúndio e o governo Lula vai desempenhar um papel fundamental para democratizar a propriedade de terra no Brasil; 6. Precisamos construir um novo modelo agrícola que priorize o mercado interno, a produção de alimentos e a distribuição de renda. Para isso, é necessário valorizar a agricultura familiar e as cooperativas, viabilizar e descentralizar as agroindústrias. O Estado deve reassumir o seu papel na agricultura e garantir o direito de os agricultores produzirem suas sementes e desenvolverem técnicas adequadas ao meio ambiente e à qualidade dos alimentos (JORNAL SEM TERRA, Novembro de 2002, nº 225, p.10).

Portanto, o inimigo a ser derrotado pelo MST continuava a ser o latifúndio, mesmo com todas as mudanças ocorridas em sua estrutura e, para combatê-lo, seria necessário a construção de um outro modelo agrícola, que viabilizaria a chamada agricultura familiar em detrimento do modelo em curso, ligado ao neoliberalismo. Neste sentido, o Estado é considerado pelo MST o responsável pelo direito dos agricultores de cultivarem sua produção com as sementes naturais e assim se adequarem ao meio ambiente para fornecer alimentos de qualidade.

Na última edição de 2002 a manchete do JST destacava “As perspectivas da Reforma Agrária no governo” e o editorial trazia uma avaliação com relação ao principal adversário, apontando que, apesar da relativa derrota do latifúndio no campo eleitoral, isso não queria dizer que seus representantes estivessem completamente vencidos, pois ao longo de seu domínio adentrou nas principais veias da estrutura de poder do país e demandaria tempo para se conseguir superar esta forte influência dos latifundiários:

O latifúndio não está derrotado. Ele apenas perdeu uma importante disputa eleitoral. Mas lutará com todas as armas e forças que possui para preservar seus privilégios e seus interesses. São cinco séculos de domínio das oligarquias. Em quatro deles, manteve a população negra como escrava. Nos cem restantes, manteve os trabalhadores rurais excluídos do acesso à terra. Isso lhe deu condições para estender seu domínio e influência para as mais diversas esferas da política brasileira (JORNAL SEM TERRA, Dezembro/2002 e Janeiro/2003, nº 226, p.2).

5.1.2 – Expectativas, frustrações e a legislação agrária no governo Lula

Na avaliação do engenheiro agrônomo e também assessor político do MST Horácio Martins de Carvalho, em artigo publicado naquela edição do JST, seria necessário um cuidado com as “raposas” que até então estavam articuladas com o novo governo (JORNAL SEM TERRA, Dezembro/2002 e Janeiro/2003, nº 226, p.3). Segundo este autor, apesar da vitória de Lula representar uma esperança quanto ao caos social gerado pelas políticas econômicas do governo FHC, havia uma tensão no tocante ao caminho que o novo governo poderia seguir: o choque de interesses entre aqueles setores que o apoiavam, chamados pelo articulista de “empresários da agropecuária e dos agronegócios” e do outro lado um grupo menos poderoso economicamente, vinculado à agricultura familiar, que estava à espera do fortalecimento do seu setor. Segundo as palavras de Martins ao JST:

[...] os interesses dos grandes empresários da agropecuária e dos agronegócios, assim como das indústrias multinacionais de sementes e de insumos de origem agroindustrial, estão mais representados no novo governo do que os interesses populares. A tendência socialdemocrata dominante na composição do governo deseja manter, ainda que pelo de antagonismos, o modelo econômico agroexportador e reduzir a pobreza no campo. A tese de dar toda força aos empresários capitalistas para aumentar as exportações de origem agropecuária e, simultaneamente, apoiar os pequenos produtores familiares conduzirá necessariamente, por um lado, à concentração da renda e da terra e, por outro, a políticas compensatórias para reduzir a pobreza (JORNAL SEM TERRA, Dezembro/2002 e Janeiro/2003, nº 226, p.4).

Ao observarmos o início fala de Horácio Martins ao JST temos um conjunto de temas apontados pelo MST desde o fim dos anos 1990, procurando caracterizar este seu novo adversário, apontado neste caso como estando no interior no governo que se iniciava, a partir de representações políticas que nele se instalaram. A partir de então as práticas voltadas para a disseminação do modelo agrícola pautado pela lógica empresarial estariam mais presentes na política para a agricultura.

O adversário eleito pelo MST volta a ser destaque no JST. Não que ele estivesse em segundo plano no período anterior, mas ele não estava sendo tão utilizado como palavra de manchete, já que outros temas haviam entrado na pauta que questionava o governo FHC (como o neoliberalismo, as multinacionais, os transgênicos, a inflação e o desemprego).

Em abril de 2003, a manchete do JST⁷⁵ trazia como foco que os “Trabalhadores rurais lutam contra o latifúndio” (JORNAL SEM TERRA, Abril de 2003, nº 228, p.1). O editorial destacava a Campanha Nacional Contra o Latifúndio, destinada a convocar a sociedade para acabar com um dos principais motivos geradores da enorme concentração de terra e de renda existente no Brasil (JORNAL SEM TERRA, Abril de 2003, nº 228, p.2). Segundo o MST, esta campanha visava conscientizar a sociedade brasileira dos males causados pela manutenção do latifúndio no país.

Ainda nesta edição houve duas reportagens que apontavam para conflitos de terra: a primeira veio de Pernambuco e noticiava que “Latifúndios improdutivos são ocupados em todo o Estado” (JORNAL SEM TERRA, Abril de 2003, nº 228, p.6) e a segunda, na sessão de Direitos Humanos, informava que, no interior do Paraná, de acordo com denúncias do MST, da CPT e da organização Terra de Direitos, havia sido criado por fazendeiros o Primeiro Comando Rural (PCR). Segundo o JST,

O PCR está agenciando pistoleiros para agirem contra trabalhadores/as rurais. As entidades irão apresentar ao Ministério Público Federal e Estadual uma série de documentos com denúncias relatadas pela imprensa e relatos de integrantes do MST, que revelam que o PCR tem a clara intenção de formar uma organização privada de repressão aos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária (JORNAL SEM TERRA, Abril de 2003, nº 228, p.11).

Em maio de 2003, o editorial do JST já demonstrava certo descontentamento com o governo Lula, apesar de apontar que a não sinalização de mudanças com relação à política de reforma agrária se devia à composição do governo, representada por um grande número de pessoas que seguiam, plenamente, a linha do governo anterior. Por conta disso, a insistência em não deixar que a esperança em mudanças desmobilizasse o Movimento e a reiteração de

⁷⁵ Ver ANEXO I na página 166.

que o mesmo só conseguiria transformar este sentimento em algo concreto se pressionasse o governo, com muita luta, principal tarefa a ser cumprida naquele momento (JORNAL SEM TERRA, Maio de 2003, nº 229, p.2).

Com o retorno do emprego mais incisivo do termo latifúndio como principal adversário a ser combatido para a realização da reforma agrária, o JST começa a publicar reportagens com a opinião de lideranças, acadêmicos e representantes da direção nacional do MST, reforçando, cada um influenciado pela sua formação, o principal objetivo a ser alcançado para que se houvesse uma redistribuição de terras no país: a extinção do latifúndio. Nas palavras de Roberto Baggio, membro da coordenação nacional do MST à época, em entrevista ao JST:

O povo brasileiro precisa romper com a herança da colonização dependente, estruturada na grande propriedade da terra, na monocultura agroexportadora e na superexploração da mão de obra, que transformou a terra em monopólio econômico e político exclusivo da elite escravocrata que compõem a burguesia brasileira. Somente em um governo popular, com vontade política e grande pressão do povo é que será possível fazer uma corajosa Reforma Agrária, que elimine o latifúndio e democratize o acesso à terra em nosso país (JORNAL SEM TERRA, Maio de 2003, nº 229, p.4).

O editorial do JST de junho de 2003 manifestava a pressão sobre o governo Lula, para que ele apresentasse um Plano Nacional de Reforma Agrária, a fim de pontuar seus compromissos e realizar as mudanças para reestruturar a questão da terra no país, regulamentando as metas de assentamento a serem construídos no governo e, assim, apontasse um caminho a ser seguido e cobrado no tocante à reforma agrária (JORNAL SEM TERRA, Junho de 2003, nº 230, p.2).

Em uma seção especial do JST, foi divulgada a chamada Carta da Terra, assinada por diversas entidades e movimentos sociais, com as principais reivindicações quanto às mudanças que precisavam ser feitas na agricultura. Esta Carta, entregue ao presidente Lula, aborda em seu primeiro item o adversário a ser combatido:

1. A desapropriação dos latifúndios – como o caminho constitucional para garantir a função social da terra – uma legislação que limite o tamanho das propriedades através de emenda constitucional e o confisco integral de todas as terras onde houver trabalho escravo, exploração infantil, cultivo de plantas psicotrópicas (JORNAL SEM TERRA, Junho de 2003, nº 230, p.3).

A esperança do MST em derrotar o latifúndio estava calcada em várias ações, mas, por parte do governo, o Movimento aguardava a implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária, acreditando que, a partir dele, com previsão de assentar de cerca de 1 milhão de famílias em quatro anos, essa luta realmente chegaria ao seu ápice, conforme apontava o editorial de outubro de 2003 que afirmava: “É preciso enfrentar o latifúndio” (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 2003, nº 234, p.2).

Na última edição de 2003 e primeira de 2004, o JST registrou os dados da CPT, indicando 71 assassinatos no campo no ano de 2003. Além disso, crescia também o número de famílias encontradas sob o regime de trabalho escravo, apontando o estado do Pará com o maior número de denúncias. O JST apontou estas situações como sendo uma reação por parte dos latifundiários diante da resistência dos trabalhadores rurais.

Esta efervescência da luta dos trabalhadores rurais que, se não teve o apoio do governo federal pelo menos não foi reprimida, como sempre aconteceu, aliado ao fato de Lula ter recebido, no Palácio do Planalto, representantes do MST e de ter usado seu boné, provocou uma forte reação dos latifundiários, com um crescimento impressionante do uso da violência (JORNAL SEM TERRA, Dezembro/2003 e Janeiro/2004, nº 236, p.11).

A matéria sobre “As mudanças no campo nos últimos vinte anos”, com artigos relembrando a trajetória dos movimentos sociais no campo, trouxe o seguinte comentário de Plínio Arruda Sampaio⁷⁶:

Atualmente, o desempenho do agronegócio no país não condiz com o destaque dado a ele, em detrimento da Reforma Agrária. É atribuído ao agronegócio a responsabilidade do Brasil ocupar recentemente um lugar de destaque como produtor e exportador agrícola, reivindicando cada vez mais investimentos no setor. Entretanto, segundo os dados da FAO (Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas), o Brasil ocupa desde os anos 1990 o sétimo lugar entre os países exportadores. Nas décadas de 70 e 80 figurava no quarto lugar (JORNAL SEM TERRA, Fevereiro de 2004, nº 237, p.4).

E foi no artigo escrito por Horácio Martins para a mesma seção sobre as transformações no campo brasileiro que o termo agronegócio começou a aparecer no JST. A partir do tema “Em busca de um rumo estratégico”, aquele assessor procurou descrever, de maneira concisa porém objetiva, as transformações sofridas pelo campo brasileiro desde a década de 1970, principalmente no tocante à modernização que a agricultura vivenciava desde aquele momento com a crescente inserção da lógica capitalista de produção no meio rural. Este avanço do capital privado nacional e estrangeiro no campo e sua articulação com a economia nacional trouxe à tona um novo modelo de exploração na agricultura.

Se na década de 70 a denominada modernização conservadora na agricultura, promovida pelo governo federal, permitiu que parcela significativa dos latifúndios fosse travestida em empresas capitalistas, a partir da década de 90 o capital financeiro internacional se apoderou direta e indiretamente das empresas capitalistas no campo. Esse longo processo de concentração de renda e da riqueza rural vem estrangulando a pequena agricultura familiar e delimitando as ações dos governos no sentido de ele atender aos seus interesses de classe. O resultado desta longa investida do capital multinacional na agricultura brasileira é o latifúndio modernizado e o agronegócio, ambos aliados no propósito de transformar a agricultura brasileira num grande negócio a serviço dos interesses das empresas multinacionais. Latifundiários modernizados e agronegócio reafirmam, pelas suas práticas econômicas, a nossa dependência histórica como país colonizado e exportador de matérias-primas ou de produtos agropecuários beneficiados. Impunes, devastam as florestas nativas, desrespeitam os direitos humanos, dos trabalhadores rurais e dos povos indígenas e aceleram

⁷⁶ Plínio Sampaio, então presidente da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), uma organização não governamental e sem fins lucrativos fundada em 1967 e que atualmente é o seu presidente de honra. O ex-deputado federal constituinte possui uma história de vida ligada à defesa de políticas voltadas à reforma agrária, além de ter participado da elaboração de diversos documentos oficiais referentes à mesma.

o crescimento da miséria e da pobreza no campo (JORNAL SEM TERRA, Fevereiro de 2004, nº 237, p.5).

Ainda de acordo com Horácio Martins, esta disputa por um projeto para o campo requeria uma amplitude maior das lutas sociais das classes populares que, segundo ele, ao tornarem suas reivindicações na maioria das vezes pontuais e desconexas, não conseguem apreender o elevado grau de articulação empreendido atualmente no campo brasileiro, a partir da atuação das empresas multinacionais e de seus tentáculos no interior da economia brasileira. Para ele,

Não é suficiente derrotar o latifúndio. É necessário também derrotar o movimento ideológico e político hoje hegemônico de se aceitar a concentração de renda e da riqueza rural realizadas pelo agronegócio como sinônimo de desenvolvimento. Para isso, é indispensável enfrentar a luta econômica direta contra a exploração econômica e a concentração fundiária exercida pelas grandes empresas capitalistas no campo (JORNAL SEM TERRA, Fevereiro de 2004, nº 237, p.5).

É esta a primeira caracterização que o JST apresenta sobre o agronegócio, mas que ainda necessitaria de um aprofundamento para as bases do Movimento, pouco habituada a esta nomeação, mas amplamente conhecida de seus perversos efeitos sociais. Esta ampliação de análise com relação aos novos desafios na construção e, principalmente, no enfrentamento junto aos seus adversários demorou a ser expressa no JST, tendo em vista que o MST levou um tempo maior para construir uma imagem própria de quem era este seu novo opositor, que se configurava a partir do adversário mais combatido até então, o chamado latifúndio.

Em junho de 2004 tem início uma contraposição mais intensa e direcionada no JST com relação ao projeto da agricultura familiar *versus* agronegócio, porém sem que este último figurasse como manchete no JST, sem ser eleito ou exposto como principal ou emergente adversário na luta pela reforma agrária. Na manchete desta edição, o destaque é para o projeto alternativo ao novo modelo agrícola, que se sustentaria no editorial do jornal – “Por uma agricultura saudável, sustentável e camponesa”, cujo título procurava apresentar como estaria pautado este projeto alternativo. Vejamos agora como este chamado agronegócio é apresentado, pela primeira vez, no editorial do JST, numa clara tentativa de disseminar a leitura sobre este processo para a base do MST:

A agricultura brasileira vive um processo de disputa de projetos sobre seu futuro. De um lado, o chamado agronegócio, casamento da típica agricultura capitalista, baseada em investidores que moram na cidade e que contratam assalariados para cultivarem a terra de forma mecanizada, através do uso intensivo de agrotóxicos, organizando a produção na forma de monocultura. O pior é que a maior parte de seus cultivos, como soja, cana, café, laranja e pecuária se destinam à exportação. Este modelo é representado por dois tipos de propriedade. As médias, que somam em torno de 252 mil estabelecimentos com área entre 200 e 2 mil hectares, dando emprego para um milhão de trabalhadores. A estas se somam um setor mais atrasado, o latifúndio, que, embora seja improdutivo e anti-social, tem no modelo do agronegócio sua proposta de organização da produção. Este setor totaliza apenas 21 mil estabelecimentos e gera trabalho para apenas 352 mil assalariados rurais (JORNAL SEM TERRA, Junho de 2004, nº 241, p.2).

Destaque para a menção a termos (saudável, sustentável e camponesa) que mostram uma preocupação com o tipo de agricultura a ser praticada pelo projeto alternativo. Na passagem acima, a crescente associação do agronegócio com outras práticas, como a monocultura, o uso de agrotóxicos e de pessoas de fora do campo, ou seja, vistos como empresários da cidade que possuem o controle das terras do campo e de suas produções. São as formas indiretas de se caracterizar o adversário, que estavam sendo descobertas pelo MST, principalmente pela incorporação das falas dos intelectuais que escreviam no JST.

O projeto que viabilizaria uma agricultura voltada para as propostas dos camponeses e trabalhadores rurais encontrava-se assim definido:

De outro lado, temos a proposta de um modelo de agricultura camponesa. Ela é baseada no trabalho familiar e cooperativo, que direciona sua produção para alimentos saudáveis, praticando a policultura, não usando agrotóxicos ou transgênicos e produzindo para o mercado interno. Esse setor representa hoje 4 milhões de estabelecimentos agrícolas, que oferecem emprego para 14 milhões de pessoas e alimenta o Brasil. A Reforma Agrária é uma proposta de viabilização desse modelo para toda a agricultura, porque destruiria o setor do latifúndio atrasado e distribuiria os 21 mil estabelecimentos da grande propriedade improdutiva para os Sem Terra se transformarem em agricultores familiares e cooperativos (JORNAL SEM TERRA, Junho de 2004, nº 241, p.2).

O cenário de oposição destes dois projetos e suas respectivas forças políticas e econômicas para tentar, junto ao governo, a implementação do modelo defendido é o que veremos daqui em diante nas abordagens do JST, ora convocando especialistas para ampliarem a análise sobre os efeitos causados pelo avanço do chamado agronegócio no campo brasileiro, ora tendo a leitura do MST sendo expressa no editorial ou no corpo de notícias do JST, em que se procura apontar as vantagens da adoção do modelo alternativo ao agronegócio, pontuando para isso suas diferenças e, acima de tudo, construindo cada vez mais a imagem deste novo adversário, ainda muito presa à noção de latifúndio, como percebemos até aqui.

A edição do JST em julho de 2004 foi a primeira que trouxe, em sua capa⁷⁷, um apontamento sobre o agronegócio, ao indicar que havia uma entrevista de Gerson Teixeira, onde este afirmava que o “Latifúndio improdutivo é peça-chave para a expansão do agronegócio” e que o latifúndio possui uma relação umbilical com o agronegócio, pelo fato deste último se expandir rumo às terras dos latifúndios improdutivos, áreas de expansão da fronteira agrícola do país, localizadas nas regiões Centro Oeste e Norte, tornando-as altamente produtivas e sendo apontado como a solução econômica para o país no pagamento de suas dívidas, porém, a um elevado custo social e ambiental. Uma leitura que ainda se conformava dentro do Movimento e que ano mais tarde seria a sua principal força de ataque contra ambos os opositores:

O projeto econômico e político do governo Lula se manteve o mesmo de FHC. Assim, a questão da vulnerabilidade externa também foi mantida. [...] Essa opção político-econômica prioriza o pagamento da dívida pública brasileira (interna e externa) e, para isso, é necessário gerar capital. [...] Nesse contexto, o agronegócio assume um papel fundamental porque ele é o setor da economia que mais tem contribuído para esse saldo comercial

⁷⁷ Ver ANEXO J na página 167.

devido a essa tendência de expansão da produção. Só que este modelo agrícola concede vantagens comparativas ao Brasil a um custo ambiental, econômico e social muito grande. E apesar de gerar capital, ele não se destina à distribuição de renda mas ao pagamento da dívida brasileira. E qual é o papel do latifúndio improdutivo nessa história? Ora, ele é a peça-chave para a expansão do agronegócio por que a maior parte dessas terras se concentra na fronteira agrícola (região Centro Oeste em direção ao Norte). Voltados para o agronegócio, o latifúndio perde sua característica pejorativa, de ser atrasado, e passa a assumir a posição de vantagem econômica, pois vai possibilitar a expansão da produção e o aumento da presença do Brasil no mercado internacional. Aumenta a produção, mas para exportar, não para o mercado interno. No fim das contas, o latifúndio vai contribuir cada vez mais com dinheiro para pagar a dívida (JORNAL SEM TERRA, Julho de 2004, nº 242, p.4-5).

Com isso, percebe-se uma ampliação do agronegócio avançando em conjunto com o latifúndio, articulando-se com este no intuito de conquistar cada vez mais terras para assim justificar seu sucesso econômico na balança comercial brasileira.

Seguindo esta linha de análise que apresentava um estreitamento de laços entre estes opositores, o JST apresentou um artigo que abordava o debate em pauta na CPMI da Terra⁷⁸, onde Plínio Arruda Sampaio expôs o amplo domínio do latifúndio no processo histórico de formação do país e logo em seguida, apresentou ligações entre este latifúndio e a chamado agronegócio, colocando este último em debate diante do que é normalmente apresentado na imprensa:

Há cinco séculos, o latifúndio se mantém como intocável no território nacional – situação mantida à custa do assassinato de trabalhadores rurais, agentes pastorais, advogados e lideranças sindicais. Fortemente representado em todas as esferas e poderes do Estado, o latifúndio construiu um aparato de leis que permite impedir todas tentativas de democratizar o acesso às terras agrícolas. [...] Essa postura não pode ser vista de forma isolada e está afinada com a outra face do latifúndio: o agronegócio. Apresentada à sociedade como exemplo de modernidade e geradora de superávit comercial [...], a agroexportação esconde outra faceta: o trabalho escravo, a exploração do trabalho assalariado e a depredação do meio ambiente. Sedento para

⁷⁸ A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana (requerimento nº. 13/2003, do Congresso Nacional) foi criada em setembro de 2003 e teve, pelos representantes da bancada ruralista, um objetivo claro: condenar as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, classificando- as como atos de terrorismo. Através do deputado Abelardo Lupion, a bancada ruralista se articulou em torno desta CPMI com o intuito de criminalizar as ações de luta pela terra dos movimentos sociais rurais, em especial, o MST. Sobre o contexto político da criação da CPMI, Sauer *et al* (2006) apresentam uma síntese da correlação de forças em confronto neste Comissão: “Criada em setembro de 2003, a chamada CPMI da Terra concluiu suas atividades em novembro de 2005, rejeitando o parecer do relator oficial da Comissão, Deputado João Alfredo (PSOL/CE), e aprovando um voto em separado apresentado pelo Deputado ruralista Abelardo Lupion (PFL/PR), que dificulta o avanço das políticas de reforma agrária e criminaliza a luta pela terra, materializada na atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O voto em separado é tão reacionário que chega a recomendar a aprovação de dois projetos de lei que tipificam as condutas de quem ocupa terras como crime hediondo e ato terrorista. O relatório aprovado representa mais um capítulo do processo de criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra. O diferencial, porém, é que o ataque a movimentos sociais e a defensores da reforma agrária parte do Congresso Nacional. Dito de outra maneira, a perseguição aos sem-terra, que antes era promovida por setores dos Poderes Executivo e Judiciário, alcança também o Legislativo, tornando ainda mais complexa a superação da chamada questão agrária brasileira”.

aumentar a área de plantio para produtos de exportação, o agronegócio se alia ao latifúndio atrasado para combater a luta pela Reforma Agrária e as organizações dos trabalhadores rurais Sem Terra (JORNAL SEM TERRA, Julho de 2004, nº 242, p.3).

5.2 – As Associações Do JST Entre O Latifúndio E O Agronegócio

Em agosto de 2004, o JST publicou um artigo do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes que, desde o final dos anos 1980, era um dos assessores do MST. Nele o autor apresentou o agronegócio como “a nova denominação do latifúndio” reiterando a ideia que vinha sendo construída e apontou o termo agronegócio como a nova imagem do latifúndio, trazendo consigo parte das características que definiam o seu antecessor. Este artigo reúne parte das características que estavam sendo atribuídas ao agronegócio até então, embora ainda apresente mais definições do que seja o latifúndio do que o próprio agronegócio, expressando a dificuldade do MST em definir as formas de seu adversário e, por vezes, o associando ao próprio termo latifúndio.

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo [...] esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem. Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo (sic), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 2004, nº 243, p.4).

Diante desta estreita vinculação entre o latifúndio e o agronegócio que, segundo Fernandes, estava associada à tentativa de refazer a imagem negativa dos latifundiários junto à sociedade, teve início o processo de transformação e renovação nos modos de exploração da terra e também quanto ao modo de empregar a mão de obra no campo, além de inserir nesta temática mais uma variável: a questão da produtividade, que ganharia novos contornos com o agronegócio.

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de

produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. Nessa nova fase de desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, se torna o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 2004, nº 243, p.4).

O esforço em procurar definir o agronegócio de forma estrutural e conceitual tornava-se explícito naquele momento, quando ele acaba recebendo grande parte das críticas associadas ao latifúndio, como a concentração de terras e forte exploração de mão de obra. Porém, outras vinculações já não se encaixam tão bem nesta aproximação como, por exemplo, no caso da produtividade e da estrutura de produção, pois o agronegócio ganha destaque promovendo justamente a elevada produtividade do setor pelo grande consumo de insumos e maquinários modernos, ou seja, procurando-se mostrar como intensamente moderno e altamente produtivo em seus domínios.

Associado ao tema da produtividade, o agronegócio lança mão, segundo Fernandes, de um outro artifício para se mostrar importante para a economia brasileira: a completa vinculação a ele de toda a produção agrícola brasileira, não mencionando a contribuição da agricultura camponesa.

Outra construção ideológica do agronegócio é convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção da agropecuária. Toda vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio. É a arte da supremacia. Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária com se fosse o único produtor do país. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo - com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola. O agronegócio vende a ideia de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível. Essa condição é reforçada pela mídia e por estudiosos que homogeneizam as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território como se fossem da mesma natureza (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 2004, nº 243, p.4).

Fernandes também afirma que o principal impedimento para o avanço do agronegócio seria a ocupação de terra feita pelos trabalhadores rurais nos latifúndios improdutivos, e que necessitaria ser combatida para a manutenção da expansão e reprodução do agronegócio. É neste sentido que, de acordo com Fernandes, as ocupações de terra seriam criminalizadas.

As ocupações de terra ferem profundamente esta lógica e por essa razão o agronegócio investe ferozmente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a espacialização desta prática de luta popular. O controle do território e das formas de acesso à terra é objetivo da mercantilização da reforma agrária. Não importa para o capital ser o dono da terra, o que importa é que a forma de acesso seja por meio das relações de mercado, de compra e venda. O controle da propriedade da terra é um dos trunfos do agronegócio. É fundamental que a terra esteja disponível para servir à lógica rentista. Por essa razão, as ocupações de terra são uma afronta ao agronegócio, porque essa prática secular de luta popular encontra-se fora da lógica de dominação das relações capitalistas. Assim, o sacro agronegócio procura demonizar os movimentos socioterritoriais que permanentemente ocupam a terra. [...] A cada ano o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa ou familiar. O empobrecimento dos pequenos agricultores e o desemprego estrutural agudiza as desigualdades e não resta à resistência camponesa outra saída a não ser a ocupação da terra como forma de ressocialização. As ocupações de terras do agronegócio já começaram nas regiões onde esse modelo de desenvolvimento controla a maior parte do território, concentrando riqueza e aumentando a miséria. Este é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 2004, nº 243, p.4).

Na seção de estudos do JST em outubro de 2004, foi publicada uma reportagem falando sobre “As reais consequências do agronegócio”, em que o principal objetivo era tentar apontar as principais características do agronegócio enquanto modelo agrícola e os efeitos de seu avanço.

Os traços ressaltados na reportagem demonstram o quanto indefinido o próprio agronegócio ainda estava para o MST, principalmente pelo fato associar a este quase tudo aquilo que se relaciona com o latifúndio, procurando negativar a imagem do setor que se mostra tão moderno. Segundo a reportagem,

Apregoado aos quatro ventos como representante do desenvolvimento econômico do Brasil, o agronegócio esconde sua verdadeira face. Com a ajuda de setores da grande imprensa, muitas verdades sobre esse sistema de agricultura ficam ocultadas da maior parte da população. Trabalho escravo, uso indevido da água, demissões, acusações de desvio de dinheiro público, assassinatos. Todos esses pontos fazem parte do modelo que é vendido como a modernidade e o futuro do país (JORNAL SEM TERRA, Outubro de 2004, nº 245, p.3).

Casos de violência contra os trabalhadores rurais e a constante impunidade em relação a estes fatos levaram o JST a relatar mais uma vez como este processo de violência mostrava-se mais intenso no meio rural brasileiro, agora sendo associado ao avanço do agronegócio e de sua crescente aceitabilidade política e econômica em diversos setores da sociedade brasileira. Em seu editorial de novembro de 2004, o JST relatou assim sua posição:

Torna-se implacável a constatação que a violência contra os trabalhadores rurais ocorre justamente no mesmo período em que o agronegócio recebe prioridades na política econômica do atual governo. É ‘endeusado’ pela grande mídia e setores da intelectualidade brasileira e se apresenta à sociedade com uma faceta de modernidade. [...] a manutenção da estrutura

fundiária e de seus privilégios econômicos e políticos exigirá dos latifundiários uma prática conservadora, atrasada e, sempre que necessário, violenta e criminosa (JORNAL SEM TERRA, Novembro de 2004, nº 246, p.2).

A manchete do JST na edição conjunta de dezembro/2004 e janeiro/2005 abordou como foco central a articulação dos movimentos sociais através da realização do Fórum Mundial de Reforma Agrária⁷⁹. E, pela segunda vez, expôs em sua capa⁸⁰ a chamada para uma entrevista onde o agronegócio estava em destaque, desta vez analisado pelo economista Guilherme Delgado.

Nesta entrevista, publicada na seção de estudos, Delgado afirmou ao JST que “O Desenvolvimento Rural é mais que um Agronegócio”, procurando demonstrar de que maneira este modelo de disseminou no mundo e no Brasil, expondo sua teia de relações e, principalmente, como e para quem vai a riqueza gerada pela sua atividade, além das consequências sociais que esta prática vem ocasionando nos lugares em que está sendo implementada. Procurando conceituar o termo, Delgado inicia a entrevista descrevendo as transformações pelas quais o agronegócio passou até atingir sua configuração atual:

Desde a passagem do primeiro para o segundo mandato de FHC, a expressão agronegócio [...] virou doutrina oficial do governo, com forte repercussão na mídia e em vários segmentos tecnoburocráticos e no Congresso Nacional. Poucas pessoas têm se dado ao trabalho de indagar o significado final do agronegócio, que interesses ele atende, qual economia política reforça no espaço rural brasileiro. Formalmente, a noção do agronegócio é similar a dos complexos agroindustriais – conjunto de atividades econômicas que abastecem a agricultura (insumos, bens de capital e serviços) e outras tantas que se agregam à produção primária (agroindústria transformadora). Essa é uma massa de atividades e serviços que a CNA mede e divulga periodicamente como produto do agronegócio, que estima girar em torno de 1/3 do PIB geral. Por esse critério, o agronegócio seria um agregado econômico, como outro qualquer, comparável aos similares estadunidenses, europeus, chineses, sem qualquer distinção conceitual (JORNAL SEM TERRA, Dezembro/2004 e Janeiro/2005, nº 247, p.3).

Posteriormente, Delgado aponta as peculiaridades do modelo de agronegócio adotado no Brasil, destacando-o como um dos mais desiguais e devastadores do mundo, principalmente pela maneira na qual ele marginaliza a agricultura familiar fazendo uso de práticas sociais perversas. E será justamente neste último ponto que o MST centra seus esforços críticos:

O agronegócio brasileiro, confrontado com padrões internacionais, é o mais desigual de todos. Apoiado em uma estrutura fundiária de forte concentração da propriedade – parte produtiva e improdutiva – sem controle fiscal, social e ambiental eficaz, que realiza um processo de concentração da renda rural na contramão dos direitos sociais e da incorporação produtiva do trabalho.

⁷⁹ Evento realizado na cidade de Valencia, na Espanha, entre os dias 4 a 6 de dezembro de 2004, com a participação de mais de 600 pessoas. Nele, buscou-se debater, sobretudo, a necessidade de uma agenda mundial sobre a reforma agrária, visto que a sua implementação é alvo de conflitos e debates em todo o mundo, assim como os desafios de se construir um outro modelo de agrícola diferente do atual (JORNAL SEM TERRA, Dezembro/2004 e Janeiro/2005, nº 247, p.8-9).

⁸⁰ Ver ANEXO L na página 168.

[...] O produto e a renda que dele se derivam reforçam os vetores de desigualdade de renda e de acesso à terra; marginalizam a economia familiar para um lugar de indigência social; e ainda induzem a formas perversas de migração urbana. Isso ainda se faz sob a égide de uma utilização do meio ambiente (água, solos e florestas) altamente predatória. [...] O agronegócio tradicional brasileiro precisa ingressar na era da modernidade social, rompendo com sua clássica aliança com a grilagem de terras, trabalho escravo e a depredação ambiental. Aí sim, poderemos caminhar para um projeto de desenvolvimento que une a nação (JORNAL SEM TERRA, Dezembro/2004 e Janeiro/2005, nº 247, p.3).

O período final da frase de Delgado na passagem acima demonstra como o agronegócio estava sendo contestado diante de suas consequências para a sociedade de modo geral, mas também merece destaque a tentativa de se enquadrar o agronegócio brasileiro nos limites da lei, ou seja, condenando as suas práticas mais agressivas, seja ao meio ambiente ou à vida humana.

O tema do agronegócio torna a ser publicado com grande apelo no editorial da edição de abril de 2005 do JST, sob o título: “Agronegócio – o pior negócio para os brasileiros”. No intuito de formar uma opinião para dentro do Movimento sobre quais eram as principais características que faziam do agronegócio o projeto adversário da produção voltada para a agricultura familiar, o presente editorial reúne informações presentes nas edições anteriores pautadas em diversas entrevistas e artigos de estudiosos sobre o tema, e apresenta uma ampliação do seu conceito sobre o que seja o agronegócio, principalmente se compararmos à primeira grande abordagem sobre o tema, presente no editorial de junho de 2004. O editorial de abril de 2005 aponta:

Este é o momento de debate com a sociedade nacional sobre as graves consequências do agronegócio para a soberania. Diante da lentidão do governo na Reforma Agrária, ele tenta se mostrar para a população como o único caminho rentável para a agricultura. [...] O agronegócio, concentrador de renda e riqueza, que se intitula como avançado, gera, fome e miséria, exportando grãos que deveriam matar a fome de milhares dos brasileiros. O latifúndio [...] passou a questionar a proposta de revisão dos índices de produtividade da terra. A fixação de índices está prevista no Estatuto da Terra (elaborado na década de 60) e na Lei Agrária de 1993, que determina a sua atualização periódica. [...] O tema do índice de produtividade bate no agronegócio e na concentração de renda. Os latifundiários querem manter as terras improdutivas, produzindo grãos para exportação, trabalho escravo, violência, e impedindo que o governo faça a Reforma Agrária (JORNAL SEM TERRA, Abril de 2005, nº 250, p.2).

Ainda nesta edição, um tema diretamente relacionado ao agronegócio e sua força junto ao governo é a extrema concentração de crédito agrícola, na medida em que a maior parte do financiamento governamental se destina ao agronegócio, como destaca o JST. Segundo a matéria publicada, as pequenas propriedades receberam, na safra 2005/2006, a quantia de R\$ 7 bilhões de reais através do governo, enquanto que ao agronegócio o montante investido correspondeu a R\$ 39,5 bilhões de reais (JORNAL SEM TERRA, Abril de 2005, nº 250, p.10).

Seguindo esta linha de constante comparação entre agricultura familiar e agronegócio, a edição de julho de 2005 do JST trouxe, pela primeira vez como manchete⁸¹ do jornal (anteriormente a menção foi feita por chamadas de entrevistas), o termo agronegócio e sua relação oposta com o modelo da agricultura familiar. Neste destaque, a notícia em pauta era que “Ruralistas dão calote e quem paga a conta é o povo”, o JST contrastava com a informação de que “os pequenos e médios produtores são os responsáveis por alimentar o Brasil, gerar renda e trabalho para a população do campo. Entretanto, são os representantes do agronegócio que mais recebem dinheiro público, através de empréstimos que nunca são pagos” (JORNAL SEM TERRA, Julho de 2005, nº 253, p.1).

Este tema ocupou a parte central do JST que, em reportagem especial, destacava: “Povo brasileiro paga dívidas do agronegócio” (JORNAL SEM TERRA, Julho de 2005, n 253, p.8-9). Ao pontuar como a agricultura familiar estava sobrevivendo com a crescente ausência de créditos para sustentar sua produção, ao mesmo tempo a reportagem destacava que os ruralistas tinham cada vez mais acesso a subsídios governamentais que tornavam o agronegócio competitivo no mercado, tendo como agravante o não pagamento destes empréstimos públicos bancados pelo Tesouro Nacional.

No editorial de novembro de 2005, após algumas edições sem grandes abordagens mais incisivas sobre o tema, o JST apresentou duras críticas ao governo Lula e começou a firmar uma posição menos esperançosa com relação às mudanças prometidas e até então não cumpridas por ele, apesar de reconhecer que o processo de criminalização dos movimentos sociais havia diminuído no período do governo Lula. Neste sentido, o balanço feito pelo MST e exposto publicamente através do JST reiterava a necessidade de que a luta dos sem terra deveria permanecer ativa, sem que a chegada do novo governo pudesse representar um período de caminhos tranquilos rumo às conquistas desejadas.

Nos últimos anos, enfrentamos um contexto desfavorável na luta de classes. Com a vitória de Lula à presidência, acreditamos que seria possível intensificar a correlação de forças de esquerda em torno de um projeto alternativo de desenvolvimento para o país. Entretanto, o processo de Reforma Agrária teve poucos avanços e a classe trabalhadora sofreu diversas derrotas. O capitalismo avançou no campo. A aliança entre as empresas transnacionais que atuam na agricultura com os fazendeiros fortaleceu o modelo do agronegócio. A política econômica se manteve nos marcos da subordinação aos interesses do capital internacional e financeiro, priorizando as exportações e o *superávit* primário. [...] O governo atendeu as principais demandas do capital na agricultura: transgênicos, renegociação das dívidas dos fazendeiros, prioridade ao agronegócio (JORNAL SEM TERRA, Novembro de 2005, nº 257, p.2).

Este tom crítico à preferência do governo Lula pelo agronegócio motivou novas ofensivas por parte do MST, refletidas assim em análises presentes no JST, conforme o editorial da edição de março de 2006, onde foi apontada a disputa de modelos em choque na gestão do referido governo e sua relação com o atraso na política de reforma agrária, remontando mudanças estabelecidas desde a última década do século XX. Segundo o editorial:

Desde a década de 1990, com a implementação da política econômica neoliberal, no governo Collor e nos dois mandatos de FHC, a agricultura

⁸¹ Ver ANEXO M na página 169.

passou a ser dominada por um novo sistema de produção e tecnologia. Um modelo que foi sendo adotado em aliança entre as grandes empresas transnacionais e os latifundiários capitalistas. Dessa aliança surgiu o agronegócio. E qual a proposta desse sistema para organizar a agricultura brasileira? Priorizar fazendas com grandes extensões de terra, que se dedicam ao monocultivo para exportação (JORNAL SEM TERRA, Março de 2006, nº 260, p.2).

Nesta mesma edição, o JST enfatizou uma mobilização da Via Campesina⁸² que gerou grande repercussão na mídia: a ocupação de uma fazenda pertencente à empresa Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul.

O alvo: uma propriedade provada de uma grande empresa multinacional do agronegócio. A forma como foi feita: uma ação coletiva, que foi literalmente à raiz da questão. Responsáveis pela execução: mulheres campesinas. A combinação desses três fatores é que explica porque a ação da Via Campesina na Aracruz do Rio Grande do Sul, em 8 de março, provocou tanta polêmica e se constitui como um marco na história das lutas populares no Brasil e talvez no mundo. [...] A ação da Via Campesina afronta exatamente estes pilares (JORNAL SEM TERRA, Março de 2006, nº 260, p.10).

Confrontar o projeto do agronegócio através das características que o projeto da agricultura familiar apresenta foi a principal estratégia do MST para mobilizar os movimentos sociais e a sociedade brasileira a protestar contra o modelo dominante. E o JST apresentava estas características, dando destaque à adoção da agroecologia, veiculando, desde o fim dos anos 1990, a importância de práticas voltadas para um cultivo que respeitasse mais o meio ambiente.

Neste sentido, a manchete do JST apontava que a agroecologia seria um caminho para a construção de um novo modelo para o campo. Em reportagem especial, o JST enfatizou as características positivas que este tipo de modelo traria para o meio rural brasileiro, principalmente por se tornar uma alternativa frente às consequências ambientais devastadoras que o agronegócio sempre foi criticado. Segundo o JST,

Trabalhar a terra com respeito, sem o uso de agrotóxicos, preservando a natureza para as futuras gerações. Este é um dos princípios da produção agroecológica, uma alternativa concreta e viável ao modelo do agronegócio, que destrói o meio ambiente e gera pobreza e violência no campo. [...] São de exemplos concretos que vêm a força do debate político sobre a produção agroecológica, que respeita a diversidade cultural e biológica das diferentes regiões do Brasil. Esta é a proposta do MST para o campo brasileiro (JORNAL SEM TERRA, Junho de 2006, nº 263, p.8-9).

⁸² Esta ocupação pelas mulheres da Via Campesina nas terras da Aracruz Celulose ocorreu no mesmo período em que se realizava na capital do Rio Grande do Sul a II Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), promovida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Em paralelo a esta conferência, cerca de duas mil mulheres ligadas à Via Campesina fizeram uma ocupação e destruíram os viveiros de mudas de eucalipto da empresa Aracruz Celulose, na cidade de Barata Ribeiro (RS). O ato foi em protesto à monoculturas de eucaliptos no estado, que formam os chamados desertos verdes. Depois do ato, as mulheres da Via Campesina seguiram até a capital gaúcha, na marcha comemorativa ao dia internacional da mulher, para entregar um documento com as reivindicações da Via Campesina na Conferência da FAO.

Em agosto de 2006, com a proximidade das eleições presidenciais, o JST começou a fortalecer sua oposição ao agronegócio. Para tanto, estabelece comparações deste com a histórica concentração de terra e de renda no Brasil, apresentando-o como “O novo rosto do latifundiário brasileiro: agronegócio”, em seu editorial:

Nesta nova etapa de enfrentamento ao neoliberalismo, vemos a construção de uma aliança entre o grande proprietário de terras – o latifúndio – com o capital internacional. O fruto desta parceria: o modelo do agronegócio. Em termos de acumulação de capital há uma forte ligação entre os que detêm a renda fundiária com os que detêm o lucro médio industrial. [...] Outra característica é o uso contínuo da violência, através do aparato do Estado e também pelas instâncias jurídicas. [...] E isso se dá muitas vezes pelos laços de parentesco e de classe. Os meios de comunicação também têm papel decisivo nesta história porque impõe a ideologia, visão de mundo, valores e cultura do agronegócio. E assim, pautam como temas principais os preços, a rentabilidade, o progresso técnico, as exportações, o seu papel no Produto Interno Bruto (PIB). Sequer mencionam os direitos sociais, o acesso à terra, os salários, a vida, os trabalhadores analfabetos, mal pagos e explorados (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 2006, nº 265, p.2).

Neste editorial, o JST destaca que o agronegócio é uma expressão política desenvolvida pelos grandes proprietários de terra como forma de unificação de um discurso visando expressar uma unidade de classe, cada vez mais fortalecida diante de seu destaque na mídia. Ainda assim a relação entre latifúndio e agronegócio se faz presente nesta exposição do JST, ao apontar o agronegócio como o moderno latifúndio. Torna-se mais explícito o entendimento do que seja agronegócio para o MST segundo as lentes do jornal, que vai aos poucos agregando ao termo significados que ora se assemelham ao latifúndio e ora se afastam do conhecido opositor:

Tudo isso deixa claro que o agronegócio é uma expressão política, criada pelos próprios fazendeiros, para expressar a unidade de classe dos proprietários de terra com o capital internacional. [...] A articulação com ministros e com a bancada ruralista para controlar as mudanças na legislação rural também faz parte da estratégia do agronegócio. No Brasil ainda vivemos um processo contínuo da concentração da propriedade da terra. [...]. A consequência da valorização da carne bovina brasileira é a geração cada vez maior de extensões de terra para atender às exportações. Essa é a cara do moderno latifúndio, o inimigo principal da classe trabalhadora do campo e da cidade. É necessário fazer uma luta para deslegitimar o agronegócio perante a sociedade brasileira. Para isso, devemos desenvolver formas de luta e de resistência no campo e na cidade. Isso somente será possível com a unidade das forças sociais, de forma a construir um projeto popular para agricultura e para o país (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 2006, nº 265, p.2).

Nas edições finais de 2006, o JST entrou no debate eleitoral e destacou em muitas de suas páginas as críticas do MST quanto às articulações que o agronegócio possui com os meios de comunicação e com o capital financeiro internacional. Desta maneira, procurava-se vincular esse modelo aos grandes adversários do Movimento, objetivando assim apontar as críticas quanto à presença de representantes deste modelo no governo Lula e indicando que tal

aproximação deveria ser rompida em caso de vitória do governo nas eleições, para que o mesmo pudesse cumprir com o seu compromisso de realizar a reforma agrária no país.

A primeira edição de 2007 trouxe uma série de destaque, dentre eles a manchete que apontava ser o ano do V Congresso Nacional do MST. No editorial desta edição, o JST destacava “Os entraves da Reforma Agrária”, e apontava alguns fatores que impediam a realização desta, principalmente pela falta de decisão política do governo federal, algo apontado como comum desde a época após a ditadura militar.

O governo Lula precisa ter a mesma clareza que os latifundiários demonstraram nas eleições de 2006, quando derrotaram sua candidatura em todas as regiões onde predominam o latifúndio e o agronegócio. Já é hora de perceber que o latifúndio e o agronegócio são incompatíveis com políticas de distribuição de renda e justiça social no campo. Não é possível conciliar o atual modelo agrícola com os objetivos de democratização fundiária e com o incentivo à agricultura familiar (JORNAL SEM TERRA, Janeiro de 2007, nº 269, p.2).

O texto faz menção tanto ao latifúndio como ao agronegócio, afirmando que eles são contrários à ideia de se promover uma democratização fundiária. Já no editorial “Pela transformação da agricultura brasileira”, o JST aponta novos elementos para caracterizar o agronegócio, associado também à escalada na produção de cana voltada para atender ao mercado (nacional e internacional) de biocombustível, conforme indicado pelo editorial:

Recentemente têm surgido diversas notícias sobre a expansão do modelo produtivo do agronegócio em nosso país. Novos investimentos em fábricas de papel e celulose, que demandam o aumento da área plantada com pinus e eucalipto. Novas usinas de álcool e biodiesel geram um verdadeiro mar de cana e de soja em monoculturas por todo o Brasil. Novas variedades de produtos transgênicos resistentes a herbicidas ou ao ataque de pragas. [...] Já sabemos que é possível produzir em quantidade e sem o uso de agroquímicos, transgênicos e sem novos desmatamentos. Mas para isso temos que nos unir e nos organizar no enfrentamento ao modelo representado pelo agronegócio. Não há como transformar a agricultura brasileira com base na agroecologia e na justiça social sem derrotar o latifúndio, o agronegócio e o capitalismo (JORNAL SEM TERRA, Fevereiro/Março de 2007, nº 270, p.2).

Nota-se no trecho final da passagem acima um apontamento importante do MST: ele interliga e nomeia os adversários que precisam ser derrotados para que se promova a justiça social. São eles: o latifúndio, o agronegócio e o capitalismo. A junção destes elementos pelo MST pressupõe unir não somente os adversários, mas também o conjunto de críticas contra eles, identificando neles a figura de um modelo agrícola que não atende as demandas dos trabalhadores rurais e da sociedade.

5.3- A Identificação Dos Atributos Do Novo Adversário

Em abril de 2007, o JST realizou entrevista com o geógrafo Ariovaldo Umbelino, que analisou justamente as transformações indicadas na edição anterior do jornal. Para Oliveira, estava sendo criado “o novo mito do agronegócio”, que já teria tido na soja esta justificativa e, agora, o produto a ser o novo marco do agronegócio seria o etanol. Na análise do pesquisador,

Em 2003 e 2004, todos devem se lembrar, o grande mito do agronegócio era a soja. Agora é o etanol, ou, como prefere a maioria dos brasileiros, o álcool combustível. É assim, construindo um mito atrás do outro, que os latifundiários vão construindo ilusões para a maioria da população de que a agricultura capitalista no Brasil é, agora, a salvadora do planeta terra. Com a soja, todos se recordam, a agronegócio do país ia salvar a humanidade da fome. Nenhuma coisa e nem outra (JORNAL SEM TERRA, Abril/Maio de 2007, nº 271, p.4-5).

Continuando sua observação, Ariovaldo aborda também as condições de trabalho, apontadas por ele como degradantes e muitas vezes associadas à escravidão, como uma das marcas do setor sucroalcooleiro nacional:

A origem do trabalho na cana, como todos se lembram, foi baseada na escravidão, e tudo indica que ela não acabou. Aliás, há ainda hoje a presença de trabalho escravo em usinas e destilarias. Várias delas já estiveram na lista suja do Ministério do Trabalho. [...] É este quadro das relações de trabalho nos canaviais brasileiros que levam a uma conclusão: o agronegócio do etanol e do açúcar é a reatualização do passado. Estão certos aqueles que dizem que o setor sucroalcooleiro que nasceu da escravidão, ela não acabou. Por isso, o etanol não é um combustível limpo, ele está manchado pelo ‘suor, sangue e a morte que banham o açúcar e o álcool brasileiro’, como denunciou a pesquisadora do Ministério do Trabalho brasileiro, Maria Cristina Gonzaga (JORNAL SEM TERRA, Abril/Maio de 2007, nº 271, p.4-5).

O principal destaque do JST na edição de junho de 2007 foi, sem dúvida, a realização do 5º Congresso Nacional do MST. Além de ser a manchete do jornal, o evento ganhou também o editorial para se divulgar as principais informações de decisão que foram debatidas no Congresso, a fim de indicar a continuidade da luta pela terra com justiça social, buscada desde a formação do Movimento. Dentre os 18 compromissos assumidos, destacamos os três que abordam de maneira direta as temáticas envolvendo o adversário político e as diversas formas de exploração dos trabalhadores rurais, como por exemplo, o trabalho escravo:

ITEM 4 – lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados e prioritariamente as propriedades de capital estrangeiro e dos bancos; ITEM 5 – Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso de agrotóxicos e a monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.; ITEM 7 – Exigir o fim imediato do trabalho escravo, a superexploração do trabalho e a punição dos seus responsáveis. Todos os latifúndios que utilizam qualquer forma de trabalho escravo devem ser expropriados, sem nenhuma indenização, como prevê o Projeto da Emenda Constitucional já aprovado em primeiro turno na Câmara dos Deputados (JORNAL SEM TERRA, Junho de 2007, nº 273, p.4-5).⁸³

⁸³ Diversas manobras de cunho político, articuladas pelos representantes da bancada ruralista, atrasam a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 57-A/1999 ou PEC 438 que há 14 anos tramita no Congresso. Uma delas foi a proposta que, de modo geral, propunha uma nova redação para o que está definido como trabalho escravo, procurando associar esta prática aos métodos dos séculos passados, ou seja, quase inexistente no país, para assim se evitar as desapropriações nas terras em que forem registradas o trabalho

Como se percebe, o latifúndio ainda imperava como principal adversário para os sem terra. Na edição de agosto de 2007, publicou-se no JST uma entrevista do economista Carlos Vainer, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), abordando o avanço do capital sobre o acesso e controle dos recursos hídricos disponíveis em nosso território. Nesse sentido, torna-se um ponto de reflexão o título conferido à matéria: “Água: fonte de lucro x fonte de vida”. Segundo Vainer, a busca do lucro pelo capital alcança mais um elemento fundamental para a manutenção da vida no planeta: a água. Este controle sobre a água pelo capital recebe o nome de hidronegócio, definido pelo autor como

[...] o processo de apropriação da base material da vida, que é a água, e da sua incorporação ao processo de acumulação de capital. Todo processo de acumulação do capital envolve a água como insumo fundamental, mas o lugar que ela ocupa no processo de valorização de diferentes setores do capital é diferente (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 2007, nº 275, p.4).

Na edição de abril, já no ano de 2008, através da reportagem sobre “As novas facetas da violência no campo”, o JST apontou que, diante da falta de uma efetiva política de reforma agrária, surgiram no campo as chamadas milícias privadas (JORNAL SEM TERRA, Abril de 2008, nº 281, p.4). Essas milícias⁸⁴, segundo a reportagem, seriam empresas de segurança que atuam no campo promovendo a mesma tática que se utilizava anos atrás, com os conhecidos jagunços, para ameaçar ou executar lideranças dos movimentos sociais e trabalhadores rurais. Além disso, consta ainda a questão das agravantes condições de trabalho em que diversos trabalhadores são submetidos em diversas regiões do país, comprovadas por denúncias e ações do Ministério Público em fazendas que vinham sendo multadas por praticarem o trabalho escravo (JORNAL SEM TERRA, Abril de 2008, nº 281, p.4).

No editorial de agosto de 2008, o JST expressou uma opinião que se apresentava latente ao longo das últimas edições, já demonstrando pouca expectativa da realização da reforma agrária no governo Lula. Sob o título de “Governo abandona Reforma Agrária – Políticas sociais para os pobres e repressão para os movimentos sociais” (JORNAL SEM TERRA, Agosto de 2008, nº 285, p.2), o editorial daquela edição apontava como os representantes do setor do agronegócio conseguiam ampliar os seus domínios dentro do governo, exercendo pressão política para a manutenção de diversos privilégios que beneficiassem seu modelo agrícola. Outro tema recorrente nesta disputa, era a crescente oferta de financiamento para o agronegócio, em contraste com os considerados parcos subsídios para a agricultura familiar.

Diante da crise de alimentos que afetou parte do mundo em 2008, o JST destacou, na reportagem “Sem a agricultura familiar crise dos alimentos seria pior” (JORNAL SEM TERRA, Setembro de 2008, nº 286, p.8-9), que a situação do mercado brasileiro só não ficou

escravo. Desta forma, as definições legais para os casos do trabalho análogo à escravidão estão sendo tratadas a partir das regras da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Portanto, é possível perceber o quanto o poder político e a força da bancada ruralista se faz presente em discussões que delimitam a execução de métodos para a desapropriação de terras no país. Ver mais em: <<http://www.trabalhoescravo.org.br/>>, acesso em 15 de julho de 2013.

⁸⁴ O surgimento de grupos armados no campo não chega a ser novidade nos anos 2000, pois desde os anos 1980 o próprio JST apresentou reportagem, abordada no capítulo anterior, indicando a formação de milícias particulares no campo. Importante apenas registrar que, se o predomínio da violência registrada no JST foi intenso até o fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, a partir do governo Lula as manchetes do jornal pouco haviam apontado esta temática, que torna a ser mais presente de 2005 em diante, conforme trechos do JST citados ao longo deste capítulo.

ruim devido à participação da agricultura familiar como grande abastecedora de alimentos básicos, no comparativo com o agronegócio que pauta sua produção para a exportação, tendo como base seus produtos monocultores, como a soja e a cana, por exemplo.

Na primeira edição do JST de 2009⁸⁵, que comemorava os 25 anos do MST, uma entrevista de João Pedro Stédile, da direção nacional do Movimento, apresenta elementos importantes quanto aos adversários políticos que o MST elencou durante sua existência, explicitando neste caso o latifúndio e, mais recentemente, o agronegócio.

Em “Do latifúndio ao agronegócio”, Stédile procura apontar quais características destes adversários permanecem vivas e sendo combatidas pelo Movimento, e de que maneira as mudanças inerentes ao processo do avanço do capitalismo no campo fez surgirem novos adversários, que dificilmente conseguiam ser captados por uma definição rígida, já que uma de suas principais marcas era ter uma estrutura ramificada, bastante articulada, que dificultava a captura de um único sujeito de ação que pudesse ser materializado enquanto “inimigo”.

As mudanças dos inimigos da Reforma Agrária fazem parte da evolução do capitalismo. No início do Movimento, o inimigo principal era o latifúndio, porque concentrava terra e porque havia uma possibilidade real de ser feita uma Reforma Agrária nos moldes clássicos, em que a distribuição de terra é combinada com a indústria. E este modelo era de interesse de uma burguesia industrial. Quando o modelo do capitalismo industrial entrou em crise na década de 80, na seguinte década, a classe dominante brasileira evoluiu para um capitalismo internacionalizado, dominado pelo capital financeiro. Essa nova etapa do capitalismo chegou na agricultura, durante os últimos seis anos, com essa nova forma de dominação por meio das empresas transnacionais. Elas passam a controlar o modo de produzir: insumos, adubos, fertilizantes, venenos, máquinas, o comércio agrícola e os preços. E elas fazem uma grande aliança desse novo capitalismo com os fazendeiros capitalistas, para inclusive se apoderarem do latifúndio atrasado e incorporarem as áreas de latifúndio a esse modelo. Esse modelo, aplicado à agricultura, é que se chama agronegócio. Com essa mutação, a luta pela Reforma Agrária passou a incorporar novos inimigos. Ela não só continua enfrentando o latifúndio, mas agora também as empresas transnacionais, o capital financeiro por trás delas, e o modelo do agronegócio. Antes havia a ocupação do latifúndio e a gente enfrentava o fazendeiro. Agora, por trás do fazendeiro tem uma grande empresa, tem o Estado brasileiro, que o protege, colocando em primeiro lugar não a eliminação da pobreza e da desigualdade, mas a produção (JORNAL SEM TERRA, Janeiro/Fevereiro de 2009, nº 289).

Em mais um tentativa de estabelecer conexões entre as características do latifúndio e do agronegócio, o JST entrevista um representante da coordenação nacional do MST, Jaime Amorim, em setembro de 2009, que apontou os arranjos estabelecidos no Nordeste durante o governo Lula, articulando o setor do agronegócio na região e perpetuando assim as mazelas que há anos marginalizavam a população nordestina:

⁸⁵ A partir de janeiro de 2009, o método de consulta da pesquisa ao JST foi realizado pela internet, visto que o banco de dados do CEDEM disponibiliza o JST de 1981 a 2008. Neste caso, consultamos o JST diretamente na página eletrônica do MST na internet.

No Nordeste, convivem o latifúndio e as grandes reservas de território para o agronegócio. Estão o capital internacional e o trabalho escravo. Existe a seca, e as melhores terras do mundo. Há também o povo do Nordeste, que historicamente luta para romper as cercas que impedem o desenvolvimento pleno da região (JORNAL SEM TERRA, Setembro de 2009, nº 296).

Na edição de outubro de 2009, o JST expôs em sua capa⁸⁶ como manchete “*O jogo da burguesia – Armas e alvos da nova ofensiva da burguesia*”, onde apontava as forças políticas que dominam o setor agrícola brasileiro, defensor do modelo voltado para o agronegócio, utilizando-se para isso de uma referência às principais cartas de um jogo de baralho (como o Rei de Espadas – agronegócio; dama de paus – Kátia Abreu, senadora pelo DEM (TO) e considerada a representante maior da bancada ruralista no Congresso Nacional; coringa – governo federal e ás de ouro – mídia burguesa), associando desta maneira cada carta a um adversário político (JORNAL SEM TERRA, Outubro de 2009, nº 297). A associação estabelecida configura as principais forças políticas ligadas ao agronegócio e a sua estreita ligação com o governo federal, estabelecendo acordos que beneficiam o setor e alimenta esta aliança que torna clara a vinculação entre o público e o privado no Brasil.

Esta ofensiva, segundo o JST, seria uma resposta dos setores políticos conservadores diante das conquistas da Jornada Nacional de Lutas do MST, que colocou em pauta a discussão de suas bandeiras, lançando mão de uma crítica mais contundente quanto à necessidade de se realizar uma revisão dos índices de produtividade, congelados desde meados da década de 1970.

Neste sentido, o JST apontou como estes representantes estavam articulados, com o intuito de impedir a revisão dos índices de produtividade, temendo que a divulgação de que os números apresentados como salvadores da economia brasileira não fossem tão reais assim.

Segundo outra reportagem do JST, onde “Só a luta pode desmascarar as injustiças”, questiona-se a manutenção do modelo do agronegócio diante da recusa em aceitar a revisão dos índices:

Ora, se o agronegócio afirma que “sustenta” o país, que bate recordes de produtividade e que domina a tecnologia no campo, por que tanto medo de atualizar 3 décadas de atraso e estabelecer um índice que apenas afirme o que já seria real? Para que a sociedade não discuta e não perceba que não é o agronegócio que sustenta o país, mas o contrário. [...] Logo, não é o medo da desapropriação de terras, mas da falácia do seu modelo que assusta o agronegócio (JORNAL SEM TERRA, Outubro de 2009, nº 297).

Em dezembro de 2009, com a reportagem “Os inimigos da Reforma Agrária”, o JST apresentou os nomes dos parlamentares que, segundo o MST, eram contrários aos movimentos populares e às lutas sociais no país. De acordo com o texto, estes representantes políticos

São fazendeiros e empresários rurais, que foram financiados por grandes empresas da agricultura e colocaram seus mandatos a serviço do latifúndio e do agronegócio. Nas costas, carregam denúncias de roubo de terras, desvio de dinheiro público, rejeição à desapropriação de donos de terras com trabalho escravo, utilização de recursos ilícitos para campanha eleitoral, devastação ambiental e tráfico de influência (JORNAL SEM TERRA, Dezembro de 2009, nº 299).

⁸⁶ Ver ANEXO O na página 171.

A diferença com relação a outras abordagens sobre o tema é que, desta vez, o JST apontou claramente o nome e também a vinculação política e pessoal que cada um destes políticos acusados de praticarem diversas irregularidades possuíam naquele momento, considerando-os inimigos na disputa pela implementação do projeto da agricultura familiar como modelo agrícola para o país, visto que os representantes são apontados como defensores do modelo do agronegócio. Esta divulgação serviu para o MST vincular o nome destes políticos ao agronegócio e associar a estes o impacto causado pelo agronegócio. Neste sentido, procurava-se diminuir a ofensiva dos representantes do setor para promover a CPMI da Terra que, conforme já mencionamos, foi proposta com o objetivo de investigar os movimentos sociais que atuam no campo e, diante da força política estabelecida para esta CPMI, procurar ampliar o processo de criminalização dos movimentos sociais.

Os nomes apontados pelo JST eram: Kátia Abreu, senadora (DEM-TO) e suplente na CPMI; Ronaldo Caiado, deputado federal (DEM-GO); Abelardo Lupion, deputado federal (DEM-PR) e titular na CPMI; Onyx Lorenzoni, deputado federal (DEM-RS) e titular na CPMI; Álvaro Dias, senador (PSDB-PR) e titular na CPMI; Luiz Carlos Heinze, deputado federal (PP-RS) e Valdir Colatto, deputado federal pelo PMDB/SC (JORNAL SEM TERRA, Dezembro de 2009, nº 299).

Seguindo esta linha de percepção de seus adversários no campo da representação parlamentar, o MST procura divulgar amplamente as composições que estavam sendo feitas para combater os movimentos sociais e suas lutas, utilizando-se do Jornal Sem terra como porta-voz e propagador da crítica quanto aos seus novos “inimigos”. Neste sentido, a edição do JST de maio de 2010 aponta a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) como “a nova cara da UDR”, vinculando a imagem da CNA, que também já existia há tempos, à antiga entidade que fora acusada de coordenar em todo o país ataques e perseguições aos trabalhadores rurais.

Chegando perto das eleições, se repete a tática de fazer campanha de cunho ideológico e preconceituosa contra os movimentos sociais e contra os setores organizados da esquerda. Como era de se esperar, o ataque vem dos setores mais conservadores do campo, representado pela nova UDR: a CNA. Sua coordenadora, a fazendeira e senadora do Tocantins Kátia Abreu (DEM), conta com apoio dos grandes meios de comunicação e de setores do judiciário, coordenados pelo ilustre advogado tucano e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. O processo de repressão aos movimentos sociais é parte da história política de combate a todas as formas de organização de trabalhadores que se propõem a fazer luta (JORNAL SEM TERRA, Maio de 2010, nº 303).

A manchete do JST de junho de 2010 traz mais uma ofensiva do MST contra o agronegócio: a crescente associação deste último com a exploração de trabalho escravo em pleno século XXI, contestando-se desta forma o caráter moderno e tecnológico tão propagado pelos defensores do agronegócio enquanto modelo viável para a sustentação da agricultura brasileira. Em “Trabalho escravo na base do ‘moderno’ agronegócio”, o JST aponta que:

Desde 1995, o governo federal possui uma equipe móvel de fiscalização de situações ilegais do trabalho em fazendas e empresas rurais. Em apenas 15 anos de atuação, foram aproximadamente 40 mil pessoas libertadas do regime de escravidão em 2.600 estabelecimentos rurais, em praticamente todos os estados da federação (JORNAL SEM TERRA, Junho de 2010, nº 304).

Ainda nesta reportagem, o JST afirma que o regime de escravidão encontra motivos de sobrevivência diante das características do agronegócio, que necessita explorar grandes extensões de terra para obter o maior lucro possível. Esta vinculação começa a ser intensificada nos registros do jornal. Segundo o JST:

Além da exploração da força de trabalho, o aumento do lucro se dá pelo fato de muitas terras serem griladas, o que permite aos fazendeiros atuar com competitividade no mercado, pois não gastam com investimentos e geram uma mercadoria com baixo custo de produção. [...] As relações das empresas ligadas ao agronegócio com o trabalho escravo se dão de forma direta quando ela mesma escraviza ou compra matéria-prima de fornecedores que exploram (JORNAL SEM TERRA, Junho de 2010, nº 304).

As edições do JST a partir de setembro de 2010 abordam com maior ênfase a disputa eleitoral para a presidência do Brasil e procuram indicar em suas matérias que não há um candidato que se comprometa em combater o agronegócio como modelo para a agricultura. Porém, o jornal aponta, já na época do segundo turno das eleições, ter a sua preferência pela vitória da representante do PT na disputa (Dilma Rousseff), por identificar que o seu opositor (José Serra, representante do PSDB) é ligado às forças de direita e, assim, representar uma possível escalada de maior criminalização e perseguição aos movimentos sociais (JORNAL SEM TERRA, Outubro de 2010, nº 307).

O editorial de janeiro de 2011 do JST trouxe à tona logo em seu título o principal desafio a ser encarado pelo MST: “É preciso desmascarar o agronegócio”. A partir desta mensagem inicial, o editorial apresenta, diante do novo cenário político com o início do governo de Dilma Rousseff, que uma das principais metas do MST neste período seria de “construir ações que desmascarassem as consequências ambientais e sociais do agronegócio”. O próprio editorial também se encarrega de mostrar o caminho a ser percorrido para que esta meta seja cumprida:

Contrapor este modelo significa também que precisamos avançar na construção no nosso projeto, através dos nossos assentamentos. É na vida cotidiana e política dos assentamentos que podemos influenciar o entorno de nossas áreas, ajudando a politizar demandas sociais e organizar a população do interior do país (JORNAL SEM TERRA, Janeiro de 2011, nº 309, p.2).

E a primeira edição do JST de 2011 torna a explorar em sua capa mais uma entrevista de Horácio Martins de Carvalho, onde o mesmo aborda o papel do Brasil junto à organização do agronegócio mundial.

A estrutura da produção agropecuária e florestal dos médios e grandes estabelecimentos rurais no Brasil sempre se moldou de forma a atender aos interesses da burguesia agroexportadora, assim como à demanda mundial de produtos do setor primário. E essa tendência se torna cada vez mais acentuada na medida direta que as grandes empresas transnacionais dominam a oferta interna de sementes, insumos, máquinas e a agroindustrialização, assim como o comércio internacional de commodities. Isso significa que essas empresas transnacionais possuem o controle estratégico da produção agropecuária e florestal no país. [...] A agricultura brasileira se reafirma na divisão internacional da produção social

como produtora de matérias-primas para a agroindústria. A partir da racionalidade do agronegócio, se confirma como um ramo da indústria. Portanto, uma economia agrícola subalterna (JORNAL SEM TERRA, Janeiro de 2011, nº 309, p.4).

Sobre o poder que o capital financeiro possui junto ao setor agrícola, Horálio Carvalho explica ao JST o quanto o agronegócio cresceu a partir de sua completa inserção no ramo industrial e aponta os diversos ramos de domínio em que o agronegócio se sustenta como força econômica:

A agricultura do agronegócio, ao se tornar efetivamente um ramo da indústria, proporcionou condições mais efetivas para o domínio dos grandes conglomerados de empresas transnacionais da indústria química sobre a produção de alimentos, fibras e a agroenergia. A oligopolização desses mercados foi uma consequência esperada sob a concepção neoliberal de sociedade. A terra, a água doce, as florestas, o litoral, enfim, os recursos naturais, amplo senso, tornaram-se mercadorias, portanto, objeto de lucro e de negociação nas bolsas. Vivenciamos, há algumas décadas, uma transição fundamental na economia mundial provocada pela hegemonia do capital financeiro: todas as dimensões da vida se tornaram mercadoria e o lucro, a única referência na gestão das sociedades (JORNAL SEM TERRA, Janeiro de 2011, nº 309, p.4).

A crítica contra o domínio do agronegócio sobre os recursos naturais e sua capacidade de contaminar estes recursos foi o tema da reportagem “O veneno é a cara do agronegócio”, publicada no JST de fevereiro/março de 2011. Através de uma entrevista concedida por Marisa de Fátima, assentada e integrante da coordenação nacional do MST, o JST apresentou algumas das ações que pautariam as manifestações organizadas pelas mulheres diante de mais 8 de março, Dia Internacional da Mulher. O JST afirmava que uma das bandeiras de luta das mulheres era o combate aos agrotóxicos, apontado como integrante fundamental do agronegócio e criticando o excesso de seu uso no Brasil:

Neste ano de 2011, os agrotóxicos ganham destaque. Um dos pilares do modelo de exploração capitalista da agricultura, os venenos são utilizados em larga escala em nosso país. Larguíssima: o Brasil tem o triste título de “campeão” no consumo desse tóxico (JORNAL SEM TERRA, Fevereiro/Março de 2011, nº 310, p.4).

Em outro destaque, a matéria sobre “A bancada do agronegócio: quem são eles?”, o JST abordou a nova configuração do Congresso Nacional, indicando que a chamada Bancada Ruralista se reorganizaria com a chegada de novos representantes. Segundo o JST, esta bancada “[...] composta por deputados e senadores que defendem o agronegócio, tem caráter informal e pluripartidário, sem um programa definido, mas extremamente competente quando o assunto é a defesa de seus interesses e privilégios” (JORNAL SEM TERRA, Fevereiro/Março de 2011, nº 310, p.10).

O agronegócio voltaria a ser abordado com maior ênfase na manchete de junho/julho de 2011, sob o título “Código Florestal: agronegócio tenta flexibilizar lei para devastar o país”, que relatou os possíveis efeitos, considerados perversos, causados pela flexibilização das leis ambientais do Código Florestal, que permitiria acobertar diversas ações danosas ao meio ambiente a serem praticadas pelos latifundiários e seus interesses (JORNAL SEM TERRA, Junho/Julho de 2011, nº 313, p.8-9).

Deste modo, o JST aponta quais são as entidades que são contrárias às mudanças previstas (Via Campesina, MST, CUT, Fetraf, CNBB, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Greenpeace, OAB, Marcha Mundial das Mulheres, dentre outros) que apenas facilitaria a devastação ambiental e também apresenta os que defendem estas mudanças, que somente visaria o aumento dos lucros dos latifundiários e sua impunidade frente à legislação, sob a alegação de que estas mudanças eram necessárias para o desenvolvimento do país (entre os que apoiavam essas medidas, o JST destacou: deputado Aldo Rebelo/PCdoB, o Ministério da Agricultura, latifundiários representados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, empresas transnacionais da agricultura – como a Monsanto, Cargil, Bungle e ADM). O embate entre os modelos agrícolas do agronegócio e da agricultura familiar camponesa disputavam não somente espaço político mas também o apoio da sociedade e da mídia em geral para fortalecer os seus argumentos frente à legislação.

As últimas edições do JST em 2011 (agosto e uma edição conjunta de setembro/outubro) apresentaram mobilizações em torno de ações da Via Campesina, avaliações sobre o início do governo de Dilma Rousseff e a não implementação de uma política de reforma agrária dentro do Programa Brasil Sem Miséria (nova versão do programa Fome Zero), que seria o carro chefe do governo em termos de programa social voltado para a população de baixa renda do país. Estas edições não exploraram nenhuma grande matéria com foco direto no latifúndio ou no agronegócio, ressaltando alguns temas paralelos como a questão dos agrotóxicos, os desafios para a manutenção dos assentamentos e demais temas ligados às dificuldades e perspectivas quanto a realização de uma efetiva reforma agrária em nosso país.

Como apontado neste capítulo, buscando construir uma leitura do termo agronegócio, o MST procurou elencar um conjunto de dados e significados que transformasse a imagem deste adversário até então novo para o Movimento nos anos 2000. E o Jornal Sem Terra foi não só um importante meio de divulgação mas também de construção das características deste opositor. A leitura do JST indica que não havia uma ideia de substituição de um pelo outro, até mesmo porque o próprio MST não deixou de apontar o latifúndio como adversário.

O que temos a partir da leitura do JST é a ideia de se vincular ao agronegócio os diversos atributos negativos já associados à figura do latifúndio, procurando dessa maneira desmistificar a imagem de sucesso e de dependência agrícola e econômica brasileira que foi atribuída ao agronegócio na condição de símbolo da modernização da agricultura. Imagem elaborada pelo próprio setor e com uma estreita vinculação de interesses privados junto ao âmbito político, estabelecendo assim uma complexa rede que alcançou forte apoio estatal para promover e assegurar, junto à sociedade, a nova imagem do campo brasileiro: o sucesso do empresário rural, que utiliza o que há de mais moderno em suas terras, que as explora intensamente através de fertilizantes, insumos e máquinas capazes de garantir uma elevada produtividade, com o uso de técnicas e o emprego de qualificada mão de obra.

Em sentido oposto, o MST, através do Jornal Sem Terra, procura demonstrar o impacto social resultante dessa visão sobre o homem do campo, que é questionada no JST, dentre outras causas, pelo fato do aumento do número dos sem terra enquanto despossuídos do bem que os caracteriza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos por terra no Brasil ocorrem desde o descobrimento e persistem em pleno século XXI. Com diferentes contextos ao longo do tempo, estes conflitos demonstram a manutenção de uma perversa característica de nosso país: a desigualdade social. Neste caso, ela reflete não somente a histórica dificuldade de acesso à terra, mas também aponta a negação de direitos a elevada parcela da população, seja ela do campo ou da cidade.

Deste modo, ao analisarmos a questão agrária nacional tendo como foco o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), procuramos potencializar a contribuição deste ator no debate, principalmente ao explorar uma de suas principais estratégias de mobilização e de divulgação de suas ideias: *o Jornal Sem Terra* (JST). Ao ser constituído como um dos porta-vozes do Movimento, o JST representa uma relevante fonte de pesquisa sobre os conflitos por terra no Brasil, registrando desde o início dos anos 1980 as ocupações no Sul do país que, posteriormente, originariam o próprio MST. E por esta razão nos debruçamos sobre o JST no intuito de valorizarmos os seus registros enquanto memória dos conflitos, mas também buscando compreender as estratégias utilizadas pelo MST para se constituir enquanto movimento social e construir as suas principais propostas e bandeiras de luta definindo neste processo os seus adversários.

A ênfase da pesquisa, com foco na construção do opositor, não esgota o papel do Jornal Sem Terra para o MST. Sua função mais expressiva, inicialmente, é de informar a sociedade e a grande imprensa sobre os conflitos por terra que se expandiam no território nacional, no início dos anos 1980. Além disso, buscava-se também angariar apoio para os colonos então acampados na Encruzilhada Natalino. Estes movimentos funcionais indicam a existência de dois públicos do jornal: um interno e outro externo. Mas uma característica em comum os aproxima: o uso do jornal enquanto instrumento de propaganda das ideias do MST, levando para ambos as demandas do Movimento e atuando como propagador de novas estratégias de luta.

A defesa pelo direito à terra e ao trabalho onde viviam foi uma ação catalisadora que, embalada sob a pressão dos conflitos e buscando a aplicação de leis, ocasionou a construção de uma série de reivindicações, tão plurais e diversas quanto o próprio Movimento. E o JST foi usado como um dos meios de intermediação entre as propostas do MST e os trabalhadores, rurais e urbanos, que, sob os mais diferentes aspectos, forjaram uma identidade própria: sem terra.

Através do JST tornou-se possível compreender as transformações que o setor agrícola enfrenta desde meados do século XX com a modernização de sua estrutura, e os desafios que ela impõe ao setor de modo geral e em particular a mão de obra que explora. E no bojo destas mudanças, o jornal também registrou a progressiva constituição de um novo ator político, o MST.

Neste sentido, ao nos debruçarmos sobre diferentes contextos políticos e econômicos em que o debate sobre a questão agrária e suas variáveis já esteve presente, consideramos relevante destacar uma característica fundamental para entender a leitura do MST sobre este processo e de como isso reflete nas páginas do seu porta-voz, o JST: a propriedade da terra enquanto expressão de poder. Seja ele político, econômico ou social, o poder conferido à propriedade da terra atravessa as gerações e os contextos dos conflitos e se faz presente como elemento central do debate, por representar até mesmo a dificuldade do MST em se afastar do seu adversário mais conhecido: o latifúndio.

Uma das principais características que se faz presente na leitura do JST é que não há uma substituição dos opositores: latifúndio e agronegócio convivem enquanto adversários do MST. Como o primeiro esteve no centro dos debates que procuravam caminhos para o processo de desenvolvimento do país tornou-se uma referência quanto à luta pela terra no Brasil.

Neste caso, o latifúndio é o opositor conhecido do MST, que se apropriou das características atribuídas historicamente a ele, resultantes principalmente do debate sobre o tema nos anos 1950/1960. Porém, a questão ganha novos contornos nos anos 1980/1990, mas sem que o Movimento atentasse para as transformações do setor, oriundas desde os anos 1970, como fruto de medidas político-econômicas, nacionais e internacionais, que provocaram uma rápida e intensa modernização tecnológica da agricultura e agravaram os conflitos por terra. Com isso, o MST também apontou o latifúndio como adversário, reconhecendo na sua existência o impedimento da realização da reforma agrária enquanto proposta maior do seu projeto de desenvolvimento para o país.

Interessante notarmos também como o JST incorpora, ao longo de seus editoriais e artigos, as falas e o discurso acadêmico dos intelectuais que se debruçam sobre a temática agrária e contribuem para a identificação e qualificação do adversário, resgatando debates e conceitos que foram importantes para a definição dos conceitos em debate. Neste sentido, o JST confere espaço a esses artigos no jornal e através deles procura legitimar as bandeiras do MST na sociedade e também procura apoio e reconhecimento social às suas ações na luta pela terra como um direito. Neste caso, as ocupações de terra, enquanto estratégia de pressão junto ao governo, ganham destaque ao questionar a supremacia do direito à propriedade frente aos demais direitos da população, instituídos pela Constituição. E foi justamente através das ocupações de terras, públicas ou privadas, que o MST deu continuidade à história dos conflitos por terra no Brasil, cujas contribuições de outros movimentos sociais estão presentes desde as suas raízes, a começar pela identificação do seu principal adversário: o latifúndio.

Desta forma, identificamos a dificuldade que o MST teve em reconhecer seu novo adversário, assim como não deixou de apontar o latifúndio como principal opositor, já que pesa contra este uma marca histórica, e, portanto, mais reconhecida pela sociedade, diferente do que ocorre com o agronegócio.

Sem abandonar o seu adversário histórico, o MST identifica na figura do agronegócio o seu novo opositor nos anos 2000, apesar dele ter sido produto da intensa modernização da agricultura brasileira em curso desde os anos 1970, como reflexo das mudanças promovidas no setor agrícola para agregar os diferentes estágios que envolvem a produção.

Ao identificar no agronegócio traços de seu adversário mais clássico, o MST foi aos poucos descolando esta proximidade entre ambos ao perceber que o agronegócio estava vinculado a um complexo conjunto de fatores que dificulta a sua individualização ou personificação, diferente do modo como identificou o seu antecessor. Se o latifúndio é tido como terra improdutiva, associado a grandes extensões de terra, com baixo uso de tecnologia, cujas formas degradantes de trabalho abriga o trabalho escravo, o novo opositor, agronegócio, procura inverter a lógica desta imagem por se inserir nas mudanças tecnológicas que elevaram a produtividade das áreas do campo, tornando estas terras amplamente produtivas. E isso não quer dizer que o agronegócio esteja vinculado somente às questões da terra. Pelo contrário: a terra é apenas um dos elementos, embora fundamental, que compõe sua complexa estrutura de organização.

Além disso, uma característica comum entre estes adversários é expressa oportunamente pelo JST ao longo de suas edições nesses 32 anos de circulação: o uso da violência para assegurar a propriedade da terra. Ação típica dos latifundiários e grandes empresas ligadas ao agronegócio, principalmente frente às ocupações de terra.

Portanto, o que temos a partir da leitura do JST é a ideia de se vincular ao agronegócio os diversos atributos negativos já associados à figura do latifúndio, procurando dessa maneira desmistificar a imagem de sucesso e de dependência agrícola e econômica brasileira que foi atribuída ao agronegócio na condição de símbolo da modernização da agricultura.

Imagen elaborada pelo próprio setor e com uma estreita vinculação de interesses privados junto ao âmbito político, estabelecendo assim uma complexa rede que alcançou forte apoio estatal para promover junto à sociedade, com forte apoio de grupos dos meios de comunicação, a nova imagem do campo brasileiro: o sucesso do empresário rural, que utiliza o que há de mais moderno em suas terras, que as explora intensamente através de fertilizantes, insumos e máquinas capazes de garantir uma elevada produtividade, com o uso de técnicas e o emprego de qualificada mão de obra.

Em sentido oposto, o MST procura demonstrar o impacto social resultante desse modelo de produção, dentre outras causas, pelo aumento do número de trabalhadores sem terra no país; pela degradação do meio ambiente causada pelo uso excessivo de agrotóxicos e as doenças adquiridas através do manuseio do produto ou do consumo de alimentos que foram expostos a ele.

Destaca-se também o modo, o contexto e a ênfase conferida a cada um desses termos. Na leitura do JST, é notável como, geralmente, o latifúndio é utilizado para questões referentes à terra, como por exemplo a sua extensão e o não cumprimento de sua função social, tornando-se possível a sua desapropriação para fins de reforma agrária. Quando o tema em debate é a produção, o termo agronegócio é mais utilizado, procurando apontar para as graves consequências socioambientais causadas por sua produtividade, que se encontra envolvida por uma moderna estrutura tecnológica (alvo de intensa divulgação pelos setores de apoio ao agronegócio como forma de se desvincular da ideia de extensas terras improdutivas).

Esta hipótese é fruto da estreita vinculação analisada através do *Jornal Sem Terra* ao explorar as características dos seus adversários, sem que um represente a supressão do outro. Ao recordarmos uma das notícias de capa do jornal apresentadas no trabalho (JORNAL SEM TERRA, nº 242, julho de 2004), visualizamos um caminho para compreender o processo de construção do adversário do MST: “O latifúndio improdutivo é a peça chave para a expansão do agronegócio”.

A frase acima aponta direções de entendimento sobre os caminhos percorridos pelo MST para nomear, identificar, conceituar e combater os seus adversários. Ao mesmo tempo, ela dá pistas de que as investigações sobre este tema estão longe de se esgotarem, visto que os atores em debate encontram-se em constante processo de mutação. Transformando-se, eles também forçam este movimento sobre as suas análises, que aqui procuramos desenvolver e contribuir com observações que possam ser úteis no processo de compreensão dos conflitos por terra no Brasil e como os seus atores reconhecem os seus adversários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENTEJANO, Paulo R. R., PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, LACERDA, Andressa Elisa, LEITE, Luiza Chuva Ferrari, SANTOS, Luis Henrique Ribeiro dos, SANTOS, Renata Soares da Costa, SILVA, Diógenes Luiz da, SILVA, Thiago Lucas Alves da, & SILVEIRA, Débora Mendonça. *Mapa dos Conflitos Fundiários no Campo Brasileiro*. Relatório de Pesquisa CNPq. Niterói, 2007.
- ALIMANDRO, Regis; PINAZZA, Luiz Antonio (org.). *Reestruturação no Agribusiness Brasileiro: Agronegócios no Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: ABAG, 1999.
- ARAÚJO, N. B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L.A. *Complexo Agroindustrial: o agribusiness brasileiro*. São Paulo: Agroceres, 1990.
- BITTENCOURT, G. Agricultura familiar e agronegócio: questões para pesquisa. Lima, D. A., Wilkinson, J.(ed.). *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. 1a. ed. Brasília: Paralelo 15. p. 85-94, 2002.
- BNDES. *O BNDES e o Plano de Metas*, Rio de Janeiro, 1996.
- BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Revista Estudos, Sociedade e Agricultura*, nº 5, novembro, p.5-31,1995.
- CALDART, Roseli S. *A Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular. 3. ed., 2004.
- _____. CALDART, Roseli. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados* 15 (43), p. 207-224, 2001.
- CAMARGO, Aspásia Alcântara de. "A questão agrária: crise de poder e reformas de base". In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. Sociedade e Política (1930-1964)*. 2ª ed., São Paulo, DIFEL, t. III, vol. 3, 1986.
- CARTER, Miguel. *Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- CONCRAB. *Cooperativas de produção: questões práticas*. São Paulo: Concrab/MST, 1996.
- DAVIS, J.H. e GOLDBERG, R. *A concept of agribusiness*. Boston: Harvard Graduate School of Business Administration, 1957.
- DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. 1a. ed. Campinas: Ícone/Ed.Unicamp, 1985.
- _____. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados* 15 (43), p. 157-172, 2001.
- _____. A Questão Agrária no Brasil: 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana et al. *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.
- Estatuto da Terra, Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Acesso em dezembro de 2012 e disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. “Formação e territorialização do MST no Brasil”. In: Carter, M. *Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

GOODMAN, D., SORJ, B., WILKINSON, J. (1985). Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. *Revista de Economia Política*. 5, 1985.

_____. *Da Lavoura às Biotecnologias: Agricultura e Indústria no Sistema Internacional*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

GRAZIANO da SILVA, J. *A modernização dolorosa*. São Paulo: Zahar, 1982.

_____. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. Complexos agroindustriais e outros complexos. *Reforma Agrária* 21(3): 5-34, 1991.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações. *Textos para Discussão* (Economia/UFP) n° 186 Abril/2006;

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GRYNSZPAN, M. A afirmação do agronegócio: novos agentes e representações do rural. In: Anais do Encontro Anual da ANPOCS, 33: Caxambu, 2009.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUILHOTO, Joaquim José Martins; PARRÉ, José Luiz. A desconcentração regional do agronegócio brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*, vol.55, n°2, Rio de Janeiro, Abril/Junho 2001.

HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio e CINTRÃO, Rosângela. *Sociedade e Economia do Agronegócio: um estudo exploratório. Proposta de Pesquisa* – Fundação Ford. Out/2006 (mimeo).

KAGEYAMA, A., GRAZIANO DA SILVA, J. *A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas: IE/Unicamp, 1987.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Que Fazer?* 2ª ed. Lisboa: Edições Avante, 1978.

LERRER, Débora Franco. Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum. In: *Revista NERA*, Presidente Prudente, Ano 8, n. 7 pp. 125-140 jul./dez. 2005.

_____. *Trajetórias de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ (Tese de Doutorado), 2008.

_____. *Representações e concepções políticas em torno do agronegócio*. (Relatório preliminar da pesquisa: Sociedade e Economia do agronegócio: um estudo exploratório); 2009.

LINHARES, Maria Yedda & Da SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Terra prometida. Uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney e TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. In: *Lua Nova*, São Paulo, 2009.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil: 1945-1964*. Dissertação de mestrado apresentada à USP/FFCL, São Paulo, 1983.
- _____. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989.
- _____. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*, Rio de Janeiro, Unrisd e Editora da UFRRJ, 2002.
- _____. *Reforma agrária e lutas no campo*. Artigo de 07 de março de 2006, disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/templates/coluna>>; acesso em 30 de agosto de 2013.
- _____. *A luta por terra no Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 2009. Arquivo disponível na rede mundial de computadores em <http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/2009/nota_tecnica_a_luta_por_terra_no_brasil_e_o_movimento_dos.pdf>., acesso em 30 de maio de 2013.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. 2006. *A questão agrária no Brasil: A classe dominante agrária natureza e comportamento (1964-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MESQUITA, R. G. M et al. Análise da Carta ao Povo Brasileiro de 2002. In: *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*, UFPE, Recife (PE). GT – 08 Emancipação, Cidadania e Reconhecimento: Experiência, Memória e Projeto, 2007.
- MOTTA, Marcia (org.). *Dicionário da Terra*. RJ: Civilização Brasileira, 2005.
- MULLER, Geraldo. Agricultura e industrialização no campo. *Revista de Economia Política*, 1982.
- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e STÉDILE, João Pedro. *O Agronegócio x Agricultura Familiar e a Reforma Agrária*. Cartilha da Concrab - Junho 2004.
- _____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: *Revista Terra Livre*, São Paulo. Ano 19, v.2, nº 21, p 113-156, Jul./dez. 2003.
- ORTEGA, Antonio César. *Agronegócio e representação de interesses no Brasil*. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- PALMEIRA, Moacir. Os anos 60: Revisão Crítica de um Debate. In: *Anais do seminário revisão crítica da produção sociológica voltada para a agricultura*. ASESP/CEBRAP: São Paulo, 1984.
- _____. *Modernização, Estado e questão agrária*. Rio de Janeiro. Museu Nacional, 1989, (mimeo).
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In: *CPT. Conflitos no Campo – Brasil 2003*. Goiânia: CPT, 2004.
- _____. Geografia da Violência contra a Pessoa no Campo Brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação. In: *CPT. Conflitos no Campo – Brasil 2004*. Goiânia: CPT, 2005.
- ROMÃO, Lucília M. S. O discurso do agronegócio e a evidência do sentido único. *Revista NERA*, Presidente Prudente, p. 1-13, nov./dez. 2006.

ROMÃO, Lucília M. S. e PACÍFICO, Soraya M. R. Muito além de giz e lousa: análise do litígio discurso em torno da questão agrária. *Revista NERA*, Presidente Prudente, Ano 11, nº. 12 pp. 98-107 Jan.-jun./2008.

SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAUER, Sérgio, SOUZA, Marcos Rogério de, e TUBINO, Nilton. “O Parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da CPMI da Terra”. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. São Paulo, ABRA, vol. 33, nº. 2, ago/dez, 2006, p. 41s.

_____ *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 73 p. (Texto para Discussão, 30), 2008.

SILVA, Diógenes Luiz da. *Conflitos por terra no Rio de Janeiro na segunda metade do século XX*. Monografia de Conclusão de Graduação-Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Faculdade de Formação de Professores, Departamento de Geografia, 2008.

_____. *A inserção do agronegócio nos conteúdos do ensino da Geografia*. Monografia de Conclusão do Programa de Pós-Graduação do Curso de Especialização em Educação Básica – Modalidade de Ensino em Geografia (FFP/UERJ), 2009.

SILVA, José Gomes da. *Caindo por terra: crises da Reforma Agrária na Nova República*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

STEDILE, João Pedro. *A quem interessa o modelo do agronegócio?* Publicado no dia 28/06/2004 no site: www.mst.org.br.

TARROW, Sidney. *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, Vozes, 2009.

PERIÓDICOS CONSULTADOS:

Jornal Sem Terra. Publicação do MST. Edições de 1981 a 2011.

www.abgrp.org.br

www.campohojenet.br

www.cartamaior.com.br

www.cptnacional.org.br

www.fao.org.br

www.fetagrs.org.br

www.formacaosocialista.blogspot.com.br

www.iteral.al.gov.br

www.mst.org.br

www.ocb.org.br

www.ong.portoweb.com.br/direitoshumanos

www.planalto.gov.br

www.senado.gov.br

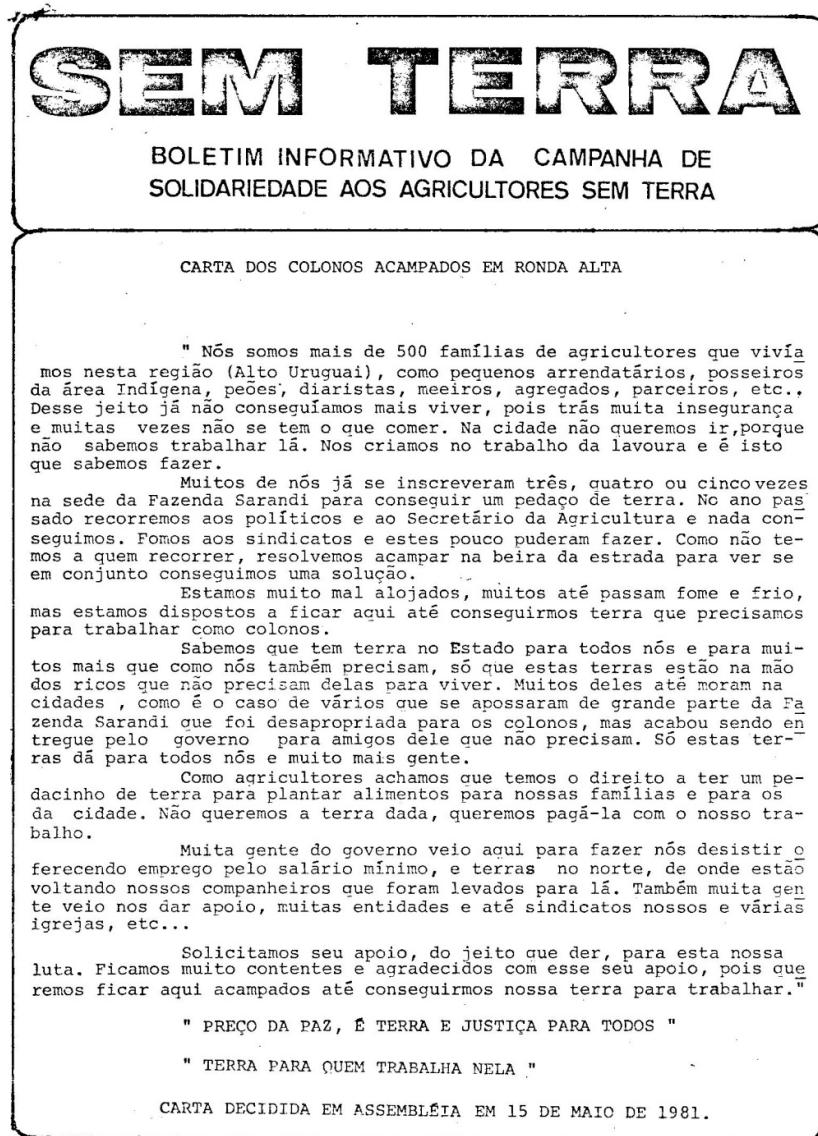
www.sinap.org.br

www.trabalhoescravo.org.br

ANEXOS

ANEXO A

Capa do primeiro exemplar do Boletim SEM TERRA, 15 de maio de 1981.



VEJA COMO APOIAR NA ÚLTIMA PÁG.

ANEXO B

Boletim SEM TERRA, nº 10, 7 de agosto, 1981: O latifúndio em destaque.

Movimento dos sem-terra relacionou 763 mil hectares de latifúndios.

A seguir esclarecemos as manobras do INCRA que responde aos colonos dizendo que não há terras para eles no Estado. Mas agricultores sabem que elas existem e que Estatuto da Terra fala em desapropriação de latifúndios.

A Contag está atenta à situação dos acampados na luta por seus direitos. Também os Bispos, padres reunidos em Propriá, Sergipe, reprovam a ação do governo. Arquidiocese de Olinda e Recife continua apoiando. A Frente Nacional do Trabalho (SP) elogia a tenacidade dos acampados e promete apoio mais eficaz.

Veja a solidariedade nesta edição

SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

Porto Alegre, 7 de agosto de 1981. nº 10

EM PORTO ALEGRE:

Colonos reafirmam disposição de ficar no Estado. E não aceitam intervenção no acampamento.

Os 180 representantes das mais de 500 famílias acampadas foram sequestrados por forte aparato. Eles vieram reivindicar terras no Estado junto ao governo. Os colonos rejeitaram a proposta de que o INCRA tomasse conta do acampamento.

ENQUANTO ISSO, EM RONDA ALTA:

Exército ocupa Encruzilhada Natalino

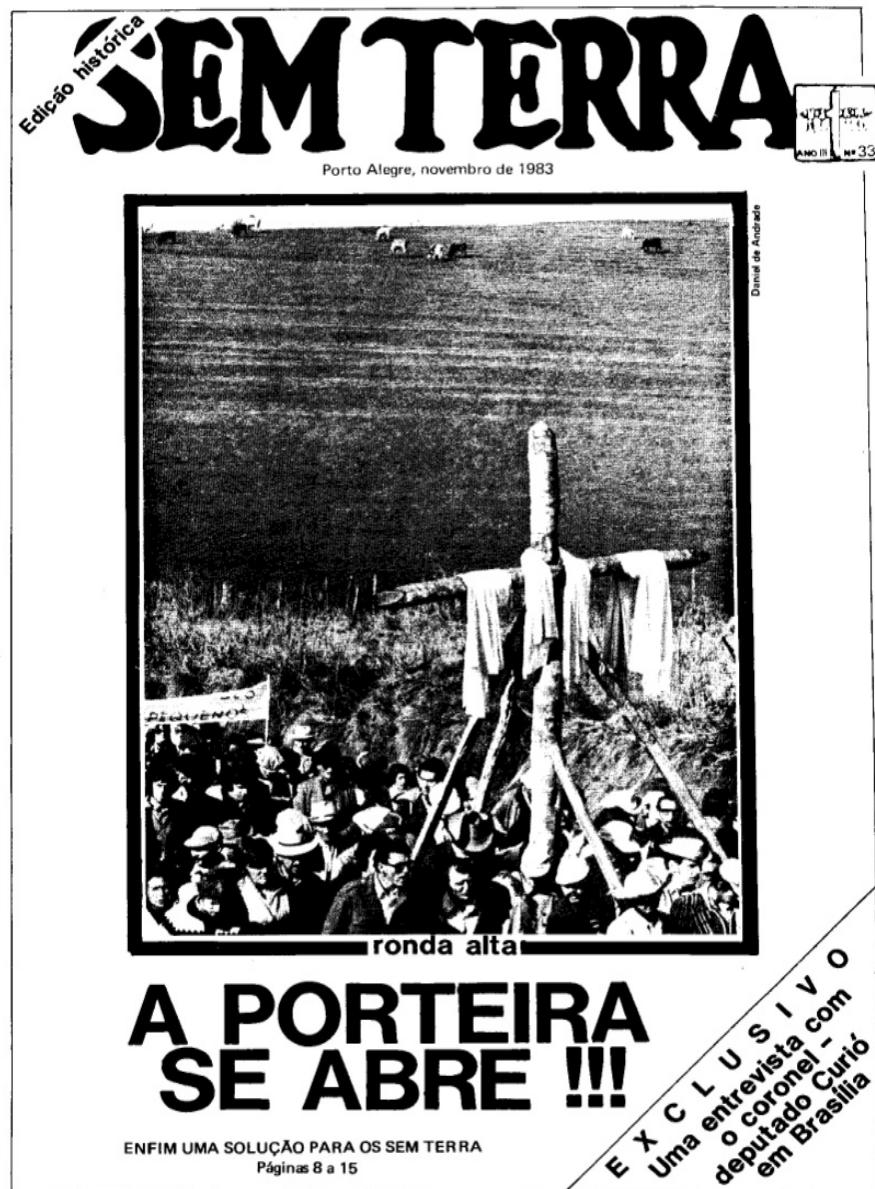
Enquanto a comissão de acampados fazia contatos com as autoridades em Porto Alegre, contingentes do Exército e da Brigada Militar, liderados pelo tenente-coronel Sebastião de Moura, o "Curió", ocupavam o acampamento. Saiba como está a Encruzilhada Natalino lendo o relatório da situação.

Mais uma vez "Curió" luta contra os agricultores

"Estou aqui apedido do presidente da república". Assim o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura se apresentou aos colonos. "Curió" é famoso por seus trabalhos para o Serviço Secreto do Exército contra os posseiros.

ANEXO C

Boletim SEM TERRA, nº 33, novembro de 1983: Solução para Ronda Alta.

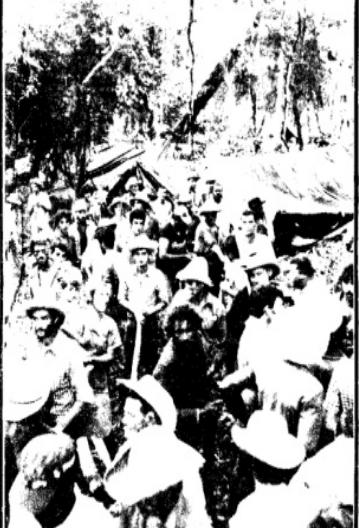


ANEXO D

JORNAL SEM TERRA, nº 36, julho de 1984: 1^a edição no formato JST.

JORNAL DOS TRABALHADORES
SEM TERRA

ANO III - Nº 36 Porto Alegre Julho de 1984



IVINHEMA
DESPONTA
UMA
ESPERANÇA

Dois meses depois da ocupação de uma área da Colonizadora SOMECO, no município de Ivinha (MS), o governador Wilson Barbosa Martins anunciou a compra de terras para assentear os lavradores, que foram despejados após 15 dias de resistência ao cerco da polícia no meio da mata. Atualmente, as 500 famílias, cerca de 3 mil pessoas, estão acampadas numa pequena área cedida pela Igreja na Vila São Pedro, no município de Dourados, há 60 quilômetros de Ivinha. A Empresa SOMECO, que recorre contra os lavradores, é proprietária de 70 por cento das melhores terras da região. Ela fundou o município de Ivinha e há 20 anos exerce o maior poder político e econômico do local.

Página Central



BÓIAS-FRIAS

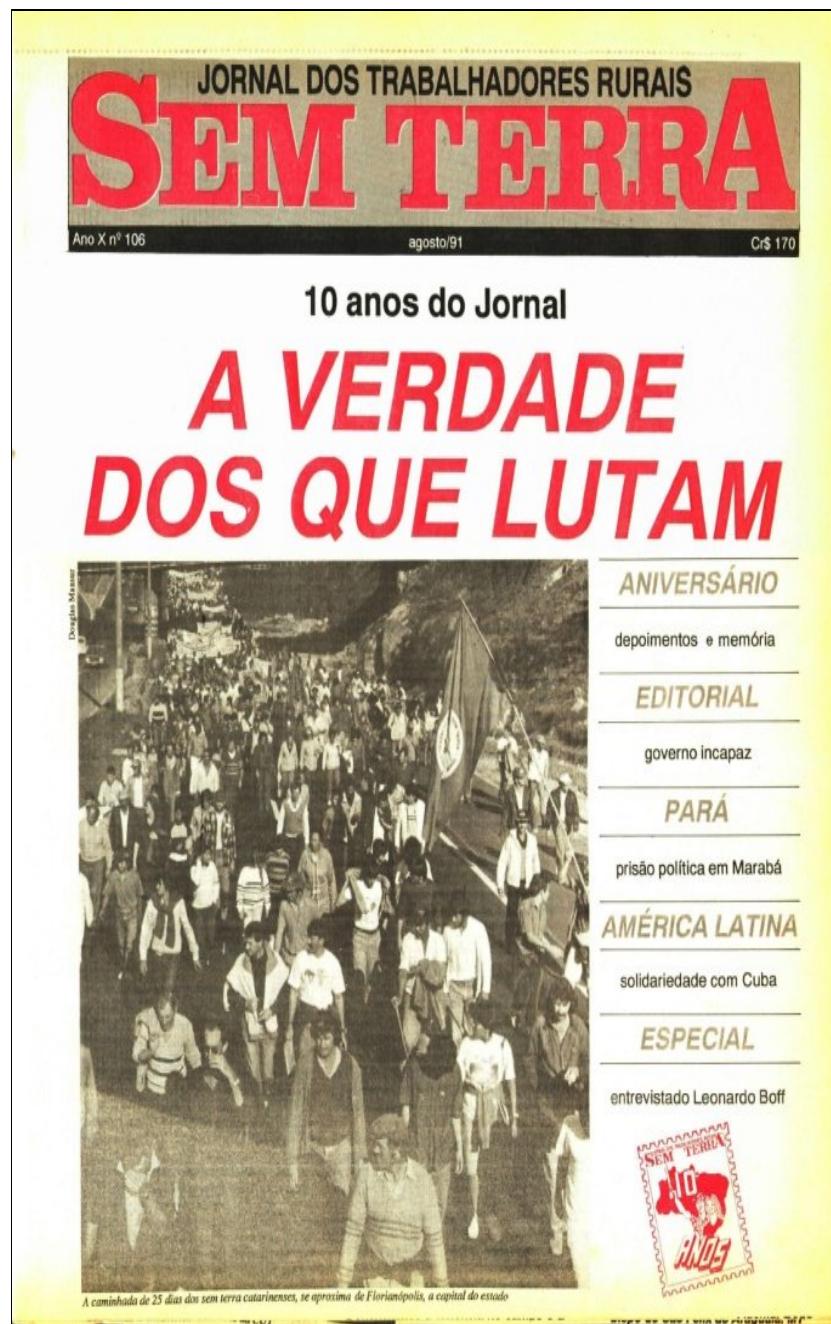


IBINEIROS NÃO
SEMPREM ACORDO

ENTREVISTA
Dom José
Gomes fala
dos problemas
da terra
e da Igreja
Página 8

ANEXO E

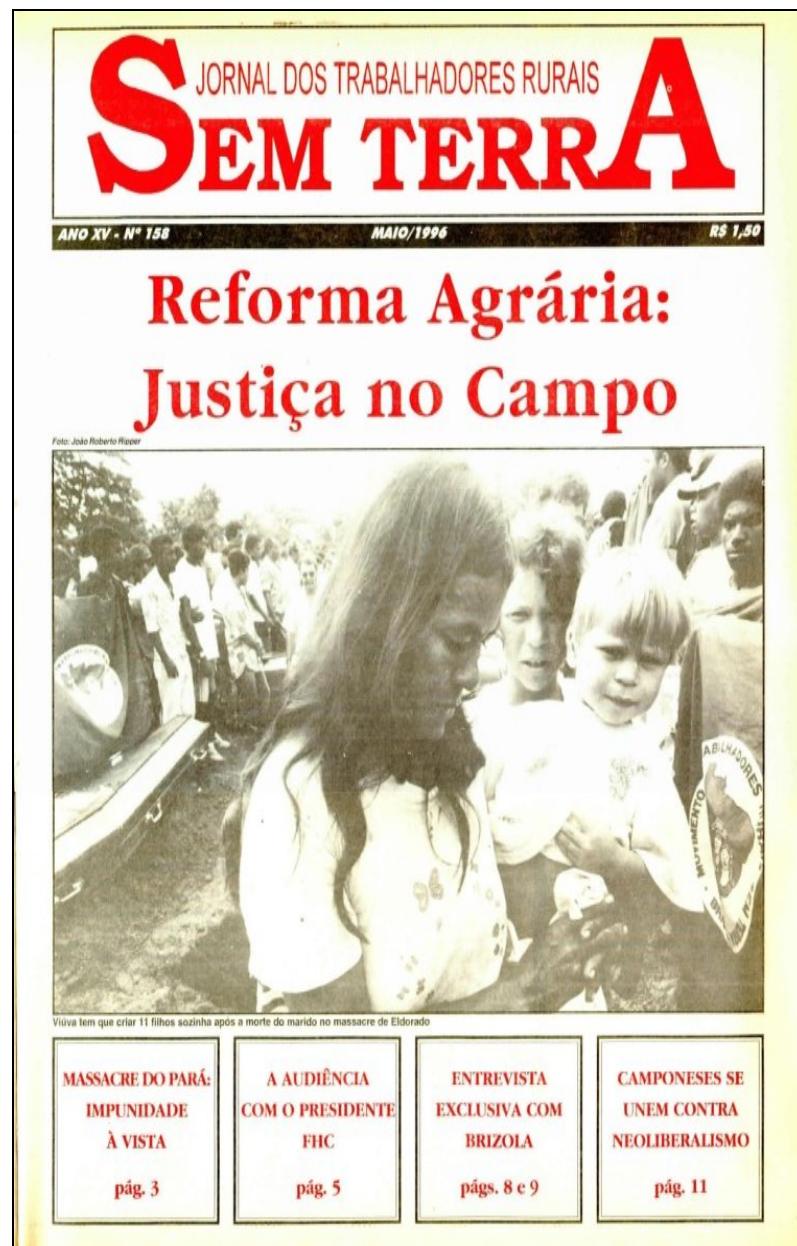
JORNAL SEM TERRA, n º 167, agosto de 1991: JST 10 anos.



ANEXO F

JORNAL SEM TERRA, nº 158, maio de 1996:

Massacre de 19 sem terras em Eldorado dos Carajás (PA).



ANEXO G

JORNAL SEM TERRA, nº 161, agosto de 1996: JST 15 anos.



ANEXO H

JORNAL SEM TERRA, agosto de 2001: JST 20 anos.

1979/83: Terra para quem nela trabalha
1984: Terra não se ganha, se conquista



Fundação do MST em 1984 - Cascavel - PR

1985: Sem Reforma Agrária não há democracia
1986: Ocupação é a única solução



1º Congresso Nacional do MST - 1985 - Curitiba - PR

1989: Ocupar, Resistir, Produzir



II CONGRESSO NACIONAL
MST

2º Congresso Nacional - MST - Brasília - DF - 1990

1995: Reforma Agrária: Uma luta de todos!



3º Congresso Nacional - MST - Brasília - DF - 1995

2000: Reforma Agrária:
por um Brasil sem latifúndio!



4º Congresso Nacional - MST - Brasília - DF - 2000

1981-2001
20 ANOS
JORNAL SEM TERRA

Encarte
Especial



20 anos transformando
notícias em valores



Estamos completando 20 anos. Nem parece! Certamente, os militantes sociais que se envolveram com nosso jornal nesses anos todos – ajudando a fazê-lo, distribuí-lo e utilizá-lo como material de estudo – também pensariam assim.

Desde aquele remoto agosto de 1981, quando Curió cercou o acampamento da Encruelhada Natalino e um grupo de militantes sociais resolveu iniciar com um modesto boletim mimeografado nas horas de folga, nas dependências do Movimento de Direitos Humanos de Porto Alegre, ninguém imaginava que sua caminhada seria tão longa.

Na história da organização da classe trabalhadora brasileira, seja da cidade ou campo, nenhum jornal conseguiu atingir tantos anos de edição ininterrupta. Qual o segredo de tanta persistência? Seu caráter militar!

O Jornal Sem Terra nasceu militar. Recusou-se a ser apenas um jornal feito por jornalistas. Ele sempre quis ser uma voz militante da organização dos trabalhadores e foi evoluindo com o crescimento do Movimento. Por isso, ele é a cara do MST e de sua

própria história. Sempre foi feito de forma militante por todos os que se envolveram com ele. Desde o companheiro que envia uma notícia escrita à mão em folha de caderno, para a redação, edição e distribuição até chegar nas mãos de um militante. Ele quis ser sempre um instrumento de agitação, propaganda, educação política, que ajudasse a organizar a luta social no campo.

Nesses 20 anos cumprimos com nosso ideário. E todos os que se envolveram com ele nesse tempo todo, estamos de parabéns! Que essa data, não apenas nos encha de orgulho, mas sobretudo nos dê mais ânimo a seguir a luta no combate à pobreza e a desigualdade social que existe no Brasil. E que contribuirmos para construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária, em que **TODOS** os brasileiros possam ter terra, trabalho, moradia digna, escola para seus filhos e comida na mesa, três vezes ao dia.

Certamente, o Jornal Sem Terra continuará cada vez mais atuante, até alcançarmos nosso objetivo.

Direção Nacional do MST

ANEXO I

JORNAL SEM TERRA, n º 228, abril de 2003: Luta contra o latifúndio.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA

VISITE NOSSA PÁGINA NA INTERNET: WWW.MST.ORG.BR
ANO XXI - NÚMERO 228 - ABRIL DE 2003 - R\$ 1,50

**TRABALHADORES RURAIS LUTAM
CONTRA O LATIFUNDIÁO**



Enquanto há no Brasil 4,8 milhões de famílias sem terra, 28 mil latifundiários possuem 180 milhões de hectares de terra

Denúncia

Polícia Federal monitora
sem terra
páginas 8 e 9

Estudo

Plínio de Arruda Sampaio Jr.
"Transformação social se
conquista pelas mãos do povo"
páginas 4 e 5

Movimentos

Camponeses mexicanos não
agüentam mais a "Alca"
do Norte
página 12

ANEXO J

JORNAL SEM TERRA, nº 242, julho de 2004:

O Latifúndio é a chave para entender o agronegócio.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS **SEM TERRA**

VISITE NOSSA PÁGINA NA INTERNET: WWW.MST.ORG.BR

ANO XXII - NÚMERO 242 - JULHO DE 2004 - R\$ 1,50



Festa internacional celebra os 20 anos do MST



No assentamento Pirituba, interior de São Paulo, cerca de 5 mil pessoas, entre brasileiros e estrangeiros, comemoraram os 20 anos do Movimento

Especial

IV Conferência da **Via Campesina** discute estratégias de luta contra o neoliberalismo

página 10

Entrevista

Gerson Teixeira: latifúndio improdutivo é peça-chave para a expansão do agronegócio

páginas 4 e 5

Movimentos

ENETERRA mobiliza juventude no debate sobre trabalho, educação e Reforma Agrária

página 12

ANEXO L

JORNAL SEM TERRA, n º 247, dez. 2004/jan. 2005:

Agronegócio brasileiro: o mais desigual do mundo.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA
VISITE NOSSA PÁGINA NA INTERNET: WWW.MST.ORG.BR
ANO XXIII – NÚMERO 247 – DEZEMBRO DE 2004 / JANEIRO DE 2005 – R\$ 1,50

Movimentos se articulam no Fórum Mundial da Reforma Agrária



O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, fala durante o Fórum, que aconteceu em Valéncia, na Espanha, em dezembro. A atuação do MST e a política agrária do governo Lula fizeram com que o Brasil fosse a principal referência nos debates

Projeto Popular
OAB lança campanha que defende adoção de plebiscitos e referendos no Brasil
página 10

Entrevista
Fátima Ribeiro e Marina dos Santos fazem balanço da luta pela terra em 2004
páginas 4 e 5

Artigo
Guilherme Delgado: o agronegócio brasileiro é o mais desigual de todos
página 3

ANEXO M

JORNAL SEM TERRA, nº 253, julho de 2005: Agronegócio x agricultura familiar.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA
VISITE NOSSA PÁGINA NA INTERNET: WWW.MST.ORG.BR
ANO XXIII – NÚMERO 253 – JULHO DE 2005 – R\$ 1,50

Agricultura familiar x agronegócio

Ruralistas dão calote e quem paga a conta é o povo



Direitos Humanos

No Paraná, militantes Sem Terra completam um ano de prisão

página 11

Projeto Popular

Moradores da periferia de SP se organizam em cooperativa

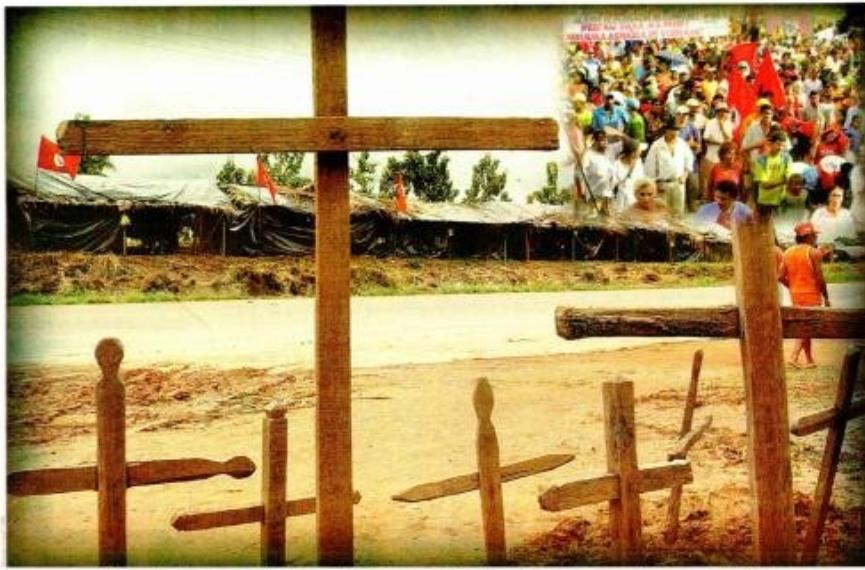
página 10

ANEXO N

JORNAL SEM TERRA, n º 262, maio de 2006:
Impunidade: 10 anos de Eldorado dos Carajás.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA 25 anos
VISITE NOSSA PÁGINA NA INTERNET: WWW.MST.ORG.BR
ANO XXIV - NÚMERO 262 - MAIO DE 2006 - R\$ 1,50

Eldorado dos Carajás: 10 anos de impunidade



10 anos depois do assassinato de dezenove trabalhadores rurais, Sem Terra montaram acampamento às margens da PA-150, mesmo local do massacre, para lembrar as mortes e exigir justiça

Entrevista

A socióloga Vera Malaguti fala sobre os impactos do medo no neoliberalismo
páginas 4 e 5

Lutadores

Os 20 anos da morte do padre Josimo Tavares
página 14

Movimentos

Ricardo Antunes: o 1º de maio precisa retomar a bandeira do socialismo
página 12

ANEXO O

JORNAL SEM TERRA, nº 297, outubro de 2009:
Agronegócio, latifúndio, mídia e bancada ruralista.

